

Anna Fontes | Beltrina Côrte
(Organizadoras)

Edital
Acadêmico
de Pesquisa
Volume 3

Envelhecer com Futuro

Relatos de pesquisa sobre:

Situação de rua, Lazer, Indígenas, Velhices plurais,
Envelhecimento Transgênero, Saúde Financeira,
Aposentadoria, Feminização da Velhice,
Representatividade Feminina, Meio Ambiente.

Anna Fontes
Beltrina Côrte
(Organizadoras)

Envelhecer com Futuro

Relatos de pesquisa sobre:

Situação de rua, Lazer, Indígenas, Velhices plurais, Envelhecimento Transgênero,
Saúde Financeira, Aposentadoria, Feminização da Velhice,
Representatividade Feminina, Meio Ambiente.

**Edital
Acadêmico
de Pesquisa**
Volume 3

1ª Edição

Itaú
viver mais



**Portal do
Envelhecimento
e Longevidade**

São Paulo
2025

Anna Fontes
Beltrina Côrte
(Organizadoras)

Envelhecer com Futuro

Relatos de pesquisa sobre:

Situação de rua, Lazer, Indígenas, Velhices plurais, Envelhecimento Transgênero, Saúde Financeira, Aposentadoria, Feminização da Velhice, Representatividade Feminina, Meio Ambiente.

COLABORADORES:

Ana Paula Melo de Morais
Anna Fonseca
Breno Augusto Diniz Pereira
Camilla Martins Albuquerque
Carlos Eduardo da Silva Santos
Everaldo Pinheiro da Mota Júnior
Flavio Henrique Souza Lobato
Flávio Morgado
Gabriel Vinícius Reis de Queiroz
Jaqueline Galdino da Silva
Juliana de Azevedo Hamoy
Kelmara Mendes Vieira
Keren Karolyne Nóbrega Silva
Larissa Oliveira Nascimento

Leander Luiz Klein
Leticia de Araújo Moura
Ludimila de Oliveira Barros
Maraysa Costa Vieira Cardoso
Maria Creuza Borges de Araújo
Matheus de Oliveira Barros
Matheus Yuri de Oliveira Rosa
Mirleide Chaar Bahia
Mirna Albuquerque Frota
Murilo Lima Gonçalves
Natalia Karina Nascimento da Silva
Taiane Keila Matheis
Tatiane Bahia do Vale Silva
Thiago Medeiros da Costa Daniele

1ª Edição

Itaú
viver mais



Portal do
Envelhecimento
e Longevidade

São Paulo
2025

Equipe Itaú Viver Mais: Luciana Nicola, Bruno Crepaldi, Luciana Barroso, Daniela Zen e Anna Fontes

Equipe Portal do Envelhecimento: Beltrina Côrte, Carolina Côrte, Dhara Côrte e Sofia Lucena

Revisão: Neyza Furgler

Capa, Projeto Gráfico e Editoração: Ronaldo Monfredo

Direção e produção Editorial: Mário Luiz M. Lucena

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Envelhecer com futuro : relatos de pesquisa sobre : situação de rua, lazer, velhices plurais, envelhecimento transgênero, saúde financeira, aposentadoria, feminização da velhice, representatividade feminina e meio ambiente / organização Anna Fontes, Beltrina Côrte. -- São Paulo : Portal do Envelhecimento Comunicação, 2025. -- (Edital de pesquisa acadêmica ; 3)

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-69350-76-7

1. Diversidade 2. Envelhecimento - Aspectos antropológicos 3. LGBTQIAPN+ - Siglas 4. Pessoa idosa - Aspectos sociais 5. Pessoa idosa - Direitos - Brasil 6. Políticas públicas 7. Povos indígenas I. Fontes, Anna. II. Côrte, Beltrina. III. Série.

25-299641.0

CDD-305.26

Índices para catálogo sistemático:

1. Envelhecimento : Conduta de vida : Sociologia
305.26

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

São Paulo

2025

Impresso no Brasil

AGRADECIMENTOS

*Aos pesquisadores, autoras e autores, pela seriedade e competência no desenvolvimento e compartilhamento de reflexões e ações interdisciplinares resultantes do Edital Acadêmico de Pesquisa:
Envelhecer com Futuro - 2023.*

Discutir o tema do envelhecimento fora dos nossos habituais locais de encontro nunca foi uma tarefa muito fácil. Apesar de termos observado, nas últimas décadas, mudanças significativas na forma como pensamos e lidamos com o envelhecimento e a velhice, parece-me pouco produtivo não reconhecer que a tônica, ainda dominante, é a do “conjunto de problemas”.

Após um longo período de relativa paz e de ganhos de saúde globais, capazes de espalhar a conquista da longevidade um pouco por todo o mundo, o contexto global é de grande incerteza e com o esperado agudizar de várias crises, colocando, assim, em segundo ou terceiro plano, o importante debate sobre as mudanças necessárias para mobilizarmos, coletivamente, os ganhos de longevidade conquistados nas últimas décadas.

Ficam, também, já distantes as duras lições aprendidas durante a pandemia global, que nos mostrou não apenas que a possibilidade de viver mais não pode ser um dado adquirido (tivemos, pela primeira vez em muitas décadas, perdas na esperança de vida), como o preconceito em relação às pessoas mais velhas (idadismo) pode assumir, rapidamente, formas muito perigosas de discurso e políticas concretas.

O terceiro volume da série *Envelhecer com Futuro* cumpre um papel fundamental, não apenas no esforço de desconstru-

ção de estereótipos negativos sobre o envelhecimento e a velhice, mas também contribui com discussões fundamentais que precisamos enfrentar para desbloquear o imenso potencial reprimido, gerado pela longevidade. Por um lado, porque os artigos olham para o processo de envelhecimento em seus mais variados contextos, identificando claramente que também deles é feita “a velhice”. Por outro lado, porque também discutem o envelhecimento na sua diversidade, abordando desafios concretos de perfis de velhices ainda pouco debatidos e estudados.

A primeira parte do livro é exatamente dedicada ao tema da diversidade, e o faz com grande amplitude geográfica. Matheus de Oliveira Barros, Camilla Martins Albuquerque, e Ludimila de Oliveira Barros, olham para a crise da habitação sobre o prisma da intersecção entre o processo de envelhecimento e as dinâmicas da população em situação de rua, em Aracaju, Sergipe. Matheus Yuri de Oliveira Rosa, Flavio Henrique Souza Lobato, Ana Paula Melo de Moraes, Juliana de Azevedo Hamoy, e Mirleide Chaar Bahia fazem uma análise crítica sobre o acesso à prática de lazer, disponibilizada para pessoas idosas residentes na Ilha de Cotijuba, em Belém do Pará.

O importante, e ainda pouco divulgado tema da velhice indígena, é abordado por Tatiane Bahia do Vale Silva, Murilo Lima Gonçalves, Gabriel Vinícius Reis de Queiroz, Everaldo Piniheiro da Mota Júnior e Natalia Karina Nascimento da Silva, que fazem uma reflexão sobre o envelhecimento indígena no seu contexto histórico da saúde, ressaltando a importância do

conhecimento do quadro de saúde do povo Xikrin, da aldeia Kateté, Parauapebas, Pará.

Os últimos dois estudos que compõem a parte um completam a viagem, com perfis de velhices bastante distintos dos anteriores e entre si. Carlos Eduardo da Silva Santos apresenta um detalhado panorama das diferentes formas de envelhecer na região metropolitana do Rio de Janeiro, destacando como as características sociais, raciais e culturais influenciam esse processo. Jaqueline Galdino da Silva faz uma minuciosa análise da evolução das perspectivas legais, acerca dos direitos previdenciários no Brasil e no Uruguai, tendo como foco os desafios enfrentados por pessoas trans e travestis, numa questão aparentemente corriqueira, mas reveladora dos desafios singulares que essa população enfrenta, no processo de envelhecimento.

Na parte 2 deste livro, dois artigos discutem aspectos importantes da influência sociocultural na formação do chamado bem-estar financeiro individual na velhice. Kelmara Mendes Vieira, Taiane Keila Matheis, Breno Augusto Diniz Pereira e Leander Luiz Klein fazem um panorama do bem-estar financeiro, da preparação financeira e do endividamento das pessoas idosas. A análise pode ser complementada pela leitura do capítulo seguinte, de autoria de Flávio Morgado que, não apenas buscou identificar os principais tipos de desinformação e golpes financeiros contra pessoas idosas, como avança com ações para evitá-los.

É sempre importante recordar que as desigualdades entre homens e mulheres, em favor dos primeiros, não desaparecem

magicamente, com a velhice. Apesar de viverem mais do que os homens, e portanto serem maioria entre as pessoas mais velhas, muitos dos desafios enfrentados ao longo da vida perduram, ou ganham novas formas, na velhice das mulheres.

A parte 3 foca o tema da feminização da velhice, com dois artigos que também contribuem para a diversidade de contextos, anteriormente destacada. Larissa Oliveira Nascimento, Letticia de Araújo Moura, Mirna Albuquerque Frota, Maraysa Costa Vieira Cardoso e Thiago Medeiros da Costa Daniele dissecam as camadas de discriminação que permeiam as trajetórias de mulheres pretas, idosas e nordestinas no mercado de trabalho. Maria Creuza Borges de Araújo e Keren Karolyne Nóbrega Silva investigam a correlação entre a representatividade feminina 60+ e a qualidade de vida de idosas de baixa renda, no Brejo Paraibano.

Por fim, na parte 4, o importante tema do meio ambiente é abordado por Anna Fonseca, que apresenta os resultados de uma pesquisa sobre os impactos de eventos climáticos extremos na população idosa do Rio Grande do Sul, examinando os desafios enfrentados durante as crises, as respostas governamentais, e as iniciativas comunitárias, concluindo com uma discussão sobre as medidas necessárias para garantir a segurança e o bem-estar desses indivíduos em situação de vulnerabilidade no futuro.

A leitura é inspiradora, não apenas pela diversidade temática e metodológica, mas também pelo claro engajamento dos au-

tores com os temas abordados. Contribuem, assim, os autores, para um saber gerontológico cientes de sua responsabilidade em construir outras velhices possíveis.

Gustavo Sugahara

Investigador Integrado Doutorado no DINÂMIA'CET-IUL em Portugal, e professor na Universidade Metropolitana de Oslo, Noruega. Apresenta-se como o único economista vivo que não vê o envelhecimento como um problema. Foi consultor de organizações internacionais como o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o investigador responsável na elaboração da estratégia e plano sobre envelhecimento, velhice e políticas sociais no concelho de Cascais, Portugal.

Construindo o futuro: o Edital Acadêmico como estratégia para impulsionar pesquisas sobre o envelhecimento no país

Esta coletânea apresenta resultados de pesquisas inéditas, realizadas no país e que foram possíveis a partir do apoio obtido junto ao Edital Acadêmico de Pesquisa: Envelhecer com Futuro, promovido pelo Itaú Viver Mais, em parceria com o Portal do Envelhecimento e Longeviver, desde 2021. Ressaltamos a importância vital dos editais de pesquisa, que transcendem a mera produção de conhecimento, atuando como ferramentas cruciais para viabilizar ações essenciais às comunidades. No caso, em especial para povos indígenas, comunidades periféricas pretas, população que vive em situação de rua, população idosa que vive isolada, entre outras.

Nas duas edições anteriores, vimos como a pesquisa, em sua essência, transcende a mera busca por conhecimento. Ela se configura como um poderoso instrumento de transformação social, capaz de impulsionar o desenvolvimento de um país, em diversas esferas. Ao trazer à luz diversos aspectos das velhices plurais, a pesquisa nos permite compreender melhor a realidade

que nos cerca sobre essa etapa da vida, identificando problemas e propondo soluções inovadoras.

Em um cenário de constante e acelerada transição demográfica no Brasil, a relevância da pesquisa adquire caráter de essencialidade. É por meio de uma investigação rigorosa e orientada que podemos enfrentar os desafios do presente e, de maneira proativa, construir um futuro mais equitativo para todas as gerações. O investimento em pesquisa, portanto, não é um custo, mas um imperativo estratégico, assegurando um desenvolvimento social sustentável e uma sociedade caracterizada pela justiça e pela prosperidade. Esta perspectiva reafirma o indiscutível: o futuro é velho!

O notável envelhecimento populacional no Brasil exige, com urgência, a produção de conhecimentos que subsidiem políticas públicas e ações eficazes. Reconhecemos que o panorama da pesquisa nacional é desafiador, marcado por questões como a insuficiência de financiamento e a precarização do trabalho científico. Contudo, é fundamental sublinhar que as pesquisas e os estudos acadêmicos desempenham um papel insubstituível na construção do conhecimento e na promoção da reflexão crítica, reforçando a profunda responsabilidade social das universidades.

O apoio concedido aos pesquisadores, seja por meio de subsídios financeiros consistentes ou de uma supervisão acadêmica qualificada, é crucial. Tal suporte capacita o cientista a cumprir seu papel como agente de integração e respeito à diversidade,

pilares indispensáveis para a realização de estudos com impacto social positivo e com real efeito transformador.

A pesquisa, assim, emerge como um pilar central para o avanço da sociedade, exigindo o compromisso coletivo para a superação de seus obstáculos e a plena realização de seu potencial. O que é concretizado com devolutivas à comunidade, um compromisso ético indispensável, materializando, assim, a função social da pesquisa. O interesse das pessoas idosas pelos resultados dos estudos, seja na Ilha de Cotijuba, em Belém do Pará, dos idosos Xikrin da aldeia de Kateté, em Parauapebas, também no Pará, ou das mulheres pretas da periferia de Fortaleza, no Ceará, evidencia o potencial transformador do Edital Acadêmico de Pesquisa: Envelhecer com Futuro!

A coletânea, ora apresentada, proporciona os resultados das 10 pesquisas selecionadas na terceira edição (2023). A obra é composta de 10 capítulos, divididos em quatro partes: Envelhecimento e diversidade; Educação e saúde financeira; Feminização da velhice; e Meio ambiente.

A Parte 1 congrega cinco capítulos que abordam o Envelhecimento e Diversidade. São eles:

Em Aracaju, Sergipe, a pesquisa **Onde a cidade encontra o tempo: situação de rua e processos de envelhecimento** lança luz sobre a dura realidade de pessoas idosas que vivem nas ruas. Este estudo aprofunda a compreensão de como o envelhecimen-

to se entrelaça com as dinâmicas da vida em situação de rua, onde a precariedade molda experiências únicas. A pesquisa explora os significados que essas pessoas atribuem ao envelhecer em um ambiente urbano, marcado pela exclusão. No campo das ciências sociais, com foco nos estudos urbanos, a investigação revela como os fatores de exclusão social influenciam a construção de identidades e histórias de vida vulneráveis. Através de um trabalho de campo imersivo, a pesquisa deu voz a idosos em situação de rua, revelando as complexidades de suas rotinas. O estudo aborda a forma como o envelhecimento é vivenciado nas ruas e como essas experiências se conectam com as ações do governo e a dinâmica da cidade. Questiona-se como as condições da vida nas ruas, somadas às limitações do envelhecimento, afetam a capacidade de ir e vir, de sobreviver e de ter acesso a direitos básicos. A pesquisa também examina o efeito das políticas públicas, apontando falhas e contradições nos serviços de apoio. Este estudo amplia o debate sobre populações urbanas em vulnerabilidade, no Brasil. Ao conectar as vivências de rua com as políticas públicas, a pesquisa propõe reflexões que buscam soluções mais eficazes e humanas, como a criação de centros de acolhimento especializados e a implementação de programas de acompanhamento individualizado.

Na Ilha de Cotijuba, em Belém do Pará, a pesquisa **Lazer e envelhecimento: desejos e barreiras** investigou os obstáculos que impedem idosos de desfrutar de desejadas atividades de

lazer. A análise considerou fatores individuais e sociais, combinando pesquisa bibliográfica com dados coletados através de questionários, conversas informais e observações diretas. Os resultados revelam um forte desejo por lazer convencional, frequentemente associado a viagens e turismo fora da ilha, o que se mostra distante da realidade local. No entanto, barreiras como dificuldades financeiras, limitações físicas, restrições sociais e culturais impedem a realização desses desejos. A pesquisa conclui que o conceito de lazer convencional, imposto externamente, não atende às necessidades da população idosa da ilha, refletindo interesses econômicos alheios à comunidade. Para promover um envelhecimento ativo e saudável, é crucial reconhecer e valorizar as práticas de lazer que se alinham com a realidade e os desejos dos idosos de Cotijuba.

O capítulo **Saúde do idoso Xikrin: reflexões sobre os caminhos do cuidado** apresenta os resultados do estudo ‘Velhice indígena: Primeiro Inquérito de Saúde da pessoa idosa do Povo Xikrin do Cateté, Parauapebas, Pará’. A pesquisa destaca o papel fundamental do idoso Xikrin como guardião do conhecimento tradicional, abrangendo medicina, ervas, música, dança, rituais e festas. As comunidades indígenas valorizam a saúde baseada em saberes ancestrais, populares e espirituais, com foco em prevenção, cura e medicamentos tradicionais. Nesse contexto, a pesquisa identifica os riscos de saúde, indo além de um simples levantamento de doenças. As perguntas centrais do estudo

foram: ‘Qual a situação de saúde da população idosa da aldeia Kateté?’ e ‘Qual o perfil clínico, funcional e epidemiológico dessa população?’. O capítulo aborda o contexto histórico da saúde indígena no Brasil, as particularidades do envelhecimento indígena e a importância de conhecer o quadro de saúde do povo Xikrin, da aldeia Kateté, além de discutir a relevância de pesquisas com populações indígenas.

O próximo capítulo apresenta os resultados da pesquisa **Velhices Plurais: Quem são as pessoas idosas na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro?** explorando o impacto das desigualdades estruturais no envelhecimento da população. A região metropolitana, um território diverso e plural, concentra mais da metade da população do estado, abrigando rica biodiversidade, paisagens exuberantes e marcos históricos. Apesar da diversidade cultural e natural, a região enfrenta desafios significativos, como altos índices de pobreza, violência e desigualdade. A coexistência do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) mais caro do estado com crescentes índices de pobreza, evidencia as disparidades sociais. Portanto, o processo de envelhecimento na região não pode ser dissociado desse contexto, pois o território e suas desigualdades moldam diretamente a experiência do envelhecer. A pesquisa, focada em populações indígenas, quilombolas e outros Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTES), revela que, embora essas velhices sejam presentes e resilientes, permanecem invisíveis nos dados e nas políticas públicas.

O capítulo **Envelhecimento transgênero e o (cis)tema previdenciário: um estudo comparado entre Brasil e Uruguai** analisa, especificamente, o envelhecimento de pessoas transexuais e travestis (identificadas pela letra T na sigla LGBTQIAPN+). Esse grupo enfrenta desafios únicos em relação às políticas públicas, devido à marginalização histórica que sofrem. A transfobia, decorrente da não conformidade com normas de gênero e sexualidade, frequentemente força pessoas trans a trabalhar na informalidade. Essa situação resulta na perda de direitos previdenciários e trabalhistas, além de intensificar sentimentos de exclusão e invisibilidade. Apesar dos avanços nos direitos sociais da diversidade sexual, e da garantia constitucional à Seguridade Social, o sistema previdenciário brasileiro ainda carece de reconhecimento dos benefícios previdenciários, conforme a identidade de gênero de pessoas trans. Este capítulo explora a evolução das leis previdenciárias no Brasil e no Uruguai, acompanhando os debates internacionais sobre o tema, e a necessidade de atualização do sistema previdenciário para melhor atender as necessidades dessa população.

A Parte 2 reúne dois capítulos que discorrem sobre Educação e Saúde Financeira:

O foco principal do capítulo **Bem-estar Financeiro, preparação para a aposentadoria e endividamento dos idosos** recai sobre o impacto do endividamento e da preparação financeira

para a aposentadoria na população idosa, em um contexto de envelhecimento populacional acelerado. A crescente relevância das pessoas idosas nas políticas públicas, impulsionada pelo aumento da expectativa de vida e pelas mudanças econômicas decorrentes da aposentadoria, torna essa análise crucial. Assim, o capítulo explora a relação entre a vida financeira, o padrão de vida e a realização de objetivos na velhice. Inspirado no conceito de bem-estar financeiro (BEF), amplamente discutido em países desenvolvidos, o estudo analisa fatores como planejamento financeiro, uso de crédito, autocontrole, materialismo, atitude ao endividamento e alfabetização financeira. Em um cenário em que as pessoas idosas, antes consideradas passivas na economia, tornam-se alvos de políticas de crédito, muitas vezes irresponsáveis, a pesquisa identifica o endividamento, a preparação financeira e o bem-estar financeiro dos idosos brasileiros. A relevância do tema reside nos impactos do endividamento e da falta de planejamento financeiro na economia e na saúde dos cidadãos do país.

Já o capítulo **Desinformação e a saúde financeira e geral da pessoa idosa** aborda a crescente vulnerabilidade das pessoas idosas a golpes financeiros e desinformação na era digital, propondo ações preventivas. A superexposição a diversas formas de comunicação e conteúdo, combinada com a dificuldade em discernir informações confiáveis, coloca os idosos em risco. A rápida adaptação às tecnologias digitais, muitas vezes sem o suporte adequado, torna-os alvos fáceis para ataques ci-

bernéticos. Além dos prejuízos financeiros, as fraudes podem causar sérios danos à saúde física e mental. O capítulo destaca as fraudes tecnológicas e a engenharia social como principais ameaças, enfatizando a urgência da educação digital. Para isso, recomenda uma pesquisa que simule interações em aplicativos de mensagens, analisando as reações dos idosos a diferentes tipos de conteúdo. Afinal, o letramento digital deve considerar a complexidade do cenário atual, em que a gestão de múltiplas redes sociais, contas de e-mail e mensagens instantâneas exigem habilidades específicas de segurança.

A Parte 3 reúne dois capítulos que dissertam sobre a Feminização da Velhice:

O capítulo **Desafios enfrentados por mulheres pretas, idosas e nordestinas no mercado de trabalho** promove uma análise crítica da tripla discriminação que essas mulheres enfrentam: gênero, raça e idade, agravada pela marginalização histórica do Nordeste. Mulheres negras, especialmente idosas e nordestinas, são frequentemente relegadas a trabalhos informais e mal remunerados, devido a preconceitos raciais, regionais e etários. Essa intersecção de fatores cria um ciclo de exclusão e precariedade, limitando o acesso a direitos trabalhistas e proteção social. A região Nordeste, historicamente afetada pela pobreza e falta de oportunidades, intensifica esses desafios. A compreensão da combinação entre raça, gênero, idade e regio-

nalidade é crucial para a criação de políticas públicas eficazes e inclusivas. A construção de um mercado de trabalho mais justo exige políticas de equidade e a conscientização de empresas e sociedade sobre a importância da diversidade. Somente um esforço coletivo pode garantir oportunidades iguais para as mulheres nordestinas, pretas e idosas.

Correlação entre a representatividade feminina 60+ e a qualidade de vida de idosas de baixa renda no Brejo Paraibano trata de resultados de pesquisa que investiga se a representatividade de mulheres idosas influencia sua qualidade de vida. A pesquisa parte da observação da feminização da velhice no Brasil, onde mulheres superam os homens em expectativa de vida, conforme dados do IBGE. Apesar da maioria numérica (55,70%), mulheres idosas ainda enfrentam desigualdades em diversas áreas, tornando crucial a análise de seu processo de envelhecimento para melhorar sua qualidade de vida. O estudo foca em duas categorias-chave: invisibilidade e representatividade, explorando como elas afetam a qualidade de vida de mulheres em grupos 60+ nos Centros de Referência de Assistência Social do Brejo Paraibano.

A Parte 4 apresenta um capítulo sobre Meio Ambiente:

O capítulo **As tragédias climáticas do Rio Grande do Sul e seus impactos na população idosa** analisa as devastadoras

consequências dos eventos climáticos extremos que assolaram o estado entre setembro de 2023 e maio de 2024. Chuvas intensas e enchentes catastróficas, afetando mais de 85% dos municípios gaúchos, revelaram a vulnerabilidade da população idosa, diante da falta de sistemas de proteção adequados. Cidades como Muçum, no Vale do Taquari, sofreram perdas significativas, com idosos desamparados pela falta de suporte durante e após as enchentes. O estudo aborda os eventos climáticos, as cidades mais atingidas, o número de desabrigados e as ações dos governos municipal, estadual e federal, com foco na população idosa, um dos grupos mais impactados. A análise busca identificar a efetividade dos serviços públicos oferecidos a essa parcela da população, evidenciando a necessidade de medidas urgentes para proteger os idosos em situações de tragédia.

Em resumo, o *Edital Acadêmico de Pesquisa: Envelhecer com Futuro* desempenha um papel fundamental no avanço do conhecimento sobre o envelhecimento no Brasil e na promoção de políticas públicas que atendam às necessidades da população idosa.

Boa leitura!

Anna Fontes e Beltrina Côrte
(Organizadoras)

PREFÁCIO 9
Gustavo Sugahara

APRESENTAÇÃO 15
Anna Fontes e Beltrina Côrte

PARTE 1

ENVELHECIMENTO E DIVERSIDADE 31

1. Onde a cidade encontra o tempo: situação de rua e processos de envelhecimento em Aracaju, Sergipe 33
Matheus de Oliveira Barros
Camilla Martins Albuquerque
Ludimila de Oliveira Barros

2. Lazer e envelhecimento: desejos e barreiras entre a população idosa da Ilha de Cotijuba, em Belém do Pará 105
Matheus Yuri de Oliveira Rosa
Flavio Henrique Souza Lobato
Ana Paula Melo de Moraes
Juliana de Azevedo Hamoy
Mirleide Chaar Bahia

3. Saúde do idoso Xikrin: reflexões sobre os caminhos do cuidado 143
Tatiane Bahia do Vale Silva
Murilo Lima Gonçalves
Gabriel Vinícius Reis de Queiroz
Everaldo Pinheiro da Mota Júnior
Natalia Karina Nascimento da Silva

4. Velhices plurais: Quem são as pessoas idosas na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro? 177
Carlos Eduardo da Silva Santos

5. Envelhecimento transgênero e o (cis)tema previdenciário: um estudo comparado entre Brasil e Uruguai 215
Jaqueline Galdino da Silva

PARTE 2

EDUCAÇÃO E SAÚDE FINANCEIRA 273

6. Bem-estar Financeiro, preparação para a aposentadoria e endividamento dos idosos 275

Kelmara Mendes Vieira

Taiane Keila Matheis

Breno Augusto Diniz Pereira

Leander Luiz Klein

7. Desinformação e a saúde financeira e geral da pessoa idosa 307
Flávio Morgado

PARTE 3

FEMINIZAÇÃO DA VELHICE 337

8. Desafios enfrentados por mulheres pretas, idosas e nordestinas no mercado de trabalho 339

Larissa Oliveira Nascimento

Leticia de Araújo Moura

Mirna Albuquerque Frota

Maraysa Costa Vieira Cardoso

Thiago Medeiros da Costa Daniele

9. Correlação entre a representatividade feminina 60+ e a qualidade de vida de idosas de baixa renda no Brejo Paraibano 369
Maria Creuza Borges de Araújo
Keren Karolyne Nóbrega Silva

PARTE 4

MEIO AMBIENTE 409

10. As tragédias climáticas do Rio Grande do Sul e seus impactos na população idosa 411
Anna Fonseca

PARTE 1

ENVELHECIMENTO E DIVERSIDADE

Capítulo I

Onde a cidade encontra o tempo: situação de rua e processos de envelhecimento em Aracaju, Sergipe

Matheus de Oliveira Barros
Camilla Martins Albuquerque
Ludimila de Oliveira Barros



Introdução

A presente pesquisa aborda a intersecção entre o processo de envelhecimento e as dinâmicas da população em situação de rua, em Aracaju, Sergipe. Tem ênfase, nos sentidos atribuídos por pessoas em situação de rua, ao envelhecimento em vivências urbanas, marcadas por condições de precariedade das mais diversas ordens. Inserida no campo das ciências sociais, sobretudo daquilo que podemos salientar como estudos urbanos, a investigação visa a compreender como os marcadores sociais de exclusão operam na produção de subjetividades e trajetórias de vida, marcadas pela vulnerabilidade. O estudo é sustentado por incursões etnográficas (Rizek, 2013), com o uso de entrevistas semiestruturadas, observações participantes e diálogos informais, realizados ao longo de 11 meses de pesquisa. O trabalho de campo permitiu acessar as narrativas de idosos em situação de rua e identificar as nuances que atravessam suas experiências cotidianas.

O problema central investigado relaciona-se à forma como o envelhecimento é vivenciado por pessoas em situação de rua e como essas experiências se conectam às práticas institucionais e às dinâmicas do espaço urbano. A pesquisa questiona de que maneira as condições de vida impostas pelas dinâmicas das vivências nas ruas, somadas às limitações físicas e sociais

advindas do processo de envelhecimento, conformam as possibilidades de mobilidade, sobrevivência e acesso a direitos. Além disso, analisa o impacto das políticas públicas existentes sobre essa população, ressaltando as lacunas e contradições dos aparatos institucionais que visam sua assistência.

Metodologicamente, o estudo utilizou um enfoque qualitativo, para acessar e interpretar as experiências dos sujeitos pesquisados. Foram realizadas observações participantes em espaços de acolhimento, praças públicas e abrigos temporários, além de entrevistas em profundidade com pessoas idosas, em situação de rua. A ênfase em uma abordagem qualitativa permitiu captar as dinâmicas de mobilidade, os conflitos e as adaptações experimentadas pelos sujeitos no contexto urbano. Contudo, lançamos mão, também, de informações quantitativas produzidas recentemente pelo censo municipal da população de rua. Iniciativa composta por agentes públicos, movimentos sociais e atores ligados ao campo acadêmico.

Os resultados preliminares apontam para uma intensa relação entre envelhecimento, mobilidade e acesso a espaços de acolhimento. A dinâmica cotidiana dos sujeitos pesquisados revela a coexistência de discursos que reforçam a rejeição à rua, como espaço de vivência, com práticas que denunciam as lacunas e ineficiências dos sistemas de assistência. Observou-se que o envelhecimento é atravessado por narrativas de finitude e limita-

ções corporais, que produzem novos significados para a busca por segurança e estabilidade. Contudo, é preciso reconhecer que tais buscas frequentemente colidem com barreiras institucionais, resultando em itinerários marcados pela transitoriedade e pela precariedade das relações com os serviços públicos.

O estudo também contribui para problematizar os “paradigmas de saída da rua”, que permeiam, tanto os discursos das políticas públicas, quanto as próprias narrativas das pessoas em situação de rua. Enquanto o desejo de saída das ruas é reiterado como objetivo, o processo é, frequentemente, atravessado por contradições entre as exigências institucionais e as condições concretas dos sujeitos.

Ao longo do texto, serão apresentadas três unidades de sentido fundamentais, identificadas durante a pesquisa: a mobilidade, como elemento estruturante da sobrevivência; o “paradigma da saída das ruas” e seus desdobramentos simbólicos e materiais; e a relação com a finitude, marcada pela construção de significados ligados à morte e à velhice. Cada unidade de sentido será analisada em sua complexidade, destacando os desafios teóricos e práticos que emergem da intersecção entre envelhecimento, situação de rua e espaço urbano.

Por fim, a pesquisa contribui para o aprofundamento das discussões sobre populações urbanas vulneráveis, no contexto brasileiro, propondo reflexões que articulem as experiências

cotidianas das vivências de rua às políticas públicas, voltadas a essa população. O estudo reafirma a importância de uma abordagem interdisciplinar e participativa, que considere as especificidades das trajetórias individuais e coletivas, para a construção de intervenções sociais mais efetivas e inclusivas.

Metodologia

O presente estudo teve como objetivo compreender o processo de envelhecimento de pessoas idosas em situação de rua, na cidade de Aracaju, Sergipe. Para tanto, realizamos entrevistas semiestruturadas com dois grupos: pessoas idosas em situação de rua e pessoas idosas em condição de rua que, naquele momento, encontravam-se, temporariamente, institucionalizadas, em abrigos destinados a essa população. Essa abordagem permitiu abarcar duas condições distintas: o contexto da institucionalização e o de vivência direta nas ruas. As entrevistas foram conduzidas em espaços caracterizados pela institucionalização, como abrigos, bem como em locais de convivência socioespacial dessa população, incluindo praças e outros espaços públicos, marcados pela interação cotidiana¹.

1 As entrevistas foram realizadas em dois abrigos: o Abrigo Acolher e o Abrigo Freitas Brandão, ambos integrados à rede de serviços destinados à população em situação de rua no município de Aracaju. Quanto às entrevistas conduzidas no contexto de rua, essas ocorreram em espaços de significativa convivência socioespacial dessa população. Dentre os locais selecionados, destacam-se a Praça Camerino, a região do CEASA (Centro de Abastecimento de Sergipe) e a Praça Fausto Cardoso.

Nesse sentido, optou-se por uma abordagem metodológica qualitativa, considerando que o objetivo da pesquisa incluiu a identificação de unidades de sentido, com relativa densidade e relevância para o público-alvo. A proposta buscou problematizar e compreender os significados atribuídos pela população em situação de rua, ao processo de envelhecimento nesse contexto. O conteúdo serviu como direcionamento para as reflexões e análises aqui apresentadas, contribuindo para um entendimento aprofundado das experiências e percepções dessa população.

Para a análise dos dados coletados, adotou-se a técnica de análise de conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (2016). Essa abordagem qualitativa permite identificar e interpretar padrões de significado presentes nas narrativas, categorizando-os em unidades de sentido. Essas unidades são trechos textuais ou temáticos que, quando contextualizados, revelam aspectos fundamentais sobre a experiência de envelhecimento em situação de rua.

As unidades de sentido foram extraídas das transcrições das entrevistas semiestruturadas, considerando tanto os aspectos explícitos, quanto os implícitos, nas falas dos participantes. A categorização foi guiada pelos objetivos da pesquisa e fundamentada em referenciais teóricos sobre envelhecimento, sociabilidade e vulnerabilidade social. Dessa

forma, procurou-se compreender as vivências, percepções e desafios enfrentados pelas pessoas idosas em situação de rua, destacando as especificidades desse processo no contexto de Aracaju, Sergipe.

As etapas de análise incluíram: 1). leitura flutuante das transcrições para familiarização com os dados; 2). identificação inicial de temas emergentes; 3). codificação das unidades de sentido; 4). categorização das unidades em eixos temáticos principais; e 5). interpretação dos resultados à luz do referencial teórico adotado. Essa metodologia possibilitou um aprofundamento nas dimensões socioculturais e subjetivas do envelhecimento em situação de rua (Bardin, 2016; Minayo, 2010).

Além da realização das entrevistas, conforme mencionado, utilizamos dados recentes, provenientes do processo censitário conduzido no município de Aracaju, no segundo semestre do ano de 2024 (Aracaju, 2025). Esses dados contribuíram para delinear um perfil sociodemográfico mais abrangente dessa população, além de fornecer subsídios, tanto quantitativos, quanto qualitativos específicos ao recorte etário abordado neste estudo.

O contato com as pessoas em situação de rua possibilitou uma observação mediada por relativa convivência, permitindo a produção de diálogos, entrevistas informais e etnografias de passagem. O método, alinhado ao conceito de *incursos*

etnográficos, proposto por Rizek (2013), favoreceu a construção de narrativas mais ricas sobre as vivências e experiências dessa população, contextualizando-as no espaço urbano.

Além disso, os dados também subsidiaram a compreensão do espraiamento dessa população no tecido urbano de Aracaju, contribuindo para identificar, não apenas os locais de maior permanência, mas também os trânsitos e deslocamentos produzidos por essas pessoas. Essa análise foi essencial para a realização das entrevistas conduzidas em contexto de rua.

Outro aspecto relevante para as entrevistas com pessoas não institucionalizadas foi o papel do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), que atuou de forma significativa na mediação e no estabelecimento de contato com essas pessoas, facilitando o acesso aos participantes e promovendo maior engajamento no processo de pesquisa.

O estudo compreendeu como pessoas em situação de rua os indivíduos (homens e mulheres) que faziam das ruas uma forma de moradia, seja de caráter fixo ou temporário, em Aracaju. Como aporte conceitual, optou-se por utilizar a definição estabelecida no Decreto 7.053/2009 (Brasil, 2009). Reconhece-se, no entanto, que o termo “situação de rua” pode suscitar debates divergentes, especialmente no que tange à sua correlação empírica com as vivências de rua (Barros, 2021).

Ainda assim, a opção por essa conceituação fundamentou-se em dois motivos centrais: primeiro, por sua hegemonia no uso institucional, particularmente devido à sua aderência à gramática estatal; segundo, por compreender que a definição de situação de rua, conforme descrita no decreto, abrange, também, aqueles que utilizam os equipamentos socioassistenciais, como abrigos. Nesse sentido estrito, pessoas institucionalizadas também são consideradas em situação de rua.

O estudo incluiu indivíduos idosos (Brasil, 2003) com 60 anos ou mais e que se encontravam em situação de rua. Foram excluídas pessoas que, no momento da coleta, apresentavam limitações que inviabilizassem a comunicação ou a participação plena na pesquisa.

A obtenção dos dados ocorreu mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo a voluntariedade dos participantes. As informações foram registradas por meio aplicativo durante as entrevistas, acompanhados de gravações que, posteriormente, foram transcritas para análise e interpretação.

A amostra deste estudo² foi composta por 13 pessoas idosas, em situação de rua, sendo 10 homens e 3 mulheres,

2 Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, vinculada ao projeto intitulado "Os sentidos de envelhecimento da população em situação de rua em Aracaju – SE", sob o parecer de nº 6.879.534. E teve apoio do Portal do Envelhecimento e do Itaú Viver Mais.

selecionadas por amostragem aleatória simples. A seleção ocorreu por meio de diferentes estratégias: articulação com movimentos sociais, voluntariedade, mediada pelo diálogo, junto às instituições, e abordagem direta de voluntários em contexto de rua.

Envelhecimento e situação de rua

O envelhecimento é um processo complexo que transcende a dimensão biológica, para abarcar aspectos sociais, culturais e históricos. Debert (1999) argumenta que a velhice não é um evento exclusivamente natural, mas uma construção social que reflete as desigualdades e os valores predominantes em uma sociedade. Nesse sentido, envelhecer significa vivenciar um conjunto de experiências profundamente marcadas pelo contexto socioeconômico e cultural em que o indivíduo está inserido.

No âmbito biológico, o envelhecimento é caracterizado por mudanças fisiológicas progressivas, como a diminuição da capacidade funcional e o aumento da vulnerabilidade a doenças. Contudo, esses aspectos não podem ser analisados isoladamente. Neri (2001) enfatiza a necessidade de uma perspectiva interdisciplinar, para compreender como os fatores biológicos interagem com os aspectos psicológicos e sociais

do envelhecimento. A gerontologia, nesse sentido, avança, ao integrar essas dimensões, destacando que o envelhecimento é heterogêneo e singular a cada indivíduo.

Do ponto de vista social, o envelhecimento é profundamente marcado pelas estruturas de poder e desigualdades que moldam as experiências ao longo da vida. Em contextos urbanos precarizados, como o das pessoas em situação de rua, a velhice se torna uma experiência singular de exclusão. Brêtas et al. (2010) destacam que a rua compromete as condições mínimas para o autocuidado, interferindo na saúde física e mental dos idosos. Além disso, a falta de acesso a políticas públicas de saúde, assistência social e habitação agrava a vulnerabilidade dessa população, tornando o envelhecimento um processo ainda mais complexo.

Apesar das dificuldades, o envelhecimento também pode ser entendido como um período de ressignificação da vida. Lopes (2023) argumenta que, mesmo em condições adversas, os idosos em situação de rua desenvolvem estratégias criativas de sobrevivência e resistência. Essas estratégias incluem o uso de espaços públicos de maneira inovadora e a construção de redes informais de solidariedade. Essa perspectiva destaca o envelhecimento como um processo dinâmico, no qual os indivíduos, mesmo em situações de extrema vulnerabilidade, exercem agência e adaptam-se às circunstâncias.

O envelhecimento populacional é um fenômeno global, com implicações especialmente desafiadoras em países como o Brasil, que enfrenta o desafio de atender a uma população cada vez mais idosa. Segundo projeções do IBGE, a proporção de pessoas com 60 anos ou mais deverá dobrar até 2060. No contexto das pessoas em situação de rua, essa tendência demográfica exige políticas públicas que articulem saúde, assistência social e habitação, considerando as especificidades dessa população. Negretti (2023) argumenta que a ausência de políticas integradas reflete uma visão fragmentada do envelhecimento, que não reconhece sua dimensão intersetorial.

O debate sobre o envelhecimento precisa considerar as desigualdades estruturais que moldam as experiências de velhice. Autores como Carvalho (2021) apontam que, em sociedades marcadas por profundas desigualdades, o envelhecimento pode ser uma experiência de acúmulo de privações, especialmente para populações historicamente vulneráveis, como pessoas negras, mulheres e pessoas em situação de rua. Nesse sentido, o envelhecimento não é apenas um processo individual, mas, também, um reflexo das condições históricas e sociais que estruturam as oportunidades e os obstáculos enfrentados pelos indivíduos ao longo de suas vidas.

Parte significativa da literatura que aborda a situação de rua e os processos de envelhecimento destaca tanto a relevân-

cia do tema, quanto a escassez de produções que interseccionem as condicionalidades da vida idosa com as experiências de viver nas ruas. Carvalho (2021) aponta para uma lacuna analítica, que permita compreender as complexidades enfrentadas por essas pessoas, embora o desenvolvimento de dados quantitativos seja uma preocupação constante. No Brasil, o Decreto 7.053/2009 define situação de rua como ausência de moradia fixa e fragilidade de vínculos familiares e comunitários. Essa definição, embora funcional, em termos administrativos, e usada, hegemonicamente, pelo poder público, é questionada por autores como Negretti (2023) e Barros (2021), que apontam a necessidade de ampliar a compreensão para abarcar as dinâmicas subjetivas e socioculturais.

A vulnerabilidade social emerge como uma categoria central para contextualizar a situação de rua no âmbito das desigualdades estruturais que afetam, principalmente, populações racializadas, mulheres e idosos. Essas dimensões são cruciais, para compreender como fatores estruturantes, como desemprego, rupturas familiares e doenças crônicas, moldam as trajetórias dessas pessoas (Carvalho, 2021). Nesse contexto, as investigações sobre o envelhecimento vivenciado nas ruas buscam explorar suas particularidades e desafios, trazendo à tona a categoria de vulnerabilidade social, como eixo interpretativo central (Mattos; Ferreira, 2005; Bueno, 2013).

Além disso, o debate sobre políticas públicas está intrinsecamente conectado a esse campo de estudo. Por um lado, observa-se a ausência de políticas específicas, que atendam à intersecção entre envelhecimento e situação de rua. Por outro, reforça-se a necessidade de repensar políticas vigentes para torná-las mais efetivas e inclusivas (Menezes; Ferreira, 2020; Negretti, 2023). Essa perspectiva sugere a urgência de iniciativas que articulem diferentes dimensões da vulnerabilidade, promovendo ações integradas e contextualizadas, para atender essa população.

A análise das condições de vida dos idosos em situação de rua revela a precariedade em que vivem. Brêtas et al. (2010) argumentam que a rua é um espaço, muitas vezes, hostil, que compromete a saúde física e mental dos indivíduos, agravando sua exclusão. Essa condição é particularmente grave no caso de idosos, cuja saúde, frequentemente, já se encontra fragilizada, por doenças crônicas ou limitações físicas. A falta de acesso regular a serviços de saúde, combinada à exposição a condições climáticas adversas e à alimentação inadequada, intensifica os riscos de morbidade e mortalidade. Além disso, o impacto psicológico de viver em situação de rua, muitas vezes associado à perda de vínculos afetivos, contribui para o desamparo emocional e a redução do autocuidado, agravado por questões como o uso abusivo de álcool e outras drogas.

Embora a saúde seja uma dimensão central, a literatura também destaca a importância de compreender as dinâmicas de sociabilidade e ressignificação dos espaços urbanos. Lopes (2023) ressalta que abordagens etnográficas são fundamentais, para captar as estratégias de adaptação e resistência desenvolvidas por idosos, em situação de rua. Essas estratégias incluem tanto o uso criativo dos espaços públicos, quanto a construção de redes informais de apoio, frequentemente invisibilizadas em levantamentos quantitativos. Ao mesmo tempo, Migliari (2022) salienta a relevância de dados censitários e administrativos, como o Cadastro Único, para mapear a distribuição geográfica e o perfil demográfico dessa população. A integração de metodologias quantitativas e qualitativas, portanto, surge como uma necessidade para uma análise mais abrangente.

No conjunto de características que compõem o campo de estudo sobre envelhecimento e situação de rua, o abandono familiar emerge como uma dimensão crítica. A literatura destaca a importância dos laços familiares como suporte social fundamental para a qualidade de vida de pessoas idosas, sejam elas em situação de rua, ou vivendo em contextos institucionais, como abrigos. Oliveira (2020) aponta que a ruptura desses vínculos, não apenas agrava a exclusão social, mas também dificulta o acesso a redes de apoio formais e informais, comprometendo a possibilidade de reinserção social.

Outro ponto central é a hostilidade do ambiente urbano, amplamente discutida por autores como Brêtas et al. (2010) e Mattos et al. (2016). As cidades brasileiras, configuradas de maneira excludente, limitam o acesso das populações vulneráveis a serviços básicos, como saúde e assistência social, restringindo suas possibilidades de integração. Essa exclusão é exacerbada pela ausência de documentação básica, entre muitos idosos em situação de rua, o que os priva de benefícios sociais e programas de reinserção. Lopes (2023) reforça que a documentação vai além de uma exigência burocrática; ela é um símbolo de cidadania, cuja ausência aprofunda o processo de desumanização.

Além das políticas públicas, a literatura ressalta a relevância de ações comunitárias e redes de apoio informais. Bueno (2013) enfatiza que iniciativas locais, como abrigos temporários e programas de convivência, desempenham um papel importante na mitigação dos efeitos da exclusão social. No entanto, essas ações emergenciais não substituem a necessidade de políticas públicas de longo prazo, capazes de abordar as vulnerabilidades estruturais de maneira integrada. O contraste entre intervenções temporárias e estratégias estruturais mais amplas é um tema recorrente nos debates sobre envelhecimento e situação de rua.

A análise da literatura revela que o envelhecimento em situação de rua é um fenômeno multidimensional, abordado

a partir de categorias analíticas centrais. Entre essas, a vulnerabilidade social destaca-se como um eixo fundamental, permitindo compreender como fatores estruturais, e como pobreza, desigualdade racial e de gênero e saúde precária, moldam as trajetórias de exclusão dessa população. Autores como Mattos et al. (2016) e Brêtas et al. (2010) ressaltam que a vulnerabilidade social é essencial para compreender os desafios enfrentados pelos idosos em situação de rua, evidenciando como essas condições estruturais interagem para agravar sua precariedade.

A interseccionalidade é outra categoria analítica amplamente mobilizada. Carvalho (2021) e Negretti (2023) destacam que os marcadores sociais de raça, gênero e idade amplificam a marginalização vivenciada por essas pessoas. Mulheres idosas enfrentam discriminações específicas, relacionadas a gênero e à idade, enquanto pessoas negras são desproporcionalmente representadas entre os idosos em situação de rua, refletindo desigualdades históricas e estruturais, que atravessam gerações.

A exclusão social também emerge como uma categoria crucial, especialmente na relação entre envelhecimento e condições de vida precárias. Bueno (2013) e Debert (1999) argumentam que as experiências de exclusão vivenciadas por pessoas idosas em situação de rua são resultado de desigual-

dades, acumuladas ao longo da vida, exacerbadas pela ausência de políticas públicas eficazes e pela hostilidade do ambiente urbano.

Outra perspectiva relevante é a ressignificação dos espaços urbanos, que aborda como os idosos em situação de rua utilizam os espaços públicos para criar estratégias de sobrevivência e redes de apoio. Lopes (2023) argumenta que, apesar das adversidades, esses indivíduos demonstram resiliência, ao transformar os espaços urbanos em locais de convivência e sociabilidade, desafiando as limitações impostas pelo ambiente hostil.

As políticas públicas e os direitos humanos constituem categorias fundamentais, para discutir a insuficiência de iniciativas voltadas aos idosos em situação de rua. Menezes e Ferreira (2020) criticam a fragmentação das políticas existentes e defendem abordagens intersetoriais que articulem saúde, assistência social e habitação. Negretti (2023) reforça a importância de considerar as especificidades das vivências de rua, no planejamento de políticas públicas, evitando generalizações que desconsideram as particularidades dessa população.

Metodologicamente, a literatura reflete a complexidade do tema e a necessidade de abordagens interdisciplinares. A etnografia e a observação participante são amplamente empregadas para captar as dinâmicas cotidianas e subjetivas dos

idosos em situação de rua. Estudos como os de Lopes (2023) e Bueno (2013) utilizam essas abordagens, para acessar as narrativas e interações sociais dos sujeitos, revelando aspectos frequentemente ignorados em análises quantitativas. Entrevistas semiestruturadas também são amplamente utilizadas para explorar as vivências dos participantes, como observado nos trabalhos de Carvalho (2021) e Brêtas et al. (2010).

Os estudos de caso oferecem análises aprofundadas de trajetórias individuais, ilustrando como experiências pessoais refletem dinâmicas estruturais mais amplas. Mattos et al. (2016), por exemplo, utilizam essa metodologia para destacar os desafios enfrentados por indivíduos em situação de rua, contextualizando suas vivências nas desigualdades sociais. Paralelamente, pesquisas baseadas em dados secundários, como as de Migliari (2022), utilizam informações de censos e do Cadastro Único para traçar perfis sociodemográficos e mapear a distribuição espacial dessa população. Embora úteis para uma visão panorâmica, essas abordagens quantitativas enfrentam limitações, ao captar a subjetividade das vivências.

Revisões bibliográficas e análises críticas são frequentemente empregadas para identificar lacunas teóricas e propor novas direções para a pesquisa. Negretti (2023) exemplifica como essas abordagens podem articular debates acadêmicos e integrar perspectivas disciplinares. Além disso, muitos es-

tudos combinam metodologias qualitativas e quantitativas, buscando oferecer uma análise mais abrangente do envelhecimento em situação de rua. Bueno (2013) e Menezes e Ferreira (2020) destacam a importância dessa integração metodológica, para articular informações objetivas e subjetivas e compreender a complexidade do fenômeno.

Em síntese, as categorias analíticas e metodológicas mobilizadas refletem o esforço dos autores em captar a multidimensionalidade do envelhecimento em situação de rua. A vulnerabilidade social, a interseccionalidade, a exclusão social e a saúde são categorias centrais, enquanto a etnografia, as entrevistas e os estudos de caso se destacam como ferramentas fundamentais para explorar as experiências dos idosos. A diversidade de abordagens ressalta a necessidade de um olhar interdisciplinar para compreender as interações entre os fatores estruturais e subjetivos, que moldam o envelhecimento em contextos urbanos precarizados.

Características sociodemográficas e condições de vida da população de rua em Aracaju

Aracaju, capital do estado de Sergipe, possui, atualmente, uma população de cerca de seiscentos mil habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE, 2024). Localizada no oeste de Sergipe, foi idealizada para ser a nova capital do estado. Em 1855, com uma visão modernista voltada para espaços amplos, destinados ao fluxo de pessoas e mercadorias, a então nova capital sergipana passou por transformações urbanas significativas. Esse planejamento visava se distanciar do passado colonial e da estética barroca, ainda presente em outras cidades do estado, como São Cristóvão, a primeira capital de Sergipe. Aracaju foi projetada com uma paisagem urbana moderna e racional (Ribeiro, 2013), com ruas traçadas em formato de tabuleiro de xadrez, e apresentando um terreno plano e mais bem adaptado às aspirações urbanísticas do período (Machado, 1990).

A cidade, situada na costa brasileira e banhada pelo Oceano Atlântico, é conhecida como cidade-mangue, e também, cruzada por redes fluviais: ao norte, pelo rio Sergipe, e ao sul, pelo rio Vaza-Barris. Com uma área de aproximadamente 181,8 quilômetros quadrados, Aracaju faz fronteira com São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro, a oeste e noroeste, respectivamente, e é separada da Barra dos Coqueiros, a leste, pelo rio Sergipe.

A configuração urbana de Aracaju apresenta características que a tornam propícia ao uso do espaço público por pessoas em situação de rua. Fatores como desigualdades sociais, disponibilidade de bens materiais essenciais à sobrevivência

e estrutura dos espaços públicos, que oferecem recursos materiais e simbólicos voltados para determinados modelos de sociabilidade, contribuem para esse fenômeno. Nesse contexto, pode-se afirmar que Aracaju é marcada por uma sociabilidade específica, entre os viventes de rua.

Essa afirmativa encontra respaldo em dados estatísticos sobre a população em situação de rua. No censo nacional realizado em 2008, foram identificadas 197 pessoas nessa condição, em Aracaju (Brasil, 2009b). A metodologia desse levantamento considerou as capitais estaduais e municípios com mais de 300 mil habitantes, fundamentando-se na literatura que indica maior concentração de pessoas em situação de rua em contextos urbanos densamente povoados.

Dados mais recentes, produzidos pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), indicam um aumento significativo, apontando a existência de 683 pessoas nessa condição, em Aracaju (Migliari, 2022). Esse crescimento reflete uma característica marcante na contemporaneidade. Ressalta-se que os números mais atuais foram obtidos a partir de dados secundários, especialmente do Cadastro Único do governo federal (CadÚnico), o que influencia a abrangência e a precisão do levantamento.

Dados recentes, obtidos por meio do Censo Municipal da População de Rua em 2024, no qual tivemos a oportunidade

de compor o grupo de trabalho (GT), revelaram números similares aos levantamentos anteriores, indicando a presença de 623 pessoas em situação de rua, na cidade de Aracaju (Aracaju, 2025).

Metodologicamente, esse censo adotou a contagem, em período noturno, partindo do pressuposto de que o marcador “dormir na rua” poderia oferecer maior clareza e reduzir ambiguidades no delineamento de quem são essas pessoas. Produções censitárias que optam por outras modalidades de contagem, frequentemente enfrentam desafios metodológicos para diferenciar “pessoas em situação de rua” de outras populações urbanas vulneráveis, como apontado por Araújo (2024).

Os dados extraídos do Censo de 2024 sobre a população em situação de rua, em Aracaju, foram coletados a partir de amostras que contemplaram diversas regiões da cidade. O levantamento abrangeu três áreas principais: região central, norte/oeste e sul/expansão. A maioria dos entrevistados encontrava-se na região central-oeste, corroborando a literatura que destaca a predominância de pessoas em situação de rua em áreas centrais das cidades (IPEA, 2016).

Entretanto, as características sócio-geográficas de Aracaju, como a presença da orla marítima voltada para o turismo, também resultaram em um quantitativo relevante de pessoas

em situação de rua, nessa área. Na região oeste, caracterizada por uma alta densidade populacional e bairros populares, também foi identificado um número expressivo de pessoas vivendo nessa condição, evidenciando a distribuição heterogênea da população em situação de rua, na cidade.

A aplicação dos questionários foi realizada ao longo de três dias, o que permitiu que a amostra fosse obtida em diferentes momentos, abrangendo um período estratégico de coleta. As entrevistas, referente à parte de caracterização (2a. Etapa), ocorreram em uma sessão diurna no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP - região central), e em mais três sessões noturnas na região sul, outra na zona norte e oeste.

Quanto à caracterização da população em situação de rua, no município, conforme identificado pelo censo, verificou-se que a maioria dos entrevistados é composta por homens cisgênero, representando aproximadamente 81,1% do total, enquanto mulheres cisgênero correspondem a 16,2%. A orientação sexual predominante foi a heterossexualidade, declarada por 88,89% dos participantes. No recorte racial, a maior parte das pessoas se autodeclarou parda (46%) ou preta (32,7%), evidenciando a sobreposição de vulnerabilidades que afetam as populações negras (78,7%) nas ruas da capital sergipana.

No que se refere à faixa etária, a população em situação de rua, em Aracaju, apresenta diversidade, com uma concentração significativa de pessoas na faixa entre 30 e 50 anos, embora também haja entrevistados com mais de 60 anos, num percentual de 9,3%. Os motivos que levam essas pessoas a viverem nas ruas são variados, destacando-se o desemprego, como uma das principais causas apontadas, seguido por problemas relacionados ao uso de drogas e conflitos familiares.

Cerca de 48,29% entrevistados indicaram que conflitos familiares ou perdas afetivas foram fatores determinantes para sua condição de vulnerabilidade. Além disso, 21,37% atribuíram sua situação ao uso problemático de substâncias, o que evidencia uma correlação importante entre uso abusivo e vivências de rua. Ressalta-se que essa questão permitia múltiplas respostas, refletindo a natureza multifatorial e intersecional das causas que conduzem à situação de rua.

Quanto ao tempo de permanência nas ruas, muitos entrevistados relataram estar nessa condição por vários anos, alguns até mencionando períodos superiores a 10 anos e, casos extremos, de até 40 anos vivendo em situação de rua. Esses dados sugerem uma profunda dificuldade de reinserção social e a ausência de políticas públicas efetivas, que rompam o ciclo da marginalização. Além disso, questiona-se as categorias analíticas voltadas para essa população, em especial a

ideia de “situação”, como uma condicionalidade transitória dessas vivências. Os resultados mostram que aproximadamente 36% das pessoas em situação de rua em Aracaju vivem nessa condição há mais de cinco anos; 32,2% estão nessa situação entre um e cinco anos. Apenas 26,3% relataram estar em situação de rua há menos de um ano.

Quanto à cidade de origem, a maior parte dos entrevistados nasceu em Aracaju. No entanto, há uma presença expressiva de migrantes de estados vizinhos, como Alagoas, Bahia e Pernambuco, reforçando o caráter migratório da população de rua.

A relação dessa população com os serviços públicos³ revela inúmeros desafios. Apesar do conhecimento sobre instituições como o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) e o Consultório na Rua, 22,2% dos entrevistados relataram já ter sido negados ou impedidos de acessar outros serviços públicos em Aracaju.

Outro dado relevante refere-se à documentação: 14,2% dos entrevistados afirmaram não possuir documentos básicos, como RG (Registro Geral) ou CPF (Cadastro Pessoa Fís-

3 Sobre os serviços do município de Aracaju voltados ao atendimento às pessoas em situação de rua, tanto da Rede de Saúde como na Assistência Social, citamos: Consultório na Rua, dois Centros de Atenção Psicossocial, destinados ao cuidado de questões decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas (CAPS AD), Projeto de Redução de Danos (PRD), Unidade de Acolhimento Adulto (UAA), Casa de Passagem, Abrigo Freitas Brandão, Abrigo Acolher, equipes de abordagem social vinculadas aos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) e Centro POP.

ca). A ausência desses documentos impede o acesso a benefícios sociais e programas de reinserção, agravando ainda mais sua exclusão social. Essa barreira limita o acesso a políticas públicas essenciais, como saúde, assistência social e habitação, perpetuando a vulnerabilidade dessa população.

Quanto às condições de alimentação e higiene, grande parte dessa população depende de doações ou de serviços públicos, como o Restaurante Popular e o Centro POP. Aproximadamente 39% dos entrevistados relataram obter alimentos por meio de grupos que realizam doações nas ruas. Em relação à água, muitos utilizam torneiras públicas ou recorrem a amigos e familiares, enquanto outros mencionam usar rios ou mangues para banho, evidenciando a precariedade das condições básicas de higiene.

No que se refere à ocupação e geração de renda, os dados do censo mostram que a maioria das pessoas que vivem nas ruas está desempregada. Apenas uma pequena parcela relatou ter algum tipo de ocupação informal, como o trabalho de catadores de materiais recicláveis, vendedores ambulantes ou outros bicos esporádicos. Esses trabalhos, contudo, não são suficientes para garantir uma renda mínima digna. Aproximadamente 38,7% dos entrevistados afirmam que dependem, principalmente, de trabalhos informais para sobreviver, enquanto apenas uma minoria recebe algum tipo de benefício social, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC)

ou o Bolsa Família. A falta de uma renda estável torna ainda mais difícil a saída dessa condição de vulnerabilidade extrema, bem como aumenta a dependência de políticas públicas compensatórias, contribuindo para a manutenção do ciclo de exclusão social. Entre aqueles que conseguem acessar algum benefício, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família, somam apenas 3% dos entrevistados.

A ausência de moradia fixa é uma das principais características da população em situação de rua, mas o censo revela que muitos entrevistados ainda mantêm algum tipo de relação com suas famílias ou amigos, embora esses vínculos sejam bastante fragilizados. Cerca de 47,5% dos entrevistados relatam que, ocasionalmente, passam noites em casas de familiares ou conhecidos, mas a maioria depende de espaços públicos, como praças e viadutos, para dormir. Apenas uma pequena porcentagem (17,1%) faz uso dos abrigos públicos disponibilizados pelo município, o que demonstra a necessidade de expandir e melhorar a oferta desses serviços. Os principais motivos para a não utilização desses abrigos incluem superlotação, condições inadequadas, falta de segurança e regras excessivas.

Outro dado significativo é o acesso à educação. O censo aponta que a maioria das pessoas em situação de rua possui baixa escolaridade. Aproximadamente 49,39% dos entrevistados não completaram o ensino fundamental, e apenas 3,7%

concluíram o ensino médio. Esse baixo nível de escolaridade contribui para a dificuldade de reinserção no mercado de trabalho formal e limita o acesso a oportunidades que poderiam permitir uma saída da condição de rua. A educação, portanto, emerge como uma área prioritária nas políticas públicas voltadas para essa população, sendo essencial garantir, não apenas o acesso, mas também, a permanência dessas pessoas em programas educacionais, que possam promover sua inclusão social de forma mais eficaz.

Frequentemente, políticas públicas voltadas ao fomento da educação, a exemplo da Educação para Jovens Adultos (EJA), impõem regras e critérios de participação, que acabam por incluir apenas a parcela da população que tem domicílio, acesso ao transporte público e outros elementos que possibilitam alguma organização para participação nas turmas. Também é exigida documentação comprobatória como comprovante de residência, certificado ou declaração de conclusão de séries anteriores, para nivelamento e vinculação a um território onde as turmas são oferecidas. Todas essas exigências, e a inexistência de política similar específica, acabam por excluir as pessoas em situação de rua da possibilidade de educação formal.

Além disso, o censo destaca questões relacionadas à segurança. Muitas pessoas em situação de rua relataram experiências de violência, tanto por parte de outros indivíduos em situação

de rua, quanto por agentes de segurança pública. Cerca de 63% dos entrevistados afirmam já ter sido vítimas de algum tipo de agressão física ou verbal, o que aumenta o sentimento de insegurança nas ruas e agrava a condição de vulnerabilidade.

Ainda de acordo com os dados do Censo de 2024 da população de rua de Aracaju, 14,81% dos entrevistados relatam algum tipo de transtorno psiquiátrico. Entre os mais comuns estão a depressão, ansiedade e esquizofrenia, frequentemente associados ao uso abusivo de álcool e outras drogas, e que são agravados pela condição de vulnerabilidade e pela falta de acesso a tratamentos contínuos e adequados.

Em relação à violência sexual, o censo apontou que 14,2% da população em situação de rua relatam ter sofrido algum tipo de violência sexual, enquanto estava nas ruas. As mulheres constituem a maior parte dessas pessoas, o que evidencia a extrema vulnerabilidade desse grupo. A situação de rua expõe essas mulheres a um risco maior e constante de violência, incluindo a sexual, que agrava, ainda mais, a precariedade de suas condições de vida e a sensação de insegurança. Esse dado demonstra a necessidade de políticas públicas específicas para a proteção das mulheres em situação de rua, garantindo sua segurança.

O período menstrual das mulheres, na rua, também emerge como um problema grave. Segundo o censo, as mulheres,

nessa condição, relatam que, muitas vezes, não utilizam absorventes durante o ciclo menstrual, recorrendo a panos ou materiais improvisados, como miolo de pão, sacola plástica, estopa e jornal. A falta de acesso a produtos de higiene adequados, não só afeta a saúde e o bem-estar dessas mulheres, mas também, reforça as condições insalubres em que vivem, tornando urgente a implementação de ações que garantam o acesso a itens básicos de higiene.

Enfim, o Censo da População de Rua de Aracaju, realizado em 2024, apresenta um conjunto de dados que lança luz sobre aspectos cruciais do cotidiano dessa população, revelando elementos fundamentais relacionados às suas condições de vida, saúde, segurança, e à relação com os serviços públicos da cidade. Esses dados constituem importantes subsídios para análises que investiguem as formas de produção e reprodução dessas vivências no contexto urbano. A configuração evidenciada está diretamente conectada aos desafios cotidianos vivenciados, de maneira particular, pelas pessoas idosas em situação de rua.

Embora o levantamento tenha como objetivo principal mapear os desafios enfrentados, diariamente, por essa população, de uma maneira geral, os temas abordados quanto à questão dos processos de envelhecimento serão detalhados em outra seção. Esses dados servirão como base para confrontar narrativas e elementos empíricos coletados ao lon-

go do estudo. Ainda assim, é possível esboçar um panorama abrangente e atualizado da paisagem urbana e das práticas cotidianas dos viventes de rua em Aracaju, evidenciando as complexidades e vulnerabilidades que permeiam suas experiências no espaço urbano.

Com base nessas informações, espera-se avançar na compreensão sobre como essas pessoas interagem com a cidade, ressignificam os espaços urbanos e enfrentam as adversidades da vida nas ruas, apontando para a necessidade de políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

Envelhecimento e vida nas ruas: mobilidade, saída e morte nas ruas

Em primeiro lugar, é necessário, ainda que de forma breve, expor a historicidade das produções acadêmicas sobre o que atualmente denominamos “pessoas em situação de rua”⁴. Essa abordagem inicial se justifica, por dois motivos centrais:

4 De acordo com Delucca (2011), as transformações de nomenclaturas estão correlacionadas, sobretudo, à transformação dessa experiência cidadina em um problema público passível de intervenção estatal. Não à toa, o termo “população de rua” emerge em meio a construções legais na década de 1990, especialmente na cidade de São Paulo. As variações nominais estão imbuídas em uma transformação que o autor supracitado indica como a passagem do “sofrimento” (sofredores de rua) para uma questão demográfica, coletiva, de massas, com relevância estatística. O surgimento dessa rede de inteligibilidades construiu o terreno para uma compreensão desse fenômeno voltada para uma “situação”, aspecto efetivado anos depois na Política Nacional para a População em Situação de Rua, consolidada no Decreto 7.053/2009 (Brasil, 2009).

o primeiro refere-se às mudanças metodológicas e às transformações nos modelos de inteligibilidade voltados para essa população⁵; o segundo, intimamente relacionado ao anterior, diz respeito à introdução de novas perspectivas e marcadores interpretativos, com o objetivo de construir leituras mais amplas e aprofundadas sobre o fenômeno da “situação de rua”. A partir desses dois movimentos, a questão etária e os processos de envelhecimento dessa população começam a emergir como temas relevantes e passíveis de investigação.

Certamente, essa transformação é influenciada por questões contemporâneas, fortemente marcadas por novos modelos epistêmicos (Harvey, 2014) e, sobretudo, por uma cultura do reconhecimento (Honneth, 2009). Essa “nova” cultura tem impulsionado a produção de conhecimento em direção a configurações analíticas que consideram as mais diversas nuances da vida social, tal como, novos modelos de trânsito produtivo. Como ilustração, parafraseamos um morador de rua, conhecido como profeta Carlinhos: “Sempre existiu

5 As produções acadêmicas sobre a população em situação de rua, especialmente entre os anos 1970 e 2000, focaram predominantemente em análises macrossociológicas, desvelando desigualdades estruturais e propondo categorias como “situação de rua” para abarcar as especificidades dessa população. Estudos pioneiros, como os de Stoffels (1977), destacaram aspectos econômicos e sociais, enquanto autores mais recentes, como Silva (2009), consolidaram conceitos utilizados em políticas públicas, como o Decreto 7053/2009. Apesar desses avanços, o espaço urbano frequentemente foi tratado como pano de fundo, sem uma centralidade analítica que considerasse plenamente os sentidos e usos do espaço por parte dessa população, evidenciando uma lacuna nas interpretações socioespaciais mais aprofundadas.

velho na rua, meu filho, e sempre vai existir. É bíblico, está na história.” Essa declaração reflete um saber empírico, que se entrelaça às estruturas históricas e culturais, evidenciando que a presença de idosos na rua não é um fenômeno recente, mas apenas recentemente tem ganhado novos contornos de reconhecimento e de interesses acadêmicos e políticos.

O questionamento central que levantamos, neste texto, é crucial: por que só agora começamos a dar intensidade a essa intersecção entre população de rua e pessoas idosas? Essa questão nos convida a refletir sobre os tempos e contextos que moldam as prioridades analíticas, sugerindo que a invisibilidade dessa intersecção, por tanto tempo, está vinculada a estruturas de poder e representações sociais que, historicamente, negligenciaram tanto os idosos, quanto as populações marginalizadas.

De maneira geral, como apontado em nosso processo de pesquisa, há uma “timidez” estruturante na abordagem interseccional desses dois marcadores, que atravessam, de forma profunda, o que podemos denominar “fenômeno rua”. Nossa investigação, ancorada na gramática acadêmica, identifica dois momentos cruciais, intimamente interconectados, que foram responsáveis por transformações significativas, em nosso olhar, e em nossos modelos de produção científica.

A primeira transformação está relacionada à redução da escala interpretativa. Por isso, referimo-nos ao fato de que,

durante muito tempo, predominou a hegemonia epistemológica, na produção de saberes sobre a população de rua, fundamentada em prerrogativas macrossociológicas. Certamente, os elementos que sustentavam essa abordagem estavam inseridos em um contexto social e político, no qual, em grande medida, era imperativo desconstruir, moralmente, e construir, legalmente, o sujeito de rua como portador de direitos (Delucca, 2011). Nesse sentido, romper com premissas estigmatizantes, evidenciando as estruturas de opressão subjacentes, não, apenas, era necessário, mas tornou-se o foco preferencial desses modelos investigativos.

Foi nesse cenário que a noção de universalidade desempenhou um papel central, promovendo avanços significativos na construção de direitos e garantias. Contudo, essa perspectiva gerou, como contrapartida, certa inviabilidade para a produção de conhecimentos mais singularizados, voltados para especificidades dos sujeitos e suas experiências. Esse horizonte, no entanto, começa a ganhar novos contornos com a intensificação da inserção de marcadores sociais que extrapolam o ambiente acadêmico, refletindo demandas em políticas públicas, culturais e identitárias emergentes.

O sistema de reconhecimento, vinculado aos moldes da nossa democracia representativa, tem reconfigurado os modelos de produção de conhecimento. Nesse contexto, as lutas por

visibilidade e reconhecimento social assumem protagonismo, mobilizando novos parâmetros analíticos. Como aponta Axel Honneth: “Nas sociedades contemporâneas, as relações de estima social estão sujeitas a uma luta permanente, na qual os diversos grupos procuram elevar, com os meios da força simbólica e em referência às finalidades gerais, o valor das capacidades associadas à sua forma de vida” (2009 p. 20).

Um dos principais reflexos desse processo é a crescente adesão das produções acadêmicas à redução da escala interpretativa, o que possibilita investigações voltadas para o cotidiano e suas dinâmicas específicas. Nesse contexto, torna-se evidente a urgência de incorporar fatores estruturantes que, anteriormente, eram “invisibilizados” por dinâmicas políticas e produções de conhecimento mais universalizantes. Essa perspectiva amplia o escopo analítico e permite que questões negligenciadas assumam centralidade nas investigações.

O segundo fator que fertiliza a possibilidade de apreender, cientificamente, o “fenômeno rua” está relacionado à inclusão de debates sobre gênero, raça, sexualidade e, no caso específico deste estudo, também questões etárias e processo de envelhecimento. A abordagem dessas dimensões sociais, como aqui apresentada, é resultado dessa mudança epistemológica, que reconhece as múltiplas intersecções como elementos fundamentais, para a compreensão das experiências humanas.

Tendo situado o itinerário que possibilitou produções dessa natureza, cabe perguntar: o que podemos dizer sobre o entrelaçamento – se é que podemos assim denominá-lo – dessas condições sociais? Esse questionamento nos conduz a uma reflexão crítica sobre como essas dimensões se articulam, para moldar as vivências no espaço urbano, particularmente no caso das pessoas em situação de rua e suas relações com os processos de envelhecimento.

Para fins práticos, destacamos as principais unidades de sentido que se mostraram mais significativas, durante o processo de pesquisa. Cabe informar aos leitores que as interpretações, a seguir, não se restringem ao recorte temporal delimitado pela pesquisa em questão, tampouco aos espaços metodológicos circunscritos pela proposta analítica. As entrevistas realizadas com pessoas em situação de rua, os ambientes partilhados e as incursões etnográficas (Rizek, 2013) foram, sem dúvida, de fundamental importância, para a apreensão das construções discursivas dos viventes de rua sobre o processo de envelhecimento, no contexto urbano.

No entanto, é relevante salientar que este coletivo de pesquisadores atua a partir de uma trajetória que antecede e fundamenta a importância desses momentos específicos. Essa trajetória, inscrita em nossos corpos e práticas, é marcada por experiências de militância e ativismo, pelo trabalho profes-

sional na área da saúde mental, em Unidades de Acolhimento Adulto (UAA), em produções censitárias, em atuações nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), no controle social (conselhos e comitês) e em diversos outros espaços de interação. Essas vivências, acumuladas ao longo de anos, constituem o que o Movimento Nacional da População de Rua denomina “convivência continuada”⁶, uma prática que reflete a construção de vínculos sólidos e a imersão prolongada no cotidiano das pessoas em situação de rua.

Ao examinarmos o aparato institucional de acolhimento destinado à população em situação de rua, em Aracaju, constatamos, além de um déficit estrutural de vagas na política

6 A "convivência continuada" refere-se a uma metodologia de aproximação e engajamento com populações vulnerabilizadas, especialmente pessoas em situação de rua, fundamentada no contato frequente, regular e comprometido. Essa prática ultrapassa a abordagem tradicional de "coleta de dados" e busca construir vínculos éticos, profundos e transparentes, entre pesquisadores e sujeitos pesquisados. Compreendemos essa metodologia como um repertório amplo de interações, ocorrendo em diversos contextos, como ruas, espaços institucionais, ambientes de lazer e controle social. A convivência continuada enfatiza a necessidade de uma participação ativa dos sujeitos pesquisados, reconhecendo suas narrativas e saberes como elementos centrais, na produção do conhecimento. Além disso, dialoga diretamente com as reivindicações do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), que exige pesquisas comprometidas em compartilhar resultados, reconhecer as subjetividades dos pesquisados e contribuir para a transformação das realidades observadas. Do ponto de vista metodológico, essa abordagem alinha-se a perspectivas que valorizam a inserção nos cotidianos urbanos e a densidade dos encontros, promovendo uma ética baseada na escuta, transparência e partilha. Esse modelo desafia os distanciamentos característicos da produção científica hegemônica e propõe uma aproximação mais comprometida com as realidades analisadas. Acredito que, ao adotar essa perspectiva, é possível alcançar não apenas uma compreensão mais profunda das dinâmicas da vida na rua, mas também fomentar a construção de saberes mais plurais e integrados, respeitando as singularidades e complexidades dos sujeitos envolvidos.

municipal, uma peculiaridade notável: o processo de busca e utilização desses espaços ocorre de forma proporcionalmente mais frequente, entre pessoas idosas, em situação de rua. Esse fenômeno, em parte, parece estar relacionado a questões morais, evidenciadas nos discursos das equipes técnicas que, no exercício de suas funções, frequentemente reproduzem hierarquias sociais. Um exemplo disso é a recorrente justificativa: “Mas não podemos deixar um idoso dormir na rua”. Tal percepção promove a criação de flexibilizações institucionais e acordos tácitos, configurando um fluxo de adesão que apresenta especificidades.

Não pretendemos, com essa análise, ignorar os inúmeros desafios institucionais, as dinâmicas de governabilidade, ou mesmo, as formas de violência que podem emergir nesse contexto. Contudo, é igualmente importante destacar que essas dinâmicas não ocorrem de maneira unilateral. Elas também são marcadas pela agência dos próprios indivíduos em situação de rua que, mesmo em meio à vulnerabilidade, atuam ativamente na negociação e no uso desses espaços.

Durante a pesquisa, conhecemos Éder, um vivente de rua apaixonado por livros. Em um dos diálogos esporádicos, perguntamos se ele desejava ir para um abrigo. Sua resposta trouxe à tona uma perspectiva sensível e pragmática: “Os abrigos têm muitas regras. Eu olho carro no final de semana

e fico até tarde na rua. Se for para pegar uma vaga e não ir, é melhor deixar o espaço para um idoso, ele precisa mais”.

Entretanto, o outro lado dessa questão emergiu em conversas nas ruas, nos bancos das praças e nos diálogos informais, revelando uma dimensão mais complexa do fenômeno. Nesse ponto, encontramos a primeira unidade de sentido, que permeia nossas reflexões: a mobilidade, ou, mais precisamente, a perda (diminuição) dela. Para ilustrar, recorreremos às palavras de outro vivente de rua, Arlindo, que sintetiza o impacto do envelhecimento no cotidiano: “Meu filho, com o tempo de rua, a gente perde o peito. As coisas não são como antes. Antigamente, eu catava latinha nessa cidade toda. Agora, pra ir à esquina, eu penso dez vezes. A vida, na velhice, é uma guerra. Para ter paz, só morrendo”.

Essa fala revela, não apenas os desafios físicos impostos pelo envelhecimento, mas também, a carga emocional e simbólica que acompanha a vivência na rua. Mobilidade, nesse contexto, ultrapassa o sentido literal, assumindo um papel central na construção de trajetórias de vulnerabilidade, resistência e, muitas vezes, resignação.

A cidade é percebida pelo corpo como conjunto de condições interativas e o corpo expressa a síntese dessa interação descrevendo, em sua

corporalidade, o que passamos a chamar de “corpografia” urbana. “A corpografia” seria uma espécie de cartografia corporal, em que não se distinguem o objeto cartografado e sua representação. Uma ideia baseada na hipótese de que a experiência urbana fica inscrita, em diversas escalas de temporalidade, no próprio corpo daquele que a experimenta, e dessa forma, também o define, mesmo que involuntariamente. (Britto e Jacques, 2009, p. 338).

A literatura converge em apontar a mobilidade como um elemento central para a sobrevivência dos viventes de rua, evidenciando a necessidade constante de movimentação, como parte intrínseca de suas estratégias de existência. Simone Frangella (2009), em sua obra : *uma etnografia da corporalidade dos moradores de rua em São Paulo*, já destacava o profundo entrelaçamento entre a formação da subjetividade e a mobilidade desses indivíduos, no contexto urbano.

Não se pode ignorar os múltiplos fatores que moldam e, por vezes, restringem esses deslocamentos: os controles urbanos, a atuação das forças policiais, a economia institucional, voltada para essa população dispersa pelo tecido urbano, e os impactos das dinâmicas citadinas. Esses elementos configuram

não apenas, os trânsitos desses sujeitos, mas, também, constituem as possibilidades de reprodução da vida nas cidades.

Recordamos, de forma curiosa e emblemática, o relato de um morador de rua que, ao discutir suas andanças, apontou para suas havaianas, totalmente desgastadas e, entre sorrisos, proferiu: “Essa aqui tem mais de dez mil quilômetros rodados”. O humor presente em sua fala ressignifica, de maneira simbólica, as marcas da mobilidade como uma prática cotidiana essencial para sua sobrevivência e inserção nos fluxos urbanos.

A problemática que se apresenta refere-se aos desafios inerentes ao processo de envelhecimento e, de forma mais específica, à dimensão biologizante que perpassa as dinâmicas de vida nas ruas. Essas dinâmicas exigem, dos sujeitos, práticas que são, sobretudo, corporais e imprescindíveis para a manutenção de sua própria sobrevivência. De um lado, encontramos um corpo marcado por múltiplas condicionalidades — desde patologias específicas, até influências das culturas urbanas. De outro, temos uma dinâmica social que impõe um ritmo, como bem argumenta Henri Lefebvre (2021), que demanda movimento constante e contínuo.

No entanto, esse mesmo corpo, em alguma medida fragilizado pelo envelhecimento, parece, de maneira quase compulsória, solicitar percursos e práticas cidadinas, orientadas por uma estaticidade relativa, contrastando com as exigências

da rua. Esse embate evidencia um dilema: como um corpo que envelhece, atravessado por limitações físicas e simbólicas, pode responder a uma realidade que exige, incessantemente, deslocamento e adaptação?

Diante dessa problemática, o que nossa pesquisa revelou como aparato adaptativo e modelo de reconfiguração social? Constatamos que a unidade de sentido vinculada à mobilidade, não apenas se mantém central, mas também, dá origem a uma forma distinta de cotidianidade. A intensidade da busca por instituições que ofereçam suporte para romper com a rotina extenuante da rua, permitindo uma alternância entre vivências na rua e em unidades de abrigo, emergiu como um elemento essencial, para compreender o processo de envelhecimento, nesse contexto.

Ademais, a procura por cuidados em saúde e a vivência de uma temporalidade que se dissocia das exigências dinâmicas da rua, sugerem outra configuração de tempo e espaço. Esse deslocamento temporal e espacial conduz as pessoas idosas a construir itinerários nos quais tais instituições adquirem um peso significativo em suas escolhas cotidianas. Esses espaços, longe de serem meros locais de acolhimento, tornam-se parte de um sistema adaptativo de suporte, que possibilita a reorganização das práticas diárias e a gestão das demandas do envelhecimento no contexto urbano.

Simultaneamente, essas instituições exercem modos de gerenciamento do cotidiano, que se fundamentam na premissa da saída definitiva das ruas. Por meio de ações normativas e da criação de modelos discursivos, promovem, especialmente entre as pessoas idosas, a ideia da necessidade de fixação em um espaço estável. Esse conjunto de práticas pode ser interpretado como uma forma de *cronopolítica* (Gardella, 2016), um agenciamento temporal, voltado para aqueles que, presumivelmente, dispõem de menos tempo. Tal dinâmica evidencia uma gestão simbólica e material do tempo, orientada para moldar os itinerários de vida e as possibilidades de futuro dessa população.

Essas iniciativas, ao desconsiderar a centralidade das pessoas diretamente envolvidas no processo de construção, acabam por reproduzir estigmas, contribuindo para quadros de deterioração social. Os dados coletados em nossa pesquisa revelam sintomatologias associadas ao envelhecimento, frequentemente atribuídas à solidão, depressão e à iminência da morte. Esses aspectos evidenciam que os trânsitos e as memórias dos viventes de rua não são devidamente incorporados na formulação de estratégias de cuidado, recaindo, quase exclusivamente, a responsabilidade de a pessoa idosa se adaptar aos preceitos institucionais estabelecidos por esses espaços.

Essa lógica, por mais paradoxal que possa parecer, desempenha um papel central na produção de táticas por parte

das pessoas idosas em situação de rua. Como apontado por Michel de Certeau (2014), essas táticas emergem da necessidade de resistência e adaptação diante das imposições do cotidiano, demonstrando que, mesmo em contextos adversos, há uma agência ativa, que desafia os limites impostos pelas estruturas institucionais. Como resultado último, tal relação acaba por produzir uma mobilidade que se configura entre entradas e saídas das instituições asilares, formando um trânsito específico, pautado no ritmo entre rua e abrigo.

A produção dessas táticas delinea itinerários que oscilam entre saídas e entradas institucionais, reforçando, por um lado, a intensa normatividade vinculada à aderência ao processo de saída das ruas e, por outro, emergindo como um ato de resistência e como elementos substancialmente pedagógicos. Infelizmente, tais elementos são frequentemente interpretados de forma enviesada, sendo enquadrados como práticas desviantes. No entanto, se esse jogo fosse levado a sério, mesmo que minimamente, seria possível compreender os pontos onde residem os fracassos institucionais.

Todavia, os indícios apontam que esses fracassos vão além de simples leituras consequenciais, sugerindo que constituem, de fato, a própria natureza da relação do Estado com as pessoas idosas em situação de rua. Essa relação evidencia uma perpetuação de desigualdades estruturais e uma inca-

pacidade de promover estratégias de cuidado que dialoguem com as necessidades reais desse público, reforçando a exclusão e a precarização de suas condições de vida.

Podemos indicar que os sentidos atribuídos ao processo de envelhecimento dos viventes de rua são produzidos nas dinâmicas de subjetivação, nas quais o processo de saída das ruas adquire outra densidade, demandando a produção de novos ritmos para a sobrevivência e a partilha de outros agentes, como aportes existenciais. Como consequência, emergem modificações discursivas relacionadas à finitude, às incapacidades corporais e à necessidade de aportes institucionais.

Além disso, corroboramos com a ideia de que é fundamental realizar leituras a partir dos elementos cotidianos dessas pessoas. São em suas práticas ordinárias que se cristalizam, não apenas os ajustes necessários à mobilidade frente às novas condicionalidades impostas pelo envelhecimento, mas também, as dinâmicas em que se implicam, em última instância, os mecanismos de atuação das políticas públicas, as práticas técnicas, os modelos de cuidado e todo o aparato estigmatizante que sobre elas recai.

A pesquisa demonstrou que, se desejamos, de fato, compreender essas realidades e, a partir daí, produzir modelos mais efetivos de promoção de direitos, é imprescindível considerar a produção desses trânsitos. Nesse sentido, buscamos

escapar de uma leitura reducionista ou meramente descritiva dessas condições, acreditando veementemente que, nos enunciados dos passos citadinos dessas pessoas, residem, de fato, os ares libertários, que tanto almejamos encontrar na cidade.

Conectada à questão da produção dos trânsitos, podemos discorrer sobre a densidade da narrativa atrelada ao que denominamos “saída das ruas”. Nossa segunda unidade de sentido refere-se a um movimento constituinte dos discursos produzidos pela população em situação de rua, particularmente em torno do desejo de deixar essa condição. No contexto empírico, observamos que o processo de envelhecimento acentua e reconfigura esse discurso, impactando, não apenas os modelos de mobilidade; é importante ressaltar que as unidades de sentido são interconectadas —, mas também, outras dimensões da vida nas ruas, como estratégias de cuidado, formas de relacionamento institucional e dinâmicas intragrupais.

Conforme observado, por parte da equipe técnica de um abrigo local, o processo de envelhecimento está intrinsecamente associado à intensificação das dificuldades em manter a vida nas ruas. “Não podemos deixar um idoso nas ruas!”. Certamente, esse quadro se agrava pelas condicionalidades relacionadas às patologias acumuladas, características dessa faixa etária. No entanto, não se limita a questões de saúde: há, também, uma densidade moral que constrói um campo

simbólico, colaborando, diretamente, para a intensificação da “proibitividade” dessa condição, reforçando a ideia de que a rua é um espaço inadequado para pessoas idosas.

Ora, temos consciência de que os repertórios de “proibição” são latentes ao decorrer do avanço etário, seja por condições naturais, oriundas do próprio processo de envelhecimento, mas, também, por características culturais de como lidamos com tal faixa etária, sobre os constructos ideológicos que carregamos.

Reconhecemos que os repertórios de “proibição” se tornam mais latentes, com o avanço da idade, seja por condições naturais, oriundas do próprio processo de envelhecimento, ou por características culturais profundamente enraizadas nos constructos ideológicos carregados por nós, em relação a essa faixa etária. Nosso foco, contudo, recai sobre esse último aspecto, como esses constructos culturais moldam as percepções e práticas relacionadas às pessoas idosas. Tais condicionalidades adquirem contornos ainda mais específicos quando analisamos a intersecção entre a condição de rua e o processo de envelhecimento, revelando dinâmicas sociais e simbólicas que merecem atenção detalhada.

No entanto, a operação dessa unidade de sentido não pode ser plenamente compreendida sem um aprofundamento no que denominamos como “paradigma da saída das ruas” (Bar-

ros, 2021). O debate acerca das vivências em situação de rua, no Brasil, tem sido, historicamente, atravessado por tensionamentos epistemológicos, morais e políticos. Dentre as diversas categorias analíticas mobilizadas para a compreensão desse fenômeno, o que temos denominado “paradigma da saída das ruas” emerge como uma estrutura de significação central, para entender as dinâmicas institucionais, as subjetividades dos viventes de rua e os modelos de intervenção que regem o campo.

O paradigma da saída das ruas pode ser compreendido como uma racionalidade normativa, que orienta práticas institucionais e políticas públicas, construindo uma narrativa que posiciona a rua como um espaço transitório (por isso, situação de rua), inadequado e, frequentemente, patologizado. Essa concepção é sustentada por uma gramática moral e política que pressupõe a necessidade de deslocar os viventes de rua para outros espaços considerados “dignos” ou “adequados”, como abrigos, unidades habitacionais ou, em última instância, seus lares de origem.

A análise das bases epistemológicas desse paradigma revela sua inscrição em uma tradição macrossociológica que, como apontado em estudos anteriores (Barros, 2021), priorizou a compreensão estrutural das desigualdades e relegou a segundo plano as práticas cotidianas e os repertórios simbólicos dos sujeitos que vivenciam a rua. Nesse sentido, o pa-

radigma da saída das ruas não é apenas um dispositivo de controle social, mas também um modelo de inteligibilidade que organiza a percepção das dinâmicas de rua a partir de categorias universalizantes, frequentemente descoladas das experiências concretas dos sujeitos.

A implementação de políticas públicas voltadas para a população em situação de rua reflete, diretamente, as premissas do paradigma da saída das ruas. O Decreto 7.053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, é um exemplo paradigmático dessa estrutura normativa. Embora represente um avanço na formalização dos direitos dessa população, o decreto reforça, em sua concepção, a ideia de que a rua é um espaço de privação, violência e desamparo, devendo, portanto, ser superado.

Os dispositivos de abrigo, as políticas habitacionais e os programas de assistência social, muitas vezes, são concebidos com base na lógica da transitoriedade, ignorando que, para muitos habitantes de rua, a rua é mais do que um espaço físico: é um espaço simbólico, relacional e, em alguns casos, de pertencimento. Essa perspectiva, ao não considerar a complexidade das dinâmicas subjetivas e culturais, acaba por reforçar mecanismos de exclusão e estigmatização, ao mesmo tempo que falha em produzir alternativas efetivas para os problemas enfrentados por essa população.

A pesquisa de campo realizada em Aracaju demonstrou que os viventes de rua, longe de serem passivos às imposições institucionais, mobilizam táticas de resistência que desafiam as premissas do paradigma da saída das ruas. Essas táticas incluem a utilização estratégica de abrigos e outros equipamentos públicos, bem como a formulação de narrativas que ressignificam a vivência na rua como uma escolha, ainda que condicionada por fatores estruturais.

Isso não significa afirmar que esses mecanismos de produção de cotidianidades não impactem a formulação de subjetividades específicas. Em especial, são subjetividades que instrumentalizam o processo de saída das ruas como um dispositivo regularmente acionado pelas pessoas em situação de rua, seja nos diálogos institucionais com equipes técnicas, seja no âmbito de discursos públicos ou na validação de instrumentos políticos.

De maneira semelhante a outros contextos, as pessoas idosas em situação de rua – assim como outras faixas etárias – carregam, quase que unanimemente, a narrativa de que a rua não é lugar para se viver. Essa constatação, no entanto, provoca um contraponto significativo quando analisamos a factualidade de suas vivências, que evidenciam, de maneira contraditória, as lacunas que configuram esses discursos.

Outro aspecto que reforça essa dinâmica está relacionado aos dados censitários, que, frequentemente, indicam um alto

número de anos vividos nas ruas por essas pessoas. Esses elementos apontam para uma complexidade no trato com o paradigma da saída das ruas, revelando que, embora esse desejo seja frequentemente verbalizado, ele se encontra atravessado por realidades que nem sempre permitem a concretização de tal narrativa. Assim, a contradição entre os discursos e as práticas evidencia um campo de tensões em que a saída das ruas opera não apenas como desejo, mas também como dispositivo simbólico e político, capaz de traduzir tanto as aspirações individuais quanto as insuficiências das políticas públicas.

A noção de mobilidade, conforme explorada na primeira unidade de sentido deste trabalho, também desempenha um papel crucial nesse contexto. Os trânsitos entre a rua e os dispositivos institucionais revelam, não apenas, uma adaptação às condicionalidades impostas pelas políticas públicas, mas, também, uma resistência ao que Michel de Certeau (2014) denominou de “estratégias de controle”. Nesse sentido, a mobilidade não é apenas uma necessidade prática, mas também uma forma de agência que reconfigura os usos e significados do espaço urbano e de toda sua economia institucional.

Outra dimensão fundamental para a compreensão do paradigma da saída das ruas é a relação entre o envelhecimento e a produção de sentidos atribuídos à finitude. Como observado em diversas entrevistas e relatos de campo, o processo

de envelhecimento tende a acentuar o desejo — e, em alguns casos, a necessidade — de sair das ruas. Esse desejo, no entanto, não é homogêneo e deve ser analisado à luz das trajetórias individuais e das dinâmicas de subjetivação.

O envelhecimento, ao impor limitações físicas e cognitivas, frequentemente desafia as estratégias de sobrevivência que os habitantes de rua desenvolvem ao longo de suas vidas. Essas limitações criam uma ambivalência entre a necessidade de adesão às normas institucionais e a resistência às mesmas, que, em muitos casos, é sustentada por memórias e práticas, que remetem à autonomia construída na rua. Essa tensão revela a complexidade do paradigma da saída das ruas, que, ao mesmo tempo em que busca integrar os viventes a uma vida considerada “normal”, frequentemente ignora os significados e valores atribuídos, por eles, a suas experiências.

Por um lado, o paradigma da saída das ruas reflete as limitações das políticas públicas e das práticas institucionais, por outro, ele aponta para a necessidade de repensarmos as bases epistemológicas e normativas, que sustentam a relação entre o Estado e a população em situação de rua. Essa reconfiguração exige, antes de tudo, uma escuta ativa das narrativas e práticas dos viventes de rua, bem como a valorização de saberes, que emergem de suas experiências cotidianas.

Nesse sentido, a “convivência continuada”, como proposta metodológica defendida pelo Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), oferece um caminho promissor para a construção de políticas públicas e práticas que respeitem a pluralidade e a complexidade das vivências de rua. Essa abordagem, ao priorizar o encontro e a partilha de saberes, possibilita a produção de modelos de cuidado e intervenção que, em vez de reforçar a lógica da transitoriedade, reconhecem a rua como um espaço legítimo de existência.

O envelhecimento, ao se entrelaçar com a vivência em situação de rua, produz novas configurações de sentidos e práticas, que intensificam a relação com o que denominamos de “paradigma da saída das ruas”. A experiência de envelhecer na rua carrega consigo a sobreposição de vulnerabilidades: de um lado, as limitações corporais e os desgastes acumulados ao longo da vida; de outro, a intensificação do estigma social e as expectativas normativas projetadas sobre os corpos envelhecidos. No campo empírico, encontramos narrativas que explicitam o desejo de sair das ruas, como um fenômeno profundamente marcado por essas dinâmicas, que, ao mesmo tempo, se interseccionam com os ritmos urbanos e as exigências institucionais.

A pesquisa demonstrou que, para pessoas idosas em situação de rua, o desejo de sair das ruas emerge frequentemente,

como uma estratégia de sobrevivência diante das limitações impostas pelo processo de envelhecimento. A diminuição da mobilidade física, o agravamento de condições de saúde e a fragilidade crescente tornam mais difícil a manutenção das práticas cotidianas necessárias para viver na rua, como a busca por alimentação, segurança e abrigo. Esse desejo, no entanto, não é meramente individual ou espontâneo; ele é moldado por um campo simbólico e moral, que reforça a inadequação da rua como espaço de existência para idosos, exacerbando a pressão social e institucional, por uma “solução” definitiva.

As instituições, por sua vez, operam na lógica do paradigma da saída das ruas, ao criar um ambiente normativo que valoriza a fixação e a adesão a preceitos institucionais, como condição para a dignidade. Para os idosos, essa pressão adquire uma densidade moral específica, já que o envelhecimento é, frequentemente, associado à incapacidade de autosuficiência e à necessidade de proteção. Ao mesmo tempo, o desejo de sair das ruas não ocorre sem contradições. Muitos viventes, ao expressarem esse desejo, também denunciam os limites das instituições que, frequentemente, ignoram as particularidades das trajetórias de vida e reproduzem violências simbólicas e estruturais.

O desejo de sair das ruas, entre idosos em situação de rua, deve ser compreendido, não apenas como uma resposta às

limitações do envelhecimento, mas também, como um fenômeno relacional, inserido em um campo marcado por dinâmicas de estigma, moralidade e práticas institucionais. Reconhecer essas tensões é fundamental para produzir políticas públicas que não reforcem o paradigma da saída das ruas, mas que promovam estratégias que respeitem a pluralidade de vivências e a dignidade dos sujeitos.

Por fim, nossa última unidade de sentido direciona-se para os contornos do contato com a finitude que, compreendida como a inevitabilidade da morte, adquire contornos específicos e profundos, quando relacionada ao envelhecimento e à situação de rua. Para as pessoas idosas que vivem nas ruas, a proximidade com a morte não é apenas uma questão biológica, mas também social e cultural, entrelaçada a trajetórias de exclusão e marginalização, que configuram a experiência de envelhecer nesse contexto. Nesse sentido, a morte se apresenta, não apenas como um evento terminal, mas como uma realidade cotidianamente densa, continuamente presente nas relações com o espaço urbano, nas interações sociais e na dinâmica das instituições, que deveriam oferecer suporte.

As pessoas em situação de rua vivenciam o envelhecimento de forma particularmente marcada pelas vulnerabilidades impostas pela mobilidade. As condições adversas de saúde, alimentação inadequada e exposição contínua ao clima acen-

tuam a fragilidade dos corpos, muitas vezes já desgastados por anos de privações. Entretanto, o processo de envelhecimento vai além das dimensões biológicas, revelando subjetividades e narrativas sobre a finitude, que são produzidas em meio a um cotidiano permeado por violências simbólicas e materiais. Esse fenômeno é amplificado pela ausência de políticas públicas que reconheçam a especificidade desse grupo, deixando-os à margem de sistemas que poderiam atenuar o impacto de suas condições de vida (Negretti, 2024).

O “paradigma da saída das ruas”, anteriormente discutido, evidencia a complexidade das narrativas sobre a vida e a morte, entre as pessoas idosas em situação de rua. Por um lado, o discurso da saída das ruas aparece como uma estratégia de validação social e política, sendo, frequentemente, acionado em diálogos institucionais, para justificar a permanência temporária em abrigos ou para acessar benefícios. Por outro lado, as vivências dessas pessoas revelam a contradição entre o desejo de sair das ruas e a realidade de um cotidiano que, mesmo marcado por precariedades, é sustentado por redes informais e práticas de sobrevivência, ou seja, também memórias e afetos. A proximidade com a morte, nesse contexto, intensifica a tensão entre o desejo de mudança e a dificuldade de concretizá-lo, em um jogo que envolve tanto as limitações impostas pelas instituições, quanto as subjetividades construídas nas ruas.

A morte, assim, não é percebida, apenas, como o fim inevitável da existência, mas como uma possibilidade sempre iminente, que molda as práticas cotidianas e os modos de interação com o espaço urbano. Nas ruas, o envelhecimento é, frequentemente, associado à perda progressiva de autonomia que, por sua vez, intensifica a sensação de finitude. Esse quadro é agravado pelas condições sociais e culturais, que reforçam o estigma contra os corpos envelhecidos, em sua maioria racializados, e marginalizando, ainda mais, aqueles que não se adequam às expectativas normativas de uma velhice digna. A própria ideia de dignidade, no entanto, é colocada em xeque, quando observamos que, para muitos, a vida na rua é sinônimo de uma luta constante pela sobrevivência, onde a morte se torna um horizonte não apenas inevitável, mas também, em alguns casos, desejado.

Nesse contexto, é relevante mencionar as narrativas das próprias pessoas idosas em situação de rua sobre o envelhecimento e a morte que, frequentemente, revelam um profundo sentimento de resignação, diante das adversidades. As falas recolhidas durante o campo etnográfico são emblemáticas: “Para ter paz, só morrendo” é uma expressão que sintetiza a experiência de quem percebe a morte como uma alternativa ao sofrimento prolongado. Essas narrativas não podem ser dissociadas das condições estruturais, que tornam a vida nas

ruas especialmente desafiadora para os idosos, como a fragilidade das redes de apoio e o acesso insuficiente a serviços de saúde, assistência social e, sobretudo, a um campo social marcado pelo racismo estruturante. No caso das mulheres idosas em situação de rua, as condicionalidades impostas também por questões de hierarquias de gênero.

A ausência de políticas públicas eficazes, voltadas para essa população, reflete a negligência do Estado em reconhecer as especificidades do envelhecimento nas ruas. As instituições de abrigamento, por exemplo, embora representem uma possibilidade de pausa temporária na vida nas ruas, muitas vezes operam com modelos normativos que descon sideram as subjetividades e as trajetórias de vida de seus usuários. Essa lacuna institucional não só perpetua a exclusão social, como também aprofunda a vulnerabilidade emocional e psicológica, reforçando os sentimentos de finitude e a percepção de que a morte é a única saída, para a condição em que se encontram. Essa relação acaba por empurrar essas pessoas para outros trânsitos institucionais, como por exemplo, as “comunidades terapêuticas” ou abrigamentos de longa permanência.

Por outro lado, o cotidiano das ruas revela práticas de resistência, que desafiam a imposição de uma narrativa unidimensional sobre a finitude. Mesmo diante das adversida-

des, as pessoas idosas em situação de rua criam estratégias de sobrevivência, que ressignificam o espaço urbano e produzem formas de sociabilidade que, embora invisibilizadas, sustentam a vida na cidade. Essas práticas, por sua vez, iluminam as limitações das políticas públicas e apontam para a necessidade de abordagens mais inclusivas e participativas, que considerem as vivências e os saberes dessa população, como elementos centrais para a construção de estratégias de cuidado.

Concluir a análise sobre a relação entre envelhecimento, situação de rua e finitude, exige reconhecer a complexidade das dinâmicas envolvidas. Não se trata apenas de apontar os limites das políticas públicas ou de denunciar as condições precárias em que essas pessoas vivem, mas de entender como essas realidades se entrelaçam, para moldar as subjetividades e as práticas de quem vive nas ruas. A proximidade com a morte, nesse sentido, não é apenas um reflexo das condições materiais, mas também uma construção social que emerge das interações cotidianas, das narrativas individuais e dos discursos institucionais. Reconhecer essa complexidade é essencial, para repensar as formas de intervenção e para promover uma comunidade mais justa e solidária, onde o envelhecimento e a morte sejam tratados com a dignidade que todos merecem, independentemente de onde vivam.

Considerações finais

O presente estudo buscou compreender os múltiplos sentidos que envolvem o envelhecimento em situação de rua, considerando as dimensões da mobilidade, do desejo de saída das ruas e da proximidade com a finitude. Ao longo da pesquisa, foi possível evidenciar como as práticas cotidianas, marcadas pela busca de sobrevivência em um contexto urbano excludente, são atravessadas por condicionalidades específicas, como processos corporais e as pressões institucionais para a fixação e adesão aos moldes normativos. Esses fatores não apenas moldam as trajetórias das pessoas idosas em situação de rua, mas também, revelam as insuficiências das políticas públicas na promoção de direitos e no enfrentamento das desigualdades que atravessam essa população.

A unidade de sentido da mobilidade destacou-se, como um eixo central, na reprodução da vida cotidiana nas ruas. Por meio de trânsitos que ressignificam a cidade e suas dinâmicas, as pessoas idosas desenvolvem estratégias de adaptação e resistência, frente às novas demandas impostas pelo processo de envelhecimento. Contudo, a mobilidade revela um paradoxo: enquanto a rua exige movimento contínuo, os corpos envelhecidos solicitam ritmos distintos, frequentemente desconsiderados pelos modelos institucionais vigentes. Essa

tensão entre o corpo e a cidade evidencia a necessidade de ampliar as abordagens interseccionais, para compreender o envelhecimento em situações de extrema vulnerabilidade.

O paradigma da saída das ruas, observado nas narrativas dos participantes, também emerge como uma categoria central para compreender as subjetividades e os discursos dessa população. Se, por um lado, o desejo de sair das ruas carrega um apelo moral e simbólico de dignidade e pertencimento, por outro, as condições concretas para que isso ocorra, frequentemente esbarram nas lacunas estruturais das políticas públicas. A ausência de redes efetivas de cuidado, somada ao estigma que recai sobre a população de rua, aprofunda os desafios para a efetivação desse desejo.

Finalmente, a proximidade com a finitude revelou-se como um aspecto transversal e profundamente marcado por significados complexos. A velhice nas ruas carrega narrativas de sofrimento, abandono e resistência, mas também, de agência e criação de novos sentidos para a vida. A morte, como experiência simbólica e concreta, não apenas marca a trajetória dessas pessoas, mas também interroga as políticas públicas e os modos de produção de cuidados voltados para essa população.

Em suma, este trabalho reafirma a necessidade de um olhar mais integrado e sensível às especificidades da popu-

lação idosa, em situação de rua. O desafio que se apresenta é o de romper com as leituras simplistas e normativas, construindo abordagens que valorizem as vozes e as experiências das pessoas que habitam as ruas, reconhecendo-as como protagonistas de suas histórias. Somente por meio desse deslocamento, será possível avançar na construção de outros horizontes e práticas sociais, que promovam justiça e dignidade social.

Referências

ARACAJU PREFEITURA; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE; MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA; COMUNIDADE CATÓLICA BOM PASTOR; PASTORAL DE RUA. Relatório sobre a População em Situação de Rua em Aracaju – SE 2024: Sumário Executivo. Aracaju: Prefeitura de Aracaju, UFS, MNPR, Comunidade Católica Bom Pastor, Pastoral de Rua, 2025.

ARACAJU. *Censo da população em situação de rua de Aracaju: relatório preliminar*. Coordenação: Grupo de Trabalho Pop Rua. Aracaju: Secretarias Municipais da Família e da Assistência Social; da Saúde, 2024. Dados não publicados (no prelo).

ARAUJO, Erick Matheus dos Santos. Rua: ainda não

aprenderam a contar: população em situação de rua e a produção censitária no Brasil. 2024. 89 f. Monografia (Especialização) - Departamento de Direitos Humanos e Saúde, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2024.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.

BARROS, Matheus de Oliveira. *Retratos em papelão: circuitos, classificações e vivências nas ruas de Feira de Santana – BA*. 2021. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2021.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa Idosa**. Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009a. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 24 dez. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 5 nov. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009b.

BRÊTAS, A. C. P. et al. Saúde e qualidade de vida de moradores de rua idosos. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 26, n. 10, p. 2222-2230, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 26 nov. 2024.

BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein. Corpocidade: arte enquanto micro-resistência urbana. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 337-350, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.corpocidade.dan.ufba.br/>.

BUENO, E. M. Velhices e situações de rua: etnografia sobre o envelhecimento e desigualdade urbana. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CARVALHO, G. S. Interseccionalidade e envelhecimento na rua: desafios e resiliências. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n. 1, p. 125-139, 2021.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. 22^a ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

DEBERT, G. G. A reinvenção da velhice: socialização e

processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da USP, 1999.

DELUCCA, Daniel. Sobre o nascimento da população de rua: trajetórias de uma questão social. In: CABANNES, R.; GEORGES, I.; RIZEK, C.; TELLES, V. (Org.). **Saídas de emergência**. São Paulo: Boitempo, 2011.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. São Paulo: Anablume; FAPESP, 2009

GARDELLA, Édouard. A urgência como cronopolítica: o abrigo para pessoas em situação de rua. In: RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel (Org.). **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: EdUFSCar, 2016. p. 141-174.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2014

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Projeções da população: Brasil e Unidades da Federação. Brasília: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 nov. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ci-

dades e Estados: Aracaju (SE). Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/se/aracaju.html>. Acesso em: 5 nov. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Estimativa da população em situação de rua no Brasil. Brasília; Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7289/1/td_2246.pdf

LEFEBVRE, Henri. **Elementos de ritmanálise e outros ensaios sobre temporalidades**. Tradução de Flávia Martins e Michel Moreaux. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.

LOPES, M. S. M. Veia arada: velhices e situações de rua, uma etnografia. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

MACHADO, A. B. Grande Aracaju: processo de uma metropolização emergente. 189f. Dissertação (Mestrado Geografia) – Universidade Federal de Sergipe – 1990

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. C. Desafios do envelhecimento em situação de rua: exclusão e vulnerabilidade. *Revista Estudos Interdisciplinares em Envelhecimento*, v. 10, n. 2, p. 150-168, 2016

MENEZES, P.; FERREIRA, R. S. Políticas públicas e população idosa em situação de rua: uma análise crítica. *Revista Katálysis*, v. 23, n. 3, p. 434-449, 2020.

MIGLIARI, Walter. *Levantamento da população em situação de rua em Aracaju: análise de dados de 2022*. Observatório Brasileiro de Políticas Públicas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2022. Disponível em: <https://www.ufmg.br/observatorio/>. Acesso em: 6 nov. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. ***O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde***. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

NEGRETTI, N. D. Envelhecimento, exclusão e políticas públicas: repensando a intersecção entre velhice e situação de rua. *Revista Serviço Social e Sociedade*, v. 47, n. 4, p. 760-775, 2023.

NERI, A. L. *Psicologia do envelhecimento: perspectivas e desafios*. Campinas: Papirus, 2001.

OLIVEIRA, Tatiane Vieira Martins de. **Processo de envelhecimento, velhice e vulnerabilidade no contexto de situação de rua**. 2020. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

RIBEIRO, Sarah Karenine Paes. A modernidade e a rua: a calçada-mosaico em pedra portuguesa como passeio público e espaço artístico. In: LEITE, Rogério Proença; SOUZA, Eder Claudio Malta (Org.). *Cidades e patrimônios culturais: investigações para a iniciação à pesquisa*. Aracaju: Edufs, 2013. 384 p

RIZEK, Cibele Saliba. Etnografias urbanas: cultura e cidade de dentro e de perto. *Redobra*, v. 4, n. 12, p. 19-24, nov. 2013. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/12/redobra12_EN3_cibele.pdf. Acesso em: 5 nov. 2024.

SILVA, M. L. L. Trabalho e população em situação de rua no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

STOFFELS, Marie Ghislaine. *Os mendigos na cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

Matheus de Oliveira Barros – Cientista Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Pós-Graduado em Direitos Humanos e Contemporaneidade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS –UFRB). Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Integrante do Movimento Nacional População de Rua (MNPR –Núcleo Feira de Santana –BA e Aracaju – SE). Ganador do Prêmio Troféu Maria Lúcia pelos serviços prestados à população em situação de rua.

E-mail: mbprofissional@hotmail.com

Camilla Martins Albuquerque – Bacharel em Psicologia pela Universidade Tiradentes (UNIT) e Mestranda em Processos de Subjetivação

e Política, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI/UFS). Com experiência no campo da Saúde Mental (Coordenação da Rede de Atenção Psicossocial do Município de Aracaju), População em Situação de Rua e manejo clínico voltado ao uso abusivo de Álcool e outras drogas.

E-mail: psi.camillamartins@gmail.com

Ludimila de Oliveira Barros – Licenciada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e Mestre em Educação, Sociedade e Contemporaneidade, pelo programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UEFS).

E-mail: umataldeludi@gmail.com

Capítulo II

Lazer e envelhecimento: desejos e barreiras entre a população idosa da Ilha de Cotijuba, em Belém do Pará

Matheus Yuri de Oliveira Rosa

Flavio Henrique Souza Lobato

Ana Paula Melo de Moraes

Juliana de Azevedo Hamoy

Mirleide Chaar Bahia

Introdução

O lazer, frequentemente subestimado e, considerado pelo senso comum como uma futilidade, tem-se revelado um importante recurso para combater, não apenas enfermidades, mas também, os estigmas sociais sobre o envelhecimento¹, além do abandono e a solidão, que muitas pessoas idosas enfrentam, durante o envelhecer (Lobato *et al.*, 2024). O lazer, portanto, dispõe de uma relevância em todas as etapas da vida, sobretudo durante a velhice, ao atuar na prevenção do desenvolvimento de transtornos mentais e/ou neurocognitivos, como a depressão e o Alzheimer (Olaru *et al.*, 2023) – dificuldades comumente enfrentadas por pessoas idosas.

Especialistas² ressaltam que atividades de lazer, especialmente aquelas realizadas em grupo, junto a outros fatores, têm sido essenciais na manutenção da saúde mental, apontando, inclusive, os prejuízos significativos decorrentes de sua ausência. Seja por meio da prática de exercícios físicos, seja a partir da participação em festas e celebrações com amigos e familiares, o lazer pode, metaforicamente, funcionar como um verdadeiro antídoto contra o desgaste das obrigações e os

1 Ver Fontes; Côte, 2023.

2 Como Hadi; Bakker; Häusser, 2021.

desafios diários que tendem a envenenar o bem-estar emocional das pessoas idosas (Barata *et al.*, 2024).

Contudo, o lazer – e muitas práticas associadas a ele – é enviesado por inúmeros padrões sociais, culturais e econômicos que, por vezes, impõem um lazer ideal, adequado ou correto. Esse lazer, denominado lazer convencional, tende a valorizar determinadas práticas em detrimento de outras, às quais são consideradas únicas, exclusivas e legítimas³. Tal processo produz uma cegueira em relação aos modos de existir, pensar, conceber e vivenciar o lazer. Assim, o lazer convencional gera uma expectativa em pessoas de diferentes faixas-etárias e/ou condições financeiras para experimentar determinadas práticas.

Nessa perspectiva, em relação às práticas convencionais de lazer, a pesquisa “Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas”, organizada por Stoppa e Isayama (2017), identificou que a viagem foi a prática de lazer mais almejada entre os participantes (Bahia; Brito, 2017) – por influências da tevê e da *internet*, que veiculam as viagens, os cruzeiros etc., como um tipo ideal de lazer a ser conhecido. Em relação à pessoa idosa, a imposição de práticas convencionais de lazer provoca uma séria problemática, pois essa população passa a acreditar que necessita fruir essas experiências,

3 Ver Lobato, 2021; Lobato; Hamoy; Bahia, 2022.

porque passa a compreender que apenas elas são legítimas, bem como para transmitir uma imagem de vitalidade, *status* e/ou de inclusão social.

O lazer convencional, porém, não é acessível para todos. Dentro do sistema capitalista do entretenimento, esse lazer é pensado para gerar lucro. Logo, é formatado para atender a um público específico: aquele que tem condições de arcar financeiramente com os prazeres únicos e exclusivos que esse lazer, em tese, proporciona. O chamado “marketing das emoções” desperta desejo na maioria dos públicos, e essa “pseudonecessidade” é, também, introjetada no subconsciente de diferentes classes sociais e faixas-etárias. De modo inconsciente, muitas pessoas passam a valorizar esse ideário de lazer e deixam, em segundo plano, as diversões que são gestadas no seio de suas práticas culturais cotidianas. Assim, esse modelo invisibiliza as particularidades culturais de populações, povos e comunidades tradicionais da Amazônia, como as da Ilha de Cotijuba – onde a cultura lúdica local da pesca, do artesanato e demais práticas carregam uma identidade construída secularmente⁴.

Entretanto, para muitas pessoas, o desejo de experimentar essas práticas convencionais tende a ser frustrado, tendo

4 Ver Dayan; Lupinacci; Sturaro, 2024.

em vista as barreiras que inviabilizam e filtram quem delas pode fruir. No caso da pessoa idosa, entre as principais, destacam-se as barreiras físicas, naturais da velhice e as forçadas, como as infra estruturais⁵, que limitam a mobilidade, o acesso e o envolvimento. Além disso, as barreiras financeiras também representam um desafio significativo, especialmente em um cenário em que a aposentadoria, ou a ausência dela, oferece uma fonte de renda restrita⁶. Essa limitação financeira dificulta o acesso a lazeres que demandam investimento econômico. De forma paralela, as barreiras sociais e culturais também contribuem com a exclusão das pessoas idosas ao lazer convencional, seja em razão de preconceitos relacionados à idade, seja em face da falta de representatividade e inclusão, seja pela escassez de iniciativas que promovam atividades de lazer adaptadas às necessidades e interesses desse grupo (Pereira, 2019). Tais barreiras ocorrem, entre outros motivos, por ação de uma visão estereotipada do processo de envelhecer, ao subestimar as habilidades e ao negligenciar os desejos da população idosa.

Em locais como a Ilha de Cotijuba (Belém, PA), muitas dessas barreiras emergem com mais intensidade, principal-

5 Conforme apontam Costa, Leão e Campos (2020), Gil et al. (2023) e Silva et al. (2021).

6 Ver Cronemberger; Sousa, 2023.

mente ao se considerar as dificuldades de infraestrutura, de transporte e financeiras, que dificultam a locomoção e o deslocamento das pessoas idosas, seja para realizar compras no comércio local, ou para participar de cultos religiosos e atividades culturais⁷. A falta de equipamentos específicos de lazer para a população idosa de Cotijuba agrava essa problemática, pois a ausência de estruturas que atendam às necessidades desses ilhéus desencadeia outros processos, como o distanciamento, o isolamento social e o adoecimento mental⁸. É nesse cenário que está a relevância de uma análise crítica, acerca do acesso à prática de lazer disponibilizado para a pessoa idosa. Assim, esta pesquisa objetivou analisar as barreiras que dificultam ou impedem o acesso da pessoa idosa da Ilha de Cotijuba a determinadas práticas de lazer desejadas, considerando fatores individuais e sociais.

Metodologia e técnicas

A pesquisa partiu de uma abordagem quantitativa e qualitativa, uma vez que oportunizou a complementaridade de dados numéricos e subjetivos (Prodanov; Freitas, 2013). No

7 Ver Souza; Reis, 2020.

8 Ver Baggio; Santi; Eda, 2024.

âmbito do Projeto de Pesquisa “*Lazer para Envelhecer com Futuro em Comunidades Tradicionais na Amazônia Paraense*”, aprovado no 3º Edital Acadêmico de Pesquisa do Itaú Viver Mais, em parceria com o Portal do Envelhecimento, se buscou identificar os desejos e as barreiras de acesso a práticas de lazer da população idosa da Ilha de Cotijuba (PA).

Sobre as técnicas de investigação, inicialmente realizou-se uma pesquisa bibliográfica, que permitiu a busca, a identificação, a seleção, a revisão e a análise da literatura existente, acerca do envelhecimento e do lazer⁹. Posteriormente, realizou-se a pesquisa de campo - uma técnica que envolve a observação direta e a interação com o ambiente e os sujeitos de estudo. Sua utilização buscou obter informações para uma compreensão mais profunda e contextualizada do *lócus*, dos sujeitos e do objeto de estudo (Gerhardt; Silveira, 2009). Em campo, foi aplicado um questionário, de forma individual, junto a 57 pessoas idosas, residentes na Ilha de Cotijuba (PA). O instrumento de coleta de dados (questionário), a respeito dessa temática, contou com questões que abordavam as vivências de lazer que os participantes gostariam de ter, e as barreiras que inviabilizam a realização dessas vivências de lazer, entre outras questões. Para além da aplicação do questioná-

9 Vf. Marconi; Lakatos, 2011; Severino, 2007.

rio¹⁰, foram usadas observações participantes, como conversas informais e registros fotográficos, a fim de complementar os dados coletados.

Esses dados foram sistematizados por meio do processamento no Programa *Microsoft Office Word* 2016. A análise dos dados quantitativos foi realizada por meio de estatística descritiva, em que se identificou padrões e relações entre as variáveis. Na análise qualitativa, empregou-se os princípios da técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2016), o que permitiu a categorização, a partir da recorrência, e a interpretação das informações obtidas por meio de questionários e observações.

Resultados e discussão

Vivências de lazer que a população idosa de Cotijuba (PA) gostaria de ter

Para compreender os desejos de lazer da população idosa de Cotijuba, perguntou-se aos participantes quais

10 É importante destacar que o questionário somente foi aplicado após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e do Termo de Autorização de Imagem, Som e Texto pelos participantes. Cabe mencionar que a pesquisa contou com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Pará (UFPA) para a sua realização, sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) de nº 80373724.6.0000.0018.

práticas gostariam de vivenciar em seu cotidiano, mas que não conseguem ou não podem, por algum motivo. A partir dessa pesquisa, foram identificadas 23 práticas de lazer que os participantes gostariam de vivenciar (Quadro 1). Os dados obtidos refletem que a maioria das aspirações das pessoas idosas estão centradas em atividades que envolvem viagem e turismo, como passear, turismo fora do estado, visitar familiares. Esses interesses indicam um forte desejo da população idosa em sair do ambiente habitual, explorar novos lugares e/ou visitar alguns conhecidos previamente. No estudo de Lobato, Hamoy e Bahia (2022), é abordado que esses interesses da população, no geral, se dão em razão dela adotar, inconscientemente, uma visão convencional e hegemônica, que tende a buscar por essas práticas consideradas “legítimas”, fora de suas comunidades, sempre que possível.

Quadro 1 – Práticas de lazer que a população idosa de Cotijuba gostaria de realizar

Vivências de lazer que gostariam de ter		
1. Viajar	9. Conhecer novos lugares	17. Brincar
2. Passear	10. Provar novas gastronomias	18. Jogar bola

3. Sair de casa	11. Costurar	29. Ajudar o próximo
4. Ver as novidades	12. Pintura	20. Ir ao MMIB* com mais frequência
5. Turismo fora do estado	13. Crochê	21. Fazer faculdade
6. Sair mais	14. Mexer com massas para vender	22. Unir com as pessoas
7. Fazer amizades	15. Fazer coxinha	23. Ir à Ponta de Pedras
8. Visitar a família	16. Praticar atividades físicas	

Fonte: Pesquisa de campo (2024).

*Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém

Para além das atividades turísticas, os interlocutores da pesquisa também expressaram o desejo por maior interação social. Fazer novas amizades, se reunir com outras pessoas e ajudar o próximo são indicativos de que momentos de socialização são fundamentais para o bem-estar da população idosa da ilha. Além disso, muitos manifestam interesse em atividades manuais e criativas, como gastronomia, costura, pintura e artesanato – práticas que, não apenas, oferecem lazer, mas também podem gerar renda, especialmente em uma comunidade insular, onde as oportunidades são mais restritas. Outros interesses mencionados pelos participantes, não

necessariamente ligados a lazer, incluem o desejo de cursar uma faculdade e participar de atividades físicas. Nesse contexto, um ponto que chamou bastante atenção foi o uso recorrente do verbo “sair” associado à ideia de lazer desejado. Para muitos entrevistados, como não há opções de lazer na própria comunidade, há um desejo constante de sair em busca das experiências promovidas pela televisão e pela *internet* (Lobato, 2021).

As práticas apresentadas no Quadro 1 foram classificadas de acordo com os conteúdos culturais do lazer, proposto por Dumazedier (1979), complementado por Camargo (1986) e Schwartz (2003, 2023). Dessa forma, identificou-se que, entre os conteúdos, 66,67% dos participantes da pesquisa gostariam de realizar atividades turísticas, 29,82% atividades sociais e 12,28% algum tipo de atividade física e manual, respectivamente (Tabela 1). Outrossim, apenas 3,51% pretendiam realizar algum tipo de atividade intelectual e artística. Nessa perspectiva, após a análise das práticas de lazer que a população idosa de Cotijuba gostaria de realizar, pôde-se compreender que há um expressivo interesse dessas pessoas idosas em realizar atividades turísticas, embora sintam vontade também de realizar atividades voltadas para a socialização, manutenção da saúde e para a produtividade.

Tabela 1 – Conteúdos das práticas de lazer que a população idosa de Cotijuba (PA) gostaria de realizar

Classificação das práticas de lazer de acordo com os conteúdos			
Conteúdo	Descrição de Atividades	n	%
Turísticos	Que envolvem deslocamento e exploração de novos lugares.	38	66,67
Sociais	Que envolvem interação social e convivência com outras pessoas.	17	29,82
Físicos	Que envolvem movimento corporal e esforço físico.	7	12,28
Manuais	Que envolvem o uso das mãos para criar ou trazer algo.	7	12,28
Intelectuais	Que envolvem o uso da mente para aprender, refletir ou analisar.	2	3,51
Artísticos	Que envolvem criatividade e expressão artística.	2	3,51

Fonte: Pesquisa de campo (2024).

Acerca das motivações, o desejo de realização das atividades mencionadas é por inúmeras questões, as quais foram agrupadas de acordo com fatores intrínsecos (fatores internos) e extrínsecos (fatores externos), e reagrupadas de acordo com as seguintes categorizações: 1) Satisfação pessoal e bem-estar, 2) Manutenção da saúde e 3) Socialização (Quadro 2). Há, portanto, inúmeros aspectos que motivam o desejo de realização de todas essas atividades, como a possibilidade de proporção-

nar redução do estresse, melhoria da saúde física e mental, aumento da auto-estima e do bem-estar, prevenção de doenças, apoio emocional e socialização, entre outras (Lobato; Hamoy; Bahia, 2022). As respostas revelam como o lazer pode divergir, conforme as necessidades, os interesses e os contextos sociais e/ou individuais (Gomes, 2011, 2014). Nesse contexto, 96,49%, ou praticamente a totalidade dos entrevistados afirmam que essas atividades podem ser consideradas como lazer.

Quadro 2 – Motivações do desejo de realização das práticas mencionadas como lazer

Fatores	Categorizações	Motivações
Intrínsecos	1) Satisfação pessoal e bem-estar	“Bem-estar”, “satisfação”, “por conta do descanso”, sair de casa já é um lazer”, “eu me divirto e passeio”, “ficaria feliz em ver as pessoas em Ponta de Pedras”, “viajar seria um lazer”, “viajar faz parte do lazer”, “olhar o mundo com os próprios olhos”, “para conhecer as belezas do nosso país”, “para conhecer outros lugares”.
	2) Manutenção da saúde	“Melhorar a saúde”, “fortalece a saúde”, “por conta dos exercícios realizados, me sinto bem e quero viver mais”.
Extrínsecos	3) Socialização	“reunir com os amigos é um lazer”, “para ver outras pessoas”, “ficaria feliz em ver as pessoas em Ponta de Pedras”, “para ver o novo”.

Fonte: Pesquisa de campo (2024).

A socialização, assim como a participação em práticas de lazer, é fundamental para a manutenção da qualidade de vida da pessoa idosa, devido o favorecimento a um envelhecimento saudável e ativo. De acordo com Ribeiro, Neri e Yassuda (2018, p. 245), viver ativa e produtivamente faz com que “[...] uma pessoa possua um propósito de vida – uma das seis dimensões do bem-estar psicológico, referindo-se à sensação de que a vida faz sentido e tem direção, quando os objetivos podem ser cumpridos”. A exclusão social e as disparidades territoriais privam os idosos de Cotijuba do acesso ao lazer, diferentemente do que se observa nas áreas centrais, transformadas em espaços de consumo (Lobato; Bahia, 2023). Logo, de acordo com as dinâmicas do lazer convencional, é possível observar que, na cidade de Belém, há uma tendência de que “[...] quanto mais longe do centro urbano, menos serviços e espaços de lazer são disponibilizados à população” (Lobato, 2021, p. 188).

Barreiras que inviabilizam as vivências de lazer de pessoas idosas em Cotijuba

Durante o envelhecer, diversas barreiras de acesso ao lazer são identificadas, como as que inviabilizam e/ou obliteram vivências, por diferentes razões. Em relação às barreiras que inviabilizam as práticas de lazer entre a população idosa de Cotijuba,

conforme a Tabela 2, de forma expressiva, 66,67% dos participantes afirmaram que uma das barreiras é a financeira, enquanto que para 42,11%, são barreiras físicas, 33,33% barreiras sociais, 21,05% culturais e 8,77% outros tipos de barreiras. Apesar de Silva (2023) abordar especificamente as barreiras percebidas na prática de atividades físicas entre a população idosa, sua análise permite correlacionar as diferentes dificuldades, que surgem ou são percebidas na adesão e no abandono de práticas de lazer em grupo, por essa comunidade. Considerando as inúmeras contribuições que o lazer oferece, essas barreiras podem impactar significativamente na qualidade de vida de pessoas idosas.

Tabela 2 – Barreiras que inviabilizam as práticas de lazer entre a população idosa de Cotijuba (PA)

Classificação das barreiras que inviabilizam as práticas de lazer			
Barreiras	Descrição	n	%
Financeiras	Falta de recursos para participar de certas atividades, etc.	38	66,67
Físicas	Falta de infraestrutura adequada, acessibilidade limitada etc.	24	42,11
Sociais	Falta de apoio familiar, discriminação, etc.	19	33,33
Culturais	Normas/convenções sociais, costumes culturais que desencorajam a participação em certas atividades etc.	12	21,05
Outras	Outros tipos de barreira que possam surgir	5	8,77

Fonte: Pesquisa de campo (2024).

No que concerne às barreiras financeiras, por vezes as pessoas idosas consideram o dinheiro como um recurso básico para a vida, necessário para atender necessidades diárias, seja para viver bem e ser feliz, seja pelo fato de propiciar a busca por uma tranquilidade e satisfação interior (Pichler *et al.*, 2019), conforme as motivações e os desejos expostos no Quadro 2. Contudo, o pouco conhecimento sobre educação financeira, em especial por parte da população idosa, é um fator determinante para o superendividamento e/ou gastos para além das condições financeiras, sobretudo quando essas pessoas acabam por destinar a maior parte de seu recurso para cobrir despesas essenciais, como medicamentos, alimentação e moradia¹¹. Essas prioridades e preocupações, expressas pela população idosa da ilha de Cotijuba, são justificáveis, uma vez que os recursos financeiros disponíveis, quando existentes, não são prioritariamente direcionados à realização de práticas de lazer, pois não são consideradas uma necessidade de primeira instância.

Além das financeiras, as barreiras físicas também foram recorrentemente mencionadas pelos interlocutores da pesquisa. Em rápida visita à ilha, se observa que a infraestrutura básica é um dos principais obstáculos ao acesso das pessoas

11 Ver Cronemberger; Sousa, 2023; Lima; Morais, 2024.

idosas a determinados espaços e serviços, pois dificulta, significativamente, a mobilidade da população idosa a consultas médicas, visitas a parentes e amigos e práticas de lazer (Figura 1). Ademais, Gomes *et al.* (2019) destacam que as condições de saúde física constituem uma das principais barreiras entre as pessoas idosas. Embora tenham o desejo de participar de atividades de lazer, faz-se necessário uma infraestrutura adequada na ilha de Cotijuba, que seja implementada para mitigar essas barreiras físicas e incentivar a participação da população idosa em práticas de lazer.

Figura 1 – Infraestrutura urbana precária na Ilha de Cotijuba (PA)



Fonte: Pesquisa de campo (2024).

Com relação à disponibilidade de espaços de lazer em Cotijuba, 82,46% dos participantes afirmam haver espaços específicos de lazer na ilha, contrariamente a 17,54%. No entanto, 73,69% alegam que não os frequentam e 54,39% informam que os espaços não são acessíveis à população idosa (Tabela 3). Nessa perspectiva, os dados sobre a disponibilidade, a frequência e a acessibilidade dos espaços de lazer para pessoas idosas em Cotijuba revelam que, embora a maioria reconheça que existem espaços de lazer na ilha, é expressivo o número dos que não os frequentam. Esse dado indica que, tão somente a existência, não é suficiente para garantir que os espaços sejam utilizados pela comunidade idosa.

Tabela 3 – Disponibilidade, frequência e acessibilidade de espaços de lazer para pessoas idosas em Cotijuba (PA)

Espaços de lazer em Cotijuba		<i>n</i>	%
Existem?	Sim	47	82,46
	Não	10	17,54
Frequentam?	Sim	15	26,31
	Não	42	73,69
São acessíveis?	Sim	19	33,33
	Não	31	54,39
	Mais ou menos	7	12,28

Fonte: Pesquisa de campo (2024).

Adicionalmente, as barreiras de acesso a espaços de lazer na ilha de Cotijuba, como praças, praias e locais de celebrações religiosas e culturais, são reflexo da configuração espacial, pois os poucos locais específicos de lazer disponíveis estão situados na parte considerada central. Em razão disso, não são acessíveis a todas as pessoas idosas – a deficiente infraestrutura das vias terrestres impede muitas pessoas idosas de chegar a esses locais. Por outro lado, outra questão relevante envolve o turismo na ilha. A organização de certos espaços para atender especificamente à crescente demanda turística acaba por restringir o acesso dos moradores. Esse processo altera a natureza dos espaços públicos, transformando muitos deles, antes “[...] lugares de celebração da diversidade e da co-presença de uma pluralidade de públicos” (Souza, 2018, pp. 14), em áreas de uso privado com barreiras simbólicas que restringem o acesso.

As barreiras sociais e culturais também desempenham um dos principais fatores que distanciam a população idosa do acesso ao lazer. Comumente, essas barreiras estão associadas a estereótipos e preconceitos de uma visão limitada do envelhecer, que subestima as capacidades e os interesses da população idosa e a afasta de atividades de lazer (Pereira, 2019). Ademais, a falta de iniciativas e espaços destinados ao lazer reforça essa exclusão. Na ilha de Cotijuba, onde as práticas culturais compõem as identidades da comunidade, o la-

zer convencional, refletido no turismo predatório, contribui para desvalorizar e invisibilizar essas práticas¹², o que contribui para o isolamento da população idosa em tempos de alta temporada da atividade turística.

Para além das barreiras citadas, Souza e Reis (2020) pontuam que as dificuldades enfrentadas pela comunidade idosa da ilha de Cotijuba – como a carência educacional, o baixo nível de escolaridade, a renda limitada, a escassez de opções de lazer, de esportes e atividades físicas, juntamente com a falta de saneamento básico, infraestrutura inadequada, insegurança alimentar e sedentarismo – potencializam as vulnerabilidades. Esses fatores, associados a episódios de abandono, violência e falta de afeto, impactam negativamente na qualidade de vida (Nascimento et al., 2021). Tais questões propiciam o surgimento de diversos problemas de saúde física e mental na população idosa de Cotijuba. Destaca-se que essas dificuldades dependem das diferentes condições de vida, laborais, renda etc. (Souza; Reis, 2020).

Na Ilha de Cotijuba, a problemática de acesso ao lazer pelas pessoas idosas, agravada pelas barreiras retro-citadas, torna o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) o principal facilitador a atividades e a práticas de lazer para

12 Ver Lobato, 2021; Lobato; Bahia, 2023.

essa parcela da população. As atividades promovidas e realizadas dentro da associação, bem como a organização anual de passeios pela ilha, oportunizam conhecer as praias da ilha e/ou revisitá-las, o que se configura como elementar, na promoção da inclusão social da população idosa. Nesse sentido, de certa forma, os passeios pela ilha vão de acordo com os desejos da maioria dos participantes que desejam realizar atividades turísticas. A Figura 2 mostra as pessoas idosas durante a devolutiva realizada pelo Projeto “Lazer para envelhecer com futuro” e pelo MMIB, em 2024, na Praia de Flexeiras.

Figura 2 – Pessoas idosas em um passeio promovido pelo MMIB na Praia de Flexeiras



Fonte: Pesquisa de campo (2024).

Ainda sobre os dados da pesquisa, 100% dos entrevistados consideram que a participação em atividades de lazer contribui para o bem-estar. Essa unanimidade reforça a importância do lazer como um fator fundamental para a garantia e/ou manutenção da qualidade de vida de pessoas idosas em contextos rurais. Por outro lado, embora haja esse reconhecimento, a realidade vivenciada pela população idosa de Cotijuba demonstra uma inconsistência entre o valor atribuído ao lazer e o acesso efetivo a ele. Nesse sentido, as barreiras físicas, sociais, financeiras, culturais, entre outras, atreladas à ausência de espaços acessíveis de lazer e a baixa frequência de ida a esses locais, limitam o acesso da pessoa idosa a práticas capazes de incentivar um envelhecimento saudável e ativo.

Conclusão

Ao se considerar o objetivo proposto neste capítulo – analisar as barreiras que dificultam ou impedem o acesso da pessoa idosa que reside em Cotijuba a certas práticas de lazer desejadas –, conclui-se que, apesar de o forte desejo por práticas de lazer relacionadas a viagens e turismo, diversas barreiras impedem que essa parcela da população vivencie essas práticas. Tais barreiras decorrem do anseio que muitas pessoas

idosas da ilha passaram a ter por um lazer convencional, exógeno e imposto à realidade local. Esse modelo padronizado de lazer, além de ser inacessível, devido a limitações de diferentes ordens, reforça a ideia de que um “lazer ideal” está fora de Cotijuba, o que acentua a vontade de sair da ilha para vivenciá-lo e, com efeito, incita à frustração dessa população, ao não conseguir acessá-lo.

Entre as identificadas, as barreiras financeiras são apontadas como o principal impedimento de acesso a certos lazeres, o que reflete a hipossuficiência econômica enfrentada por muitas pessoas idosas da ilha. As barreiras físicas, especialmente a infraestrutura urbana deficiente, com ausência de saneamento básico, vias de acesso esburacadas, ausência de transporte público etc., agravam o problema, pois dificultam a mobilidade e a participação de pessoas idosas em atividades fora de casa, o que compromete, ainda mais, seu acesso a experiências de lazer. Embora existam espaços de lazer na ilha de Cotijuba, a maior parte dos participantes não os frequentam, principalmente devido à falta de infraestrutura (no sentido de estruturas físicas que facilitem a mobilidade e a estada de pessoas idosas nesses espaços) e à localização centralizada desses locais, o que os torna inacessíveis, para muitos. Esse cenário revela que a mera existência de espaços não garante o acesso da população idosa.

Para além das barreiras estruturais, os estereótipos e os preconceitos associados ao envelhecimento também foram identificados como barreiras sociais e/ou culturais, que dificultam o acesso ao lazer. Na ilha de Cotijuba, o Estado, os empresários e a sociedade frequentemente subjugam os direitos, as necessidades e os interesses da população, em detrimento ao lucro gerado pela atividade turística. O turismo de massa, que caracteriza o fluxo de visitantes da ilha, tem maior importância nas ações públicas que outros serviços públicos urbanos, como saúde, educação e lazer. Ademais, as transformações socioespaciais, impulsionadas pelo turismo, têm levado à substituição de várias práticas e espaços de lazer tradicionais, que antes eram parte integrante da vida dos moradores locais, e agora, são majoritariamente apropriados pelos visitantes.

Tal processo gera uma dinâmica de exclusão, em que as atividades culturais cotidianas dos habitantes, especialmente os mais velhos, são progressivamente marginalizadas, em favor de um modelo de lazer voltado para o consumo externo. Essa dinâmica não apenas desvaloriza as práticas culturais locais, mas também afasta a população idosa dos espaços públicos de lazer e sociabilidade e, por consequência, gera um sentimento de desconexão com seu próprio território – fato que os motiva, ainda mais, a querer sair da ilha, para fruir

do lazer convencional. Superar essas barreiras projetadas pela lógica do lazer/turismo convencional implica reconhecer que ele é uma imposição externa que não necessariamente reflete as necessidades e o contexto da população idosa local. Para tanto, é essencial valorizar as práticas, os espaços/tempos, os sentidos e os significados dos lazeres próprios da ilha e que promovam um envelhecimento conectado às ancestralidades e às identidades locais.

Nessa direção é que surgem as iniciativas comunitárias, como as promovidas pelo MMIB, como alternativas fundamentais para minimizar as barreiras de acesso ao lazer entre as pessoas idosas da ilha e valorizar as produções culturais locais. Tais iniciativas evidenciam que, embora as barreiras ao lazer ainda sejam expressivas, é possível superá-las, com políticas e ações inclusivas que levem em consideração as especificidades do envelhecimento, a fim de promover acessibilidade, inclusão e respeito às particularidades dessa população. O lazer na velhice, sobretudo em contextos insulares como o de Cotijuba, deve ser entendido como uma necessidade humana capaz de potencializar um envelhecimento e uma longevidade saudáveis.

Ao se considerar que muitos estudos são realizados em uma perspectiva “vampiresca”, isto é, coletam dados e não geram nenhum tipo de retorno às comunidades estudadas,

como compromisso ético, acadêmico e social, realizou-se uma devolutiva, aos participantes da pesquisa na Ilha de Cotijuba. A devolutiva, por meio de rodas de conversa e das brincadeiras elaboradas e executadas pelos pesquisadores, possibilitou momentos de diversão, socialização e ativação da memória. Ao fugir de um extrativismo acadêmico, essa ação possibilitou aos autores compreender que é preciso investigar esses contextos mais a fundo, não apenas com questionários ou roteiros instrumentalizados de pesquisa, pois eles ainda nos dizem muito pouco sobre a realidade.

No mais, ao se constatar que as barreiras de acesso democrático ao lazer exigem uma resposta por parte das políticas públicas locais, para garantir que o lazer seja um direito universal e constitucional, assegurado à pessoa idosa em seu ambiente habitual, também como devolutiva, enviou-se algumas proposições ao poder público local, quais sejam: (1) implementar uma unidade da “Casa da Pessoa Idosa” na ilha de Cotijuba, essa criação ajudaria a desafogar a demanda reprimida na única unidade existente, situada no centro urbano de Belém; (2) construir espaços públicos de lazer em diferentes áreas da ilha, a fim de torná-los acessíveis e adaptados a população idosa; e (3) criar programas e projetos de valorização das brincadeiras tradicionais da ilha.

Referências

BAGGIO, A. C.; SANTI, C. W.; EDA, J. H. Velhices rurais. *In: CÔRTE, B.; LOPES, R. G. C. (org.). **Verbetes:** velhices plurais. São Paulo: Portal Edições, 2024. p. 12-16.*

BAHIA, M. C.; BRITO, R. S. O lazer do brasileiro: como é vivenciado o tempo. *In: STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. (org.). **Lazer no Brasil:** representações e concretizações das vivências cotidianas. Campinas: Autores Associados, 2017. p. 95-110.*

BARATA, J. C. L. HAMOY, J. A. LOBATO, F. H. S.; ALBERTO, D. P. S. Lazer e saúde mental no contexto da pandemia da covid-19: algumas lições aprendidas. **Licere**, Belo Horizonte, 2024 (No prelo).

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

CAMARGO, L. O. L. **O que é lazer.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CÔRTE, B.; LOPES, R. G. C. Apresentação. *In: CÔRTE, B.; LOPES, R. G. C. (org.). **Verbetes:** velhices plurais. São Paulo: Portal Edições, 2024. p. 1-6.*

CRONEMBERGER, G. L.; SOUZA, R. C. Caring for dependent older adults and their caregivers: a challenge for societies. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 1-2, 2023.

COSTA, R. S.; LEÃO, L. F.; CAMPOS, H. L. M. Envelhecer na zona rural do interior do estado do Amazonas, desempe-

nho cognitivo, funcionalidade e percepção de saúde: um estudo transversal. **Revista Kairós-Gerontologia**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 1516-2567, 2020

DAYAN, D.; LUPINACCI, A.; STURARO, A. Velhices ri-beirinhas. *In*: CÔRTE, B.; LOPES, R. G. C. (org.). **Verbetes: velhices plurais**. São Paulo: Portal Edições, 2024. p. 81-87.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

FONTES, A.; CÔRTE, B. (Org.). **O QUE É...** Conceitos básicos para entender o envelhecimento. 1. ed. São Paulo: Portal do Envelhecimento, 2023. v. 1. 61p.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

GIL, P. R.; MARINHO, A.; CORREA, P. M. S. CAPANEMA, B. S. V.; ANTUNES, G. A.; MAZO, G. Z. Projeto sc100: vivências no lazer, atividades físicas e ócio de pessoas idosas centenárias. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 83-99, 2023.

GOMES, C. L. Estudos do lazer e geopolítica do conhecimento. **Licere**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 1-26, 2011

GOMES, C. L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 3-20, 2014.

GOMES, G. A. O.; PAPINI, C. B.; NAKAMURA, P. M.;

TEIXEIRA, I. P.; KOKUBUN, E. Barreiras para prática de atividade física entre mulheres atendidas na Atenção Básica de Saúde. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, v. 41, p. 263-270, 2019.

HADI, S. A.; BAKKER, A. B.; HÄUSSER, J. A. The role of leisure crafting for emotional exhaustion in telework during the COVID-19 pandemic. **Anxiety Stress Coping**, [S. l.], v. 34, n. 5, p. 530-544, 2021.

LIMA; L. I.; MORAIS, H. A. R. A Importância da educação financeira na prevenção do superendividamento de idosos por empréstimos consignados. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE**, São Paulo, v. 10, n. 8, p. 3366-3380, 2024.

LOBATO, F. H. S. **Matando a fome de lazer “lá no meu setor”**: práticas e sociabilidades na periferia de Belém (PA). 2021. 242 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

LOBATO, F. H. S.; BAHIA, M. C. Disadvantaged communities and leisure: an ethnographic study in the countryside of the Brazilian Amazon. **World Leisure Journal**, Londres, v. 66, n. 52, p. 1-18, 2023.

LOBATO, F. H. S.; HAMOY, J. A.; BAHIA, M. C. Do Lazer convencional a outros entendimentos e práticas na periferia de Belém (Pará–Brasil). **Revista Portuguesa de Pedagogia**,

Coimbra, v. 56, p. e056017-e056017, 2022.

LOBATO, F. H. S.; ROSA, M. Y. D. O.; MORAIS, A. P. M. D.; HAMOY, J. D. A. Lazer no envelhecer: práticas e espaços vivenciados por pessoas idosas da Ilha de Cotijuba (Belém, PA). **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 470–490, 2024.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLARU, G.; LAUKKA, E. J.; DEKHTYAR, S.; SARWARY, A.; BREHMER, Y. Association between personality traits, leisure activities, and cognitive levels and decline across 12 years in older adults. **Psychology and Aging**, Worcester, v. 38, n. 4, p. 277-290, 2023.

PEREIRA, P. V. V. Práticas sociais de lazer e suas relações nos espaços públicos Estação das Docas e Ver-O-Rio em Belém – Pará. 2019, 142 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

PICHLER, N. A. *et al.* Reflections on the perception of the elderly regarding happiness and money. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 1-9, 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade FEEVALE, 2013.

RIBEIRO, C. C.; wr Brazilian older adults. **Dementia & Neuropsychologia**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 244-249, 2018.

SCHWARTZ, G. M. Lazer virtual 20 anos depois: homo zappiens e metalazer na pós-humanidade. **Motricidades: Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana**, São Carlos, v. 7, n. 2, p. 105-113, 2023.

SCHWARTZ, G. M. O conteúdo virtual: contemporizando Dumazedier. **Licere**, Belo Horizonte, v. 2, n. 6, p. 23-31, 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, K. J. B. **Barreiras percebidas à prática de atividade física e sua relação com fatores sociodemográficos, ambientais e comportamentais em idosos**. 2023. 82 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Centro de Desportos e Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

SILVA, M. M. B. S.; MARINHO, C. S.; SAMPAIO, E. S.; SILVA, R. S.; PIRES, C. G. S.; FRAGA, Ê. N. Qualidade de vida de idosos com insuficiência cardíaca. **Ciencia y Enfermeria**, Concepción, v. 27, n. 1, p. 1-11, 2021.

SOUZA, A. F. D. Os espaços públicos nas cidades contemporâneas: uma (re) visão. **Geografares**, Vitória, v. 26, n. 3, p. 1-30, 2018.

SOUZA, R. C. B.; REIS, R. G. Políticas públicas de esporte, cultura e lazer *versus* Inatividade física: uma análise em idosos da ilha de Cotijuba/PA. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 9, p. 68671-68692, 2020.

STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. (org.). **Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas**. Campinas: Autores Associados, 2017.

AGRADECIMENTOS

Às pessoas idosas da Ilha de Cotijuba que aceitaram, de livre e espontânea vontade, participar da pesquisa.

Ao Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB), pela disponibilização de suas instalações e pelo apoio logístico, fornecido para a operacionalização da pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), pelo apoio institucional prestado junto ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) durante o planejamento e a adequação ética da pesquisa.

Flavio Henrique Souza Lobato - Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), pertencente ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo PPGDSTU/UFPA (2021), Especialista em Planejamento e Gestão Pública em Turismo (2023), Especialista em Geografia e Meio Ambiente (2019) e Bacharel em Turismo pela UFPA (2016), com período sanduíche em Universidade de Coimbra (UC), no curso de Licenciatura em Turismo, Lazer e Patrimônio (2015). Foi bolsista de intercâmbio internacional do Programa Santander Universidades Bolsas Ibero-Americanas para Estudantes de Graduação (2014). Faz parte dos Grupos de Pesquisa em Ecologia Humana, Natureza e Povos Amazônicos (EHNAPAM), em Lazer, Ambiente e Sociedade (GPLAS) e em Saúde, Sociedade e Ambiente (GPSSA). Tem experiência em pesquisa com Lazer, Turismo, Gastronomia, Alimentação, Comunidades, Mercados e Feiras Populares. Atualmente, é Pesquisador do 3º Edital Acadêmico de Pesquisa Envelhecer com Futuro do Itaú Viver Mais e do Portal do Envelhecimento. Pesquisador Proponente do Projeto de pesquisa “Lazer para envelhecer com futuro em comunidades tradicionais da Amazônia Paraense”.

E-mail: flaviohslobato@gmail.com

Matheus Yuri de Oliveira Rosa - Mestre em Ciência e Tecnologia de Alimentos (PPGCTA) pela Universidade Federal do Pará (2023). Especialista em Segurança Alimentar e Agroecologia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (2023) e em Ciências da Natureza, suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (2022). Graduado em Tecnologia de Alimentos pela Universidade do

Estado do Pará (2021). Atuou como extensionista nos Projetos de extensão "Avaliação da frequência de consumo de pescado e derivados por adolescentes de escolas públicas da cidade de Marabá-PA" (2017) e "Novas TICs e os cenários socioambientais: veiculando notícias, fortalecendo consciência ambiental entre crianças e adolescente moradores da Comunidade Quilombola do Baixo Itacuruçá" (2021-2022). Atuou como bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PIBIC/CNPq (2019-2020). Desenvolve pesquisas nas áreas de Controle de Qualidade, Segurança Alimentar, Produtos de Origem Animal e Vegetal. Atuando como revisor de normas da ABNT para trabalhos acadêmicos. Pesquisador Auxiliar do Projeto de pesquisa "Lazer para envelhecer com futuro em comunidades tradicionais da Amazônia Paraense".

E-mail: matheusyurid@gmail.com

Ana Paula Melo de Moraes - Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), pertencente ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) (2024-2028). Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo PPGDSTU/NAEA/UFPA (2019-2022). Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Pará - UFPA (2018) com período sanduíche pela Universidade de Coimbra (UC, Portugal) - com vivência na Inglaterra, Itália, França e Espanha (2017-2018). Foi bolsista de intercâmbio internacional do Programa Santander Universidades Bolsas Fórmula para Estudantes de Graduação (2016). Foi pesquisadora PIBIC/CNPQ/CAPES em projetos de pesquisa e extensão (2014-2016). Possui Curso Técnico/Profissionalizante em Eventos pelo Instituto Federal de Educa-

ção, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA Campus Belém) (2012). Atuou no Programa Nacional de Qualificação do Turismo pelo Ministério do Turismo como bolsista pesquisadora (2020). Tem experiência na área de Turismo: Planejamento Urbano e Regional; Pesquisa turística Local e Comunitária; nas áreas de unidades de conservação; Guiamento Turístico, bem como planejamento, organização e execução de Eventos Sociais, culturais e técnico-científico com intensa vivência na coordenação de eventos de médio e grande porte. Foi Agente de Aeroporto na empresa Gol Linhas Aéreas Inteligentes com vasta experiência em rotinas aeroportuárias (2019-2023). Pesquisadora no Projeto de pesquisa “Lazer para envelhecer com futuro em comunidades tradicionais da Amazônia Paraense”.

E-mail: paulamelmor@hotmail.com

Juliana Azevedo Hamoy - Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA) (2023); Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - NAEA/UFPA; Especialista em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) - UFPA (2015). Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Pará (2012). Docente Substituta na Faculdade Turismo (FACTOR/UFPA). Experiência na área de Turismo, com ênfase em Planejamento e Políticas Públicas. Atualmente, pesquisa sobre o uso público em Unidades de Conservação, Ação Coletiva e Governança. Pesquisadora Auxiliar do Projeto de pesquisa “Lazer para envelhecer com futuro em comunidades tradicionais da Amazônia Paraense”.

E-mail: julianahamoy@gmail.com

Mirleide Chaar Bahia - Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental, pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Realizou Pós-doutorado em Estudos Culturais, na Universidade de Aveiro - Portugal (2019-2020). Foi Professora, Técnica e Diretora na Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) (Período 1994-2006). Foi formadora no Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) (Período 2007-2010) e no Programa Segundo Tempo (2014), ambos do Ministério do Esporte (Governo Federal). Foi Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA) (Gestão 2017-2018) e Vice-coordenadora desse mesmo Programa (Gestão 2015-2016). Foi Presidente da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Estudos do Lazer (ANPEL) (Gestão 2016-2018) e Vice-presidente dessa mesma Associação (Gestão 2014-2016). Atualmente é Professora/Pesquisadora no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA); Editora da Revista Novos Cadernos NAEA; Diretora-Adjunta do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA); Representante da UFPA na Rede de Pesquisa OTIUM (Rede Iberoamericana de Pesquisa em Estudos do Ócio); e Líder do Grupo de Pesquisas em Lazer, Ambiente e Sociedade (GPLAS) - NAEA/UFPA. Pesquisadora Auxiliar do Projeto de pesquisa “Lazer para envelhecer com futuro em comunidades tradicionais da Amazônia Paraense”.

E-mail: mirleidebahia@gmail.com

Capítulo III

Saúde do idoso Xikrin: reflexões sobre os caminhos do cuidado

Tatiane Bahia do Vale Silva

Murilo Lima Gonçalves

Gabriel Vinícius Reis de Queiroz

Everaldo Pinheiro da Mota Júnior

Natalia Karina Nascimento da Silva



Considerações iniciais

O presente capítulo representa um recorte da pesquisa intitulada “Velhice indígena: Primeiro Inquérito de Saúde da pessoa idosa do Povo Xikrin do Cateté, Parauapebas, Pará”, vinculada ao Edital Acadêmico de Pesquisa da 3ª edição: Envelhecer com futuro, do Itaú Viver Mais, em parceria com o Portal do Envelhecimento.

A pesquisa supracitada ancora-se no papel importante que o idoso indígena possui para seu povo. O ancião é considerado conhecimento vivo sobre os saberes ligados à medicina, às ervas, às músicas, às danças, aos rituais e às festas, o que é fundamental na organização social e na sobrevivência da comunidade, influenciando como os demais membros da comunidade compreendem o mundo a sua volta (Herrero, 2018).

As comunidades indígenas procuram construir sua saúde baseando-se em conhecimentos ancestrais, populares e espirituais, com métodos de prevenção, práticas curativas e medicamentos tradicionais. Segundo Altini et al. (2013), os princípios para uma execução correta da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas devem estar embasados nos referenciais de reciprocidade, eficácia simbólica, integridade e autonomia. Suas relações com os profissionais de saúde, com a política de saúde institucional, com a forma e

quantidade de acesso aos serviços, são diferentes das relações que pessoas não-indígenas possuem (Rissardo, 2014).

No que se refere ao processo de envelhecimento, esse é um fenômeno que afeta todos os organismos vivos, sendo um processo intrínseco, caracterizado por uma redução gradual das capacidades funcionais dos indivíduos. Isso, entretanto, não implica, necessariamente, em problemas de saúde. Por outro lado, a experiência de envelhecer é singular e varia de pessoa para pessoa, sendo moldada por desigualdades no acesso à saúde, discriminações e exclusões ligadas ao gênero, à etnia, ao racismo, às condições sociais e econômicas, além da localização geográfica e do ambiente de residência, fatores esses intimamente ligados à construção da velhice indígena (Barbosa, 2014).

Com o passar dos anos, o corpo humano sofre alterações em sua forma, função e composição bioquímica, resultando em uma diminuição gradual da habilidade do indivíduo em se adaptar ao ambiente, o que aumenta sua susceptibilidade. Essa vulnerabilidade é decorrente da fragilização no processo de envelhecimento, que pode ser compreendida como uma síndrome com múltiplas causas, que incluem fatores biológicos, psicológicos e sociais. Esse conjunto de fatores eleva o risco de declínio funcional, quedas, internações hospitalares e, até mesmo, óbito entre os idosos¹.

1 Segundo Lisboa e Chianca (2012).

Nesse sentido, investigações de diagnósticos de situação de saúde e rastreios podem ser úteis para identificar e intervir sobre os riscos, e representam mais que uma lista de doenças e agravos de maior ocorrência na população de um determinado lugar. São necessários que se conheça os problemas e necessidades, por meio de um diagnóstico da situação, para estabelecer ações de prevenção de agravos e doenças e promoção da saúde.

Na região norte, em especial na terra indígena Xikrin do Cateté, é desconhecido o atual perfil clínico e epidemiológico da população idosa aldeada. Por esse motivo, surgiram os questionamentos: Qual a atual situação de saúde da população idosa da aldeia Kateté, da terra indígena Xikrin do Cateté? Qual o perfil clínico, funcional e epidemiológico dessa população idosa?

Assim, este capítulo traz reflexões sobre o contexto histórico da saúde indígena no Brasil, as características do processo de envelhecimento indígena e finaliza com a apresentação da importância do conhecimento do quadro de saúde do povo Xikrin, da aldeia Kateté e as percepções sobre o desenvolvimento de pesquisas com a população indígena.

Contexto histórico da saúde indígena no Brasil

Os dados iniciais do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) indi-

cam que, em comparação com a pesquisa anterior, a população indígena cresceu, alcançando um total de 1.693.535 indivíduos, o que equivale a 0,83% da população (Brasil, 2022). A maioria dos povos indígenas vive nas regiões que fazem parte da Amazônia Legal, especialmente no estado do Amazonas. Esse crescimento pode ser atribuído, não apenas a uma nova metodologia aplicada na pesquisa, mas também, a um maior reconhecimento dos indígenas que não habitam aldeias e residem em áreas urbanas.

Embora a quantidade de indígenas no Brasil esteja aumentando, esse total ainda é significativamente menor do que o registrado antes do século XIV. Na época da chegada dos colonizadores, a população indígena no território brasileiro era estimada em 5 milhões de indivíduos. Durante o período colonial, essa população enfrentou diversas adversidades, que resultaram em uma drástica diminuição dos seus números, incluindo violência, trabalho forçado, maus-tratos, confinamento em aldeias e internatos, exposição a doenças contagiosas, além de disputas territoriais (Brasil, 2002). A trajetória da saúde indígena, no Brasil, foi marcada pela falta de atenção por parte do estado e por ações pontuais, sem a implementação de uma política consistente voltada para esses povos.

A primeira medida para diminuir a mortalidade por doenças infecciosas foi a criação do Serviço de Proteção ao Índio e Trabalhadores Nacionais (SPI), em 1910. No entanto, essa iniciativa se

caracterizou por sua falta de organização e consistência, concentrando-se apenas em ações emergenciais ou situações de “pacificação”. Apenas na década de 1950 foi implementado o Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas (SUSA) no Ministério da Saúde, com a finalidade de prover serviços básicos de saúde para as comunidades indígenas localizadas em áreas isoladas, garantindo acesso a vacinas, assistência odontológica e o monitoramento da tuberculose, entre outras doenças transmissíveis (Araújo; Lopes, 2023).

A fundação da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), em 1967, trouxe a responsabilidade pela gestão das questões indígenas, através das Equipes Volantes de Saúde (EVS). Essas equipes ofereciam atendimento específico às comunidades indígenas na sua área de abrangência, fornecendo assistência médica, realizando vacinação e supervisionando os profissionais de saúde locais, que eram, em sua maioria, auxiliares ou atendentes de enfermagem.

Apenas com a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), através das Conferências Nacionais de Saúde, da Constituição Federal e da promulgação da lei nº 9.836/99, na década de 1990, que cria o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, como parte integrante do SUS, foi possível reconfigurar a abordagem da saúde para os povos indígenas no Brasil (Brasil, 1999).

Em 2002, foi instituído o Subsistema de Saúde Indígena e a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Es-

sas iniciativas propuseram um modelo de atenção especializado, fundamentado na estratégia dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), visando garantir aos povos indígenas o acesso universal e completo à saúde. Esses mecanismos asseguraram ações que levam em consideração a diversidade sociocultural, geográfica e histórica, buscando mitigar os determinantes sociais que tornam essa população ainda mais vulnerável, em comparação com outras (Brasil, 2002; Maggi, 2014).

A saúde no envelhecer indígena

As desigualdades em saúde impactam diversos grupos sociais de maneiras e graus distintos, expondo-os a várias formas de vulnerabilidade. Isso inclui comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas, pessoas em situação de rua e outras populações tradicionais do campo e da floresta (Brasil, 2013).

Fatores sociais, como a violação de direitos e a marginalização, invasões de terras, altas taxas de mortalidade, em geral, e na mortalidade materno-infantil, além da precariedade das habitações, agravam esses determinantes. Como resultado, os idosos dessas populações são mais propensos a desenvolver doenças e enfrentar complicações futuras (Brito, 2019).

Portanto, é essencial entender as características das populações indígenas, suas formas de organização social, a relação

com a ancestralidade e a cultura que permeia os processos de adoecimento e cura, além dos fatores que podem afetar o envelhecimento de sua população.

Além dos obstáculos enfrentados pela população idosa indígena, no que diz respeito à saúde, os profissionais dessa área também encontram dificuldades na oferta de um cuidado integral e de qualidade para os indígenas. De acordo com Silva et al. (2021), algumas dessas dificuldades incluem: a) obstáculos geográficos, uma vez que muitas comunidades estão situadas em áreas de difícil acesso, o que impacta, negativamente, a disponibilidade de assistência básica à saúde; b) condições de trabalho, que podem envolver a falta de infraestrutura adequada para atendimentos, bem como a escassez de insumos, materiais, equipamentos ou exames necessários, prejudicando a qualidade da atenção à saúde dessa população; e c) barreiras linguísticas, já que nem todos os profissionais de saúde possuem a formação necessária para se comunicar no idioma da comunidade indígena, o que pode resultar em diagnósticos e tratamentos inadequados.

Nas comunidades indígenas, as figuras de liderança espiritual e/ou de saúde, frequentemente mais velhas, são vistas como extremamente valiosas e influentes, a quem os membros da comunidade se voltam, em situações críticas. É fundamental que os profissionais de saúde adotem uma postura

de respeito e reconhecimento em relação a essas lideranças, para facilitar a construção de laços com a população indígena e minimizar conflitos que possam surgir de diferentes compreensões sobre saúde e doença (Costa et al., 2016). As tradições de saúde entre os indígenas estão intimamente ligadas à sua cultura. Assim, cada grupo tem suas próprias práticas, enraizadas na ancestralidade e no conhecimento tradicional, que os distingue.

Uma considerável quantidade de enfermidades afeta as comunidades indígenas, devido à ausência de atendimento médico adequado, à procura tardia por cuidados de saúde, além da alta incidência de doenças infecciosas e hipertensão. Os fatores relacionados às enfermidades observadas em grupos indígenas do Brasil possivelmente estão ligados às transformações no modo de vida, no acesso a alimentos processados, às mudanças demográficas e às dificuldades enfrentadas por esse grupo populacional, nas últimas décadas (Sandes et al., 2018).

O contato com produtos da modernidade capitalista afetou as formas de viver e conviver dessas comunidades, modificando o panorama epidemiológico nas aldeias. O aparecimento ou o agravamento de doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes, hipertensão, obesidade, desnutrição infantil e síndrome metabólica, são consequências da intensificação

das relações com estilos de vida não indígenas (Silva et al., 2021; Nascimento et al., 2015). Ademais, há registros de que os efeitos das indústrias expuseram essas populações a agentes físicos, químicos e biológicos, que podem causar câncer (Nascimento et al., 2015). Assim, muitas das interações externas tiveram efeitos prejudiciais à saúde das comunidades, com impactos mais severos nos idosos, que apresentam vulnerabilidades significativas.

Uma outra barreira no combate às questões de saúde nas comunidades locais reside na infraestrutura e na logística das intervenções. Em grande parte das regiões indígenas, não existem atendimentos especializados, como os de odontologia, devido à complexidade de estabelecer uma unidade móvel que se ajuste e atenda adequadamente às necessidades desse grupo. Assim, os indígenas frequentemente procuram esses serviços, como qualquer outro cidadão, nas áreas urbanas (Silva et al., 2021).

No que diz respeito à saúde, esses brasileiros enfrentam um extenso percurso a ser trilhado. É essencial garantir que todos tenham acesso aos serviços básicos de saúde, melhorar a infraestrutura como meio de facilitar esse acesso, e valorizar as práticas medicinais tradicionais, resgatando os conhecimentos de cada povo, para reintegrar os indígenas de cada região ao saber acumulado por suas etnias, ao longo dos anos. Ademais, é fundamental que o atendimento prestado

aos indígenas leve em consideração suas necessidades, respeite suas culturas e contribua para a melhoria das condições de vida das comunidades (Araújo; Lopes, 2023).

Proposta de rastreio em saúde de idosos indígenas de uma aldeia na Amazônia

Na busca de compreender como as desigualdades atravessam a saúde do povo Xikrin, e refletem na saúde dos anciãos, criou-se, a pedido dos órgãos municipais e de Proteção aos Direitos do Povo Indígena, no município de Parauapebas (Pará), um projeto para avaliar a realidade do perfil epidemiológico, clínico-funcional e de vulnerabilidades da população idosa da aldeia Kateté, do Povo Xikrin do Cateté.

A manifestação do povo Xikrin se deu com a inauguração do novo Campus da Universidade do Estado do Pará (UEPA), o Campus XXIII - Parauapebas. Na primeira reunião, foi apresentado, pelo então Departamento de Relações Indígenas e pelas lideranças indígenas, um documento oriundo das reuniões prévias com a FUNAI, em Marabá, que apontava a necessidade da criação de um plano de trabalho para suprir as demandas gerais do Povo Xikrin, em Parauapebas. Dentre as ações necessárias na saúde estavam a realização do perfil epidemiológico e a formação e capacitação das equipes de saúde indígena. A

partir disso, tanto o município como a Universidade buscaram subsídios financeiros para cumprir tais demandas, pois, para a concretização do atendimento das demandas, fazia-se necessário recursos humanos e financeiros, para viabilizar a logística das ações, uma vez que a distância da aldeia central Kateté para a cidade de Parauapebas, é de mais de 300 km.

Pela universidade, como pesquisadores, aprovamos o projeto *“Velhice Indígena: Primeiro Inquérito de Saúde da Pessoa Idosa do Povo Xikrin do Cateté, Parauapebas, Pará”* no 3º Edital Acadêmico de Pesquisa: Envelhecer com futuro, promovido pelo Itaú Viver Mais, em parceria com o Portal do Envelhecimento. Ressalta-se, com isso, a importância de editais de pesquisa, que vão além da construção de novos conhecimentos, funcionando, também, como porta de entrada para viabilizar ações muitas vezes necessárias para as comunidades. Nesse caso específico, trata-se do povo indígena, que frequentemente enfrenta dificuldades na realização de tais ações, devido à ausência de subsídios.

Tendo em vista o orçamento aprovado em edital, e a necessidade constante de deslocamento por mais de 300 km – dos quais mais de 100 km atravessam o território indígena por estrada de terra com difícil acesso –, foram realizadas novas reuniões para o refinamento e apresentação do projeto piloto. Este abrangeu a aldeia Kateté, considerando a viabili-

dade, tempo e recursos financeiros, ressaltando-se a existência atual de 21 aldeias na Terra Indígena Xikrin.

Para iniciar o campo, ou seja, as visitas de imersão ecológica, foi solicitada a autorização prévia dos Caciques, da aldeia Kateté, da FUNAI e apresentada a todas as lideranças das 21 aldeias durante a 1ª reunião do Conselho Municipal de Políticas Indigenistas de Parauapebas, na aldeia Kateté. Antes de iniciar a coleta de informações, foi pactuado com o Cacique todo o funcionamento da pesquisa, e assim fomos apresentados à equipe da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) que nos acompanhou durante toda a coleta, bem como viabilizou o entendimento da prática diária de saúde e cuidado aos idosos indígenas, e o funcionamento do subsistema de saúde indígena.

Assim, iniciamos as avaliações com o objetivo de, a partir do conhecimento sobre as condições de vida dessa população, subsidiar o planejamento de estratégias para a equipe que fortaleçam os direitos da pessoa idosa indígena e contribuam para o fortalecimento das políticas públicas locais de saúde, voltadas ao idoso indígena.

O estudo em questão teve como objetivo realizar um inquérito epidemiológico dos idosos da aldeia Kateté, da etnia Xikrin, da Terra Indígena Cateté, no estado do Pará. Além disso, buscou-se identificar as características sociodemográficas da população idosa da aldeia Kateté, analisar o perfil

epidemiológico, o perfil clínico-funcional e compreender a autopercepção deles sobre seu processo de envelhecimento.

Com o processo de envelhecimento, o corpo humano passa por modificações morfológicas, funcionais e bioquímicas que podem ocasionar perda progressiva da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, resultando em maior vulnerabilidade para este indivíduo. Para Lisboa e Chianca (2012), essa vulnerabilidade advém do fenômeno da fragilização no processo de envelhecimento, a qual é considerada uma síndrome de origem multidimensional, envolvendo um conjunto de fatores biológicos, psicológicos e sociais, que podem levar o idoso ao maior risco de declínio funcional, de sofrer quedas, hospitalizações e morte.

É muito importante conhecer o perfil epidemiológico da população idosa indígena. Entender quem são os idosos indígenas acometidos por doenças infecciosas e carenciais, pelas doenças crônicas não-transmissíveis (DCNT), como diabetes mellitus, hipertensão arterial sistêmica, obesidade etc., e acometidos por causas externas, permite que as equipes de saúde local e os governos atuem nos fatores modificáveis, que podem levar à fragilização dos idosos indígenas. A pesquisa oferece subsídios informacionais para a elaboração de políticas públicas voltadas para as reais necessidades dos idosos indígenas, o que pode repercutir positivamente na funcionalidade e no bem-estar dessa população.

O perfil epidemiológico dos povos indígenas, no Brasil, permanece amplamente desconhecido, devido à escassez de pesquisas e censos que realmente reflitam sua realidade. Como resultado, os sistemas de informações sobre morbidade e mortalidade são frequentemente deficientes quando se trata dessas populações. Além disso, abordar a saúde dos povos indígenas requer uma compreensão da diversidade sociocultural presente entre eles, o que implica em promover a saúde pública de maneira sensível às suas perspectivas e necessidades individuais (Peres, et al., 2020).

Desse modo, a fim de fornecer um perfil epidemiológico fidedigno atual dos idosos da aldeia Kateté, da Terra Indígena Xikrin do Cateté, situado no município de Parauapebas, tornou-se necessário e relevante a realização da pesquisa proposta de caráter primário in loco.

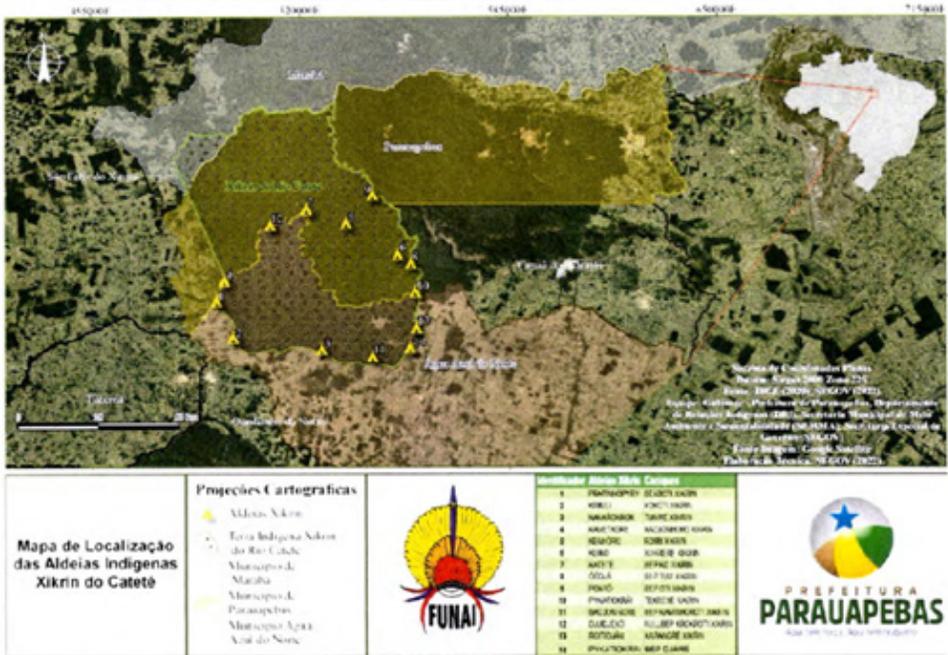
Contexto da pesquisa

Para realizarmos a pesquisa, foram feitas algumas viagens para a aldeia Kateté, localizada na Terra Indígena Xikrin do Cateté, a qual está localizada no sudeste paraense, entre os municípios de Parauapebas, Marabá e Água Azul do Norte, com uma extensão territorial de 4.360 km² (Figura 1) e que possui uma população estimada em 1.737 indígenas (IBGE, 2022).

A aldeia possui áreas correspondentes ao município de Parauapebas, região sudeste do estado do Pará, conforme a Figura 2, em modelo digital de superfície e/ou Elevação (MDE), Modelo Digital do Terreno (MDT) e Curvas de Nível (SEGOV, 2022).

O deslocamento foi realizado conforme as condições da estrada e clima, com um tempo total de 7 a 10 horas. Ressalta-se que é necessário extremo cuidado, em virtude da possibilidade da passagem de animais silvestres, bem como perímetros longos de mais de 100 km sem asfalto.

Figura 1: Mapa de localização das Aldeias Indígenas Xikrin do Cateté



Fonte: Prefeitura Municipal de Parauapebas, 2022.

Figura 2: Mapa de localização da Aldeia Kateté, 2022.

Fonte: Prefeitura Municipal de Parauapebas, 2022.

A aldeia Kateté dispõe, em seu território, de uma Unidade Básica de Saúde, que funciona 24h, com profissionais de saúde da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI). A equipe é composta de médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes indígenas de saúde, além de contar com um bom estoque de medicamentos e bom vínculo com o povo Xikrin. A unidade oferece serviços amplos, como consultas médica e de enfermagem, a aplicação de injetáveis e medicamentos, incluindo a aplicação diária de insulina, atenção a doenças

crônicas (como o monitoramento de doenças como Diabetes Mellitus, hipertensão, asma, entre outras), programas de saúde pública, prevenção (como vacinação) e atenção domiciliar.

Figura 3: Unidade de Saúde Monhoró Xikrin



Fonte: Coleta de dados, 2024.

Coleta de dados e reflexões sobre o cuidado

Para a realização da coleta de dados, nos deslocamos até a Aldeia Kateté, com a pactuação prévia do Cacique. Ele designou uma equipe de saúde para acompanhar o processo e observou, atentamente, as perguntas e os instrumentos utilizados na avaliação. Foi notável perceber o quanto a pesquisa atendia a uma necessidade da comunidade, e, ao final, ele solicitou um relatório com os resultados observados. Ao questionarmos como a juventude da aldeia percebia os idosos, o cacique, sendo ele mesmo jovem, destacou seu total respeito pelas opiniões dos mais velhos, durante as reuniões e decisões do povo. Ele enfatizou que, na cultura Xikrin, os jovens optam por ouvir e aprender com os anciãos, que desempenham um papel fundamental, ao transmitir e ensinar a história do povo.

Os instrumentos foram simplificados e, em todas as fases de aplicação, contaram com o apoio de um mediador indígena da Aldeia Kateté. Ele realizou a tradução oral para os idosos indígenas, assegurando suporte necessário em relação à comunicação com os pesquisadores, esclarecendo dúvidas durante o processo de aplicação dos instrumentos e outras situações que surgiram. Essa abordagem garantiu o pleno desenvolvimento da pesquisa, respeitando a singularidade do modo de vida naquela aldeia.

Figura 4: Avaliação física de um idoso Xikrin



Fonte: Coleta de dados, 2024.

Foi fundamental garantir que as perguntas de nossos instrumentos fossem diretas, facilitando a compreensão e reduzindo o tempo que os idosos precisavam permane-

cer em avaliação. A questão do tempo também revelou-se um aprendizado essencial para a equipe de pesquisadores, pois esses possuem a concepção de que as ações devem ser realizadas com certo imediatismo, algo que não é compartilhado por essa cultura. Dessa forma, todas as atividades precisavam respeitar o ritmo e a temporalidade próprios da comunidade indígena.

Os dias das visitas à aldeia Kateté foram combinados, previamente, com os líderes indígenas, para que nossa visita não interferisse na rotina da comunidade. Por isso, estipulamos semanas para as visitas. Durante todo o processo de coleta, a equipe de saúde nos inseriu no território e acompanhou os idosos indígenas avaliados em seus domicílios, além de esclarecer dúvidas sobre os instrumentos utilizados. Foi possível vivenciar a educação permanente em saúde, ao apresentarmos instrumentos simples e de fácil aplicação, que auxiliam no rastreamento da fragilidade dos idosos.

Observamos que a equipe de saúde, composta por profissionais indígenas e não-indígenas, demonstrava conhecimentos e habilidades em algumas palavras relacionadas à saúde na língua Mebêngokrê. Essa competência foi essencial durante as avaliações, pois nos permitiu transmitir orientações preventivas tanto para a equipe quanto para os idosos de forma mais acessível.

Figura 5: Coleta de dados acompanhada pela equipe de saúde local.



Fonte: Coleta de dados, 2024.

A presença de um profissional de saúde Xikrin foi especialmente relevante para a efetividade de nossas ações e orientações, reforçando a confiança e o vínculo com a comunidade, o que trouxe como reflexão sobre a importância das universidades ampliarem o acesso ao ensino superior para os povos indígenas, uma vez que a representação indígena entre os profissionais de saúde impacta positivamente na qualidade do cuidado e na saúde das comunidades indígenas.

Um dos grandes impactos vivenciados pelos pesquisadores relacionados ao ambiente, além da proximidade com a natureza verdejante e o som constante dos pássaros, é a presença de resíduos comuns misturados à paisagem natural. Devido à falta de acesso a serviços regulares de coleta de lixo, os produtos utilizados acabam sendo descartados na natureza, acumulando-se na área.

Esses resíduos podem favorecer a proliferação de doenças e consequências dos cruzamentos entre agentes e vetores, que podem ser bastante imprevisíveis. Nesse contexto, foi possível observar diversos cães com sinais de leishmaniose, os quais não possuem tratamento naquele local e servem como reservatório do protozoário *Leishmania*, podendo infectar outros mosquitos que, eventualmente, infectam os habitantes da aldeia.

Apesar de algumas questões ambientais parecerem, até então, sem solução, devido à carência da oferta de meios de sustentabilidade local, os líderes da aldeia são bastante engajados politicamente, especialmente no que tange às atividades mineradoras próximas de seu território. Através do contato com agentes de saúde locais, é perceptível, para eles, que o meio ambiente não é mais o mesmo e que há uma relação entre a exploração da floresta e o surgimento ou agravamento de doenças, que antes não conheciam. Assim, existe uma luta constante dos povos indígenas por melhorias em seu território.

A receptividade dos indígenas em relação à pesquisa também foi positiva, devido à satisfação que os idosos demonstraram, ao saber que estávamos avaliando a saúde deles, identificando pontos fortes e fragilidades a serem cuidados para uma velhice saudável. Essa concepção está notadamente atrelada ao bom trabalho desempenhado pelos profissionais da unidade de saúde local, que se atentam às necessidades diárias dos idosos indígenas e respeitam suas individualidades, possibilitando relacionar elementos que sejam necessários da medicina moderna, sem interferir no cuidado advindo das tradições e costumes indígenas.

Vale ressaltar que, devido à centralidade da aldeia do Kateté em relação às outras, esta possui o privilégio de contar com o apoio direto da unidade de saúde em seu território. É notável que a distância entre aldeias é significativa e relevante, quando se discute seu acesso aos serviços de saúde básicos ou avançados. Desse modo, os indivíduos de regiões mais distantes sofrem com a possibilidade de necessitar auxílio médico e não o conseguir no tempo necessário.

A partir da aplicação de um questionário sociodemográfico e outro de condições de saúde, foi possível observar que a Diabetes Mellitus (tipo 2) e a Hipertensão Arterial Sistêmica são as principais doenças crônicas que acometem os idosos Xikrin. A equipe de saúde local atua no controle dessas con-

dições, no entanto, são necessárias ações coletivas e de prevenção ao surgimento delas nos mais jovens.

Na aplicação do Índice de Vulnerabilidade Clínico Funcional (IVCF-20), instrumento desenvolvido e validado no Brasil, que avalia as principais dimensões consideradas preditoras de declínio funcional e óbito em idosos, foi observado que os domínios de humor, comorbidades múltiplas e mobilidade foram os mais afetados, estando os idosos Xikrin predominantemente com maior risco de vulnerabilidade clínico-funcional (Moraes et al., 2016). Tais resultados refletem a necessidade de acompanhamento preventivo e contínuo para os idosos Xikrin, para a garantia de uma velhice com qualidade de vida e, principalmente, a perpetuação e transmissão da cultura viva ao seu povo.

Considerações finais

Este capítulo trouxe reflexões sobre o contexto histórico da saúde indígena no Brasil, as características do processo de envelhecimento indígena e a importância do conhecimento do quadro de saúde do povo Xikrin, da aldeia Kateté e as percepções sobre o desenvolvimento de pesquisas com a população indígena

Espera-se contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a saúde indígena e, também, reforçar a importância de

estratégias de saúde que respeitem a cultura e a ancestralidade desses povos, promovendo o envelhecimento saudável. A realização da pesquisa na aldeia Kateté proporcionou aprendizados únicos e a possibilidade de refletir sobre a identificação e compreensão das especificidades culturais, sociais e de saúde, que impactam diretamente a qualidade de vida dos idosos Xikrin, fortalecendo a necessidade de uma abordagem contextualizada, preventiva e contínua.

A investigação também permitiu reconhecer a importância do fomento à pesquisa, especialmente no contexto de populações indígenas, mas com a preocupação de responder às demandas advindas dos próprios indígenas. Tais iniciativas, além de promover conhecimento científico, contribuem para a identificação de lacunas, que precisam ser preenchidas para garantir uma saúde mais equitativa e culturalmente sensível.

Um dos aspectos mais marcantes foi a evidência da importância de formar profissionais indígenas de saúde. A presença de profissionais Xikrin na equipe de saúde demonstrou-se crucial para o sucesso das avaliações e orientações, consolidando vínculos de confiança com a comunidade e garantindo maior eficiência nas ações realizadas. Tal cenário reforça a urgência de políticas públicas e institucionais que ampliem o acesso de indígenas ao ensino superior, capacitando-os para

atuarem em suas comunidades e fortalecerem a autonomia e o protagonismo desses povos no cuidado à saúde.

A experiência vivenciada pelos pesquisadores foi enriquecedora, pois permitiu, não apenas a aplicação de instrumentos de avaliação, mas também uma imersão na cultura Xikrin, respeitando seu tempo, valores e modos de vida. Foi possível construir um diálogo rico, que resultou em uma troca de saberes entre a equipe de pesquisa e a comunidade local. Essa vivência reforça o papel do pesquisador como um agente de integração e respeito às diversidades, essencial para a realização de estudos que impactem positivamente as populações envolvidas.

Por fim, a devolutiva à comunidade é um compromisso ético e indispensável. O interesse demonstrado pelo Cacique e pelos idosos em conhecer os resultados da pesquisa refletem o reconhecimento do valor que esse tipo de iniciativa pode trazer para a comunidade. Apresentar os resultados de forma clara e acessível, por meio de relatórios e discussões, não apenas fortalece a relação entre pesquisadores e comunidade, mas também permite que os próprios indígenas utilizem as informações para planejar ações que melhorem sua qualidade de vida e preservem sua cultura. Essa etapa final consolida a pesquisa como um instrumento de transformação social e saúde coletiva.

Referências

ALTINI, E. et al. **A Política de Atenção à Saúde Indígena no Brasil Breve recuperação histórica sobre a política de assistência à saúde nas comunidades indígenas.** Conselho Indigenista Missionário – CIMI, 2013. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253168/mod_resource/content/1/Brasil%20Cartilha%20Sa%C3%BAde%20Ind%C3%ADgena.pdf. Acesso em 20 nov. 2024.

ARAÚJO, A. A. F.; LOPES, G. de S. Desafios na assistência em saúde nas comunidades indígenas. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 3, n. 11, p. 22336–22361, 2023. DOI: 10.56083/RCV3N11-120. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/2272>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BARBOSA, B. R. et al. Avaliação da capacidade funcional dos idosos e fatores associados à incapacidade. **Cien Saude Colet**, Rio de Janeiro, v.1, n.8, p.3317-3325, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/hcBn67RFrt3brvSNp5Ys-DFh/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 nov 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Demográfico 2022 Indígenas: Primeiros resultados do universo**, IBGE. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>. Acesso em 09 nov 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999.** Dispõe sobre a criação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 set. 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta.** Brasília, DF. 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf. Acesso em 15 nov 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.** Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde - FUNASA. Brasília. 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf. Acesso em 05 nov 2024.

BRITO, C. A. G. Convívio e contaminação: uma análise sócio-histórica sobre epidemias, demografia e povos indígenas na obra de Darcy Ribeiro. In: SANTOS, R. V. et al. (org.). **Entre 24 demografia e antropologia:** povos indígenas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019. p. 203-2017. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/7c8m7/pdf/santos-9786557080139-10.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2024.

COSTA, F. A. S. et al. Práticas populares em saúde indígena e integração entre o saber científico e popular: revisões

integrativas. **SANARE - Revista de Políticas Públicas**, v.15 n.02, p.112-119, Jun./Dez. Sobral. 2016. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1045>. Acesso em: 05 nov 2024.

HERRERO, M. M. Um olhar sobre o envelhecer em uma aldeia indígena. **Mais 60 - Estudos sobre Envelhecimento**. v. 29, n. 72, artigo 5, p. 86-97, 2018. Disponível em: <https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/ccc8e42f/0869/422c/bfe7/2ac171474ede.pdf>. Acesso em 20 nov. 2024.

LISBOA, C.R.; CHIANCA, T. C. M. Perfil epidemiológico, clínico e de independência funcional de uma população idosa institucionalizada. **Rev Bras Enferm**, v. 65, n. 3 p. 482-487 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/Rv44GmkJCrVRmb35vNmmbDz/>. Acesso em 17 nov. 2024.

MAGGI, S. M. A saúde indígena no Brasil. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.** v. 14; n.1; p.13-16. jan. / mar., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/XWjFcBs-fwwb7dFxdwwy5Gnb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MORAES, E. N. et al. Índice de Vulnerabilidade Clínico Funcional-20 (IVCF-20): reconhecimento rápido do idoso frágil. **Revista de Saúde Pública**, v. 50,. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/HMMB75NZ93YFBzyysMWYgWG/>

Acesso em 13 mar 2024.

NASCIMENTO, E. R. do; et al. Perfil clínico e epidemiológico do câncer entre os índios do estado do Pará, Brasil. **Revista Brasileira de Oncologia Clínica**, v. 11, n. 39, p. 12-18, 2015.

PERES, A. S. et al. Saúde indígena e dificuldades no acesso ao sistema público de saúde no Amazonas. Periódico, UFAM, **Editorial BIUS**, Volume,19, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/BIUS/article/view/7641>. Acesso em 15 nov. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS. Georreferenciamento das Aldeias localizadas na Terra Indígena Xikrin. SEGOV: Parauapebas, 2022. Disponível em: <https://observatorio.paraapebas.pa.gov.br/mapas-tematicos/aldeias>. Acesso em 10 jan 2024.

RISSARDO, L. K. et al.. Práticas de cuidado ao idoso indígena - atuação dos profissionais de saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 67, n. 6, p. 920–927, nov. 2014.

SANDES, L. F. F.; et al. Atenção primária à saúde de indígenas sul-americanos: revisão integrativa da literatura. **Revista Panamericana de Salud Pública** [online]. 2018, v. 42, e163. Disponível em: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2018.163>. Acesso em: 21 nov. 2024.

SILVA, E. C; et al. Dificuldades vivenciadas pelos profissionais de saúde no atendimento à população indígena. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 1, p. e5413, 10 jan.

2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/5413/3609>. Acesso em: 8 nov. 2024.

SILVA, M. D.; et al. Estudo narrativo sobre a saúde do idoso na área indígena / Narrative study on the health of the elderly in the indigenous area. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 8, p. 83313–83325, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n8-506. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/34839>. Acesso em: 22 nov. 2024.

Tatiane Bahia do Vale Silva - Fisioterapeuta. Doutora em Epidemiologia em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ). Docente na Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Coordenadora do Campus XXIII de Parauapebas. Coordenadora do Laboratório de Pesquisa LARTEF.

E-mail: tatiane.silva@uepa.br

<http://lattes.cnpq.br/5372310424097760>

Murilo Lima Gonçalves - Graduando em Enfermagem. Universidade do Estado do Pará, Parauapebas, PA, Brasil.

E-mail: muriloacd05@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6904499212111656>.

Gabriel Vinícius Reis de Queiroz - Fisioterapeuta. Doutorando em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil.

E-mail: gabrielviniciusreis@usp.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4196383226304584>.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5567-397X>.

Everaldo Pinheiro da Mota Júnior - Fisioterapeuta da Atenção Primária de São Paulo. Especialista em Preceptoria Multiprofissional na Área da Saúde. Pós-Graduado em Saúde da Família (residência).

E-mail: evojunior18@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1395752868291343>

Natalia Karina Nascimento da Silva - Doutora em Genética e Biologia Molecular pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Neurociências e Biologia Celular pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Pará (UFPA). **Instituição: Universidade do Estado do Pará, Campus XIII-Tucuruí.**

E-mail: nataliakarina.silva@uepa.br

Capítulo IV

Velhices plurais: Quem são as pessoas idosas na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro?

Carlos Eduardo da Silva Santos



Introdução

“Viver é envelhecer, nada mais”. A célebre frase de Simone de Beauvoir revela a realidade, nua e crua, do que é o processo de envelhecimento: a vida. Contudo, é preciso ter consciência de que esse mesmo processo, que é a vida, é, para muitos, um direito negado.

O presente capítulo busca dar publicidade aos resultados da pesquisa “Velhices Plurais: Quem são as pessoas idosas na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro”, ao mesmo tempo em que lança reflexões sobre os atravessamentos decorrentes das desigualdades estruturais, no processo de envelhecimento da população do estado do Rio de Janeiro.

Cumprе ressaltar que, enquanto lócus de pesquisa, a região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro é um território diverso e plural. Concentrando mais da metade da população do estado, essa região geográfica abarca uma vasta biodiversidade, paisagens paradisíacas, pontos turísticos e cenários de grande valor, para a história brasileira. Como local de desenvolvimento de variadas expressões culturais, a região conta com uma população igualmente diversificada.

Entretanto, é nessa mesma região que os impactos das desigualdades estruturais se tornam visíveis. Com altos índices de pobreza, violência e desigualdade, a região metropolitana

do Rio de Janeiro concentra, ao mesmo tempo, o IPTU mais caro do estado, enquanto apresenta índices de pobreza e desigualdade cada vez mais elevados.

Desse modo, não há como pensar o processo de envelhecimento da população fluminense sem considerar esse cenário, visto que o território e seus atravessamentos impactam, diretamente, a maneira como o indivíduo (não) envelhece.

Assim, os tópicos abaixo têm esse cenário como plano de fundo. Entendendo, também, que o envelhecer é uma conquista, em nossa sociedade brasileira, e um direito a ser protegido e ampliado.

Múltiplas velhices. Plurais desigualdades?

O envelhecimento da população brasileira é uma das maiores conquistas de nossa sociedade. Com um índice de envelhecimento de 55,2%, o Brasil é, hoje, um país envelhecido. Com uma população que totaliza mais de 32 milhões de pessoas idosas, o envelhecimento brasileiro traz grandes desafios, especialmente quando é pensado para além de perspectivas biológicas, mas apreendido enquanto um processo biopsicossocial.

De acordo com Teixeira (2017), é importante pontuar que o envelhecimento fisiológico está intrinsecamente ligado a fa-

tores socioeconômicos, psicológicos, territoriais, entre outros. Nesse sentido, embora o processo de envelhecimento ocorra para uma significativa parte da população, ele não ocorre de forma homogênea, sendo único para cada indivíduo.

Contudo, alguns fatores, como desigualdades de classe, gênero, raça, a relação com o território e com a cultura, acesso a serviços e políticas públicas, propiciam que determinados grupos envelheçam de forma muito similar. Um exemplo disso é a divisão de classes, que simultaneamente homogeneiza e polariza as experiências de envelhecimento (Teixeira, 2017).

Partindo desse princípio, o envelhecimento é, também, percebido como um problema quando é experienciado pelo lado mais frágil da polarização das classes, a classe trabalhadora.

Marx e Engels, na obra “O Manifesto do Partido Comunista”, enfatizam que a história de toda a sociedade, até aqui, é a história da luta de classes. Tal enfrentamento se materializa de forma clara no processo de envelhecimento da população e, em muitos casos, no não envelhecer. O conflito entre classes está, também, diretamente relacionado à “Questão Social”, que é definida pelo desdobramento da entrada da classe trabalhadora no campo das disputas políticas, exigindo manifestações, por parte do poder estatal, que superem a caridade e a repressão (Iamamoto e Carvalho, 2014).

À primeira vista, pode-se visualizar partes do expressivismo da “Questão Social” em fenômenos como desemprego, fome, pauperismo e outras mazelas. Contudo, a “Questão Social” concentra, em si, uma gama de expressões, uma vez que esse processo está correlato ao desenvolvimento do capitalismo, como explica Netto:

“O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘Questão Social’; diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘Questão Social’. Esta não é uma sequela transitória do regime do Capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica do Capital tornado potência dominante. A ‘Questão Social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo”. (Netto, 2001, p. 45)

Assim, o próprio processo de envelhecimento da população pode ser visto como um dos resultados da reprodução do sistema capitalista (Paiva, 2014, p. 125). Esse fato está diretamente ligado à relação entre o homem e o trabalho.

Em uma sociedade onde a classe trabalhadora é destituída dos meios de produção e possui apenas sua força de trabalho, ao perder sua capacidade produtiva, o trabalhador envelhecido também perde o “prestígio” associado ao traba-

lho. Nesse momento, o trabalhador envelhecido sente o vazio causado pelo fim do trabalho, que foi parte fundamental de sua identidade (Haddad, 2018).

Nesse contexto, resgata-se o pensamento de Bosi: “Que é ser velho?”

[...] Em nossa sociedade, ser velho é lutar para continuar sendo homem.” O trabalhador que já não consegue mais vender sua força de trabalho é associado à inutilidade e ao parasitismo, confirmando que, neste modelo de sociedade, o valor do indivíduo está atrelado à sua capacidade produtiva. (Benedito, 2017, p. 219 *apud* Bosi, 1994)

Em complementação a esse pensamento, Teixeira (2017) elucida que o próprio processo de envelhecimento vivenciado pela classe trabalhadora pode ser entendido como uma expressão da “Questão Social”, visto que só é compreendido enquanto problema para a sociedade e para o poder público. Desse modo, como considerava Beauvoir, a palavra “velhice” sintetiza realidades diferentes, quando se lança um holofote sobre a classe que a experiencia.

O que não se pode perder de vista é que as experiências mais positivas acerca do processo de envelhecer são, na verdade, minorias, quando comparadas à realidade da população idosa.

Apesar do posicionamento em uma classe social ser o principal polarizador na forma como o indivíduo envelhece, ele é, ainda, atravessado por outros fatores que sempre estiveram presentes na vivência da pessoa idosa. Desse modo, criam-se outras experiências de envelhecimento, mesmo em grupos que compartilham grandes similaridades.

O trabalhador envelhecido enfrenta, ainda, um processo singular, em comparação aos trabalhadores não envelhecidos. Ao mesmo tempo em que sua velhice é expressão da “Questão Social”, ele enfrenta o somatório de consequências de outras expressões vivenciadas ao longo de sua vida.

Fatores como racismo, sexismo e o território em que esse indivíduo envelhece (ou não) criam desigualdades, até mesmo para um grupo cujo envelhecimento tende a ser mais homogeneizado, como a classe trabalhadora. Logo, é preciso que se pense o processo de envelhecimento a partir de um prisma interseccional, compreendendo que desigualdades estruturais moldam a forma como a pessoa envelhece.

Kimberlé Crenshaw, fundadora do termo, sinaliza que a interseccionalidade trata “da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (Crenshaw, 2002).

Entretanto, é fundamental observar que a formação da classe trabalhadora, no Brasil, está vinculada à expropriação e exploração da força de trabalho, roubada dos povos africanos e indígenas. Octavio Ianni ressalta que, ao passo em que os processos relativos à acumulação primitiva do capital, na passagem do feudalismo para o modo de produção capitalista, criaram as condições estruturantes para o desenvolvimento industrial europeu, produzia-se, nas Américas e em outras regiões, o processo escravocrata (Ianni, 1978).

O que se conclui desse processo é que a constituição da classe trabalhadora brasileira possui, para além da exploração capitalista, os impactos da inferiorização do povo negro, causados pelo processo escravocrata e pelo racismo estrutural.

Assim, mesmo através de uma perspectiva interseccional, percebe-se que a desigualdade de classes e raça possuem um papel estruturante e central para a sociedade brasileira, e suas implicações estão intimamente relacionadas ao processo de envelhecimento.

Esse fator é de extrema relevância para que se compreenda o processo de envelhecimento na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, uma vez que é possível constatar que o envelhecimento nessa região possui um forte demarcador de **classe** e de **raça**, o que inviabiliza uma análise simplista e que desconsidere esses fatores.

A região Metropolitana do Rio de Janeiro: da garota de Ipanema à baixada fluminense

Conhecida mundialmente, a região metropolitana do Rio de Janeiro traduz, em seu território, os sinônimos de diversidade. Em uma mesma região, é possível encontrar grandes variedades geográficas e socioculturais. Possuindo paisagens que são verdadeiros cartões postais da cultura brasileira, essa região-geográfica é constituída por 21 municípios, como representa o mapa abaixo:

Gráfico 1 – Mapa da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro



Gráfico elaborado pelo autor, com base nos dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022)

Com uma população de 12.021.841 pessoas, a região metropolitana possui 75% da população fluminense, o que demonstra a elevada concentração populacional; ao mesmo tempo, mais de 50% dessa população (51,7%) vive apenas no município do Rio de Janeiro, capital do Estado.

Essa região concentra, dentro de seu próprio território, outra região: A Baixada Fluminense, que é tanto uma região geográfica, quanto uma região sociocultural. Geograficamente, ela corresponde a uma área localizada em uma planície (ou “baixada”) entre a Serra dos Órgãos e a Baía de Guanabara, no estado do Rio de Janeiro, caracterizada por relevo baixo e cortada por vários rios, como o Rio Iguaçu e o Rio Sarapuí (Britto, et al., 2019).

Socioculturalmente, a Baixada Fluminense é reconhecida como uma região com identidade própria, formada por uma combinação de fatores históricos, econômicos e culturais. É um espaço marcado pela ocupação urbana desordenada, forte crescimento populacional e pela diversidade cultural, fruto de migrações internas e de um passado ligado à industrialização. Dessa forma, o conceito da Baixada Fluminense transcende suas delimitações físicas, envolvendo, também, as dinâmicas sociais e culturais da população que ali vive.

Assim, formada por 13 municípios, a baixada fluminense concentra, aproximadamente, 3.587.395 habitantes, o que

corresponde a 29,5% de toda a população da região metropolitana. Nesse sentido, aos municípios mais ao norte da Região sobram, aproximadamente, 2.223.223, ou 18,5% da população (IBGE, 2022).

Cumprir destacar que a região da baixada fluminense concentra graves indicadores de desigualdades sociais, bem como, baixos índices positivos, apesar de ser uma região de grande riqueza cultural. É um microcosmo das disparidades que permeiam a metrópole, ressaltando a urgência de intervenções e políticas públicas direcionadas à inclusão e ao desenvolvimento sustentável.

O mapa abaixo demonstra a divisão geográfica da baixada fluminense, formada por 13 municípios do Estado:

Gráfico 2 - Divisão geográfica da baixada fluminense



A cena das desigualdades se torna perceptível, quando observamos o PIB per capita da baixada fluminense, uma vez que os municípios mais pobres da Região Metropolitana estão concentrados nessa região, conforme se observa no quadro abaixo (IBGE, 2022):

Município	PIB - Per Capita
Japeri	R\$ 14.395,69
Mesquita, Rio de Janeiro	R\$ 14.796,57
Belford Roxo, Rio de Janeiro	R\$ 17.156,71
São Gonçalo, Rio de Janeiro	R\$ 18.504,81
Nilópolis	R\$ 18.782,18
São João de Meriti	R\$ 18.935,50
Magé	R\$ 19.237,20
Tanguá	R\$ 19.902,27
Nova Iguaçu	R\$ 21.559,06
Cachoeiras de Macacu	R\$ 21.885,51
Paracambi	R\$ 21.902,80
Guapimirim	R\$ 21.920,68
Itaboraí	R\$ 23.078,43
Queimados	R\$ 28.636,92
Rio Bonito, Rio de Janeiro	R\$ 30.057,69
Petrópolis	R\$ 51.003,60
Rio de Janeiro	R\$ 53.078,23
Seropédica	R\$ 56.977,34
Duque de Caxias, Rio de Janeiro	R\$ 57.170,07
Itaguaí	R\$ 76.916,73
Niterói	R\$ 128.333,01
Maricá, Rio de Janeiro	R\$ 511.810,82

Quadro elaborado pelo autor com base nos dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022)

Esse cenário fica ainda mais visível, quando se observam as fragilidades das políticas públicas presentes na região metropolitana e na baixada fluminense, como um todo, a exemplo da cobertura da atenção básica da saúde, em que sete municípios possuem cobertura abaixo de 50% e somente três possuem 100%, como demonstrado no mapa abaixo:

Gráfico 3 - Cobertura da atenção básica da saúde na região metropolitana e na baixada fluminense

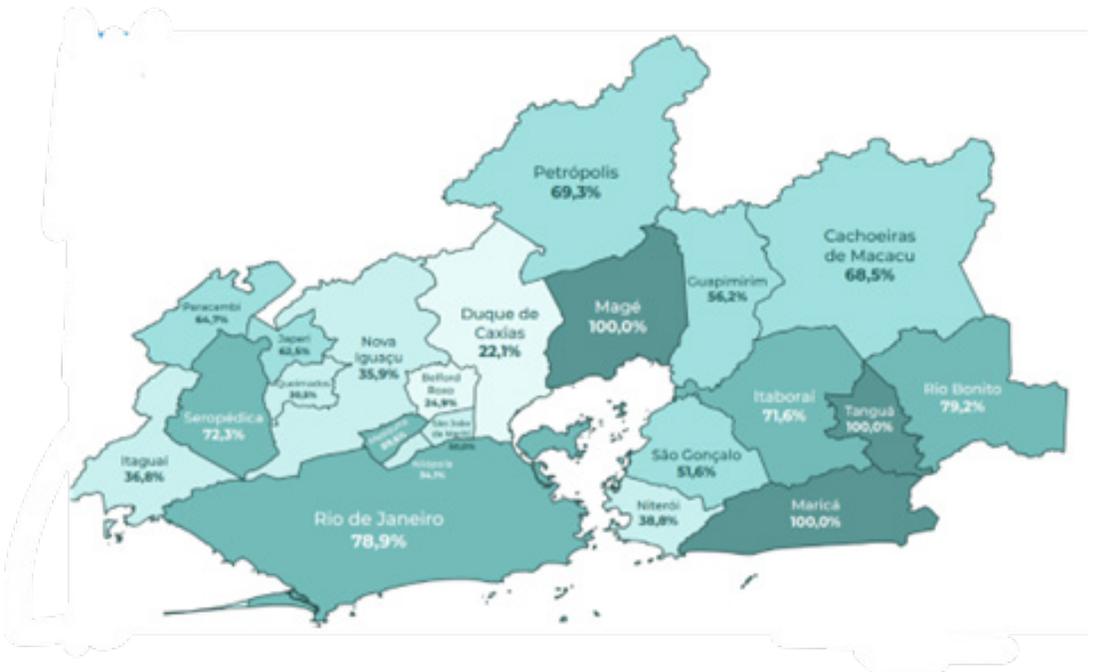
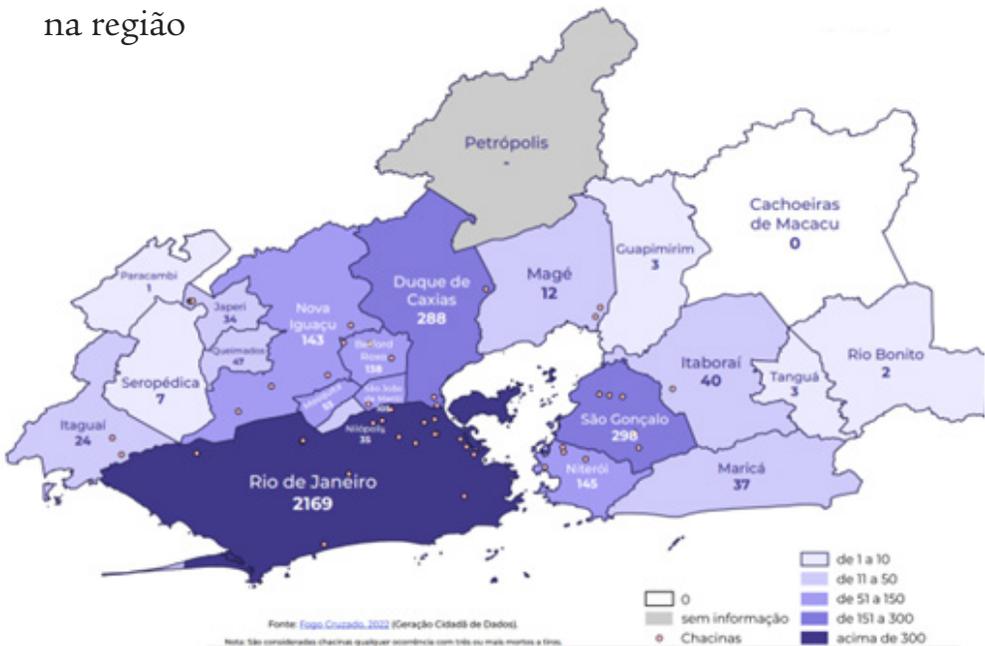


Gráfico elaborado pela Casa Fluminense, com base nos dados do Ministério da Saúde (2023)

A fragilidade das políticas públicas vai ao encontro da presença da violência na região, por exemplo, ao observarmos os números de tiroteios e chacinas registrados na região.

Gráfico 4 - números de tiroteios e chacinas registrados na região



Fonte: Casa Fluminense, 2023.

Existem diversos fatores negativos presentes na região, que impactam, significativamente, a forma como a população envelhece. O que se constata, dessa forma, é que a garota de Ipanema, que vem e que passa num doce balanço a caminho do mar, não envelheceria nas mesmas condições, se

o mar estivesse na Baixada Fluminense. Ou, até mesmo, em outra região do município do Rio.

Esse contraste entre o litoral da zona sul e outras áreas da metrópole destaca a desigualdade socioespacial, aliada à desigualdade de classe, que molda o envelhecimento, com acesso muito distinto a oportunidades, saúde e bem-estar, dependendo da localização geográfica.

E embora Tom Jobim não tenha destacado o perfil racial da Garota de Ipanema, sabe-se, ainda, que se ela fosse negra, enfrentaria condições de vida precarizadas, como por exemplo a diferença salarial entre pessoas brancas e negras que, no município do Rio de Janeiro, chega a R\$ 2.241.

A partir da perspectiva interseccional de Kimberlé Crenshaw, o território, assim como as identidades individuais, é atravessado por diversas formas de opressão, que impactam seu desenvolvimento. No caso da Baixada Fluminense, por exemplo, são evidentes as intersecções de raça, classe e gênero, que afetam não apenas a qualidade de vida de seus moradores, mas também, a forma como esses indivíduos envelhecem. O território, com suas desigualdades socioeconômicas e estruturais, perpetua condições precárias de saúde, renda e infraestrutura, influenciando diretamente o processo de envelhecimento da população, evidenciando que as condições de vida são marcadas pela exclusão histórica de determinados grupos.

Essa exclusão impacta profundamente a experiência do envelhecimento em áreas onde há uma intersecção de fatores negativos, como a ausência de políticas públicas eficientes, pobreza e racismo estrutural.

O conceito de Crenshaw nos permite observar que, se um território sofre com essas interseções de desigualdade, seus habitantes também estarão sujeitos a um envelhecimento mais vulnerável, com menos acesso a cuidados, recursos e oportunidades para envelhecer de maneira digna e saudável. Ressalta-se, portanto, que o envelhecimento não é apenas uma questão biológica, mas também social e territorial, moldado pelas múltiplas camadas de desigualdade que caracterizam a vida em regiões marginalizadas

Assim, no tópico a seguir, será analisado como as desigualdades interseccionais impactam diretamente a forma como a população da região metropolitana envelhece. Serão abordados os fatores de raça, gênero, classe e território que, em conjunto, influenciam o acesso desigual a recursos, saúde e qualidade de vida, condicionando o envelhecimento às vulnerabilidades sociais específicas de cada grupo.

A velhice fluminense tem olhos coloridos: o marcador racial no envelhecimento da população fluminense

O título deste tópico, inspirado na música “*Olhos Coloridos*”, de Sandra de Sá, evoca um dos maiores hinos de

autoafirmação e autoestima da população negra no Brasil. É um tema essencial para se discutir, ao abordar a realidade da população fluminense, considerando que o recorte racial tem uma presença significativa nesse contexto. A letra da música fala sobre orgulho negro, enfrentamento ao racismo e luta por identidade, refletindo, diretamente, o que milhões de pessoas negras enfrentam, no Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense.

Nesse sentido, é impossível dissociar a questão racial da análise das desigualdades sociais e econômicas, na região metropolitana do Rio de Janeiro. O fator racial influencia o acesso à educação, saúde, emprego e qualidade de vida, resultando em diferentes realidades de envelhecimento para a população negra. Assim como a canção reflete o orgulho e a resistência negra, essa resistência também se manifesta nas formas como as comunidades enfrentam o envelhecimento em meio à desigualdade, precarização e invisibilidade social.

Das mais de 12 milhões que residem na região metropolitana do Estado, 7.018.559 são pessoas negras, o que corresponde a um expressivo número de 58,4%. Esse dado revela que, inegavelmente, a população da região metropolitana é predominantemente negra, evidenciando a importância de considerar as questões raciais, ao analisar as dinâmicas sociais, econômicas e culturais dessa área.

Um claro exemplo dessa realidade é observado ao analisar os municípios mais envelhecidos da região metropolitana, onde se constata uma diminuição considerável da população negra idosa. Essa redução reflete as desigualdades no processo de envelhecimento, diretamente ligadas ao acesso desigual a serviços de saúde, oportunidades e condições de vida. O gráfico abaixo ilustra essa disparidade, destacando a relação entre o envelhecimento populacional e os fatores raciais que moldam essa trajetória de vida.

Gráfico 5 - Relação entre o envelhecimento populacional e os fatores raciais

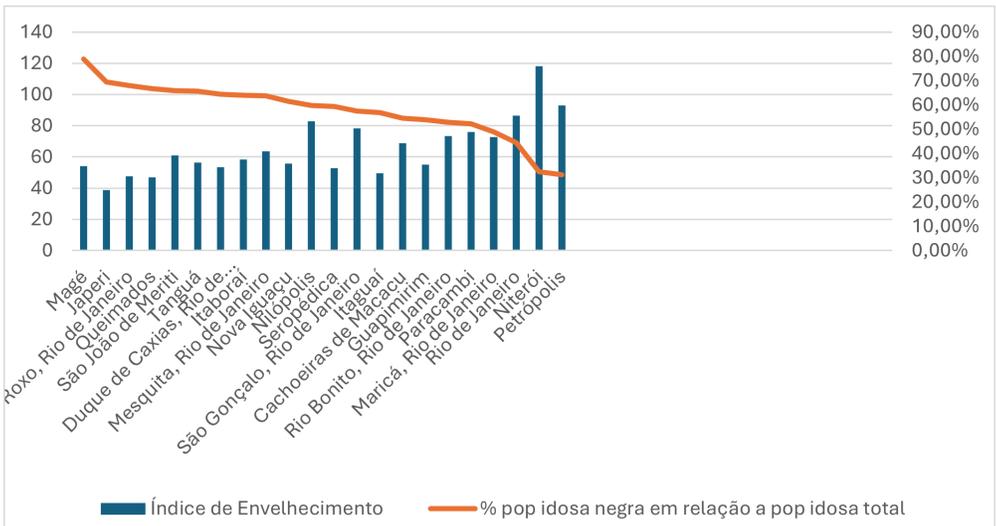


Gráfico elaborado pelo autor com base nos dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022)

É importante destacar que, embora a proporção de pessoas negras com mais de 60 anos seja relativamente baixa, nenhum dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro possui menos de 40% de pessoas negras em sua população geral, como observa o gráfico abaixo:

Gráfico 6 - População negra em relação a população total

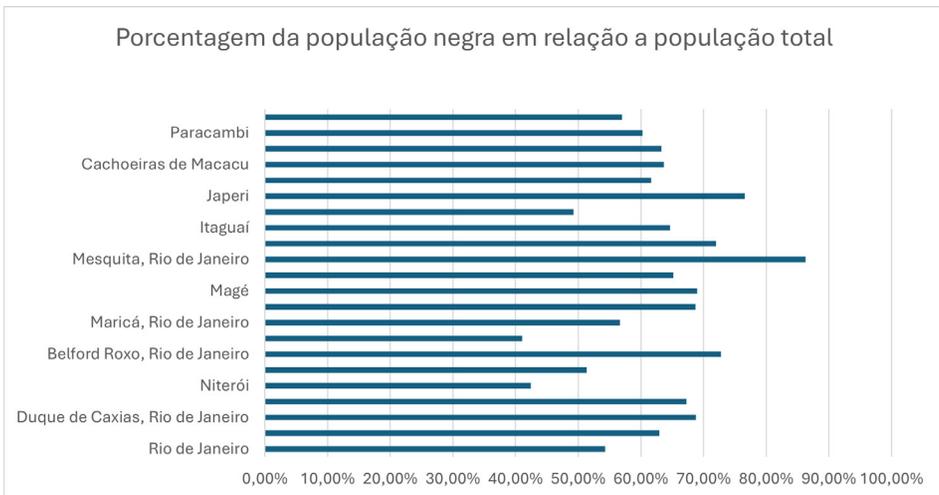


Gráfico elaborado pelo autor com base nos dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022)

As dificuldades enfrentadas pela população negra, ao envelhecer, tornam-se ainda mais evidentes, ao se analisar a proporção de pessoas idosas negras em relação ao total dessa população. Composta por 7.018.559 pessoas, das quais 1.131.056 são idosas, a população negra apresenta uma proporção de 16,12% de idosos. Isso significa que, a cada 100 pessoas negras, apro-

ximadamente 16 são idosas. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, a proporção de pessoas brancas idosas revela um aspecto significativo da demografia local. Dos 4.902.256 indivíduos brancos, cerca de 1.122.901 são pessoas idosas, o que equivale a aproximadamente 23 a cada 100.

O que se conclui, então, é que, embora a população negra seja numericamente maior, proporcionalmente o direito a envelhecer é mais plenamente exercido pela população branca, na região metropolitana do Rio de Janeiro. Isso indica que, apesar de haver mais pessoas negras, a população branca apresenta uma proporção maior de pessoas idosas, refletindo desigualdades no acesso e na realização dos direitos relacionados ao envelhecimento. Essa realidade destaca a importância de políticas públicas que garantam o direito ao envelhecimento digno e saudável para todos, independentemente da cor da pele, e que abordem as disparidades enfrentadas por diferentes grupos.

Esse processo evidencia fortemente os impactos do racismo estrutural, que, aliado a um estado necropolítico¹, contribui para a não sobrevivência e resulta na limitação do envelhecimento da população negra em plenitude de direitos.

1 Para Mbembe (2018), a necropolítica se manifesta em diversas formas, como em guerras, genocídios, violência policial e na administração da vida urbana. Ele argumenta que, em muitos contextos, o Estado exerce controle não apenas sobre a vida dos cidadãos, mas também sobre suas mortes, criando um cenário em que a vida de certas populações é desvalorizada e suas mortes são normalizadas.

Diante do exposto, fica evidente que a velhice fluminense é profundamente marcada por questões raciais, revelando um cenário onde as desigualdades estruturais se entrelaçam com o envelhecimento da população. O fato de a maioria da população negra, na região metropolitana do Rio de Janeiro, enfrentar barreiras significativas no acesso a direitos fundamentais, evidencia a urgência de um compromisso coletivo e institucional com a equidade racial. O reconhecimento da intersecção entre racismo estrutural e políticas públicas é essencial para promover um envelhecimento digno e saudável para todos.

Há, no entanto, outro fator que precisa ser considerado, ao pensar o envelhecimento da população da região metropolitana do Rio de Janeiro, a questão de gênero.

O processo de feminização da velhice já é amplamente reconhecido e ratificado pela literatura. No entanto, é necessário analisá-lo por dois eixos distintos, embora conectados. O primeiro deles é o inegável envelhecimento feminino. O segundo, por sua vez, deve ser examinado com um olhar crítico: os homens não envelhecem tanto quanto as mulheres. Por quê?

“Todo dia ela diz que é pr’eu me cuidar, e essas coisas que diz toda mulher”: A feminização da velhice e o não envelhecimento dos homens fluminenses

Este tópico tem como objetivo principal levantar questionamentos, não sobre o envelhecimento feminino, mas sobre o *não envelhecimento* masculino e suas possíveis causas.

Conforme destacado no quadro abaixo, o envelhecimento da população na região metropolitana é, inegavelmente, feminino:

Município	Número de pessoas idosas por gênero - Homens	Número de pessoas idosas por gênero - Mulheres
Rio de Janeiro	438.842	662.800
São Gonçalo, Rio de Janeiro	63.754	87.653
Duque de Caxias, Rio de Janeiro	48.975	65.805
Nova Iguaçu	48.005	65.165
Niterói	39.969	60.069
São João de Meriti	28.712	39.345
Belford Roxo, Rio de Janeiro	10.850	35.272
Petrópolis	21.656	30.152
Maricá, Rio de Janeiro	15.350	18.483
Itaboraí	14.738	18.475
Magé	14.551	18.170
Nilópolis	10.746	15.427
Mesquita, Rio de Janeiro	10.668	15.198
Queimados	8.051	10.396
Itaguaí	7.392	8.715
Seropédica	7.384	6.308
Japeri	4.766,00	5.637,00
Rio Bonito, Rio de Janeiro	4.178,00	5.147,00
Cachoeiras de Macacu	4.478,00	4.994,00
Guapimirim	4.456,00	4.022,00
Paracambi	3.064,00	3.813,00
Tanguá	2.179,00	2.345,00

Tabela elaborada pelo autor com base nos dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022)

Com exceção de Seropédica e Guapimirim, todos os municípios da Região Metropolitana possuem um envelhecimento demarcadamente feminino, com um percentual médio de 35,1%.

Para Camarano, o processo de feminização da velhice se expressa, em um primeiro momento, na maior quantidade de mulheres idosas, frente ao número de homens idosos (2008). A análise desse processo, no entanto, não pode considerar apenas fatores numérico-estatísticos, devendo abranger outras implicações sociais, como mencionado anteriormente, a partir de um olhar interseccional.

Deve-se adotar um olhar mais aprofundado, considerando as diversas implicações sociais, econômicas e culturais, que impactam os envelhecimentos feminino e masculino.

Observar esse fenômeno exige uma atenção: embora as mulheres envelheçam mais, isso não significa que o façam em boas condições, enquanto os homens envelhecem consideravelmente menos; desse modo, levantam-se questionamentos do porquê o envelhecimento masculino ocorre com menos frequência do que o feminino.

Segundo Camarano (2003), o baixo número de homens idosos, em comparação com as mulheres, é causado pela maior mortalidade entre a população masculina, que se dá

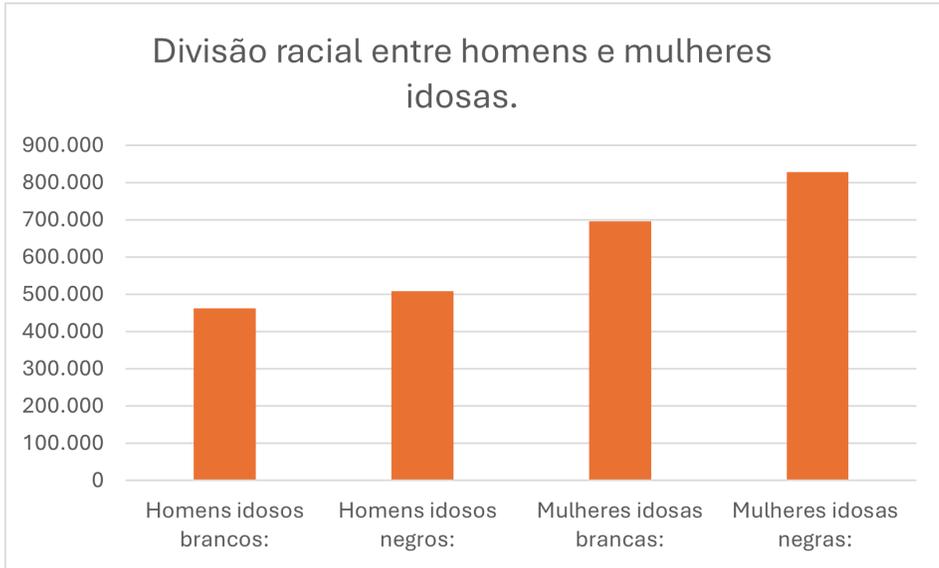
por múltiplos fatores, como a maior exposição à violência, condições de trabalho precarizadas e, principalmente, a menor frequência no cuidado à saúde.

Outra reflexão importante a ser feita sobre o processo de feminização da velhice é que, apesar de envelhecerem mais, são as mulheres idosas que protagonizam as piores cenas do envelhecimento, como destaca Camarano (2003, p. 37):

[...] mulheres idosas experimentam uma maior probabilidade de ficarem viúvas e em situação socioeconômica desvantajosa. A maioria das idosas brasileiras de hoje não tiveram um trabalho remunerado durante a sua vida adulta. Além disso, embora as mulheres vivam mais do que os homens, elas passam por um período maior de debilitação biológica antes da morte do que eles [...].

O processo de feminização da velhice, na região metropolitana do Rio de Janeiro é, ainda, atrelado à forte questão racial que existe na região. Como pontuado anteriormente, a população negra do Rio de Janeiro predomina frente a outras identidades raciais e étnicas, nesse caminho, o envelhecimento feminino do Rio de Janeiro é, também, negro.

Gráfico 7 - Presença da população negra feminina dentro da população idosa



Fonte: IBGE, 2022 – *Gráfico elaborado pelo autor*

O gráfico demonstra que a população negra feminina supera, em número, outros recortes dentro da população idosa, com mais de 800.000 mulheres negras acima dos 60 anos.

À luz dos indicadores sobre a vivência da população negra na região metropolitana, pode-se concluir que as mulheres negras idosas ocupam uma posição central nas desigualdades estruturantes e estruturais. Quando analisadas sob uma perspectiva interseccional, é evidente que o sofrimento que elas vivenciam é uma manifestação complexa dessas desigualdades.

Ainda no escopo das velhices plurais, é relevante buscar o entendimento sobre outras identidades socioculturais, como as dos povos e comunidades indígenas e quilombolas. No entanto, o processo histórico da região metropolitana do Rio de Janeiro resultou na invisibilização e, até mesmo, no extermínio desses povos e comunidades.

Em todo o estado do Rio de Janeiro, há três terras indígenas demarcadas e homologadas: a Terra Indígena Guarani de Bracuí, a Terra Indígena Araponga e a Terra Indígena Parati-Mirim, todas localizadas nos municípios de Angra dos Reis e Paraty. Nenhuma dessas terras está situada na região metropolitana; contudo, o IBGE registrou a existência de pessoas idosas indígenas e quilombolas vivendo nessa área, conforme será demonstrado a seguir.

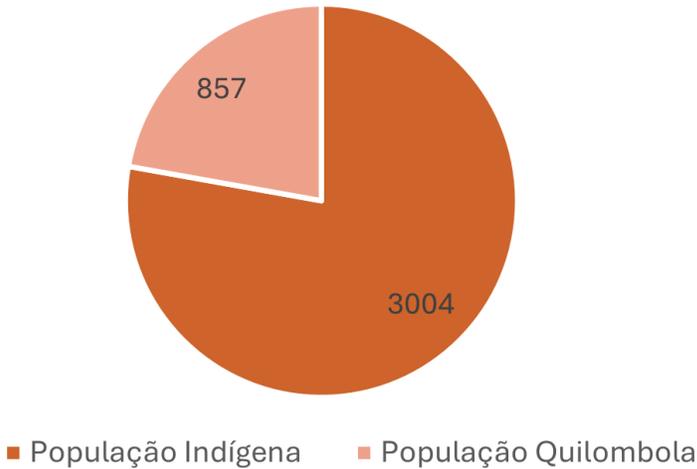
Velhices invisibilizadas: outras formas de ser e estar no mundo

Embora o processo de envelhecimento da região metropolitana e baixada fluminense tenha perfil racial claramente demarcado, existem outras velhices presentes no território do estado, como é o caso das velhices indígenas e quilombolas.

Acerca dessas populações, percebe-se um quantitativo extremamente baixo de pessoas idosas identificadas, especialmente quando se trata da população quilombola.

Gráfico 8 - Presença da população indígena no Estado do Rio de Janeiro

Povos originários e Tradicionais



Destaca-se que a população que se declara indígena, no Estado do Rio de Janeiro, totaliza 16.994 pessoas, das quais 4.013 são idosas. No entanto, um dado que suscita questionamento sobre esse recorte populacional é o fato de que, mesmo sem nenhuma terra indígena demarcada na região metropolitana do estado, essa área concentra 3.002 pessoas idosas indígenas, o que corresponde a 74,8% da população indígena idosa de todo o estado.

Um processo semelhante ocorre entre as pessoas quilombolas, que totalizam 20.447 indivíduos, em todo o estado,

sendo aproximadamente 2.826 pessoas idosas. Dessas, 857 residem nos territórios da região metropolitana, com os municípios do Rio de Janeiro e Magé concentrando os maiores percentuais de pessoas quilombolas idosas, com 489 e 280 indivíduos, respectivamente.

Apesar do intenso processo de invisibilização dos povos tradicionais e específicos, ainda é possível identificar alguns indicadores populacionais, embora ínfimos, que permitem visualizar como as populações indígenas e quilombolas envelhecem. O mesmo, entretanto, não se aplica a outros povos, como a população cigana e os povos ribeirinhos, entre outros grupos populacionais que ainda não são abordados pelo censo demográfico.

Um dos únicos levantamentos estatísticos que conseguem localizar onde estão as pessoas idosas que envelhecem nesses grupos é o Cadastro Único, através de seus Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTES).

Os GPTES são definidos como “grupos, organizados ou não, identificados por características socioculturais, econômicas ou conjunturais específicas, que requerem estratégias diferenciadas de cadastramento”.

Assim, as famílias que compõem os GPTES estão, além de em vulnerabilidade socioeconômica, frequentemente sujeitas a processos de invisibilidade. A identificação como “GPTES”

busca, então, dar maior visibilidade a essas famílias e viabilizar ações e políticas públicas que aumentem sua proteção social.

O CadÚnico permite a inserção de famílias em quatro categorias distintas:

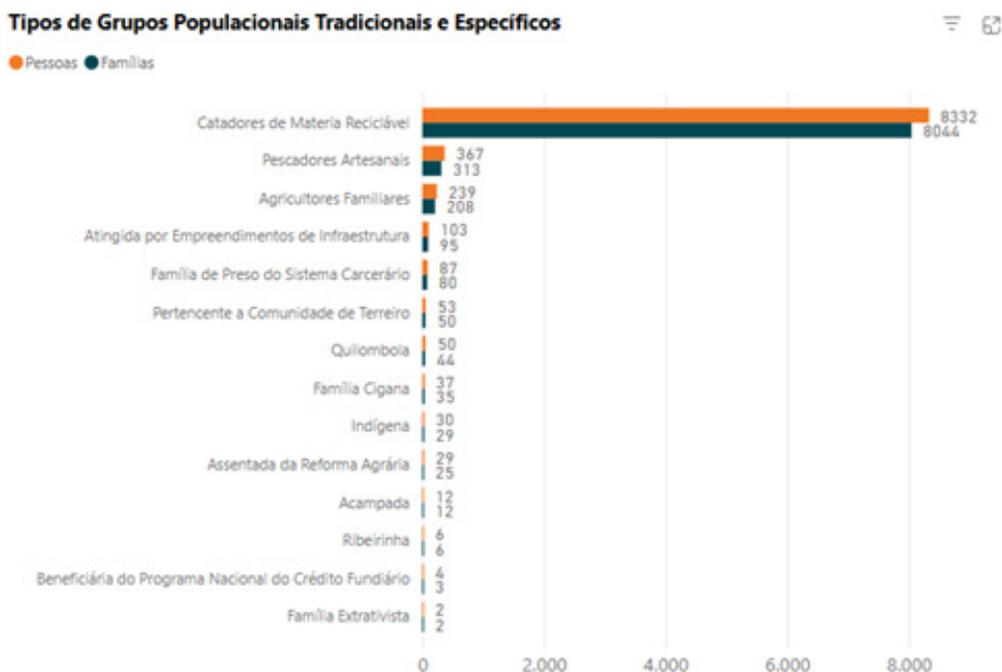
1. Origem étnica: inclui famílias indígenas, quilombolas, ciganas e de comunidades de terreiro.
2. Relação com o meio ambiente: engloba famílias extrativistas, pescadores artesanais e ribeirinhos.
3. Relação com o meio rural: compreende assentados da reforma agrária, acampados rurais, agricultores familiares e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).
4. Situações conjunturais: abarca famílias afetadas por empreendimentos de infraestrutura, presos do sistema carcerário, catadores de material reciclável e pessoas em situação de rua.

Apesar de ser um sistema reconhecido, não só para a promoção dos direitos das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, como também operando enquanto um dos instrumentos que possibilitam conhecer diferentes perfis da população, o Cadastro Único (CadÚnico), infelizmente, não dá conta de compreender a realidade da população idosa.

Segundo dados cedidos pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Estado do Rio

de Janeiro, existem hoje 6.866.749 pessoas inseridas no cadastro único, na região metropolitana do Estado. Desse número, 111.565 (1,62%) fazem parte de um dos grupos populacionais, tradicionais e específicos, ao passo que somente 9.333 são pessoas idosas, que correspondem a 8,36% desse total. Apresentando a seguinte distribuição:

Gráfico 9 - Distribuição dos grupos populacionais, tradicionais e específicos do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, (2024)

Chama atenção o grande quantitativo de pessoas idosas que estão inseridas como catadoras de material reciclável, contudo, não é possível encontrar quais os indicadores que levaram a esse crescimento exponencial. Cabe aqui pontuar duas possíveis hipóteses para esse quantitativo:

a) Esses números provavelmente incluem pessoas idosas em situação de rua.

b) Esse percentual corresponde a pessoas em situação de alta vulnerabilidade socioeconômica, que foram inseridas nos GPTES no intuito de receberem atendimento mais célere.

Embora as hipóteses levantadas sejam pertinentes ao contexto da pesquisa, os dados disponíveis não oferecem suporte empírico suficiente para corroborá-las. Além disso, o fenômeno em questão pode apresentar uma complexidade que não é capturada pelos dados existentes, visto que questões sociais frequentemente envolvem interações dinâmicas e contextos variados que não são facilmente quantificáveis ou observáveis.

Diante dessa realidade, é essencial que futuras investigações busquem coletar dados mais abrangentes e diversificados, especialmente no que diz respeito ao perfil das pessoas idosas, uma vez que estamos em um acelerado e constante processo de envelhecimento.

Para além das pessoas catadoras de material reciclável, o segundo grupo de maior destaque é o de pescadores artesanais², seguido pela agricultura familiar.

Além disso, o número de pessoas idosas registradas em outros grupos é extremamente baixo, o que dificulta seu reconhecimento adequado. Um aspecto importante a ser considerado, ao analisar a realidade dos povos GPTES, é que, ao realizar um recorte por faixa etária, observa-se uma maior concentração de catadores de material reciclável na faixa etária de 60 a 64 anos, totalizando 5.594 indivíduos, em comparação com a de 65 anos ou mais, que apresenta cerca de 2.738 pessoas. É relevante destacar que apenas os indivíduos com 65 anos ou mais têm direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), o que pode explicar a elevada quantidade de catadores nessa faixa etária.

Outro dado que corrobora essa hipótese diz respeito ao número de pessoas idosas beneficiárias do Programa Bolsa Família. Para a faixa etária de 60 a 64 anos, o total é de 4.821, resultando em uma diferença de apenas 773 indivíduos.

Ainda, ao analisarmos o recorte de gênero entre as pessoas inseridas nos GPTES, percebe-se uma predominância do gênero masculino, com 5.323 homens idosos, frente a 4.011

2 É importante destacar que o grupo de pescadores artesanais não deve ser confundido com a população ribeirinha. Embora seja possível traçar algumas similaridades entre esses dois grupos, os pescadores artesanais são definidos como aqueles que utilizam recursos pesqueiros extraídos de águas doces ou salgadas, tanto para fins comerciais quanto para subsistência.

mulheres. Esse dado traz um indicador importante, visto que as mulheres são maioria, em quase todos os GPTES, com exceção dos catadores de material reciclável, pescadores artesanais e agricultores familiares, como demonstra o Quadro a seguir:

Grupo populacional tradicional ou específico	Homens	Mulheres
Catadores de material reciclável	4802	3530
Pescadores artesanais	235	132
Agricultores familiares	146	93
Atingidos por empreendimentos de infraestrutura	26	77
Famílias de Presos do Sistema Carcerário	26	61
Pertencentes à comunidade de terreiro	26	38
Famílias Ciganas	19	29
Quilombolas	17	24
Indígenas	15	13
Assentados da Reforma Agrária	8	10
Acampados	5	7
Beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário	3	3
Ribeirinhos	1	3
Extrativistas	1	1

Fonte: SEDSODH/RJ (2024)

Diante da análise, evidencia-se que o envelhecimento na população da região metropolitana do Rio de Janeiro é marcado por questões raciais e de gênero, majoritariamente negro e feminino. Contudo, a diversidade cultural entre as pessoas idosas, especialmente aquelas pertencentes a grupos tradicionais e específicos, como indígenas, quilombolas e ciganos, permanece em grande parte invisibilizada.

Essa lacuna na identificação das diversas velhices aponta para a necessidade de políticas públicas que considerem a pluralidade de vivências e identidades. Para isso, é essencial promover a coleta de dados mais abrangentes e detalhados, que favoreçam a compreensão completa dos perfis sociais e culturais da população idosa. Dessa forma, será possível estruturar iniciativas inclusivas que respeitem e protejam essa multiplicidade de histórias, contribuindo para um envelhecimento digno e representativo da diversidade do estado.

Conclusão

Este capítulo apresentou um panorama das diferentes formas de envelhecer na região metropolitana do Rio de Janeiro, destacando como as características sociais, raciais e culturais influenciam esse processo.

Com foco nas populações indígenas, quilombolas e outros grupos pertencentes aos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTES), evidenciou-se que, embora essas velhices existam e resistam no território, ainda enfrentam invisibilidade significativa nos dados e nas políticas públicas. A análise revelou, também, que, apesar das limitações dos levantamentos atuais, como o Cadastro Único, é possível identificar algumas vulnerabilidades e desafios vivenciados por essas populações. Diante disso, reafirma-se a necessidade de aprofundar e detalhar a coleta de dados e implementar políticas que reconheçam e respeitem a diversidade dos percursos de envelhecimento, garantindo que a pluralidade cultural e social da população idosa fluminense seja devidamente considerada e protegida.

A efetivação plena dos direitos das pessoas idosas será possível apenas quando todas forem contempladas, incluindo aquelas que permanecem invisíveis e à margem das políticas públicas. É essencial que o reconhecimento e a proteção social abranja, também, as velhices dos grupos tradicionais e específicos, como indígenas, quilombolas, ciganos, ribeirinhos, entre outros. Somente com visibilidade e acolhimento a essas diversas realidades será possível avançar na construção de uma sociedade inclusiva e justa, que valorize e respeite a pluralidade de modos de ser e envelhecer no Brasil.

Referências

BENEDITO, Jonorete de Carvalho. Melhor Idade pra quem? As novas terminologias para designação da velhice. In: TEIXEIRA (org.). O envelhecimento na sociabilidade do Capital. Campinas, Papel Social, 2017 p. 235-252.

BRITTO, A. L.; QUINTSLR, S.; PEREIRA, M. DA S.. Baixada Fluminense: dinâmicas fluviais e sociais na constituição de um território. Revista Brasileira de História, v. 39, n. 81, p. 47-70, maio, 2019.

CAMARANO, A. A. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 35-63, 2003.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas. Ano 10 vol. 1, 2002. Disponível em Acesso em: 18 set. 2024

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica, 41. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2022: População, por grupos de idade*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 set. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Censo Demográfico 2022:

Características gerais dos indígenas, quilombolas e outros grupos populacionais tradicionais e específicos. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 set. 2024.

PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo. Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital. 1. Ed. São Paulo, Cortez, 2014

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento do Trabalhador na Sociedade Capitalista. In: TEIXEIRA (org.). O Envelhecimento na Sociabilidade do Capital. Campinas, Papel Social, 2017. p. 31-52.

Carlos Eduardo da Silva Santos - Assistente Social, e membro do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Envelhecimento e Serviço Social. Atua nas áreas de políticas públicas e promoção, defesa e garantia de Direitos Humanos para a pessoa idosa, tendo como principais áreas de interesse as políticas de Assistência Social e seu impacto no envelhecimento da população brasileira. Atualmente ocupa o cargo de coordenador na Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

E-mail: santoskadu@gmail.com

Capítulo V

Envelhecimento transgênero e o (cis)tema previdenciário: um estudo comparado entre Brasil e Uruguai

Jaqueline Galdino da Silva



Introdução

O segmento populacional LGBTQIAPN+ analisado neste capítulo refere-se àqueles que se identificam com a letra T, correspondente à identidade de gênero ‘trans’, ou seja, pessoas transexuais e travestis. Em linhas gerais, dada a amplitude do termo, pode-se dizer que também podem ser abarcadas as pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer, diferentemente de uma pessoa cisgênero, isto é, aquela que se identifica com o gênero atribuído ao nascer (Seibel *et al.*, 2018). Falar sobre transexualidade, portanto, envolve uma complexa construção identitária que não deve ser reduzida ao desejo de adequação do corpo, tão somente. Ou seja, o corpo transgênero está inserido em um amplo campo discursivo, antes mesmo do seu nascimento, em que estão definidas posturas, atitudes, cores, feminilidades e masculinidades em torno de um órgão genital (Bento, 2008).

Quando se discute sobre esse segmento social, doravante minorias sexuais, a imprecisão estatística quanto ao número real de pessoas trans, especialmente as idosas, têm agravado a situação desses indivíduos¹. De acordo com matéria redigida por Yuri Fernandes (2020) do Jornal Folha de São Paulo,

¹ Cf. assinalam Lima *et al.*, 2010; Benevides; Nogueira, 2020.

existem aproximadamente 3,1 milhões de pessoas LGBTQ+, que vivenciam a terceira idade no Brasil, o que desmistifica o senso comum, que considera inexpressivo o número de pessoas LGBTQ+ com mais de 60 anos. Ainda, de acordo com o Mapeamento das Pessoas Trans no Município de São Paulo (Centro de Estudo de Cultura Contemporânea, 2021, p. 8), “[...] aproximadamente, 2,0% da população brasileira se identificam como trans”, sendo que, dentro da comunidade LGBTQ+, pessoas trans são as que mais sofrem com a violência e a discriminação (Jesus, 2014).

O processo de envelhecimento de pessoas trans e travestis, em comparação com o das pessoas heterossexuais, revela desafios e especificidades singulares para o campo das políticas públicas, sobretudo devido ao fato de constituírem um grupo social frequentemente marginalizado, em diversas fases da vida. Devido a essas discordâncias e transgressões entre as normas de gênero e sexualidade, geradoras da transfobia, muitas pessoas trans são forçadas a trabalhar na informalidade, o que leva à “desproteção da seguridade social brasileira² (perda de direitos previdenciários e trabalhistas)” e, ao mesmo tempo, recrudescer um sentimento generalizado de abjeção e invisibilidade entre os corpos transgêneros. Nesse

² Segundo Almeida et al., 2014, p. 193.

contexto, compreendendo que “o envelhecimento não ocorre da mesma forma para todos os grupos sociais”, Lima (2019, p.52) e Henning (2020) destacam que a perspectiva entre os pesquisadores ainda é predominantemente heteronormativa, evidenciando a escassez de estudos sobre o envelhecimento de pessoas trans e seus efeitos, na sociedade.

Dito de outra forma, o processo de envelhecimento aqui referido suscita discussões nos campos das políticas públicas de saúde e da assistência social, debate esse que deve ser refletido, minimamente, como uma experiência singular dentro de uma pluralidade, quando comparadas às demais experiências de envelhecimento pensadas, majoritariamente, às pessoas cisgêneras. Nessa toada, a progressão dos direitos sociais, relacionados à diversidade sexual, tem sido um tema recorrente nos debates jurídicos, particularmente no que diz respeito à inclusão desses grupos como titulares de direitos. Embora a Constituição Federal assegure a todos o direito à Seguridade Social, garantindo auxílio financeiro diante de situações como a perda de renda, a exclusão social e/ou a morte prematura, o ordenamento previdenciário brasileiro ainda se mostra inerte, no que tange ao reconhecimento de benefícios previdenciários conforme o gênero de pessoas transexuais.

As discussões atuais sobre previdência social e gênero reivindicam novas abordagens, haja vista que ainda pouco se

sabe sobre as experiências de envelhecimento de pessoas trans e travestis. Em alguns países, a garantia de direitos para esse público tem avançado significativamente, como demonstram as leis de identidade de gênero no Uruguai, na Argentina e na Espanha. Na América do Sul, a discussão sobre benefícios assistenciais voltados especificamente para pessoas trans emergiu, primeiramente, no Uruguai, com a publicação da Lei n° 19.684/2018. Já no Brasil, embora a regulamentação do processo de transgenitalização, do direito ao uso do nome social e da retificação do registro civil representem conquistas significativas, as evoluções jurídicas e legislativas ainda ocorrem de forma lenta e gradual. No contexto das políticas públicas relacionadas ao trabalho, à assistência social e à previdência, Mello *et al.* (2013, p. 145) destacam que “o que se tem é um enorme silêncio em relação às ações do governo federal nessas áreas”.

O binarismo de gênero presente no ordenamento jurídico expõe uma lacuna normativa no campo previdenciário, relacionada ao enquadramento de segurados com identidades diversas de gênero. Essa situação, como se vê, resulta na falta de diretrizes que atendam, efetivamente, às necessidades da população trans, em processo de envelhecimento (Freitas; Vita, 2017). Considerando que a Lei n° 8.123 entrou em vigor em 1991, ou seja, há mais de 30 anos, ainda que naquele

período o número de pessoas transgêneras no país não fosse expressivo, atualmente, sua existência e (r)existência são incontestáveis. Heloísa Pancotti (2023) afirma que a inclusão previdenciária de pessoas transexuais, no Brasil, ainda enfrenta grandes obstáculos. A recente reformulação da política previdenciária brasileira, vide Emenda Constitucional (EC) nº 103/2019, por exemplo, não alterou os critérios binários.

Assim, nos termos da atual legislação, não há garantias de que benefícios previdenciários e/ou assistenciais para pessoas trans serão concedidos sem a intervenção judicial. Diante do exposto, este capítulo tem como objetivo analisar a evolução das perspectivas legais acerca dos direitos previdenciários, no Brasil e no Uruguai, acompanhando os debates internacionais sobre o tema. Justifica-se a abordagem relativa aos efeitos previdenciários em relação ao público trans, em razão da atualidade da problemática envolvida, dos recentes entendimentos jurisprudenciais derivados dos países vizinhos ao Brasil e da ausência de segurança jurídica pertinente à adequação desse público, frente à normativa previdenciária brasileira.

A abordagem teórico metodológica utilizada é qualitativa, valendo-se das técnicas de pesquisa documental, observando-se comparativamente, documentos jurídicos brasileiros e uruguaios, além do levantamento bibliográfico, a partir dos principais aportes teóricos do campo jurídico e sociológico.

A estruturação deste capítulo segue dividida em três partes, além da introdução e considerações finais. A primeira, além de problematizar o panorama social vivenciado pelas pessoas trans no Brasil, especialmente na terceira idade, também discute os conceitos relacionados ao gênero. Na sequência, são abordados aspectos da Previdência Social e decisões jurisprudenciais sobre o tema. Por último, são apontados, em perspectiva comparada, os avanços e desafios que permeiam o Sistema Previdenciário do Uruguai.

Da diferença às indiferenças

Mas nós, os transgêneros, que não temos nosso gênero assinalado no nascimento, vivemos cada vez menos. São muito poucos os que conseguem chegar à senescência, ou seja, que têm o direito de se tornar senis na idade avançada. [...] No Brasil, não há estatísticas oficiais para determinar quantos somos, tantos vivos quantos mortos. E a nós, os transvelhos, quem ajuda? Qual o preço da nossa velhice? (Nery, 2019, pp. 17-19)

No prefácio de sua última obra, intitulada *Velhices Transviadas* (2019), o escritor e psicólogo João W. Nery utiliza poemas, dados e memórias pessoais, para explorar o significado do envelhecimento para pessoas trans no Brasil. O trecho aci-

ma expõe uma pequena parte da diversidade de experiências existentes, quando se fala sobre o envelhecimento de pessoas trans, ressaltando que, muitas dessas pessoas, não vivenciam essa fase, devido às múltiplas violências a que estão expostas, ao longo de suas vidas. Refletir sobre as trajetórias de vida de pessoas trans implica, não apenas em identificar as barreiras que dificultam o acesso a direitos, mas, também, em considerar possíveis soluções que fundamentem o investimento em políticas públicas eficazes, que visem mitigar as dificuldades enfrentadas por essa população, no Brasil. Nesta seção, apresenta-se como as vivências, influenciadas por diferentes marcadores sociais, tais como gênero, sexo e envelhecimento, interagem e se sobrepõem.

Gênero e outras terminologias

Historicamente, a normatização dos comportamentos estabelecidos pelas práticas médicas e jurídicas contribuiu para naturalizar discursos que atribuem um gênero específico aos indivíduos, antes mesmo do nascimento. Tal processo direciona identidades a rótulos associados a espectros de masculinidades e feminilidades (Bento, 2016). A título de exemplo, ao realizar uma ultrassonografia, a pessoa que gesta busca não só identificar problemas de saúde, mas também

conhecer o sexo do bebê que, inicialmente, resume-se à verificação da presença de órgãos genitais masculinos ou femininos, como o pênis ou a vagina, respectivamente. A partir daí, inicia-se uma série de práticas e discursos, que reforçam a distinção entre gêneros binários. Judith Butler (2003) denomina essa construção discursiva como “caráter performativo de gênero”, que abrange práticas e atos que estabelecem uma relação de verdade, autoridade e autenticidade, aspectos fundamentais para a existência do conceito de gênero.

Nas palavras da autora, “o gênero é [...] um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, uma classe natural do ser” (Butler, 2016, p. 69). Desse modo, gênero é uma construção daquilo que é esperado socialmente e do papel exercido pelos indivíduos em sociedade. Assim, qualquer identificação com códigos ou práticas de gênero que não lhes foram atribuídos ao nascer, ou, mesmo, a rejeição do gênero binário e o desinteresse por papéis sexuais convencionais será motivo para coerções sociais que perpassam pela infância, até a vida adulta. Para indivíduos cisgêneros, isto é, que se identificam com o gênero atribuído ao nascimento, o mundo tende a oferecer mais abertura e aceitação, enquanto incidem violências extremadas para aqueles que expressam feminilidade ou masculi-

nidade de maneira não normativa, ou que transitam entre os gêneros (Vergueiro, 2015).

A identidade de gênero, conforme discutido por Butler (2016), é uma construção discursiva baseada em normas cis-normativas. Sendo assim, é crucial compreender como as estruturas sociais e institucionais influenciam os indivíduos em relação ao gênero. Na seara internacional, vigem os Princípios de Yogyakarta, celebrados em 2007 em Genebra, sendo considerados um compilado de definições consagradas de direitos humanos fundamentais contidos em tratados, convenções e resoluções, aplicáveis em situações de discriminação, estigma e violência, em razão da identidade de gênero (Corrêa, 2009, p. 14). Segundo Mauro Cabral (2010), a desnaturalização do binarismo homem-mulher, como desafio lançado no referido documento, seria uma das principais contribuições ensejadas no contexto dos direitos humanos, pois visa à desconstrução histórica e cultural da estrutura cerceadora da diversidade identitária e sexual.

Transgênero é um termo ‘guarda-chuva’ para as identidades de gênero-divergentes, isto é, aquelas que, de alguma maneira, subvertem o dispositivo binário de gênero (Lanz, 2014). Longe da pretensão de esgotar as possibilidades identitárias envolvidas, transgênero pode ser entendido como a pessoa que não se identifica e não se reconhece com a per-

formatividade e papéis vinculados ao gênero que lhe foi atribuído, antes de e/ou ao nascer, querendo expressar com mais afinco a imagem e os comportamentos do gênero oposto, ou quando não se reconhece, em meio à lógica binária de gênero, que é o caso das pessoas trans não-binárias (Jesus, 2014). Já o termo ‘orientação sexual’ está associado à atração sexual, podendo ser definido como o sentimento físico do indivíduo em relação a outro, sendo, assim, um interesse inato.

Desse modo, esses instrumentos tenderiam a contribuir como substrato para o avanço e a efetividade do direito antidiscriminatório, no campo das identidades. Entretanto, parece substancial aliar os enunciados normativos com o fomento a um debate aprofundado acerca da condição transgênera, a fim de que sua compreensão não mais seja tratada pelo viés patologizante na seara jurídica. Portanto, problematizar essas questões, entendendo essas posições desiguais e sua perpetuação no sistema (Flores, 2009), é fundamental para a construção e disseminação da equidade no acesso a direitos, sobretudo à luz dos Princípios de Yogyakarta e da Constituição Federal de 1988, repensando uma definição de cidadania, que integre sua dimensão social (Marques-Pereira, 2009), e caracterizando o debate de gênero como pauta prioritária em um Estado Democrático de Direito (Bento, 2014).

Desumanização em curso: a violência na rota da longevidade

A normatização das identidades trans manifesta-se por meio de processos de estigmatização social e estrutural (Magno; Dourado; Silva, 2018). Estudos conduzidos por Rossman, Salamanca e Macapagal (2017) demonstraram que a população transexual apresenta índices significativamente mais elevados de quadros depressivos, transtornos de ansiedade e comportamento suicida, em comparação com indivíduos cisgêneros. É dizer, para jovens adultos trans, que o processo de desenvolvimento da identidade de gênero constitui-se como um fator determinante, para desfechos negativos na saúde. No cenário brasileiro, transexuais e travestis, historicamente, encontram obstáculos significativos no acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), em decorrência da transfobia institucionalizada. Magno *et al.*, (2018) ressaltam que, além do acesso limitado aos serviços de saúde pela população trans, aqueles que conseguem acessá-los enfrentam múltiplos desafios, incluindo discriminação e restrições quanto ao acesso à hormonioterapia e procedimentos cirúrgicos de redesignação corporal.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) publica, anualmente, um dossiê que apresenta dados estatísticos relativos às taxas de mortalidade da popu-

lação trans, no território nacional. O documento mais recente, divulgado em 2023, evidencia a persistência alarmante da violência contra pessoas trans no país: foram registrados 131 assassinatos, em 2022, número que supera a média histórica de homicídios documentados entre 2008 e 2021. A análise dos dados também revela uma interseccionalidade significativa entre os marcadores sociais: 82% (aproximadamente 8 em cada 10) das vítimas eram pessoas negras, enquanto 97%, eram mulheres, fato esse que demonstra uma confluência entre questões raciais e misóginas. Ademais, a natureza dos crimes denota expressiva motivação transfóbica e ódio de gênero, manifestados em 80% dos casos, os quais foram cometidos por espancamentos, disparos de arma de fogo e métodos combinados de agressão (Benevides; Nogueira, 2019).

As modificações corporais, realizadas sem supervisão médica adequada, constituem um fator adicional de vulnerabilidade para a população trans, abrangendo desde a aplicação clandestina de silicone industrial, até procedimentos cirúrgicos de redesignação sexual não regulamentados, os quais podem resultar em complicações graves ou óbito. Embora a legislação brasileira determine que a hormonioterapia deve ser prescrita e acompanhada por médicos habilitados, as barreiras no acesso aos serviços de saúde, recrudescidas pela persistência de perspectivas patologizantes sobre as identidades trans e pela transfobia ins-

titucional, contribuem para a prevalência de automedicação como alternativa recorrente nessa população. Sendo assim, há uma interseccionalidade complexa entre trabalho sexual, identidade trans feminina e padrões estéticos, que impõem pressões significativas sobre aquelas que experimentam o processo de envelhecimento, sem conseguir manter determinados padrões de atratividade socialmente estabelecidos.

Conforme evidenciam Rocon *et al.*, (2018), é recorrente que pessoas trans, ao buscarem atendimento médico, já estejam em processo de hormonização autogerida, isto é, baseada em orientações obtidas em suas redes de apoio ou mediante pesquisas feitas pela internet. Em sua tese de doutorado, Sabatine (2017) destaca que o processo de senescência na população trans manifesta-se precocemente. O pesquisador enfatiza que as intervenções não regulamentadas de feminilização ou masculinização corporal, por exemplo, podem acarretar consequências deletérias que se sobrepõem à saúde, de modo que as complicações podem manifestar-se no uso do silicone industrial, incluindo as deformidades anatômicas, por exemplo (Sabatine, 2017, p. 108).

Outro ponto destacado diz respeito à incongruência entre a identidade de gênero e o registro civil, o que constitui um fator de sofrimento psíquico para a população trans, desencadeando quadros de ansiedade e depressão. Eyssel *et al.*,

(2017) evidenciam que a utilização dos serviços de saúde pode resultar em uma exposição indesejada da identidade trans – como no caso de homens trans que necessitam de atendimento ginecológico –, intensificando a resistência dessa população em buscar assistência médica. Ademais, questões estruturais, como o número de hospitais que oferecem serviços de saúde direcionados ao público trans, mostram-se ainda mais críticas: hoje, o SUS dispõe apenas de cinco unidades hospitalares credenciadas para a realização dos procedimentos contemplados no protocolo do Processo Transexualizador, resultando em períodos de espera que podem se estender por anos.

Desse modo, a negligência estatal frente às demandas da população transgênero evidencia, conforme exposto anteriormente, uma política sistemática de extermínio, caracterizada por Jesus (2013) como um ‘genocídio’ direcionado a essa população. Os homicídios de pessoas transexuais, particularmente de mulheres trans, apresentam especificidades que os distinguem daqueles perpetrados contra mulheres cisgêneras. Em geral, tais atos de violência não se configuram como crimes motivados pela misoginia tradicional, mas sim pela transfobia, direcionando-se especificamente aos indivíduos que assumem a identidade feminina, em uma tentativa de suprimir essa expressão identitária considerada ‘desviante’. Esta manifestação de violência alinha-se substancialmente com a

retórica moral conservadora, fundamentada na presunção de imoralidade atribuída aos sujeitos que transgridem os padrões do pensamento hegemônico à heteronormatividade.

Se, por um lado, a precariedade do acesso à educação resulta em baixa qualificação profissional dessa população, levando-as ao trabalho informal ou à prostituição como mecanismo de subsistência (ANTRA, 2019), por outro, mostra-se fundamental reconhecer a complexidade do problema, pois os espaços de prostituição, por exemplo, constituem relevantes ambientes nas cartografias transfemininas, conforme evidenciam Siqueira (2004) e Pelúcio (2007). Nesse sentido, uma eventual restrição do acesso a esses ambientes poderia acarretar a desarticulação de importantes redes de sociabilidade, nas quais se estabelecem vínculos afetivos e sociais, incluindo relações com amigas, mães, madrinhas, clientes e parceiros afetivos. Tal dinâmica evidencia como as experiências de vida da população trans podem intensificar processos de coletividade, uma vez que a constante gestão da violência força esse público a desenvolver mecanismos próprios de sobrevivência.

O envelhecimento trans como um lugar de tensão

A interseccionalidade entre envelhecimento e identidades LGBTQ+ revela um complexo panorama de invisibilização so-

cial. É dizer, a imagem social de que os idosos são seres assexuados contribui para obscurecer as vivências e expressões de orientação sexual e identidade de gênero na terceira idade. Esse fenômeno manifesta-se através do ageísmo – também denominado idadismo ou etarismo – que consiste na estereotipação e discriminação etária, resultando na homogeneização da população idosa. No contexto específico das pessoas trans e travestis, observa-se uma confluência de fatores excludentes, que potencializam sua vulnerabilidade socioeconômica. A exposição contínua a eventos estressantes, decorrentes da discriminação relacionada à orientação sexual e identidade de gênero, frequentemente resulta em isolamento social e psicológico (Rabelo; Davi, 2020).

Em contraposição ao fluxo da vida de grande parte da população, a qual pressupõe um processo linear de envelhecimento seguido pela morte, a expectativa de vida das pessoas trans é fortemente impactada por violências estruturais. Apesar disso, Lima (2019) evidencia que, especificamente, as mulheres trans que conseguem alcançar a quinta década de vida enfrentam múltiplos marcadores discriminatórios, incluindo, além do preconceito etário, a transfobia. Anky e Nery (2019) também destacam que a incompreensão social acerca da transgeneridade motiva muitas pessoas trans idosas a invisibilizar ou anular suas identidades, para receber

cuidados familiares. Este fenômeno, convém mencionar, manifesta-se distintamente, pois, enquanto as mulheres trans frequentemente experimentam processos de destransição (retomar o gênero de nascimento) forçada na senescência, devido à ausência de suporte familiar e institucional, as pessoas trans masculinas, conforme Nery (2019), frequentemente optam pelo deslocamento geográfico e mudam de endereço, de cidade, ou região como estratégia de reconstituição social e de identidade.

Ainda, destaca-se o recorte racial como fator determinante nas distinções entre as experiências de mulheres trans negras e brancas, evidenciando como as trajetórias de vida, permeadas por privilégios e oportunidades díspares, influenciam a qualidade do envelhecimento humano (Bezerra, 2022). A ‘passabilidade’, conceito trabalhado por Duque (2013), ao aproximar os sujeitos das convenções e normativas sociais, pode atenuar situações de violência e de discriminação. Porém, essa conformidade revela-se incompleta quando elementos desestabilizadores comprometem sua aparente coerência como, por exemplo, no caso de uma documentação registral não retificada. Como se vê, esse contexto questiona, a um só tempo, a definição estabelecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2005), que determina o início da velhice aos 60 anos, haja vista que, para a população trans, tal marco cronológico entra em contra-

dição e, também, reafirma os dados produzidos pela ANTRA (2022), que evidencia uma disparidade alarmante na expectativa de vida dessa população: 35 anos para pessoas trans brancas e 29 anos, para pessoas trans pretas.

Ao mobilizar a questão do envelhecimento da população trans, também se faz necessário levar em consideração os múltiplos aspectos (cis)têmicos que intensificam sua vulnerabilidade. Nesse sentido, o aspecto econômico emerge como fator crucial para a compreensão de suas experiências e estratégias de sobrevivência. Embora a prostituição seja reconhecida profissionalmente desde 2022 pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), como garantias previdenciárias inclusive³, dados produzidos pela ANTRA indicam que 90% das pessoas trans recorrem a essa atividade laboral em algum momento de suas vidas, enquanto apenas 4% ocupam empregos formais, isto é, com possibilidade de renda fixa (Benevides; Nogueira, 2019). As autoras estabelecem um paralelo, ao afirmar que “uma travesti aos 40 anos pode ser comparada a uma mulher cisgênera aos 60 anos”, corroborando com Nery (2019, p. 18), que introduz o conceito de ‘transvelha’

3 Importante dizer que o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) permite àqueles que exercem a prostituição autonomamente possam se filiar e contribuir. Porém, apesar da garantia formal, é cediço que, na prática, o acesso não é simples, sobretudo se for considerada a marginalização e a discriminação da profissão em si.

para pessoas trans que alcançam os 50 anos. Ou seja, como o envelhecimento ocorre precocemente, é necessário considerar que há um movimento de ‘expulsão’ daqueles corpos não mais lidos como atraentes naquele espaço, limitando ainda mais suas oportunidades de trabalho e dificultando seu poder aquisitivo de contribuir para a previdência social.

O ACESSO À PREVIDÊNCIA SOCIAL PELA POPULAÇÃO TRANS NO BRASIL: UMA QUESTÃO DE DIREITOS (HUMANOS)

Em geral, as políticas sociais que contemplam a perspectiva de gênero frequentemente restringem-se à concepção biológica da mulher, negligenciando grupos sociais historicamente estigmatizados e oprimidos, como a população transexual. Não obstante os avanços jurídicos hodiernos, esse segmento populacional enfrenta manifestações discriminatórias e violações de direitos. Dessa maneira, a análise dos efeitos previdenciários concernentes à população transgênero justifica-se pela contemporaneidade da questão, pela emergente jurisprudência envolvida e pela instabilidade jurídica referente à adequação desse segmento social ao sistema previdenciário vigente. A presente seção dedica-se à análise do arcabouço legislativo nacional e das decisões jurisprudenciais e administrativas pertinentes.

O histórico binário do Sistema Previdenciário

A diferenciação etária para fins de aposentadoria, entre os gêneros, foi inicialmente estabelecida no ordenamento jurídico brasileiro por meio da Lei n° 3.807, de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), que fixou a idade de 65 anos para homens e 60 anos para mulheres. À época, não foram as assimetrias laborais entre gêneros e a sobrecarga feminina, decorrente da dupla jornada, a fundamentação original para tal distinção, mas sim, critérios de natureza biológica. Tal perspectiva resta evidenciada no parecer do relator do Projeto de Lei n° 2.119/56 (vide Lei n° 3.807/60), que sustentava a diferenciação meramente nas “condições biológicas da mulher”, dispensando argumentações adicionais. É relevante ressaltar que o documento retro não especificava quais características biológicas femininas fundamentavam tal discriminação.

Com o passar dos anos, a fundamentação do critério diferenciador entre gêneros para fins previdenciários sofreu significativa evolução hermenêutica, transcendendo a perspectiva meramente biológica, para incorporar aspectos sociais mais abrangentes. O próprio desenvolvimento da sociedade e as conquistas do movimento feminista consolidaram uma interpretação fundamentada em construções sociais, sobretudo nas assimetrias estruturais entre gêneros (Silva; Silva,

2022). Nessa toada, o tratamento jurídico diferenciado em virtude do gênero sexual, inicialmente estabelecido pela Lei Orgânica da Previdência Social n° 3.807/60, tem como pilar o princípio da isonomia material e está consagrado no artigo 201, §7°, incisos I e II, da Constituição Federal de 1988. Tal diferenciação visa compensar as persistentes disparidades na inserção e valorização feminina no mercado de trabalho, fenômeno que, não obstante os avanços sociais, ainda caracteriza a realidade atual.

A fundamentação legislativa para a diferenciação dos critérios de aposentadoria, segundo o gênero do segurado, assenta-se em três pilares fundamentais: a capacidade física, a vulnerabilidade socioeconômica da mulher e o fenômeno da dupla jornada – caracterizado pela concomitância entre as atividades profissionais remuneradas e o trabalho doméstico não remunerado. Como outrora mencionado, diversos benefícios de ordem previdenciária incorporam a variável de gênero em sua regulamentação, destacando-se a aposentadoria por idade, cujo critério binário de gênero encontra-se implícito no texto constitucional. Essa estruturação normativa foi recentemente modificada pela Emenda Constitucional (EC) n° 103/2019 (Reforma da Previdência), que promoveu alterações substanciais no §7° do artigo 201 da Constituição Federal, estabelecendo critérios mais rigorosos para a conces-

são de benefícios previdenciários e suprimindo determinadas modalidades, como a aposentadoria por tempo de contribuição (Silva; Silva, 2022).

Não obstante a preservação do caráter protetivo e preventivo dos riscos sociais, as sucessivas reformas previdenciárias não solucionaram, até hoje, a lacuna normativa referente aos critérios aplicáveis à população transgênero, em processo de redesignação. No que tange à vulnerabilidade previdenciária da população trans idosa, essa apresenta-se particularmente crítica, haja vista que a ausência de legislação que contemple o acesso aos benefícios previdenciários, com base na identidade de gênero autodeclarada, em detrimento do sexo biológico, evidencia tal problemática. Ainda cabe ressaltar que, embora o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) permita a filiação e contribuição de profissionais do sexo autônomos - garantindo-lhes formalmente acesso a benefícios, como aposentadoria e auxílio-doença -, sua efetivação encontra obstáculos devido à estigmatização e marginalização social desta atividade profissional.

Cabe mencionar que o sistema previdenciário estabelece categorias contributivas específicas para a caracterização do vínculo securitário, a saber: empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso, segurado especial e facultativo. Em tese, percebe-se que qualquer in-

divíduo que satisfaça os requisitos legais estaria habilitado à concessão dos benefícios previdenciários. Contudo, a população transgênero enfrenta particularidades normativas diferenciadas, posto que, mesmo após a retificação registral e o processo de redesignação de gênero, o sistema previdenciário ainda considera primordialmente o sexo biológico, para fins de concessão de benefícios. Nesse contexto, Serau Júnior (2018) propõe uma analogia com o instituto da aposentadoria especial, regulamentada pelos artigos 57 e 58 da Lei nº 8.213/91, como paradigma para o tratamento previdenciário da população trans, sugerindo a redução do tempo contributivo, em comparação com os parâmetros convencionais.

Desse modo, ao analisar aspectos práticos relacionados à operacionalização dos benefícios previdenciários, Mendes e Costa (2018) propõem que a retificação do registro civil seja acompanhada pela correspondente atualização cadastral junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e demais entes previdenciários. Tal proposição fundamenta-se na observação de que parcela significativa da população trans efetua a retificação nominal e de gênero posteriormente à inscrição no RGPS, resultando em uma incongruência no reconhecimento estatal pleno de sua identidade de gênero. Nesse sentido, Freitas e Vita (2017) enfatizam que essa questão transcende a mera garantia do direito ao nome, ou a tute-

la da liberdade de gênero, uma vez que a retificação registral produz efeitos multidimensionais no ordenamento jurídico.

É imperioso ressaltar que o processo de concessão de aposentadoria para uma pessoa transgênero requer, preliminarmente, a retificação documental comprobatória de sua identidade de gênero, seguida da análise deste e dos requisitos previdenciários específicos. Entretanto, mesmo com essa conquista, a ausência de posicionamento estatal definitivo acerca dos direitos previdenciários de pessoas trans – ainda que após o julgamento procedente da ADI nº 4.275/DF – frequentemente resulta em indeferimentos administrativos pelo INSS, compelindo os interessados à via judicial. Nesse contexto, Bunchaft (2016, p. 226) sinaliza que a expansão da atuação judicial emerge como resposta à insuficiente representatividade política de grupos sociais minoritários, como forma de ampliar sua atuação para suprir as deficiências nos mecanismos de participação e inclusão social.

Castro e Lazzari (2020, p. 744) enfatizam que a atuação do servidor público deve transcender a mera análise processual administrativa do requerimento, incorporando o dever funcional de orientação quanto à prestação previdenciária mais vantajosa ao segurado. Dito em outras palavras, o servidor não deve ser eximido de sua responsabilidade de orientar que o requerente tenha acesso à modalidade de benefício

mais adequada e favorável à sua situação específica. Contudo, Goes (2020, p. 627) aponta que o cenário previdenciário contemporâneo se caracteriza pela frequente judicialização direta das demandas, isto é, sem o prévio esgotamento da via administrativa. Esse fenômeno evidencia, a um só tempo, possíveis fragilidades no sistema de atendimento e orientação, bem como potenciais lacunas na efetivação do princípio da proteção social. Goes ainda sustenta que parcela expressiva da doutrina considera a ausência de requerimento administrativo prévio como elemento impeditivo do interesse processual, o que configura a carência de uma das condições da ação.

A efetivação do acesso aos benefícios previdenciários para a população trans demanda o reconhecimento prioritário do gênero autodeclarado, considerando-se a natureza declaratória da retificação registral. Essa abordagem implica que apenas o gênero auto percebido deve ser considerado relevante, tanto no momento da verificação dos requisitos para a concessão de benefícios previdenciários, quanto na data de seu requerimento. Araújo e Barreto (2018) apontam que a regulamentação do benefício previdenciário se submete às disposições legais e condições vigentes no momento da consolidação dos pressupostos necessários à concessão, em observância ao princípio *tempus regit actum*. Esse entendimento encontra respaldo na jurisprudência consolidada dos tribunais superio-

res, conforme se depreende da análise das súmulas 340 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e 359 do Supremo Tribunal Federal (STF).

Conforme sinaliza Fluminhan (2016), é fulcral avaliar e estabelecer os critérios objetivos para a concessão de benefícios previdenciários, assegurando que tais direitos sejam garantidos, independentemente da expressão de gênero do segurado. Considerando que a retificação registral prescinde de modificações fenotípicas, a prova da performance social do segurado e a autodeclaração da identidade é que serão relevantes para a análise dos órgãos públicos. Não obstante os importantes avanços jurisprudenciais que visam a harmonizar a legislação à realidade social, a lacuna normativa persiste no âmbito previdenciário. A ausência de disposições específicas, quanto à concessão de aposentadorias e demais benefícios para a população trans, em conformidade com sua identidade de gênero, também evidencia o silêncio legislativo sobre essa matéria.

Decisões paradigmáticas em prol das minorias sexuais

O nome, enquanto expressão primordial dos direitos da personalidade, integra o núcleo constitucional dos direitos fundamentais, demandando a inviolabilidade intrínseca à in-

timidade, à vida privada, à honra e à imagem do indivíduo. Essa proteção justifica-se pela função essencial do nome, na constituição de identidade do ser humano, tanto na dimensão da autopercepção, quanto no contexto das relações sociais. A incongruência entre a designação nominal e a identidade autopercebida pode ocasionar impactos psicossociais severos, manifestando-se de forma acentuada na experiência da população trans, que vivencia constantes desafios para obter o reconhecimento institucional de sua identidade de gênero (Martins, 2019).

Nesse sentido, a evolução do pensamento social culminou em sucessivas decisões judiciais que pacificaram, em alguma medida, a importância do direito à retificação do registro civil para pessoas transexuais. É dizer, esse cenário modificou-se significativamente com o ajuizamento, pela Procuradoria Geral da República, da ADI n° 4.275, em 2009, constituindo um verdadeiro marco na consolidação dos direitos da população trans. Em março de 2018, ao julgar procedente a referida ação, o STF conferiu interpretação conforme à Constituição Federal de 1988, ao Pacto de São José da Costa Rica e ao artigo 58 da Lei de Registros Públicos. Essa decisão, proferida conjuntamente com o Recurso Extraordinário (RE) n° 670.422, reconheceu à população trans o direito à adequação do prenome e sexo, no registro civil, independentemente da

realização de procedimentos cirúrgicos de transgenitalização ou de tratamento hormonal.

A partir desse entendimento, o STF atribuiu proteção e efetividade aos direitos das minorias sexuais, tendo como requisito único a manifestação volitiva do interessado, facultando-lhes a escolha entre as vias judicial ou administrativa, para efetivar o seu direito. Já em 2014, durante a primeira Jornada Nacional da Saúde, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), evento destinado ao debate sobre a judicialização da saúde, foram aprovados dois enunciados interpretativos concernentes aos direitos da população transgênero. A normativa possibilitou o reconhecimento formal do gênero autodeclarado, estabelecendo a inclusão do nome social em documentos públicos e registros administrativos; vide Decreto n° 8727/2016. Todavia, a manutenção do nome civil nos documentos de uso administrativo interno prejudicou o pleno reconhecimento identitário, pois evidencia a condição da pessoa transgênero ao escrutínio dos servidores públicos que acessam os arquivos.

A dispensa da cirurgia de transgenitalização, como requisito para a modificação registral, representa um grande avanço no reconhecimento dos direitos da população trans, não obstante os desafios jurídicos que sua implementação ainda suscita. O nome, enquanto direito da personalidade, confi-

gura-se como “instituto com origem no Direito Civil elevado à dimensão constitucional” (Andrade, 2006, p. 118). A consolidação desse direito no âmbito civilista, especificamente quanto à possibilidade de retificação registral de prenome e gênero, para pessoas transgênero, demanda uma interpretação constitucional alinhada com os objetivos fundamentais da República, tal como a promoção do bem-estar coletivo, livre de discriminações baseadas em origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outros critérios discriminatórios.

Precedentes no campo previdenciário

A decisão emanada pelo Poder Judiciário em permitir a retificação de prenome, nome e sexo, no registro civil, indica a primazia da individualidade e da intimidade da pessoa humana, alinhando-se aos objetivos constitucionais de promoção do bem-estar e da justiça social, de forma universal. A evolução jurisprudencial concernente aos direitos da população trans teve início entre as décadas de 1980 e 1990, com decisões pioneiras que autorizavam a retificação de nome e sexo, independentemente de intervenção cirúrgica. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) destaca-se como precursor nessa matéria, ao deferir a adequação do registro civil de pessoas trans, no julgamento da Apelação Cível nº

593110547. A promulgação da Resolução n° 1.482/97 pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), em 1997, que regulamentou os procedimentos de transgenitalização, influenciou significativamente a jurisprudência (Machado Morais, 2019).

Essa evolução jurisprudencial frente aos direitos LGBT+ encontra respaldo no julgamento conjunto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n° 132 e na ADI n° 4.277. A ADPF n° 132, proferida por unanimidade, conferiu às uniões conjugais homoafetivas o *status* jurídico de união estável. Conforme observa Martins (2019), a evolução do reconhecimento jurídico desse tipo de união teve origem, *a priori*, em demandas previdenciárias e assistenciais de saúde e, posteriormente, expandindo-se para abarcar prestações típicas do direito de família. Com isso, a consolidação dos direitos matrimoniais homoafetivos suscitou desdobramentos em diversos âmbitos jurídicos.

No campo previdenciário, por exemplo, o INSS, por meio da Instrução Normativa n° 45/2010, regulamentou a concessão de benefícios previdenciários a companheiros homossexuais, incorporando-os ao rol de dependentes, para fins de pensão por morte e auxílio-reclusão. Em 2017, o STJ, posteriormente referendado pelo STF, estabeleceu a equiparação entre união estável e casamento no âmbito sucessório, assegurando direitos hereditários, independentemente da natu-

reza do vínculo conjugal homoafetivo. Esse reconhecimento não apenas influenciou os regimes previdenciários, planos de previdência complementar e os seguros-saúde, mas também catalisou uma ressignificação social do conceito de família (Calmo; Calazans, 2019, p. 71).

A evolução do entendimento do STJ ocorreu em etapas distintas: (i) em 2007, a Terceira Turma autorizou a retificação de prenome e sexo para transexuais submetidos à cirurgia de redesignação, condicionada à averbação da origem judicial da alteração; e, (ii) em 2009, através do Recurso Especial (REsp) nº 1008398/SP, o STJ ampliou significativamente sua interpretação, pois, além de permitir a modificação registral independentemente da realização de cirurgia, também dispensou a averbação da decisão judicial da alteração. Em julho de 2019, foi registrado o primeiro requerimento de aposentadoria por homem trans, no exercício da função de policial penal (antigo agente penitenciário), no estado de São Paulo. Somente em abril, a resolução do caso materializa-se, mediante parecer favorável da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, reconhecendo o direito à aposentadoria do servidor (São Paulo, 2020).

Outro precedente significativo refere-se ao caso de Mary Fernanda Mariano, servidora do Ministério Público de São Paulo (MPSP). A requerente, que acumulou 32 anos, 6 meses

e 24 dias de tempo de serviço, pleiteou, em 2019, sua aposentadoria, reivindicando a aplicação dos critérios previdenciários estabelecidos para o gênero feminino. A trajetória administrativa da servidora, que ingressou no serviço público com registro masculino, caracterizou-se por duas etapas judiciais distintas: (i) a retificação nominal, em 2008 e (ii) a alteração do sexo no registro civil, em 2012. O requerimento da aposentadoria resultou no parecer do Subprocurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, que estabeleceu: “O servidor público que teve seu registro de nascimento alterado, no tocante ao nome e ao sexo, tem direito à aposentadoria de acordo com esse estado” (Granzini; Castanho, 2019).

Conforme divulgado pela Assessoria de Comunicação do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), outro precedente jurisprudencial relevante concerne à decisão proferida pela 3ª Turma Recursal da Justiça Federal do Ceará (JFCE), que reconheceu a uma professora transgênero o direito à aposentadoria de acordo com os critérios previdenciários de seu período laborativo. Nesse caso, a autarquia previdenciária sustenta a inaplicabilidade dos critérios femininos à totalidade do período contributivo, fundamentando-se na recente retificação registral do gênero feminino, efetivada apenas em 2020. Entretanto, a turma Recursal, em decisão paradigmática, estabeleceu que os parâmetros previdenciários

rios femininos deveriam incidir sobre todo o período laborativo, independentemente do momento da retificação registral (Miranda; Tonella, 2024).

Em 2021, a 2ª Turma do STJ proferiu decisão no caso de Maria Luiza da Silva, primeira militar transgênero da Força Aérea Brasileira (FAB), reconhecendo seu direito à aposentadoria no posto de suboficial, posição hierárquica máxima na carreira militar do quadro de praças. A militar, após submeter-se ao procedimento de redesignação sexual, havia sido transferida para a reserva no posto de cabo, o que obstaculiza a sua progressão funcional. Este precedente jurisprudencial fundamentou uma Ação Civil Pública, julgada em outubro do mesmo ano, pela 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região, que determinou às Forças Armadas reconhecer o nome social de militares transgêneros e vedou a reforma compulsória baseada no diagnóstico de “transexualismo” (Brasil, 2023).

Em fevereiro de 2022, o Tribunal de Contas de Santa Catarina (TC/SC), em sessão telepresencial, apreciou a consulta (COM 20/00596880) formulada pelo Instituto de Previdência de Itajaí (IPI) acerca dos critérios aplicáveis à concessão de aposentadoria, em casos de redesignação de gênero. O procedimento consultivo teve início por meio do requerimento de aposentadoria apresentado por uma servidora transgênero da

Prefeitura Municipal de Itajaí/SC, que pleiteava a aplicação dos parâmetros etários estabelecidos para o gênero feminino – 62 anos, em contraposição aos 65 anos exigidos para o gênero masculino. Em resposta à consulta, o Tribunal Pleno estabeleceu como critério determinante o gênero constante no registro civil de pessoa natural, consolidando entendimento objetivo para a análise administrativa destes casos. Já na hipótese de retificação de gênero posterior ao requerimento de aposentadoria, a concessão e apreciação do benefício devem contemplar a nova condição registral do beneficiário (Trento, 2022).

Esse entendimento, cristalizado em prejulgado do TC/SC, alinha-se à orientação jurisprudencial consolidada pelo STF, através das teses de Repercussão Geral dos Temas 761 e 445, bem como pelo STJ, no julgamento do Recurso Especial (REsp) n° 1.626.739 (TJ-RO, 2021; Brasil, 2017). Nesse trilhar, Pancotti (2023, p. 176) pontua que a doutrina majoritária estabelece, para fins de concessão de aposentadoria à pessoa transgênero, a necessidade de retificação integral da documentação civil, abrangendo não apenas o registro civil (prenome e gênero), mas também, documentos complementares como Carteira de Trabalho, Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e Registro Geral (RG), considerando-se determinante o gênero constante nos registros no momento do requerimento peran-

te o órgão previdenciário competente.

Um precedente internacional relevante ocorreu em 2016, na Suprema Corte do Reino Unido, envolvendo o caso de uma pessoa transgênero que, designada masculina ao nascer e tendo contraído matrimônio com uma mulher, posteriormente submeteu-se à cirurgia de redesignação sexual, mantendo inalterado seu registro civil. Ao completar 60 anos, seu requerimento de aposentadoria foi indeferido administrativamente, sob a alegação de que sua designação registral masculina demandaria um quinquênio adicional para a concessão do benefício. O case foi submetido à Corte Europeia de Direitos Humanos, que condenou o Estado britânico à concessão do benefício previdenciário, segundo os critérios etários estabelecidos para o gênero feminino (IBDFAM, 2018). É relevante destacar que, à época, o ordenamento jurídico britânico adotava o sistema binário – análogo ao brasileiro – e, anteriormente à promulgação de legislação específica sobre a redesignação de gênero, a Corte Europeia já havia reconhecido a omissão legislativa do Estado inglês nessa matéria (ibdem, 2018).

Não obstante décadas de mobilização social, a população transgênero permanece desprovida de legislação específica que regulamente seus direitos fundamentais. Conforme observa Holanda (2021), os avanços no reconhecimento de garantias para esse segmento populacional têm se materia-

lizado, predominantemente, através de instrumentos infralegais e decisões jurisprudenciais pontuais dos tribunais pátrios. Na contemporaneidade, a efetivação dos direitos da população transgênero permanece condicionada à hermenêutica da legislação vigente e ao ativismo judicial. Esta precariedade normativa evidencia-se, exemplificativamente, na ausência de legislação específica, que coíba a discriminação contra a comunidade LGBTQ+, no ordenamento jurídico brasileiro. A lacuna regulatória concernente às questões de gênero propicia interpretações heterogêneas e potencialmente discriminatórias, obstaculizando o acesso igualitário a direitos.

POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL NO URUGUAI: AVANÇOS E DESAFIOS

No contexto latino-americano, o Uruguai desponta como um dos países mais progressistas, no que tange ao reconhecimento dos direitos da comunidade LGBTQ+, doravante, minorias sexuais, com ênfase especial nas iniciativas voltadas para as pessoas transexuais e travestis. Apesar disso, Celina Souza (2006) sinaliza que as políticas públicas entre diferentes países constituem um instrumento metodológico relevante, para compreender as diferentes aborda-

gens implementadas diante de desafios comuns. Embora a presente seção não ambicione exaurir a análise comparativa, foi objeto do mapeamento das principais demandas e instrumentos normativos mobilizados.

Mapeamento e antecedentes das políticas públicas sociais voltadas para as pessoas trans

A implementação de políticas públicas focalizadas emerge como resposta às insuficiências das políticas universalistas, sobretudo no que tange à capacidade de contemplar a heterogeneidade das relações sociais contemporâneas. Nessa perspectiva, o Uruguai distingue-se, no contexto regional sul-americano, pela abrangência de suas políticas públicas direcionadas à população transgênero, constituindo-se como um dos países precursores na implementação de mecanismos de suporte econômico, fundamentado no reconhecimento da vulnerabilidade da população trans.

Tal conjuntura pressupôs a estruturação de uma agenda programática disruptiva, isto é, assentada na qualificação sistemática dos agentes da administração pública e das demais autoridades institucionais, visando a desconstruir paradigmas discriminatórios, historicamente arraigados no seio social. A trajetória das políticas públicas direcionadas à

população LGBT+, no contexto uruguaio, apresenta marcos jurídicos importantes: a promulgação da Lei n° 18.246/2007, por exemplo, inaugurou um paradigma progressista, ao legitimar a união entre pessoas LGBT+, mediante uma abordagem não-binária na documentação oficial. Posteriormente, a Lei n° 18.620/2009 instituiu a possibilidade de retificação registral identitária para pessoas trans, mediante procedimento jurídico específico, porém, em razão da sua limitada amplitude jurídica, tal dispositivo foi revogado pela Lei n° 19.684/2018, conhecida como ‘Lei Integral para Pessoas Trans’, cujas disposições contemplam a garantia de acesso ao sistema de saúde, por meio de atendimento especializado e multidisciplinar; a simplificação dos procedimentos administrativos relativos à retificação nominal e de gênero; o fomento à inclusão educacional; a inserção no mercado laboral; o estabelecimento de políticas afirmativas em cargos públicos, dentre outras (Oliveira; Irineu, 2020).

Foi a partir de 2008, portanto, que as primeiras políticas públicas direcionadas à população transgênero passaram a ser implementadas, seja mediante a ampliação de programas preexistentes, ou por meio da instituição de novas iniciativas. Nesse trilhar, destacam-se três eixos estruturantes, a saber: a normatização dos procedimentos de retificação do registro civil relativo à identidade de gênero; a incorpora-

ção de pessoas trans, como beneficiárias do programa Tarjeta Uruguay Social (TUS); e a inclusão de profissionais do sexo no sistema previdenciário nacional. Tais dispositivos político-institucionais, além de fomentar a inclusão social da população transgênero, constituem medidas precursoras do Estado uruguaio (Oliveira; Irineu, 2020). A seguir, o quadro 1 sistematiza a evolução jurídica e de políticas públicas, com ênfase nos direitos sociais, direcionadas à população LGBT+ no Uruguai:

Quadro 1: Legislação e políticas públicas LGBT+ no Uruguai.

ANO	DOCUMENTOS
2007	Ley n° 18.246 de Unión Concubinaria
2008	Ley n° 18.426 de Defensa del Derecho a la Salud Sexual y Reproductiva
2009	Ley n° 18.620 de Derecho a la Identidad de Género y Cambio de sexo registral
2012	Ley n° 18.987 de Interrupción Voluntaria del Embarazo (IVE) y decreto reglamentario 375/012
2013	Ley n° 19.075 del Matrimonio igualitario
2018	Ley n° 19.684 Ley Integral para Personas Trans
2018	Plan Nacional de Diversidad Sexual

Fonte: Elaboração própria (2025).

O programa Tarjeta Uruguay Social, destinado à população trans, foi criado em 2012, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social (MIDES), mediante a expansão do programa da Tarjeta Uruguay Social (TUS). É possível dizer que tal iniciativa foi considerada a primeira prestação não contributiva e universal, direcionada especificamente ao público transgênero. Para tanto, a operacionalização do TUS Trans emanou de um processo dialógico, junto à população-alvo, privilegiando uma abordagem multisetorial, com ênfase na transversalização dos direitos humanos. Tal processo atendeu, a um só tempo, a reivindicações históricas da comunidade LGBTQ+, especialmente no que se refere à invisibilização da população trans, nos processos consultivos e de representação política (Oliveira; Irineu, 2020).

Ressalta-se, ademais, a estratégia de incorporação do segmento trans em uma política pública preexistente, abordagem que não apenas otimizou a operacionalização da política em si, mas também se constituiu como expressão simbólica da igualdade de direitos e benefícios sociais. Concomitantemente, o Ministério do Trabalho e Seguridade Social (MTSS) implementou, em 2012, o programa “Eu estudo e trabalho”, incorporando, em sua matriz metodológica, a perspectiva da diversidade sexual e de gênero. Em linhas gerais, essa iniciativa tem como escopo prevenir e mitigar a evasão escolar,

sobretudo entre jovens transgêneros, além de propiciar seu acesso à primeira experiência laboral formal (Carpiuc, s.d).

Com relação aos aspectos previdenciários, o Banco de Previdência Social (BPS), em consonância com as diretrizes de organismos internacionais, reconheceu a seguridade social como um direito humano fundamental e inalienável. Sob tal perspectiva, efetivou-se, em 1995, a extensão da cobertura previdenciária aos profissionais do sexo, precedendo em sete anos sua formalização jurídica pela Lei nº 17.515. Na sequência, em 2009, ampliou-se o escopo dessa proteção social, para contemplar profissionais do sexo que se identificassem como trans. Na essência, tal iniciativa de inclusão previdenciária voltada para profissionais do sexo configura-se como precursora no contexto latino-americano, sobretudo ao considerar que mais de 50% da população trans feminina (tanto no Brasil, quanto no Uruguai) dedica-se à prostituição (Alves; Santos, 2021).

Desse modo, o BPS constituiu-se como a primeira instância estatal a legitimar o *status* ocupacional dos profissionais do sexo, transcendendo o paradigma da criminalização. Entretanto, identificam-se duas limitações estruturais no programa: (i) a insuficiência dos dados estatísticos, por comprometer a avaliação e o monitoramento dessa política; e (ii) também se evidencia uma inconsistência administra-

tiva, visto que o registro desses profissionais segue subordinado ao Ministério do Interior (MI) e ao Ministério da Saúde Pública (MSP), em detrimento de sua vinculação ao Ministério do Trabalho e Seguridade Social (MTSS). Já no que se refere ao reconhecimento da inviabilidade econômica do regime de empresa individual, a instituição operacionalizou a inclusão desses profissionais no sistema de monotributo e, depois, no Monotributo Social, modalidade específica destinada a microempreendedores em condição de vulnerabilidade (Lukomnik, s.d).

Uma parte da doutrina critica a iniciativa, no sentido de que o elevado custo do regime de microempreendedor individual restringe, em alguma medida, a adesão dos profissionais do sexo ao sistema previdenciário. Além disso, enquanto o órgão previdenciário categoriza o trabalho sexual como atividade profissional legítima, os trabalhadores o concebem como uma contingência indesejável, embora necessária à subsistência. De qualquer forma, a incorporação dessa categoria profissional ao sistema previdenciário configura-se como um ato de relevância simbólica, legitimando tanto o exercício autônomo, quanto a identidade de gênero de quem o pratica.

Por último, é válido ressaltar que essas reivindicações não estão circunscritas exclusivamente ao contexto uruguaio, mas sim, a um movimento maior de demandas da população

trans no contexto latino-americano. De todo modo, no cenário dos países em desenvolvimento, onde se verifica um regime de precarização sistemática dos direitos sociais, o Uruguai apresenta um ambiente jurídico-político minimamente progressista que, além de reconhecer os direitos da população LGBT+, promove sua efetiva integração social e legitima tanto a identidade de gênero de seus beneficiários, quanto o exercício autônomo do trabalho sexual.

Considerações finais

O presente capítulo teve como objetivo analisar a evolução das perspectivas legais acerca dos direitos previdenciários da população trans no Brasil e no Uruguai, com ênfase no envelhecimento e na inclusão social. A pesquisa revelou que, enquanto o Brasil ainda enfrenta muitos desafios relacionados à ausência de regulamentação específica e à persistência de um sistema previdenciário binário, o Uruguai desponta como um modelo progressista na América Latina, implementando políticas inclusivas como a Lei Integral para Pessoas Trans, a inclusão de profissionais do sexo no sistema previdenciário e o direcionamento de programas que visam mitigar as vulnerabilidades socioeconômicas da população trans.

O impacto da violência sofrida sistematicamente por esse segmento social é refletida diretamente na expectativa de vida, a qual (ainda) segue drasticamente reduzida, contrastando com a média da população nacional. Essa realidade resulta em um processo de envelhecimento precoce, onde, conforme evidenciado na pesquisa, uma pessoa trans, aos 40 anos, pode ser equiparada a uma pessoa cisgênera aos 60 anos, em relação ao desgaste físico e emocional. Nesse sentido, o conceito ‘transvelha’, introduzido por Nery (2019), aplicado a pessoas trans que alcançam os 40 anos, ilustra a excepcionalidade do envelhecimento.

Em contraste com o cenário brasileiro, o Uruguai destaca-se como pioneiro na implementação de políticas públicas inclusivas, especialmente após a promulgação da Lei nº 19.684/2018. O sistema uruguaio demonstra maior maturidade ao reconhecer a vulnerabilidade socioeconômica da população trans, implementando programas específicos como a Tarjeta Uruguay Social. Os resultados também evidenciam que a ausência de legislação específica, no Brasil, tem gerado insegurança jurídica e obstáculos no acesso aos benefícios previdenciários, pela população trans. A dependência de interpretações jurisprudenciais e a falta de critérios para a concessão de benefícios demonstram, a um só tempo, a necessária reformulação normativa.

Algumas limitações devem ser pontuadas. De plano, a ausência de dados estatísticos sobre a população trans, especialmente os idosos, limita a compreensão plena das suas necessidades e desafios. Com base nas lacunas identificadas na literatura, sugere-se que futuras pesquisas explorem: (i) a investigação das experiências de envelhecimento da população trans em outros países da América Latina, ampliando o repertório de direito comparado; e (ii) o desenvolvimento de análises interdisciplinares que integrem aspectos jurídicos, sociais e econômicos, visando propor soluções mais abrangentes.

Dessa feita, este estudo reafirma a relevância de se discutir os direitos previdenciários da população trans como uma questão de direitos humanos. A análise comparada entre Brasil e Uruguai evidencia que o reconhecimento legal e a implementação de políticas públicas inclusivas são cruciais para promover a igualdade e a dignidade dessa população. No entanto, o caminho para a efetivação plena desses direitos sociais ainda é longo, especialmente no Brasil, onde a ausência de regulamentação previdenciária específica, aliado ao conservadorismo do Congresso Nacional, segue perpetuando a exclusão e a marginalização. É essencial que o debate sobre a inclusão previdenciária da população trans seja priorizado na agenda política e acadêmica.

Referências

ALMEIDA, G. da S; PILAR, A; GEBRATH, Z. As relações de trabalho como um aspecto da assistência à saúde de pessoas trans. *In*: COELHO, M. T. Á. D; SAMPAIO, L. L. P. **Transexualidades: um olhar multidisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2014.

ALVES, Alan de Loiola.; SANTOS, Rosemeire dos. Protección social: trazando consideraciones sobre el sistema del vecino Uruguay. **Serviço Social & Sociedade**, n. 141, p. 264–284, maio 2021.

ANDRADE, Fábio Siebeneichler de. Considerações sobre a Tutela dos Direitos da Personalidade no Código Civil de 2002. *In*: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). **O novo Código Civil e a Constituição**. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. pp. 101-118.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Diagnóstico sobre o acesso à retificação de nome e gênero de travestis e demais pessoas trans no Brasil**. Brasília, DF: ANTRA, 2022.

BENEVIDES, Bruna. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília. ANTRA, 2022.

BENEVIDES, Bruna G., NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra tra-**

vestis e transexuais brasileiras em 2019. 2020. São Paulo: Expressão Popular/ANTRA/IBTE.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê: Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2018, 2019.** Disponível em: <https://abrir.link/SzqfZ> Acesso em: 12 dez. 2024.

BENTO, Berenice. **Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal.** Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014, pp. 165-182.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice. **Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência.** In Colling, Leandro (org.), Dissidências sexuais e de gênero. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 43-67.

BEZERRA, Lucas Alencar. **A travesti e a mulher trans perante o sistema penal: da incriminação ao encarceramento.** Trabalho de conclusão de curso. Natal, 2022. Disponível em: <https://abrir.link/isFaZ> Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça. Decisões do STJ foram marco inicial de novas regras sobre alteração no registro civil de transgêneros.** 2023. Disponível em: <https://abrir.link/dzerJ> Acesso em: 12 nov, 2024.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Terceira turma.

Recurso Especial n. 1008398/SP. Voto da relatora, Ministra Nancy Andrighi. Brasília, DF, Diário da Justiça, de 15 de outubro de 2009.

BUNCHAFT, Maria Eugenia. Transexualidade e o “direito dos banheiros” no STF: uma reflexão à luz de Post, Siegel e Fraser. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. Brasília, v. 6, n. 3, p. 223-244, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2018.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**. 23. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

CARPIUC, Cecilia Rocha. **Agenda de Diversidad Sexual e Igualdad**. Fondo de Población de Naciones Unidas (UNFPA). s.d.

CENTRO DE ESTUDO DE CULTURA CONTEMPORÂNEA (CEDEC). **Mapeamento das Pessoas Trans no Município de São Paulo**. São Paulo, 2021. p. 8. Disponível em: <https://abrir.link/dWyDW> Acesso em: 4 nov. 2024.

CORREA, M. **Cartografias do envelhecimento na con-**

temporaneidade: velhice e terceira idade. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

DUQUE, Tiago. **Gêneros incríveis:** identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por. 2013. [Tese de doutorado em Ciências Sociais]. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

EYSSEL, J., KOEHLER, A., Dekker, A., SEHNER, S., NIEDER, T. O. (2017). Needs and concerns of transgender individuals regarding interdisciplinary transgender healthcare: A non-clinical online survey. **PLoS One**, 12(8).

FERNANDES, Yuri. **Não estamos vendo ou não queremos ver nossos idosos LGBT+?**. Folha de São Paulo. São Paulo. 14 dez. 2020. [on-line]. s/p. Disponível em: <https://abrir.link/ZBagn> Acesso em: 11 nov. 2024.

FLORES, J.H. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

FLUMINHAN, Vinícius Pacheco. Transexualidade e Aposentadoria no Regime Geral de Previdência. **Revista Síntese Direito Previdenciário**, São Paulo, Ano XV, n. 70, p. 25-40, jan./fev. 2016. Disponível em: <https://abrir.link/TIiHs> Acesso em: 10 nov. 2024.

FREITAS, Matheus Silva de; VITA, Jonathan Barros. Distinção de gênero para fins de aposentação e tutela jurídica das pessoas transsexuais. **Revista Novos Estudos Jurídicos**,

v. 22, n. 1, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://abrir.link/cPIYz> Acesso em: 11 nov. 2024.

GOES, H. **Manual de direito previdenciário**. 16. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2020. p. 30-627.

GRAZINI, Mariana; CASTANHO, William. **Procuradoria de SP tem 1ª aposentadoria de transexual**. 2019. Disponível em: <https://abrir.link/dlWdG> Acesso em: 11 nov, 2024.

HENNING, C. E. A gerontologia e a construção de pressupostos para um envelhecimento bem-sucedido entre idosos LGBT. In: ARAÚJO, L. F. de; SILVA, H. S. da. **Envelhecimento e velhice LGBT: práticas e perspectivas biopsicossociais**. 1 ed. Campinas: Editora Alínea, 2020, p. 61-78.

HOLANDA, Richardson Fitzgerald Cavalcante. **O avanço do ordenamento jurídico brasileiro no reconhecimento de garantias à comunidade LGBTQIA+**: uma análise crítica de direito comparado à Suécia e ao Irã. Disponível em: <https://abrir.link/ZzSYM> Acesso em: 11 nov. 2024.

IBDFAM (Belo Horizonte). **A transexualidade e a questão das aposentadorias**. 2018. Elaborada pela assessoria de comunicação do Instituto Brasileiro de Direito de Família. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/6711> Acesso em: 02 nov. 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. **Universitas Hu-**

manística, Colombia, n.78, p. 241-258, fev.2014.

JESUS, Jaqueline Gomes. Transfobia e crimes de ódio: Assassinos de pessoas transgênero como genocídio. *In: MARRANHÃO*, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). (In) Visibilidade Trans 2. **História Agora**, v.16, nº 2, pp.101-123, 2013.

JÚNIOR, Miguel Horvath; ARAÚJO, Gustavo Beirão; BARRETO, Mariana Dias. Transgêneros e transexuais: possíveis dilemas para a aposentadoria. **Juris Plenum Previdenciária**, Caxias do Sul, ano VI, n. 21, p. 179-190, 2018.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Setor de Ciências Humanas, UFPR, Curitiba, 2014.

LIMA, A. **Nossos corpos não são mais os mesmos: narrativas de mulheres trans e travestis sobre o processo de envelhecimento**. 2019. 145 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

LUKOMNIK, Julia. **La identidad de género en las políticas sociales: Informe de monitoreo de las políticas de inclusión para población trans**. Investigaciones en Derechos Económicos, Sociales y Culturales Dirección Nacional de Políticas Sociales. Montevideo: MIDES.

MACHADO MORAIS, G. A aposentadoria voluntária dos servidores públicos federais: hipótese de pessoas transexuais. **Caderno Virtual**, [S. l.], v. 2, n. 44, 2019. Disponível em: <https://shre.ink/bKdO> Acesso em: 15 nov. 2024.

MAGNO, L., DOURADO, I., SILVA, L. A. V. D. (2018). Estigma e resistência entre travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, 34, e00135917.

MARTINS, Jonathan Estevam da Silva. **Jurisdição constitucional e teorias democráticas: proteção constitucional de minorias sexuais**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Presbiteriana Mackenzie. 2019. 122f.

MELLO, L. *et al.* Políticas públicas de trabalho, assistência social e previdência social para a população LGBT no Brasil: sobre desejos, realizações e impasses. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 44, n. 1, p. 132-160, 2013.

MENDES, Beatriz Lourenço; COSTA, José Ricardo Casetano. Transgeneridade e previdência social: novos horizontes para segurados (as) trans frente às mudanças jurídicas no contexto nacional. **Revista de Direitos Sociais, Seguridade e Previdência Social**, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 1-16, 2018.

MIRANDA, Y. C.; TONELLA, L. H. Mudança de tempo de contribuição nas aposentadorias do regime geral de previdência social para pessoas trans. **Revista JRG de Estu-**

dos Acadêmicos, Brasil, São Paulo, v. 7, n. 14, p. e141247, 2024. Disponível em: <https://abrir.link/LIqLk> Acesso em: 15 dez. 2024.

NERY, J. **Velhice transviada**: memórias e reflexões. Guarulhos: Objetiva, 2019.

OLIVEIRA, Brendhon., IRINEU, Bruna Andrade. Proteção social e população LGBTI na América Latina: uma análise crítica das experiências do Brasil e do Uruguai. **Revista Humanidades e Inovação** v.8, n.39.

PANCOTTI. Heloísa Helena Silva. **Previdência e seguridade social para transexuais e travestis - proteção previdenciária, benefícios assistenciais e atendimento à saúde para os transexuais e travestis**. 3. ed. Curitiba: Juruá. 2023.

PELÚCIO, Larissa. **Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo da Aids**. 2007. [Tese de doutorado em Ciências Sociais] Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

RABELO, D. F.; DAVI, E. H. D. Recursos psicológicos e sociais ao longo do envelhecimento LGBT: perspectiva *life-span* de desenvolvimento humano *In*: ARAÚJO, L. F. de; SILVA, H. S. da. **Envelhecimento e velhice LGBT**: práticas e perspectivas biopsicossociais. 1 ed. Campinas: Editora Alínea, 2020, p. 47-60.

ROCON, P. C., SILVA, A. I., SODRÉ, F. (2018). Diversidade de gênero e Sistema Único de Saúde: uma problemati-

zação sobre o processo transexualizador. **SER Social**, 20(43), 432-448

ROSSMAN, K., SALAMANCA, P., MACAPAGAL, K. (2017). A qualitative study examining young adults' experiences of disclosure and nondisclosure of LGBTQ identity to health care providers. **Journal of homosexuality**, 64(10), 1390-1410.

SABATINE, T. **Só as fortes sobrevivem! Envelhecimento, experiências geracionais e relacionamento entre travestis mais velhas e mais jovens**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

SÃO PAULO. Procuradoria Geral do Estado. **Parecer Administrativo nº 13/2020. Dispõe sobre aposentadoria programada de servidor público transgênero no RPPS**. São Paulo: PGE, 2020.

SEIBEL, B. L., de Brito Silva, B., FONTANARI, A., Cateilan, R. F., Bercht, A. M., Stucky, J. L., ... & Costa, A. B. (2018). The impact of the parental support on risk factors in the process of gender affirmation of transgender and gender diverse people. **Frontiers in psychology**, 9, 399.

SERAU JUNIOR, Marco Aurélio *In*: MAUSS, Adriano e MOTTA, Mariana Martini (Coord.). **Direito previdenciário e a população LGBTI**. Curitiba – Editora Juruá. 2018.

SILVA, Ariane Mantovan da; SILVA, Sidney Jard da. Gênero, raça e classe na reforma da previdência: interseccionalidade e o princípio da igualdade. **Caderno Espaço Feminino**, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 147-164, 2022. Disponível em: <https://abrir.link/NmtBQ> Acesso em: 15 dez. 2024.

SIQUEIRA, M. **Sou senhora: um estudo antropológico sobre travestis na velhice**. 2004. 156f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2004.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p.20-45, jul/dez 2006.

TRENTO, Kelyn Cristina. **Aposentadoria de Transexuais: uma Análise do Benefício da Aposentadoria por Idade e Por Tempo de Contribuição em Relação à Transição de Gênero**. 40f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu. 2022.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://shre.ink/bKdw> Acesso em: 12 out. 2024.

Jaqueline Galdino da Silva - Mestranda em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Pós-graduanda em Políticas Públicas pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas (EGC) do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP). Bacharel em Direito pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais de São Paulo (IBMEC/SP). Especialista em Direito Processual Penal pelo Instituto Damásio. Pesquisadora no grupo “Política, Políticas Públicas e Ação Coletiva (3PAC/UFABC)” e social media voluntária do curso popular Pós-Graduar. É assistente de pesquisa no Observatório de Ações Afirmativas na Pós-Graduação (OBAAP) e integra o Afro – Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

E-mail: jaqueline.galdino@ufrj.br

PARTE 2

EDUCAÇÃO E SAÚDE FINANCEIRA

Capítulo VI

Bem-estar Financeiro, preparação para a aposentadoria e endividamento dos idosos

Kelmara Mendes Vieira

Taiane Keila Matheis

Breno Augusto Diniz Pereira

Leander Luiz Klein



Introdução

A vida financeira faz parte do dia-a-dia das pessoas e suas famílias, determinando o padrão de vida dos indivíduos, além de manter relação íntima com o poder de compra de bens e a realização de objetivos de vida. Nesse contexto, essencialmente nos países desenvolvidos, começou-se a adotar o conceito de bem-estar financeiro (BEF), como, por exemplo, nos Estados Unidos, onde diversos estudos¹ vêm sendo realizados e em diversas áreas², como medicina, economia, psicologia, saúde pública, entre outras.

Segundo o *Consumer Financial Protection Bureau* (CFPB, 2015), o bem-estar financeiro pode ser compreendido como um estado de bem-estar relacionado às finanças e ao sentimento de segurança de fazer escolhas para usufruir a vida, ou seja, está associado ao cumprimento das obrigações financeiras, no presente e para o futuro. Para além dessa mensuração de bem-estar financeiro, em 2019 o CFPB reformulou esse conceito, incluindo a capacidade de absorção de imprevistos financeiros e a liberdade financeira de escolhas, com o intuito de aproveitar a vida (CFPB, 2019). Na mesma linha, Mahendru (2021) conceituou bem-estar financeiro como a

1 Cf. Brenner et al., 2020; Lee; Lee; Kim, 2020; Netemeyer et al., 2018; Patel; Wolfe, 2019; Yeo; Lee, 2019.

2 Cf. Barrafreem; Västfjäll; Tinghög, 2020; Chatterjee; Kumar; Dayma, 2019; D'agostino; Rosciano; Starita, 2020; Riyazahmed, 2021; Sorgente; Lanz, 2019; Strömbäck et al., 2020.

capacidade de cada indivíduo em atender rapidamente às suas necessidades e obrigações financeiras, e possuir liberdade financeira no presente e no futuro.

Além disso, Kempson, Finney e Poppe (2017) salientam que o bem-estar financeiro pessoal não está atrelado somente a comportamentos individuais, mas aos fatores ambientais e sociais, que independem da vontade do indivíduo, englobando atitudes, habilidades, comportamentos, preconceitos e motivações, constituindo os determinantes do bem-estar financeiro pessoal. Nesse contexto, a *Organization for Economic Co-operation and Development* (OCDE), (2013) propõe identificar quais os fatores que contribuem para a mudança no nível de bem-estar financeiro da população.

A literatura apresenta evidências para planejamento financeiro,³ preferência pelo crédito,⁴ autocontrole,⁵ materialismo,⁶ atitude ao endividamento⁷, e a alfabetização financeira⁸.

Dentre esses fatores, este capítulo tem como focos principais o impacto do risco de endividamento e da preparação financeira, para a aposentadoria. E, como objeto de análise, a

3 Cf. Arpana; Swapna, 2020.

4 Cf. Miotto; Parente, 2015.

5 Cf. Strömbäch et al., 2017.

6 Cf. Gardarsdóttir; Dittmar, 2012; Kasser, 2016.

7 Cf. Braun-Santos et al., 2016; Kunkel; Vieira; Potrich, 2015.

8 Cf. Adam; Frimpong; Boadu, 2017; Shim et al., 2009; Taft; Hosein; Mehrizi; Roshan, 2013.

pessoa idosa. Conforme os dados das Nações Unidas (2019), o envelhecimento populacional mundial irá se tornar a transformação social mais significativa do século, pois, prevê-se que a quantidade de pessoas com 60 anos ou mais, em escala mundial, duplique até 2050, ou seja, no mundo existirá 2,1 milhões de idosos e, pela primeira vez, na história, existirão mais idosos do que menores de 15 anos (UN, 2002). No Brasil, o cenário não é diferente. Em 2022, cerca de 15,8% da população era idosa. Ao passo que, em 2010, esse percentual era de 11% da população (IBGE, 2010), ou seja, o país passou de 20 milhões para cerca de 32 milhões de idosos, em pouco mais de uma década e a expectativa é que esse percentual continue crescendo.

Nesse cenário, a pessoa idosa está sendo pauta das políticas públicas, não somente por sua expressividade em tamanho (Barbabella et al., 2022; Issac et al., 2021), mas também, pela mudança econômica provocada pelo advento da aposentadoria, no cenário familiar (Tambellini, 2021). O idoso, antes passivo, na economia, vem se tornando público-alvo das políticas de crédito, muitas vezes executadas de modo irresponsável. Ratificando essa perspectiva, Phelan, O'Donnell e McCarthy (2021) citam que os estudos que tratam sobre abuso financeiro e o público idoso ainda são escassos. Também existem evidências de que os mais velhos não possuem poupança suficiente, para viver uma vida plena (Chan et al., 2021; Lusardi et al., 2020).

Nesse contexto, o endividamento, a preparação financeira para a aposentadoria e o bem-estar financeiro das pessoas idosas, tornam-se temas de relevância, visto que pesquisas internacionais indicam que muitos têm chegado, na aposentadoria, com pouco ou nenhum dinheiro, devido ao acúmulo de dívidas ou aplicações inadequadas, realizadas anteriormente (Lusardi; Mitchell, 2007). No Brasil, a preocupação é ampliada, pois o orçamento familiar depende, para muitas famílias, da renda advinda da aposentadoria (Lusardi; Mitchell, 2007; Melo et al., 2017).

Diante do exposto neste texto, o foco está na identificação do endividamento, da preparação financeira para a aposentadoria e bem-estar financeiro dos idosos brasileiros. A importância da temática deve-se aos impactos que o endividamento e a falta de preparação para a aposentadoria trazem para a economia e as suas implicações para a saúde dos cidadãos (Collins; Urban, 2021; De Bruijn; Antonides, 2020).

Método

Para atender ao objetivo deste estudo, obteve-se acesso à base de dados de uma pesquisa⁹ realizada com 2876 brasileiros por Vieira et al. (2023b). A pesquisa foi realizada entre

9 A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 52480021.0.0000.5346) e os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

outubro de 2021 e janeiro de 2022, em 12 capitais e 20 cidades do interior do Brasil. Do total de entrevistados, foram selecionados 1129 brasileiros com sessenta anos ou mais, para construção da sub-amostra de idosos deste estudo.

O instrumento de pesquisa possui quatro blocos.

O primeiro bloco levantou aspectos sociodemográficos e de perfil dos respondentes, com questões relacionadas à idade, gênero, raça, estado civil, ocupação, escolaridade, moradia e renda. Também avalia o uso de crédito consignado e o comportamento dos gastos.

O segundo bloco é destinado à avaliação da percepção do bem-estar financeiro. Para tanto, foi utilizada a escala de bem-estar financeiro percebido de Vieira et al. (2023a), avaliado a partir de um conjunto de 23 itens distribuídos em quatro dimensões: segurança financeira; tranquilidade financeira; liberdade financeira; satisfação com a gestão financeira. Os itens são respondidos a partir de uma escala tipo likert de cinco pontos, variando de 1-nunca até 5 – sempre. Para computar e classificar o nível de bem-estar financeiro de cada pessoa idosa, foi utilizada a metodologia proposta por Vieira et al. (2023a), à qual classifica o nível de bem-estar financeiro em muito baixo, baixo, alto e muito alto.

O terceiro bloco avalia a preparação financeira para a aposentadoria. Para isso, foram utilizadas a escala e a metodologia proposta por Vieira et al. (2022). A Escala de Preparação Finan-

ceira para a Aposentadoria (EPFA) avalia a percepção quanto à preparação financeira para a aposentadoria, a partir de três dimensões: expectativa futura, planejamento financeiro e comportamento de poupança. Com a aplicação da metodologia proposta é possível classificar a preparação financeira dos entrevistados em quatro níveis (muito baixa, baixa, alta e muito alta).

O último bloco avalia o risco de endividamento das pessoas idosas. Para a propensão ao endividamento, foi utilizada a escala *Risk Indebtedness Behaviour*, de Abrantes Braga e Veludo de Oliveira (2019, 2020). Foi utilizada uma escala tipo likert, onde “1” significa Discordo Totalmente e “5”, Concordo Totalmente. Quanto maior a pontuação, maior é a propensão ao endividamento.

Como procedimentos de análise de dados, foram utilizadas estatística descritiva e análise de regressão. A estatística descritiva foi utilizada para delinear o perfil dos entrevistados e suas percepções, quanto ao bem-estar financeiro. A regressão múltipla foi estimada com o objetivo de avaliar o impacto da preparação financeira para a aposentadoria e do risco de endividamento (variáveis independentes), sobre o bem-estar financeiro das pessoas idosas (variável dependente). Devido à identificação de heterocedasticidade¹⁰ dos resíduos, utilizou-se a estimação robusta HCCM (*heteroskedasticity consistent covariance matrix*) (White, 1980).

10 Heterocedasticidade, em estatística e econometria, refere-se à situação em que a variância dos erros (resíduos) em um modelo de regressão não é constante para todos os valores da variável independente.

Análise dos resultados

Sugestão: a análise dos resultados deve vir antes de cada tabela.

A Tabela 1 apresenta o perfil, segundo sexo, idade, estado civil, raça, escolaridade, dependentes, moradia, ocupação e classe social, das 1129 pessoas idosas pesquisadas.

Tabela 1. Perfil das pessoas idosas

Variáveis	Alternativas	Percentual
Sexo	Masculino	41,0
	Feminino	58,6
Idade	60 a 65 anos	41,5
	66 a 70 anos	25,1
	71 a 75 anos	16,2
	76 a 99 anos	17,3
Estado Civil	Solteiro	12,8
	Casado(a) ou relação estável	53,2
	Separado(a)/divorciado(a)	13,0
	Viúvo(a)	20,7
	Outro	0,3
Raça/Etnia	Branco(a)	77,8
	Preto(a)	7,8
	Pardo(a)	13,1
	Amarelo(a)	0,5
	Indígena	0,7
Nível de Escolaridade	Fundamental incompleto	38,5
	Fundamental completo	10,2
	Curso técnico	4,0
	Ensino médio	17,0
	Ensino superior	17,4
	Especialização ou MBA	5,2
	Mestrado ou Doutorado	7,7

Possui dependentes	Nenhum	48,3
	1	28,8
	2	13,6
	3	5,4
	4	2,6
	5	0,9
	6	0,4
Tipo de Moradia	Própria	80,5
	Alugada	8,9
	Emprestada	6,6
	Financiada	2,0
	Outra	2,1
Ocupação	Funcionário(a) público(a)	27,0
	Empregado(a) assalariado(a)	26,3
	Profissional liberal	2,1
	Autônomo(a)	16,1
	Proprietário de empresa	6,5
	Não trabalha	13,3
	Outra	8,7
Classe Social	Classe A	4,5
	Classe B	8,9
	Classe C	28,6
	Classe D	35,4
	Classe E	22,5

Nota: Para a divisão em classes sociais foi utilizado o critério dos salários mínimos, sendo classe “A” acima de 20, classe “B” de 10 a 20, classe “C” de 4 a 10, classe “D” de 2 a 4 e classe “E” até 2 salários-mínimos.

Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Principais resultados:

- A maioria dos entrevistados é do sexo feminino (58,6%), o que é condizente com os dados do IBGE, que indicam a predominância feminina na população de idosos.
- A faixa etária dos 60 aos 65 anos é a mais representativa (41,5%), tendo a pesquisa conseguido atingir idosos de até 99 anos.
- Sobre o estado civil, 53,2% são casados ou estão em uma relação estável.
- A maioria dos respondentes se autodeclara Branco e possuir casa própria.
- Quanto ao nível de escolaridade, 38,5% revelam não ter concluído o ensino fundamental.
- Um percentual significativo não possui dependentes.
- Quanto à classe social, a maioria se encontra nas mais pobres.
- Quanto à ocupação, 13,3% informam não trabalhar, e dentre os que ainda trabalham, prevalecem os funcionários públicos e os assalariados.

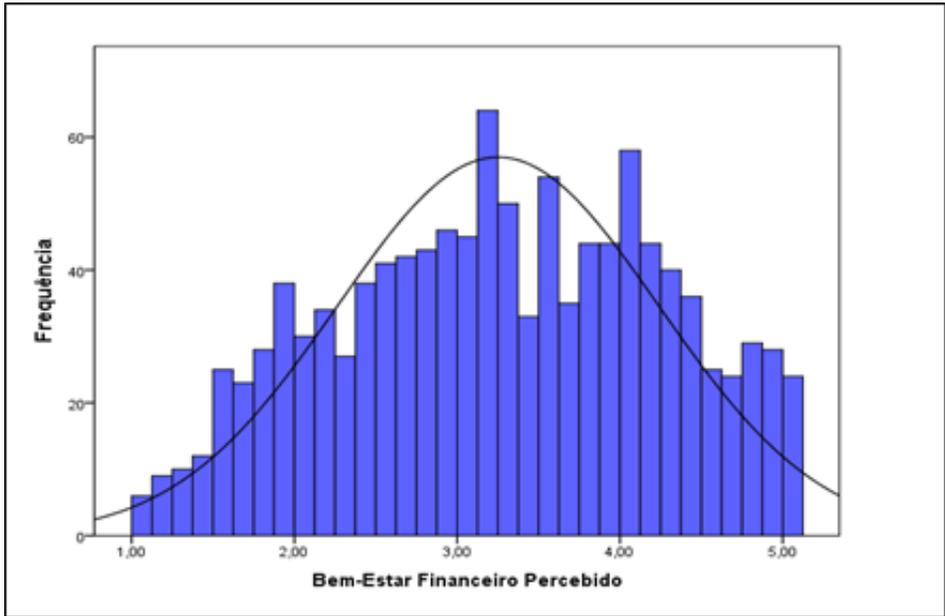
Após identificar o perfil dos entrevistados, buscou-se analisar o bem-estar financeiro, a preparação financeira e o endividamento das pessoas idosas. Iniciando-se pelo bem-es-

tar financeiro, foi aplicada a metodologia proposta por Vieira et al. (2023a) para a construção da tabela de estatísticas descritivas (Tabela 2) e da figura (Figura 1) com os histogramas de frequência para cada uma das quatro dimensões e para o bem-estar financeiro percebido.

Tabela 2. Estatísticas descritivas das dimensões e do bem-estar financeiro percebido

Dimensão	Média	Desvio Padrão	Percentuais			
			Muito Baixo	Baixo	Alto	Muito Alto
Segurança Financeira	2,774	1,257	30,8	26,3	20,2	22,7
Tranquilidade Financeira	3,182	1,094	17,0	25,5	29,3	28,2
Liberdade Financeira	3,307	1,131	17,2	21,6	29,9	31,3
Satisfação com a Gestão Financeira	3,744	1,081	8,4	14,8	27,7	49,1
Bem-Estar Financeiro Percebido	3,252	0,988	13,4	26,7	32,7	27,3

Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Figura 1. Histograma do bem-estar financeiro percebido.

Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Para quatro dimensões, a média está acima de 3, o que indica um alto bem-estar financeiro. Já para a dimensão “Segurança Financeira” a média é menor do que 3, além de apontada como baixa ou muito baixa, por mais da metade dos respondentes. Para as demais dimensões, mais de 6 em cada 10 participantes estão entre alto e muito alto, com destaque para “Satisfação com a Gestão Financeira” em que quase metade está classificada como muito alto. Como se pode identificar pela assimetria do histograma do bem-estar financeiro

a maioria (60%) dos participantes da pesquisa declara ter um alto ou muito alto nível de bem-estar financeiro percebido. Entretanto, outra parcela significativa dos idosos (40%) ainda é classificada com baixo ou muito baixo bem-estar financeiro.

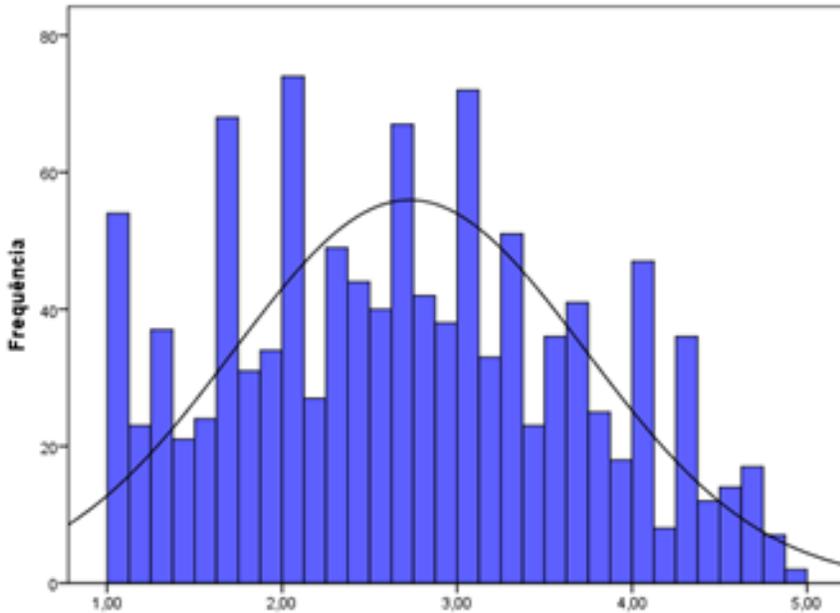
Na sequência, avaliou-se o nível de preparação financeira para a aposentadoria das pessoas idosas. Para isso, adotando procedimento semelhante ao utilizado para o bem-estar financeiro, aplicou-se a metodologia proposta por Vieira et al. (2022). Os resultados para as dimensões e para a escala de preparação financeira para a aposentadoria são apresentados na Tabela 3 e na Figura 2.

Tabela 3. Estatísticas descritivas das dimensões e da preparação financeira para a aposentadoria

Dimensão	Média	Desvio Padrão
Expectativa Futura	2,902	1,091
Planejamento Financeiro	3,269	1,335
Comportamento de Poupança	2,636	1,266
Preparação Financeira para Aposentadoria	2,888	1,009

Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Figura 2. Histograma da preparação financeira para a aposentadoria



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

Observa-se, na Tabela 3, que apenas para o planejamento financeiro a média é superior a três. Para as dimensões expectativa futura e comportamento de poupança, bem como para a escala de preparação financeira para a aposentadoria, as médias estão abaixo de 3,00, indicando um nível mais baixo de preparação das pessoas idosas. Tais resultados são confirmados pela Figura 1, na qual se observa uma leve assimetria à esquerda, ou seja, com uma parcela maior de idosos com percepções abaixo da média do que acima da média.

Finalizando a análise das dimensões, são apresentados na Tabela 4 e na Figura 3 os resultados para o risco de endividamento dos idosos, a partir da escala proposta por Abrantes Braga e Veludo de Oliveira, (2019, 2020).

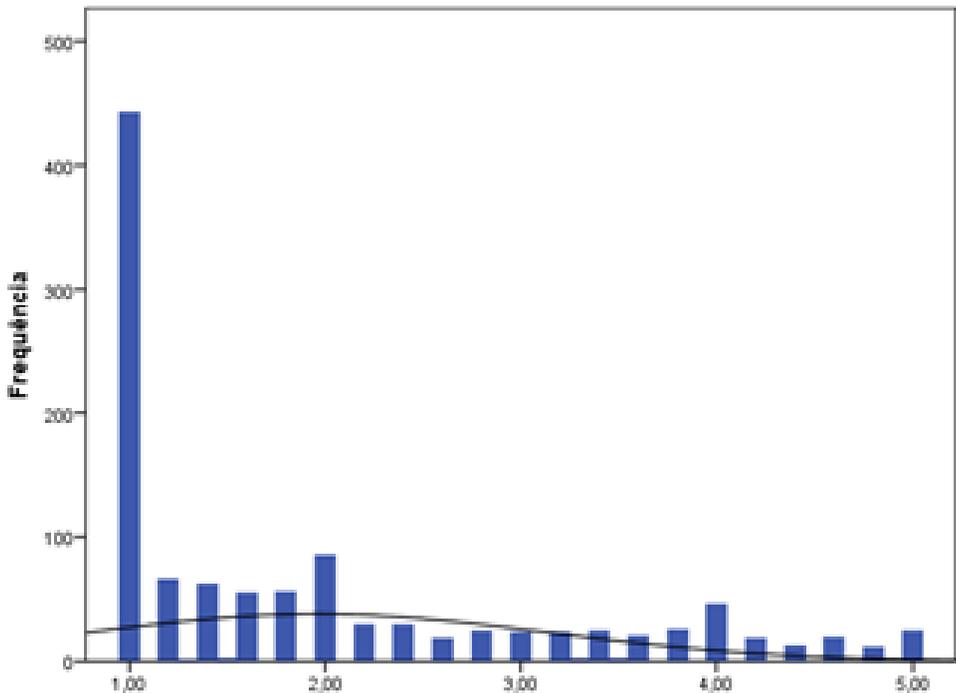
Tabela 4. Estatísticas descritivas para os itens da escala risco de endividamento

Itens	Média	Desvio Padrão	Frequência (%)				
			1	2	3	4	5
Minhas dívidas são maiores do que posso pagar.	1,912	1,308	57,6	19,7	3,5	12,5	6,7
Muitas vezes tenho de pagar multas (ou juros) por contas vencidas.	2,031	1,393	56,0	16,2	4,7	15,0	8,2
Muitas vezes peço dinheiro emprestado para pagar minhas dívidas.	1,923	1,362	60,7	14,7	3,9	12,9	7,7
Muitas vezes estou mais endividado(a) que minha renda mensal.	1,877	1,295	59,3	18,5	4,0	11,5	6,6
Minhas dívidas prejudicam meus objetivos de vida, tais como economizar dinheiro.	2,075	1,381	52,5	18,0	7,7	13,1	8,7

Escala: 1-Discordo Totalmente, 2-Discordo, 3-Indiferente, 4-Concordo, 5- Concordo Totalmente.

Para todos os itens que compõem a escala de risco de endividamento, os valores das médias estão em torno de dois, e a maioria dos respondentes marcou a alternativa “discordo totalmente”, indicando a percepção de um baixo risco de endividamento das pessoas idosas entrevistadas. Tais resultados são confirmados pela Figura 3, que representa o histograma do risco de endividamento, formado pela média das respostas às cinco questões que compõem a escala.

Figura 3. Histograma do endividamento



Fonte: elaborada pelos autores (2024).

O risco de endividamento apresentou média de 1,96 e desvio padrão de 1,18. Ainda, conforme a Figura 3, observa-se uma alta frequência no valor um, confirmando que o risco de endividamento é baixo entre os idosos entrevistados.

Finalmente, buscando avaliar o impacto da preparação financeira para a aposentadoria e do risco de endividamento sobre o bem-estar financeiro das pessoas idosas, estimou-se o modelo de regressão. Os resultados estão apresentados na Tabela 5.

Tabela 5. Resultados de modelo de regressão múltipla

Dimensão	Coefficiente Padronizado	Significância do Qui-quadrado Wald	Fator de inflação da variância
Preparação Financeira para a Aposentadoria	0,544	0,000	1,208
Risco de endividamento	-0,346	0,000	1,208

Nota: elaborada pelos autores (2024).

Ambos os coeficientes são significativos, confirmando o impacto da preparação financeira para a aposentadoria e do risco de endividamento sobre o bem-estar financeiro das pessoas idosas. O coeficiente (0,544) da preparação financeira para a apo-

sentadoria indica que, quanto mais o idoso se prepara financeiramente para a aposentadoria, maior o seu bem-estar financeiro. Tais resultados corroboram os achados de Bressan et al. (2013), que indicam que os indivíduos que realizaram investimentos financeiros para o futuro, ou seja, se preparam para aposentadoria, apresentam um maior nível de percepção de bem-estar.

Por outro lado, quanto maior o risco de endividamento, pior o bem-estar financeiro das pessoas idosas. Esse resultado é condizente com os obtidos para a população em geral, por Abrantes Braga e Veludo de Oliveira (2020), em que o acúmulo inadequado de dívidas afeta negativamente o bem-estar financeiro.

Os fatores de inflação de variância são menores do que dez, indicando que o modelo de regressão não possui problemas de multicolinearidade entre as variáveis independentes.

Considerações finais

Neste estudo, buscou-se obter um panorama do bem-estar financeiro, da preparação financeira e do endividamento das pessoas idosas. Os resultados indicam que, apesar da maioria dos idosos apresentar altos níveis de bem-estar financeiro, um percentual significativo ainda apresenta níveis baixos ou muito baixos. E que, apesar de estarem satisfeitos com a forma como gerem seus recursos, ainda são poucos

os que se sentem tranquilos financeiramente, principalmente quanto à capacidade financeira futura.

Quanto à preparação financeira para a aposentadoria, os resultados indicam que o país ainda tem um grande desafio pela frente. São baixas as percepções para as expectativas futuras e para o comportamento de poupança. Tais resultados são semelhantes às evidências existentes na literatura para toda a população brasileira, que indicam que a grande maioria da população não se considera preparada, financeiramente, para a aposentadoria (Vieira et al., 2023b).

Observou-se que as pessoas idosas não apresentam altos riscos de endividamento. Entretanto, os resultados da regressão indicam que comportamentos de risco de endividamento podem levar à perda de bem-estar financeiro. Portanto, é importante ressaltar que o fato de renda advinda da aposentadoria sustentar, em muitas famílias, além da pessoa idosa, outro integrante do grupo familiar, amplia os impactos dos possíveis desajustes financeiros dos idosos. Em países como o Brasil, em que, para muitas famílias, a única renda mensal garantida é a do idoso, é comum que este seja o único indivíduo com capacidade de obtenção de empréstimos formais. Assim, muitas vezes, a pessoa idosa se utiliza de créditos consignados e outras formas de endividamento para socorrer problemas financeiros de outros membros da

família, ou seja, assume a dívida, mas não é o principal beneficiário dos recursos.

A realização de políticas públicas que considerem a proteção do consumidor e levem em conta as medidas apropriadas para o controle do nível de endividamento das pessoas idosas, e a conscientização da população da necessidade de se prepararem de forma apropriada para os regimes atuais de previdência pública e privada (OECD, 2017), são antecedentes importantes para o bem-estar financeiro.

Considerando o rápido processo de digitalização financeira, cada vez mais as pessoas idosas e toda a população dependerão de amplos conhecimentos financeiros e do desenvolvimento de comportamentos financeiros adequados, para que sejam capazes de tomar decisões financeiras acertadas. Assim, a ampliação dessas políticas e também de estratégias que ampliem o nível de alfabetização financeira das pessoas idosas é fundamental. Evidências indicam que tais políticas trazem resultados que vão além dos econômicos, pois ganhos de bem-estar financeiro trazem consequências positivas para diversos aspectos relacionados à saúde, como a redução da ansiedade,¹¹ da depressão e dos suicídios, e a ampliação da autoestima. Também ampliam a qualidade de vida,¹² felicidade e qualidade das relações.

11 Cf. Strömbäck et al., 2020.

12 Cf. Brüggem et al., 2017.

Referências

ABRANTES-BRAGA, Farah Diba MA; VELUDO-DE-O-LIVEIRA, Tania. Development and validation of financial well-being related scales. **International Journal of Bank Marketing**, v. 37, n. 4, p. 1025-1040, 2019.

ABRANTES-BRAGA, Farah Diba MA; VELUDO-DE-O-LIVEIRA, Tânia. Help me, I can't afford it! Antecedents and consequence of risky indebtedness behaviour. **European Journal of Marketing**, v. 54, n. 9, p. 2223-2244, 2020.

ADAM, Anokye Mohammed; FRIMPONG, Siaw; BOADU, Mavis Opoku. Financial literacy and financial planning: Implication for financial well-being of retirees. **Business & Economic Horizons**, v. 13, n. 2, 2017.

ARPANA, D.; SWAPNA, H. R. Role of Planning and Risk Tolerance as Intervening Constructs Between Financial Well-Being and Financial Literacy among Professionals. **International Journal of Economics and Financial Issues**, v. 10, n. 5, p. 145, 2020.

BARBABELLA, Francesco et al. Active ageing in Italy: A systematic review of national and regional policies. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 1, p. 60, 2022.

BARRAFREM, Kinga; VÄSTFJÄLL, Daniel; TINGHÖG,

Gustav. Financial well-being, COVID-19, and the financial better-than-average-effect. **Journal of Behavioral and Experimental Finance**, v. 28, p. 100410, 2020.

BRAUN SANTOS, Danilo et al. Predictors of credit card use and perceived financial well being in female college students: a Brazil United States comparative study. **International journal of consumer studies**, v. 40, n. 2, p. 133-142, 2016.

BRENNER, Lukas et al. Consumer fraud victimization and financial well-being. **Journal of Economic Psychology**, v. 76, p. 102243, 2020.

BRESSAN, Maria Alice Lopes Coelho et al. Bem-estar na aposentadoria: o que isto significa para os servidores públicos federais?. **Revista brasileira de geriatria e gerontologia**, v. 16, p. 259-272, 2013.

BRÜGGEN, Elisabeth C. et al. Financial well-being: A conceptualization and research agenda. **Journal of business research**, v. 79, p. 228-237, 2017.

CHAN, Michael CH; CHUNG, Edwin KH; YEUNG, Dannie Y. Attitudes toward retirement drive the effects of retirement preparation on psychological and physical well-being of Hong Kong Chinese retirees over time. **The International Journal of Aging and Human Development**, v. 93, n. 1, p. 584-600, 2021.

CHATTERJEE, Devlina; KUMAR, Mahendra; DAYMA, Kapil K. Income security, social comparisons and materialism: Determinants of subjective financial well-being among Indian adults. **International Journal of Bank Marketing**, v. 37, n. 4, p. 1041-1061, 2019.

COLLINS, J. Michael; URBAN, Carly. Measuring financial well-being over the lifecourse. In: **Financial Literacy and Responsible Finance in the FinTech Era**. Routledge, 2021. p. 45-63.

CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU (CFPB, 2015). Financial well-being: The goal of financial education. **Consumer Financial Protection Bureau**, Washington, DC, available, 2015. Disponível em: <https://www.consumerfinance.gov/data-research/research-reports/financial-well-being/>. Acesso em: 02 ago.2024.

CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU (CFPB, 2019). Getting started with measuring financial well-being. **Consumer Financial Protection Bureau**, Washington, DC, available, 2019. Disponível em: https://files.consumerfinance.gov/f/documents/cfpb_financial-well-being_toolkit.pdf. Acesso em: 14 ago. 2024.

D'AGOSTINO, Antonella; ROSCIANO, Monica; STARITA, Maria Grazia. Measuring financial well-being in Europe using a fuzzy set approach. **International Journal of Bank**

Marketing, v. 39, n. 1, p. 48-68, 2021.

DE BRUIJN, Ernst-Jan; ANTONIDES, Gerrit. Determinants of financial worry and rumination. **Journal of Economic Psychology**, v. 76, p. 102233, 2020.

GARÐARSDÓTTIR, Ragna B.; DITTMAR, Helga. The relationship of materialism to debt and financial well-being: The case of Iceland's perceived prosperity. **Journal of economic psychology**, v. 33, n. 3, p. 471-481, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE, 2010). **Características da População e dos Domicílios**. censo Demográfico, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=10503&t=resultados>. Acesso em: 15 jul.2024.

ISSAC, Thomas Gregor et al. Maintenance and Welfare of Parents and Senior Citizens Act 2007: a critical appraisal. **Indian Journal of Psychological Medicine**, v. 43, n. 5_suppl, p. S107-S112, 2021.

KASSER, Tim. Materialistic values and goals. **Annual review of psychology**, v. 67, p. 489-514, 2016.

KEMPSON, E.; FINNEY, A.; POPPE, C. **Financial Well-Being – A Conceptual Model and Preliminary Analysis**. pp.70, 2017. Disponível em: <https://www.bristol.ac.uk/geography/research/pfrc/themes/capability-behaviours-well->

being/financial-wellbeing-conceptual-model/ Acesso: em 12 ago. 2023.

KUNKEL, Franciele Inês Reis; VIEIRA, Kelmara Mendes; POTRICH, Ani Caroline Grigion. Causas e consequências da dívida no cartão de crédito: uma análise multifatores. **Revista de Administração**, v. 50, p. 169-182, 2015.

LEE, Jae Min; LEE, Jonghee; KIM, Kyoung Tae. Consumer financial well-being: Knowledge is not enough. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 41, n. 2, p. 218-228, 2020.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELLI, Olivia S. Financial literacy and retirement preparedness: Evidence and implications for financial education: The problems are serious, and remedies are not simple. **Business economics**, v. 42, p. 35-44, 2007.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S.; OGGERO, Noemi. Debt and financial vulnerability on the verge of retirement. **Journal of Money, Credit and Banking**, v. 52, n. 5, p. 1005-1034, 2020.

MAHENDRU, Mandeep. Financial well-being for a sustainable society: a road less travelled. **Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal**, v. 16, n. 3/4, p. 572-593, 2021.

MELO, Natália Calais Vaz de; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano; SILVEIRA, Mirely Bonin. Consumo e perfil social e demográfico dos diferentes arranjos domiciliares de idosos no Brasil: análises a partir dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 20, p. 607-617, 2017.

MIOTTO, Ana Paula SC; PARENTE, Juracy. Antecedents and consequences of household financial management in Brazilian lower-middle-class. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, p. 50-64, 2015.

NETEMEYER, Richard G. et al. How am I doing? Perceived financial well-being, its potential antecedents, and its relation to overall well-being. **Journal of Consumer Research**, v. 45, n. 1, p. 68-89, 2018.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. (OECD, 2013) **Financial literacy and inclusion: Results of OECD/Infe survey across countries and by gender**. Paris: OECD. Retrieved.2013. Disponível em: http://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/TrustFund2013_OECD_INFE_Fin_Lit_and_Incl_SurveyResults_by_Country_and_Gender.pdf . Acesso em: 05 abr.2024.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. (OECD, 2017) **G20/OECD INFE report on adult financial literacy in G20 countries**

- **OECD**. 2017. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/g20-oecd-infe-report-adult-financial-literacy-in-g20-countries.htm>. Acesso em: 12 abr. 2024.

PATEL, Pankaj C.; WOLFE, Marcus T. Money might not make you happy, but can happiness make you money? The value of leveraging subjective well-being to enhance financial well-being in self-employment. **Journal of Business Venturing Insights**, v. 12, p. e00134, 2019.

PHELAN, Amanda; O'DONNELL, Deirdre; MCCARTHY, Sandra. Financial abuse of older people by third parties in banking institutions: a qualitative exploration. **Ageing & Society**, v. 43, n. 9, p. 2135-2156, 2023.

RIYAZAHMED, Dr K. Does financial behavior influence financial well-being?. **Journal of Asian Finance, Economics, and Business (JAFEB)**, ISSN, p. 2288-4637, 2021.

SHIM, Soyeon et al. Pathways to life success: A conceptual model of financial well-being for young adults. **Journal of applied developmental psychology**, v. 30, n. 6, p. 708-723, 2009.

SORGENTE, Angela; LANZ, Margherita. The multidimensional subjective financial well-being scale for emerging adults: Development and validation studies. **International Journal of Behavioral Development**, v. 43, n. 5, p. 466-478, 2019.

STRÖMBÄCK, Camilla et al. Subjective self-control but not objective measures of executive functions predicts financial behavior and well-being. **Journal of Behavioral and Experimental Finance**, v. 27, p. 100339, 2020.

TAFT, Marzieh; HOSEIN, Z.; MEHRIZI, Seyyed. The Relation between Financial Literacy, Financial Wellbeing and Financial Concerns. **International Journal of Business and Management**, v. 8, n. 11, p.63, 2013.

TAMBELLINI, Elisa. Exploring the relationship between working history, retirement transition and women's life satisfaction. **Ageing & Society**, v. 43, n. 8, p. 1754-1783, 2023.

UNITED NATIONS (UN, 2002). International plan of action against aging, United Nations Organization, translated by Arlene Santos. Brasília: Special Secretariat for Rights Humans, 2002, 49 p. Disponível em: http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_manual/5.pdf Acesso em: 17 ago. 2024.

UNITED NATIONS (UN, 2019). **World Population Ageing**. 2019. New York. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/ageing/WorldPopulationAgeing2019-Highlights.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024.

VIEIRA, Kelmara M.; ROSENBLUM, Tamara. O. A.; MATHEIS, Taiane. K. And tomorrow, how will it be? Deve-

veloping a Financial Preparation for Retirement Scale (FPRS). **Journal of Behavioral and Experimental Finance**, v. 35, p. 100709, 2022.

VIEIRA, Kelmara M. et al. Construction and validation of a perceived financial well-being scale (PFWBS). **International Journal of Bank Marketing**, v. 41, n. 1, p. 179-209, 2023a.

VIEIRA, Kelmara M.; MATHEIS, Taiane K.; ROSENBLUM, Tamara O. A. Preparação financeira para aposentadoria: análise multidimensional da percepção dos brasileiros. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 34, p. e1705, 2023b.

YEO, Jeong Hee.; LEE, Yoon G. Understanding the association between perceived financial well-being and life satisfaction among older adults: Does social capital play a role?. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 40, n. 4, p. 592-608, 2019.

WHITE, Halbert. A heteroskedasticity-consistent covariance matrix estimator and a direct test for heteroskedasticity. **Econometrica: journal of the Econometric Society**, p. 817-838, 1980.

Kelmara Mendes Vieira - Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora na Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisadora em administração pública e finanças comportamentais.

ORCID: 0000-0002-8847-0941

E-mail: kelmara.vieira@ufsm.br

Taiane Keila Matheis - Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisadora em administração pública e finanças comportamentais.

ORCID 0000-0003-2427-878X

E-mail: taianetrim@gmail.com

Breno Augusto Diniz Pereira: Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor na Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisador em administração pública e gestão organizacional.

ORCID: 0000-0001-7387-5033

E-mail: brenodpereira@gmail.com

Leander Luiz Klein: Doutor em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria e professor na Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisador em administração pública e gestão organizacional.

ORCID: 0000-0001-6075-6107

E-mail: leander.klein@ufsm.br

Capítulo VII

Desinformação e a saúde financeira e geral da pessoa idosa

Flávio Morgado

A decorative graphic at the bottom of the page consisting of several overlapping, wavy, curved shapes in various shades of gray, creating a sense of movement and depth.

Introdução

O excesso de informação gera fadiga e ansiedade - as pessoas têm dificuldade de lidar com várias redes sociais, contas de e-mail, mensagens instantâneas, além das mídias impressas que ainda sobrevivem. Como diz Caetano Veloso, na música *Alegria, Alegria*, de 1967, “O sol nas bancas de revista, me enche de alegria e preguiça, quem lê tanta notícia?”. Gilberto Gil, na música “Pela Internet”, de 1997, fala em “Um barco que veleje nesse info-mar. Que aproveite a vazante da info-maré”.

Durante a pandemia de Covid-19, o WhatsApp foi um dos recursos de comunicação mais utilizados pelas pessoas idosas, principalmente no período mais acirrado de distanciamento social, de quase quarentena (Lopes et al., 2020).

“Os idosos são considerados imigrantes digitais, pois tiveram de aprender a lidar com as tecnologias digitais, durante seu surgimento e, por isso, são mais vulneráveis frente aos ataques digitais” (Fortes Luce, Brasil Estabel, 2020; Araujo e Lima, 2023; CERT.br, 2023). Além da saúde do “bolso”, as fraudes financeiras também podem gerar problemas para a saúde física e mental.

O contexto é o da superexposição dos idosos às mais variadas formas de comunicação e conteúdo, e a dificuldade

deles em identificar, classificar e avaliar os conteúdos com os quais se deparam.

O objetivo deste capítulo é identificar os principais tipos de desinformação e golpes financeiros contra pessoas idosas e propor algumas ações para evitá-los.

Comunicação e economia comportamental

O contexto de comunicação atual pode ser classificado no rol de sistemas abstratos, que são, para Giddens (1991, p. 35), “sistemas de excelência técnica ou competência profissional, que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje”, nos quais os fundamentos, ou códigos de conhecimento que regem seu funcionamento, não são conhecidos e não se pode conferir a maior parte deles. Porém, confia-se, tem-se fé, não tanto em suas competências, mas na autenticidade do conhecimento perito (Giddens, 1991).

São abstratos os sistemas de demonstrações financeiras, a comunicação médico-paciente, as decisões jurídicas etc. Para as pessoas idosas, e não somente, os novos modos de comunicação podem ser considerados sistemas abstratos, dos quais são desconhecidos os mecanismos de captura de atenção, engajamento, algoritmos de recomendação, inteligência artificial, redes neurais, uso de perfis etc.

A comunicação para um determinado público serve para que esse saiba ou faça algo, como aderir a medidas sanitárias (distanciamento físico, máscara, lavar as mãos, usar álcool em gel, tomar vacina), contrair um empréstimo, comprar um produto, votar em um candidato etc. (Knafllic, 2017).

Uma das técnicas de comunicação é a engenharia social, cujo propósito é obter informações confidenciais, como senhas e dados sensíveis e pessoais, mediante a negligência das pessoas, o engano, o abuso da confiança, etc. (Mitnick e Simon, 2003).

Se a comunicação é uma engenharia social, ela poderá levar o destinatário a cometer um engano ou fazer algo que trará prejuízos para si mesmo ou pessoas próximas.

Uma forma de compreensão e abordagem do fenômeno é a Economia Comportamental (Kahneman, 2012; Thaler, 2015; Ávila e Bianchi, 2019), na qual este capítulo se fundamenta.

Segundo Thaler (2015, p. 9),

Se você acredita que todos economizarão a quantia certa para a aposentadoria, como qualquer economista faria, e concluir, dessa análise, que não há razão para tentar ajudar as pessoas a economizarem (por exemplo, criando planos de pensão), então você está desperdiçando a chance de melhorar a vida de muitas pessoas.

É difícil mudar a cabeça das pessoas sobre o que elas devem comer no café da manhã, deixá-las decidirem por si sós sobre problemas com os quais convivem ao longo de suas vidas. Os economistas resistiram por anos à necessidade de basear seus modelos em uma caracterização acurada do comportamento humano.

Porém, uma nova geração de economistas tem rompido com a economia tradicional, trazendo para a teoria econômica grandes contribuições da “boa psicologia” e outras ciências sociais. Esse campo de estudos é conhecido como Economia Comportamental (Thaler, 2015, p. 9).

Segundo Kahneman (2012), para lidar com essa multiplicidade de estímulos, as pessoas contam com duas formas de pensar, chamadas, por ele, de Sistema 1 e Sistema 2. O primeiro, Sistema 1, é rápido, intuitivo, e odeia ambiguidades, que causam desconforto. O segundo, Sistema 2, é lento, racional, preguiçoso, requer atenção, está sempre funcionando, adora casos, é mais concreto.

O Sistema 1 opera automática e rapidamente, com pouco ou nenhum esforço e nenhuma percepção de controle voluntário. O Sistema 2 aloca atenção às atividades mentais laboriosas que o requisitam, incluindo cálculos complexos. As operações do Sistema 2 são, muitas vezes, associadas à experiência subjetiva de atividade, escolha e concentração. (Kahneman, 2012, p. 29)

As pessoas tendem a se identificar com o Sistema 2, o chamado “eu consciente”, que raciocina, tem crenças, escolhe e decide o que pensa e o que será feito nas diversas situações. Porém, é o automático Sistema 1 o principal responsável pelas vulnerabilidades às tentativas de golpes, fraudes e desinformação. O Sistema 1 origina “sem esforço as impressões e sensações que são as principais fontes de crenças explícitas e escolha deliberadas do Sistema 2 (Kahneman, 2012, p. 29).

As mensagens de desinformação são preparadas para serem simples, de modo a demandarem respostas automáticas, com pouco ou nenhum esforço, pelo Sistema 1. Atividades como raciocinar sobre o potencial lesivo da mensagem, segundo Kahneman (2012, p. 31), “exigem atenção e são interrompidas quando a atenção é desviada”.

A expressão em inglês utilizada para “prestar atenção” é *pay attention*, pagar atenção, sendo, porém, limitado o “orçamento” de atenção para alocar às atividades, ocorrendo um déficit quando este for ultrapassado (Kahneman, 2012, p. 32).

O pensamento é sabotado por vieses cognitivos. O pensamento cognitivo realiza prodígios, mas também é responsável por falhas (Kahneman, 2012, p. 17). A intuição especializada, possibilitada pela larga experiência em um determinado campo, fornece os indícios (de fraudes, por exemplo), que dá ao especialista o acesso à informação armazenada na sua memó-

ria e a informação fornece a resposta (defesa ou contra-ataque). “A intuição não é nada mais, nada menos, que reconhecimento” (Kahneman, 2012, p. 20).

A essência da heurística intuitiva, ou bacamarte mental, é: “quando confrontados com uma questão difícil, muitas vezes respondemos a uma mais fácil no lugar dela, normalmente sem perceber a substituição” (Kahneman, 2012, p. 22). Um exemplo é a difícil questão “como sair de dificuldades financeiras”, cuja resposta mais fácil pode ser “como obter um empréstimo”.

Em vez de refletir sobre aumento de receitas, diminuição de despesas, gestão do fluxo de caixa, gestão das dívidas atuais e seus custos etc., é mais fácil tentar um empréstimo. Se a decisão é motivada por questões emocionais, ou por especialistas com conflitos de interesses, como os fornecedores de crédito, o problema tende ao alívio temporário e ao posterior agravamento.

As possibilidades de compreensão são limitadas. Para Fonseca (2003, p. 147), baseado na ideia de Locke sobre a falibilidade dos leitores, primeiro é preciso entender o que foi dito ou escrito, para depois se poder discordar ou concordar, pois existem variados graus de compreensão. Normalmente, não existe concordância entre os leitores de uma mesma mensagem ou texto, e “nem todas as alegações de entendimento podem ser, simultaneamente, consideradas verdadeiras”.

As fraudes podem ser potencializadas pela assimetria crucial de informação, na qual o golpista detém ou, por meio da engenharia social, obtém muito mais informações do que a vítima. Segundo Wheelam (2028), a Economia da Informação estuda como estas são adquiridas, como são utilizadas e como são tomadas decisões baseadas em poucos elementos. O que nós não sabemos pode nos machucar” (p. 124).

Segundo Wheelam (2018, p. 124), o prêmio Nobel de 2001, concedido a George Akerlof, Michael Spence e Joseph Stiglitz, reconhece o trabalho que “explora os problemas que surgem quando pessoas racionais são forçadas a tomar decisões, com base em informação incompleta, ou quando uma das partes envolvidas em uma transação sabe mais do que a outra”.

A distorção da comunicação pode se dar pelos mal-entendidos, que são “uma falha espontânea de entendimento ou interpretação das ideias de outra pessoa”, ou seja, “mal-entendido puro”, e não a comunicação errônea, de forma deliberada, que é uma deturpação (Fonseca, 2003, p. 148).

Fraudes

Nesta seção, serão descritos alguns golpes contra a pessoa idosa (não exclusivamente), usando a tecnologia ou a engenharia social, que muitas vezes se aproveita das fraudes tecnológicas:

Fraudes tecnológicas

Conforme Araujo e Lima (2023) e CERT.br (2023), devido à falta de conhecimento de ferramentas de segurança - autenticação em duas etapas, antivírus etc. - as pessoas idosas estão mais sujeitas a fraudes financeiras, como as citadas a seguir:

- *Phishing*: técnica para obter - ou “pescar” - informações confidenciais, usando imagens e textos parecidos com as de uma instituição confiável, de modo a convencer a vítima a clicar em *links* maliciosos, abrir anexos infectados (*malware*) etc.;
- Espionagem pela *webcam* do computador da vítima sem consentimento;
- Uso da localização – caso esteja ligada – também sem consentimento;
- Furtos de identidade, mediante coleta de dados não protegidos e armazenados no computador da vítima;
- Roubo dos contatos, mediante acesso indevido ou clonagem;
- *Trade-off* entre Interfaces mais simples, voltadas para pessoas idosas, porém mais vulneráveis;

Engenharia Social

Dependendo da boa-fé da pessoa idosa, da eficácia da engenharia social e, às vezes, da ganância da vítima, alguns golpes não tecnológicos também funcionam. Seguem alguns tipos de fraudes, golpes e possíveis contragolpes:

a) Alerta de banco sobre compras efetuadas, solicitando confirmação.

A pessoa recebe uma mensagem no WhatsApp ou SMS do tipo:

- “Eu sou do Banco XYZ e estou ligando sobre um PIX para você no valor de 3.500 reais. Se você confirma, digite 1. Se não, digite 2 para falar com um de nossos atendentes”;
- Compra aprovada no valor de 5.999,00 nas lojas CASAS BAHIA pelo app do Banco XYZ. Caso não reconheça, ligue imediatamente na central de atendimento pelo 4003 7984”.

A última mensagem veio assim mesmo, sem R\$ no valor, sem acento no não, sem cedilha no reconheça, e usando telefone 4003 7984, com prefixo parecido com o dos bancos.

Supondo que a pessoa tenha conta no Banco XYZ, e digite 2, ou ligue para o número indicado, um atendente tentará ob-

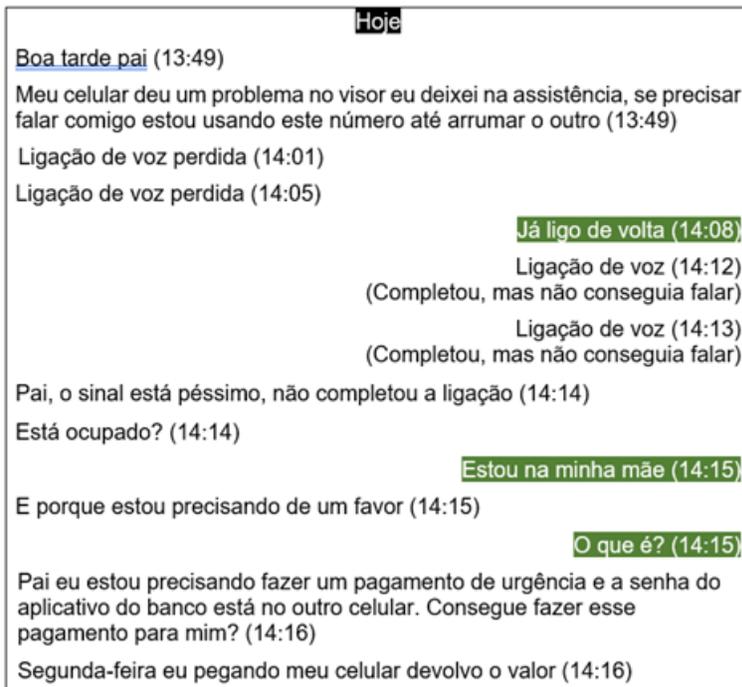
ter dados da conta, senhas etc. Nesses casos, o melhor é ignorar a mensagem, ou entrar em contato com a verdadeira central de atendimento do banco, para confirmar a transação.

b) Clonagem de celular com acesso ao arquivo de contatos.

Trata-se de um golpe tecnológico, seguido de engenharia social para obter vantagens da lista de contatos.

Após a clonagem, os golpistas mandam mensagens para as pessoas da lista de contatos do dono do celular clonado. As mensagens visam obter valores ou o que for possível dos contatos, como, por exemplo, nesta troca de mensagens entre o suposto filho e o pai, conforme a figura 1.

Figura 1 – Diálogo de um suposto filho com o pai



Uma recomendação para evitar a clonagem é a verificação em duas etapas, disponível nos aplicativos de mensagem. Outra recomendação é não usar nomes de contatos que facilitem a comunicação dos golpistas, tais como pai, mãe, casa etc. Em vez disso, pode-se usar o nome ou apelido do pai ou da mãe, ou algo que lembre o nome da rua, em vez da palavra ‘casa’. Isso dificulta a vida dos golpistas, pois é provável que, antes que algum contato faça o pagamento solicitado, haja um alerta para a pessoa do celular clonado, e dispare mensagens de alerta para outros contatos. Existe aí um dilema, que é a dificuldade de contato em caso de emergências.

c) Doação de filhotes

Mensagem recebida por várias pessoas, e pior, compartilhada por algumas, conforme figura 2:

Figura 2 – Mensagem sobre doação de filhotes



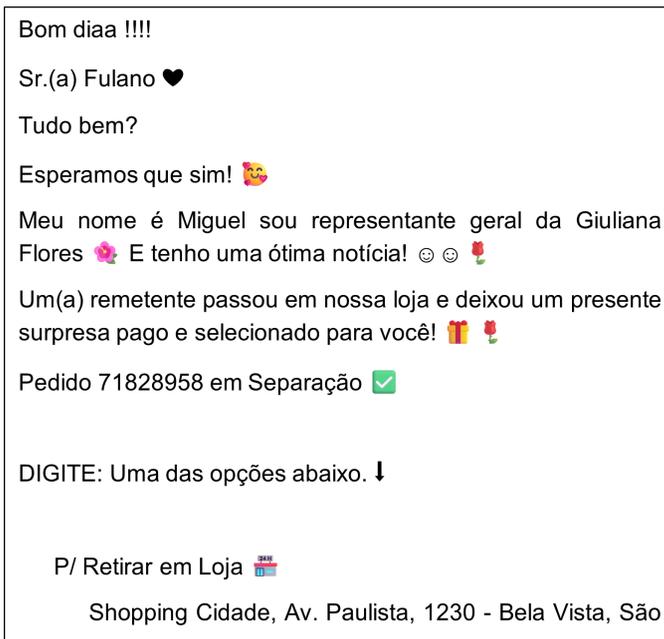
Fonte: mensagem recebida pelo autor

Se a conversa tiver sequência, provavelmente o doador pedirá um valor para cobrir o custo do rateio do parto, das vacinas e do frete da entrega, algo como R\$ 500,00 (valor “pequeno”, perto do custo de um filhote de labrador, em média R\$ 3.000,00). A mensagem pode ser detectada como falsa, por meio de contatos entre as pessoas que desconfiaram, ou pesquisas sobre o caso.

d) Recebimento de presente de aniversário

No dia do aniversário, a vítima recebe, supostamente da Giuliana Flores, a seguinte mensagem, conforme a figura 3:

Figura 3 – Recebimento de presente de aniversário



Fonte: mensagem recebida pelo autor

As reações possíveis a esta mensagem seriam:

Escolher a opção 1, pois é mais seguro retirar na loja.

Nesse caso, considerando a hipótese de golpe, os golpistas tentarão colocar empecilhos para que a vítima não vá até a loja e prefira a entrega em domicílio. Como, na opção, só tem o endereço da loja, se a vítima procurar e ligar, ela vai perceber que não existe o referido presente, e o golpe não se concretiza;

- Escolher a opção 2, pela comodidade e baixa taxa de entrega.

Ainda considerando a hipótese de golpe, será solicitado o endereço da vítima para entrega, e o golpe prossegue;

- Apagar ou desconsiderar a mensagem, pois tem cara de golpe.

Nesse caso, a vítima recebe uma ligação com uma pessoa repetindo a mesma mensagem e tentando “empurrar” a entrega. Se a vítima pergunta quem enviou, eles dizem que foi uma pessoa de um lugar que você trabalha ou trabalhou. Se você fizer mais perguntas, ou disser que não trabalha mais no local, eles desligam e apagam todas as mensagens enviadas. Se a vítima ainda trabalha no local e a engenharia social a convence a aceitar a entrega, o golpe pode ser a clonagem do cartão ou coisa pior.

e) Outros golpes

- Golpe da confirmação de pagamento em vendas pelo Mercado Livre, OLX etc.: Os golpistas veem que a pes-

soa está vendendo algo e mandam mensagens pedindo para fazer negócio sem o intermediário, ou mandam comprovante (falso) de pagamento do produto, para que a pessoa entregue o produto;

- Oferta de vitaminas, remédios e procedimentos, para desacelerar o envelhecimento, aumentar a vitalidade, a libido etc.;
- Convênios e soluções por preços muito abaixo do mercado;
- Ofertas de empréstimos consignados, principalmente logo após a aposentadoria (nem sempre com juros baixos, que seriam possíveis em função da garantia oferecida), que podem levar ao crédito irresponsável e ao endividamento;
- Algumas mensagens financeiras, embora não envolvam furto de informações, podem incentivar o consumo inconsciente, o endividamento, ou investimentos sem a rentabilidade adequada ao momento de vida da pessoa idosa (Tonin e Hoffmann, 2015).
- Notificação de ganho de algum processo judicial, ação trabalhista, precatório etc., solicitando algum valor para pagamento de custas, documentação etc.
- Comunicações sobre a necessidade de provas de vida, feitas *online* ou por telefone;

- Mensagem de sorteio falso;
- Bets com oferta de adesão (tipo R\$100 para aposta inicial), podendo ser golpe tecnológico (clique aqui!) ou incentivo ao vício.

Desinformação

Além das mensagens com tentativas de fraude financeira, outros tipos de comunicações têm o propósito de desinformar. Embora não estejam, necessariamente, ligadas à saúde financeira, essas mensagens criam um clima propício para o engano, para o viés na comunicação, o chamado ecossistema da desinformação, que é, segundo Santana (2024, p. 30)

... um sistema complexo de produção e disseminação de conteúdo falso e falseado (ressignificado, com novos sentidos) que envolve vários atores e várias etapas: produção, circulação, consumo, reprodução, criação de agendas, monitoramento de atores e narrativas.

a) Desinformação mediante argumentos de autoridade (cientistas, artistas famosos, pessoas influentes no grupo da família etc.) e uma dose de teoria conspiratória (revelação de algo que poucos sabem, mas que chegou naquela pessoa comum) (Kakutani, 2018; Brotherton, 2015). Segundo Pasternak (2021, p. 16),

... a mentalidade conspiratória cria tensão nos laços de confiança, de que depende a vida em sociedade: se todos os governos e todos os astrônomos do mundo estão mentindo sobre a verdadeira forma da Terra, ou a existência de vida em Marte, o que mais estariam escondendo de nós? E em quem podemos acreditar, afinal?

Algumas comunicações visam desacreditar a ciência, usando algumas fragilidades desta, como nas retratações de importantes revistas científicas, como a que a *The Lancet* fez, com um artigo sobre a relação entre a vacina Tríplice Viral e autismo (Pasternak, 2021) e sobre a hidroxicloroquina e a cloroquina¹.

b) Viés de confirmação: comunicações que confirmam aquilo que a pessoa acredita ou lhe é conveniente. Para Charles Sanders Peirce (apud Pasternak e Orsi, 2021, p. 10), “afirmar uma crença, ou um juízo, é uma questão de afirmar uma proposição para si mesmo, e estar pronto para agir com base nela”, ou ainda, “Nossas crenças guiam nossos desejos e moldam nossas ações”.

c) Verdades parciais, que são afirmações que, embora verdadeiras, não transmitem a verdade completa. “Estatísticas e

1 <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/04/the-lancet-publica-nota-de-retratacao-sobre-estudo-com-cloroquina-e-hidroxicloroquina-para-covid-19.ghtml>

outros números são uma fonte rica de verdades concorrentes, já que seu significado não é claro para muitos de nós” (Macdonald, 2019, p. 24).

O Ministério da Saúde, durante a pandemia, resolveu mostrar somente os dados da quantidade de recuperados, para mostrar uma visão positiva das coisas². Esqueceram-se que os recuperados deveriam, no mínimo, voltar ao que eram antes da infecção, não sendo consideradas as sequelas, ou Covid longa.

Na divulgação de taxas de letalidade (1,9% no Brasil, 1,1% nos EUA, 0,4% na Alemanha)³, os percentuais pequenos escondem a verdadeira dimensão destes. Se o Brasil tivesse a taxa alemã, teríamos 556 mil mortos a menos. Se fosse a taxa dos norte-americanos, que nem é um exemplo virtuoso, teríamos 290 mil mortos a menos. Estatisticamente pode ser pouco, mas quem perdeu a mãe ou o pai para a Covid-19, perdeu 100% de mãe ou pai.

d) Gráficos podem mentir (algumas mensagens envolvem a leitura de gráficos simples) – Orientações erradas levam a outros caminhos (Cairo, 2019);

2 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-06/ministerio-da-saude-muda-forma-to-de-divulgacao-de-dados-de-covid-19>

3 <https://coronavirus.jhu.edu/>

e) Estatísticas enganam

O site <https://www.tylervigen.com/spurious-correlations> apresenta correlações espúrias, como por exemplo:

- Gastos americanos com ciência, espaço e tecnologia *versus* suicídios por enforcamentos, estrangulamentos e sufocamento;
- Quantidade de pessoas mortas por afogamentos, após cair numa piscina *versus* filmes nos quais aparece Nicolas Cage.

Dados estatísticos podem levar a erros importantes, como as “mentiras” contadas com estatística (Huff, 2016).

f) Problemas de lógica

Deve-se analisar cada argumento na sua lógica. Por exemplo, a Falácia do “depois disso, logo, por causa disso”: O galo canta antes do amanhecer. Logo, amanhece porque o galo canta. Morreu depois de tomar a vacina. Logo, a vacina foi a causa (Ide, 2000).

g) Descartes (1989, p. 5) começa o Discurso do Método dizendo:

O bom senso é a coisa mais bem distribuída do mundo: pois cada um pensa estar tão bem provido dele, que mesmo aqueles mais difíceis de se satisfazerem com qualquer outra coisa não costumam desejar mais bom senso do que têm.

No exemplo da Terra Plana, o senso comum, dirigindo pela Rodovia dos Bandeirantes, em São Paulo, é de que é ver-

dade. Meus alunos, talvez brincando, dizem: “Se a terra é uma bola, porque chamam de planeta e não de boleta?”. Esquecem da etimologia, que deriva do grego “planétes”, pelo latim planeta, com o sentido de “que anda sem destino ou vagabundo”, por conta do movimento percebido dos planetas em relação às estrelas, que parecem estar fixas no céu.

Ganância ou ingenuidade das vítimas

Não se trata de culpar a vítima pela ganância ou ingenuidade, mas muitos golpes, como o da doação de filhotes são bem-sucedidos não só pela fofura dos filhotes, mas por acreditar-se que alguém vai entregar por R\$ 500 reais algo que poderia ser vendido por R\$ 3.000, em média. O que o tutor da mãe dos filhotes faria, caso ela não morresse no parto? Pode ser por intenção de ajudar, mas também pode ser por estar-se levando uma vantagem sobre alguém que está fragilizado. O mesmo ocorre com a venda de algum produto com preço muito abaixo do mercado, porque alguém está com um problema sério (doença, desemprego etc.) e precisa se desfazer dele.

No caso da fraude no fundo de investimentos de Bernard Madoff, cujos retornos acima do mercado ocorreram durante anos seguidos, independente do ciclo dos mercados, os “in-

vestidores são culpados em primeira linha por excesso de ganância”. Um psiquiatra norte-americano atribuiu esse comportamento ao que denominou de euforia irracional, sendo a rentabilidade obtida o ópio dessa euforia, impedindo-lhes de perceberem o problema (Moreira, 2009).

“E tão simples são os homens, e obedecem tanto às necessidades presentes, que aquele que engana sempre encontrará quem se deixe enganar” (Maquiavel, 1973, p. 80). Segundo James (2024), o bilionário da tecnologia Bill Gates descartou os NFTs⁴ (Non-Fungible Token) como “100% baseados na teoria do tolo maior” - o conceito financeiro de que até mesmo ativos supervalorizados podem render dinheiro, desde que você encontre um idiota maior para vendê-los. É uma versão do dito popular “Todo dia um golpista e um otário saem de casa. Se eles se encontram, sai negócio”.

Educação

Essa resposta deverá vir da Educação Crítica, ou, nas palavras de Jimmy Wales (fundador da Wikipedia), no programa Provoca (Marcelo Tas, TV Cultura, 28/09/2021), de que

4 NFT é uma tecnologia que permite representar digitalmente itens únicos e exclusivos, como obras de arte, músicas, vídeos ou até mesmo tweets. A sua principal característica é que cada NFT é único e não pode ser substituído por outro.

a educação tem a obrigação de fazer com que as pessoas cheguem aos 18 anos com a capacidade para avaliar alegações.

Essas alegações não se limitam ao marketing de produtos financeiros, mas também ideias e conceitos sobre saúde, educação, política, economia etc., que influenciam nossas decisões e, portanto, nossa vida.

Uma das formas de promover essa educação (letramento, literacia) no âmbito digital é compreender as reações dos idosos às mensagens recebidas em aplicativos de mensagens, por meio de uma pesquisa que simule conversas, emojis, respostas, compartilhamentos e ações pretendidas (aquisição de um produto, recomendação para outra pessoa etc.).

O processo educacional deve levar em conta as questões de segurança de uma determinada época. Os golpes vão se modificando, à medida que são criados antídotos contra os existentes. Por exemplo, vários golpes coletados no livro *Golpes & Fraudes* (Maldaner, 2000), já não são praticados, pois os bancos mudaram o processo da transação, para torná-las seguras.

Grande parte dos golpes dependem do comportamento das pessoas, não estando relacionados a fraudes contra a tecnologia, roubos e furtos. A prevenção a esses golpes depende da mudança de comportamento, que pode ser potencializada pela educação financeira:

a) Observar falhas nos elementos do processo de comunicação:

- Erros de ortografia nas mensagens;
- Mensagens frequentemente encaminhadas (correntes);
- Nunca “clique aqui”;
- Contatos telefônicos solicitando dados que as instituições deveriam ter, ou com pedidos de senhas;
- Tentativas de gerar endividamento, devido ao crédito irresponsável (oferta de empréstimo consignado, logo depois da aposentadoria, banco que não é o da pessoa, bens ou serviços desnecessários etc.);
- Desconfiar de ofertas muito vantajosas (sorteios, recebimento de pix, dicas exclusivas, doações de filhotes etc.);

b) Pedir ajuda para alguém confiável;

c) Instalar antivírus e manter softwares atualizados;

d) Evitar senhas fracas e efetuar a troca regularmente;

e) Ligar na central de atendimento do banco ou digitar o *link* do banco na barra de endereços do navegador.

A educação financeira é para a ativação do Sistema 2 de Kahneman (2012), analítico, que fará as análises necessárias para identificar padrões de golpes. Usando como metáfora a Inteligência Artificial, o aprendizado de máquinas é feito à base de treino, validação e testes.

Quando os bancos fazem repetidas propagandas alertando sobre fraudes, mandam SMS a cada transação, avisando sobre “atenção a golpes!” ou “Nunca ligamos solicitando transações para cancelamento de operações não reconhecidas” etc., eles estão treinando nosso Sistema 2 nos padrões de fraude.

Kahneman (2012, p. 39) recomenda que “o melhor que podemos fazer é um acordo: aprender a reconhecer situações em que os enganos são prováveis e se esforçar mais para evitar enganos significativos, quando há muita coisa em jogo”. Uma das premissas utilizadas pelo autor é de que “é mais fácil reconhecer os enganos das outras pessoas do que os nossos”. Fonseca (2005) concorda com essa premissa, apontando que as pessoas mais enganam a si próprias do que aos outros.

O Estatuto da Pessoa Idosa (Brasil, 2022), no seu artigo 3º, parágrafo 1º, inciso VII, garante o “estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento”.

Referências

ARAÚJO, Gabriely; LIMA, Galeno. **Idoso é alvo fácil de invasores na Internet**. Disponível em <https://infograficos.estadao.com.br/focas/planeje-sua-vida/idoso-e-alvo-facil-de-invasores-na-internet>, Acesso em 22/12/2023.

ÁVILA, Flávia; BIANCHI, Ana Maria. **Guia de Economia Comportamental e Experimental**. 2. ed. São Paulo: Economia Comportamental.org, 2019.

BRASIL. Estatuto da Pessoa Idosa. Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Nova redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022.

BROTHERTON, Rob. **Suspicious Minds**: Why we believe conspiracy theories. London: Bloomsbury Sigma, 2015.

CAIRO, Alberto. **How charts lie**: Getting Smarter about Visual Information. New York: W.W. Norton & Company, 2019.

CERT.br. **Internet segura**. 2.ed. Disponível em <https://internetsegura.br/pdf/guia-internet-segura.pdf>, Acesso em 22/12/2023.

DESCARTES, René. Discurso do Método. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FONSECA, Eduardo Giannetti da. **O mercado das crenças**: filosofia econômica e mudança social. São Paulo: Com-

panhia das Letras, 2003. Eduardo Gianetti da. **Auto-engano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

FORTES LUCE, B.; BRASIL ESTABEL, L. Letramento informacional e mídias sociais: uma experiência com idosos para a competência informacional na identificação de *fake news*. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S. l.], v. 16, n. 35, p. 1-14, 2020. DOI: 10.21713/rbpg.v16i35.1661. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/1661>. Acesso em: 22 dez. 2023.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

HUFF, Darrel; GEIS, Irving (Ilustr.). **Como mentir com estatística**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

IDE, Pascal. **A arte de pensar**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JAMES, Vincent. Bill Gates says NFTs are ‘100 percent based on greater fool theory’. **The Verge**. Disponível em: <https://www.theverge.com/2022/6/15/23169008/bill-gates-cryptocurrency-nft-greater-fool-theory>. Acesso em 19/12/2024.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar: duas formas de pensar**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KNAFLIC, Cole Nussbaumer. **Storytelling com dados:**

um guia sobre visualização de dados para profissionais de negócios. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017

LOPES, R. G. C.; CORTE, B.; MORGADO, Flávio; BRANDAO, V.; MANSO, M. E. G.; LODOVICI, F. M.M. Pandemia COVID-19: Perfil de um grupo de pessoas idosas brasileiras participantes de uma pesquisa abrangendo América Latina e Caribe. **Revista Kairós**, v.23, p.309 - 332, 2020.

MACDONALD, Hector. **Verdade**: 13 motivos para duvidar de tudo que te dizem. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

MALDANER, Senador Casildo. **Golpes & Fraudes**: saiba como evitar. Brasília: Senado Federal, 2000.

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. São Paulo: Abril Cultural. Coleção Os Pensadores, 1973.

MITNICK, Kevin D., SIMON, William L. **A arte de enganar**: Ataques de *hackers*: Controlando o fator humano na segurança da informação. São Paulo: Pearson Universities, 2003.

MOREIRA, José António. Fraude, ganância e (des)confiança. CRÓNICA VISÃO ELECTRÓNICA N° 003. 01 de agosto, 2009. Disponível em <http://www.gestaodefraude.eu>. Acesso em 18/12/2024.

PASTERNAK, Natalia; ORSI, Carlos. **Contra a realidade**: A negação da ciência, suas causas e consequências. Campinas: Papirus 7 mares, 2021.

SANTANA, Eliara. Arma secreta: como o ecossistema de desinformação esteve no centro da tentativa de golpe. **Carta Capital**. 18/12/2024.

THALER, Richard H. **Misbehaving**: the making of Behavioral Economics. New York: W.W. Norton & Company, 2015.

TONIN, Carla Maria Schroeder; HOFFMANN, Eduardo. A VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR IDOSO FRENTE ÀS INTITUIÇÕES FINANCEIRAS. **Anais do 13º Encontro Científico Cultural Interinstitucional**, 2015.

WHEELAM, Charles. **Economia**: o que é, para que serve, como funciona. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

Flávio Morgado - Bacharel em Matemática, Mestre em Administração de Empresas e Doutor em Comunicação e Semiótica. Professor e pesquisador da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Experiência em Sistemas de Informação. Pesquisa envelhecimento, inteligência artificial, gestão em saúde e impactos sociais da Tecnologia da Informação. É membro do Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento (Nepe) da PUC-SP e voluntário da Rede Beija-flor de pequenas bibliotecas vivas de Santo André.

E-mail: fmorgado.sp@gmail.com

PARTE 3

FEMINIZAÇÃO DA VELHICE

Capítulo VIII

Desafios enfrentados por mulheres pretas, idasas e nordestinas no mercado de trabalho

Larissa Oliveira Nascimento

Leticia de Araújo Moura

Mirna Albuquerque Frota

Maraysa Costa Vieira Cardoso

Thiago Medeiros da Costa Daniele



Introdução

O mercado de trabalho brasileiro ainda reflete as profundas desigualdades sociais que permeiam o país, colocando as mulheres negras, idosas e, em especial, as nordestinas, entre os grupos mais vulneráveis nesse contexto. Essas mulheres enfrentam múltiplas barreiras que, ao se somarem, resultam em exclusão, desvalorização e invisibilidade social (Gonzalez; Collins, 2016; Davis, 2019). Como aponta Santos (2020), as mulheres negras, especialmente as idosas e residentes em regiões historicamente marginalizadas como o Nordeste, vivenciam uma tripla discriminação: de gênero, raça e idade. Essa conjuntura reforça sua vulnerabilidade no mercado de trabalho, onde frequentemente são relegadas a ocupações informais e de baixa remuneração.

O racismo estrutural impacta profundamente a experiência das mulheres negras no mercado de trabalho, posicionando-as nas camadas mais precarizadas da sociedade, com menores oportunidades de ascensão e remunerações mais baixas, em comparação a outros grupos, como as mulheres brancas, ou mesmo quando inseridas em ocupações tradicionalmente masculinas (Bento, 2018; Almeida, 2020). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), mulheres negras recebem, em média, 44% do salário de ho-

mens brancos, refletindo o impacto cumulativo de gênero e raça, que as coloca em uma situação de significativa vulnerabilidade econômica. Segundo Djamila Ribeiro, o racismo estrutural se manifesta pela exclusão histórica de pessoas negras dos espaços de poder e decisão (Ribeiro, 2017).

Adicionalmente, a idade torna-se um fator de exclusão extra para as mulheres negras, sobretudo as nordestinas. Mulheres idosas enfrentam desafios específicos, como a discriminação etária, já que muitas empresas associam a velhice à falta de produtividade e inovação, limitando suas oportunidades de emprego (Kilomba, 2008; Pinho, 2021). Para as mulheres negras e nordestinas, esses desafios são intensificados, pois, além do preconceito racial e regional, também enfrentam a exclusão por idade. Segundo estimativas do IBGE, mulheres acima de 50 anos encontram maior dificuldade de reinserção no mercado, especialmente aquelas de grupos racializados ou provenientes de regiões empobrecidas, como o Nordeste (Lima, 2021).

O recorte regional é crucial para entender a exclusão das mulheres nordestinas no mercado de trabalho. Historicamente, o Nordeste brasileiro é uma das regiões mais afetadas pela pobreza e falta de oportunidades econômicas (Munanga, 2020; Pires; Santos, 2017). Essa realidade impacta diretamente as mulheres da região, que enfrentam maiores difi-

culdades de acesso à educação, saúde e emprego formal. De acordo com Almeida (2020), o racismo étnico-regional agrava a exclusão das mulheres nordestinas, que, além do preconceito racial e de gênero, carregam o estigma de pertencerem a uma região marginalizada.

A intersecção desses fatores gera um ciclo de exclusão e precariedade, levando muitas dessas mulheres a aceitar empregos informais ou de baixa remuneração, sem acesso a direitos trabalhistas e proteção social (Ribeiro; Souza, 2016; Pires, 2019). Muitas acabam trabalhando como domésticas ou em atividades historicamente ocupadas por mulheres negras e nordestinas (Nascimento, 2018). A ausência de políticas públicas efetivas para promover sua inclusão no mercado formal agrava essa situação (Santos; Paixão, 2020).

Angela Davis (2016) observa que as mulheres negras têm sido historicamente marginalizadas, ocupando as posições mais precárias e invisibilizadas nas sociedades capitalistas. Segundo Davis, o patriarcado e o racismo operam conjuntamente para perpetuar essa marginalização em diversas esferas sociais, inclusive no mercado de trabalho (Gonzalez; Almeida, 2017). Essa marginalização é reforçada pela falta de políticas de igualdade de oportunidades que visem corrigir as disparidades históricas (Ramos; Costa, 2018).

Oliveira (2019) destaca que a ausência de oportunidades para mulheres negras e idosas no mercado de trabalho reflete uma sociedade que ainda sustenta estigmas relacionados à idade, gênero e raça. Mulheres nordestinas, especialmente as mais velhas, enfrentam não apenas o desafio de conseguir trabalho, mas também de garantir condições dignas de permanência. O preconceito contra o Nordeste, aliado ao racismo e ao machismo, cria barreiras quase intransponíveis, reforçando a vulnerabilidade dessas mulheres (Nogueira, 2021).

A educação é central para essa discussão. A falta de acesso à educação de qualidade é uma barreira que limita as oportunidades de ascensão profissional para mulheres negras, idosas e nordestinas (Ribeiro, 2020). Mesmo quando superam obstáculos e alcançam formação profissional, ainda enfrentam preconceitos na contratação, devido à visão estereotipada das empresas sobre suas capacidades, o que restringe suas chances de conquistar posições de destaque no mercado competitivo (Pereira; Rocha, 2018).

As barreiras enfrentadas por essas mulheres são múltiplas e complexas, reforçando a importância de uma abordagem interseccional para combater as desigualdades (Ribeiro; Almeida, 2021). Compreender que raça, gênero, idade e regionalidade se combinam para criar contextos específicos

de exclusão é essencial para formular políticas públicas eficientes e inclusivas. A criação de programas de capacitação profissional, incentivo à contratação de mulheres idosas e negras, e a valorização da diversidade nas empresas são passos importantes para transformar essa realidade (Santos; Silva, 2020).

Djamila Ribeiro enfatiza que democracia e inclusão devem estimular a capacidade de reconhecer as múltiplas camadas de opressão que atravessam a vida de mulheres negras e nordestinas (Ribeiro, 2020). Essas camadas precisam ser enfrentadas por meio de políticas públicas robustas e de uma mudança de mentalidade que valorize a diversidade e combata o preconceito em todas as formas (Carneiro; Pinho, 2018).

As mulheres negras, idosas e nordestinas enfrentam desafios estruturais persistentes no mercado de trabalho, originados pela interseção de diversas formas de opressão. A luta por um mercado mais inclusivo requer políticas de equidade e a conscientização das empresas e da sociedade sobre a importância da diversidade. Somente por meio de um esforço coletivo será possível garantir a essas mulheres as mesmas oportunidades oferecidas a outros grupos da sociedade. Assim, o presente capítulo busca fomentar uma reflexão crítica e social sobre os desafios e conquistas da mulher negra, idosa e nordestina no mercado de trabalho.

Metodologia

Trata-se de um estudo¹ qualitativo, baseado no método da história oral temática. Essa abordagem qualitativa valoriza o mundo das ações e das relações humanas, um aspecto que não pode ser mensurado ou captado quantitativamente. Assim, o uso da pesquisa qualitativa possibilita responder a questões específicas em um contexto de realidade que não é passível de quantificação (Minayo, 2014). O método da história oral temática permite acessar o passado por meio da coleta, organização e interpretação de relatos; parte de um tema específico e previamente definido, comprometendo-se com a interpretação ou opinião do entrevistado sobre um evento determinado (Meihy, 2005).

Para tanto, fez-se o uso de pesquisa bibliográfica, documental e das observações e vivências das intervenções profissionais e acadêmicas dos autores. Nessa perspectiva, o presente estudo teórico-metodológico foi associado às perspectivas de análise de Safiotti (2004), ao destacar que não há revolução sem teoria, trazendo luzes às interações de gênero, patriarcado, poder e violência.

1 Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de Fortaleza, registrada sob o número do parecer: 6.589.670, seguindo as diretrizes da Resolução número 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012).

Nessa perspectiva, são explorados alguns pressupostos analíticos que fornecem as bases para compreender a dimensão da diversidade humana e os desafios vivenciados por mulheres idosas, através das perspectivas de autores que promovem o pensamento crítico, histórico e social.

O estudo foi conduzido na Comunidade do Dendê, na cidade de Fortaleza, Ceará. A coleta de dados ocorreu por meio de gravações de entrevistas narrativas, grupos focais e anotações de campo, que possibilitaram observar e registrar o ambiente e as interações sociais (Creswell, 2010). Realizada no período de abril e maio de 2024 com 20 participantes, a entrevista foi guiada partindo das questões norteadoras: Como você percebe o impacto da idade nas oportunidades e nos desafios que encontra no trabalho? Quais foram os principais desafios e conquistas que você enfrentou no mercado de trabalho, ao longo da sua trajetória? Você sente que sua identidade racial e regional influenciam na forma como é tratada, no ambiente de trabalho?

As anotações de campo focaram, além de detalhes dos locais das entrevistas, na postura adotada durante a coleta das narrativas, incluindo gestos, expressões corporais, alterações no tom de voz, ou seja, elementos relevantes para a interpretação posterior dos relatos. Ressalta-se que, durante as entrevistas, a interação entre entrevistado e entrevistador foi fundamental.

Para otimizar a análise dos resultados, foi conduzida uma análise temática com categorização prévia, conforme descrito por Minayo (2005). Esse método qualitativo busca identificar, analisar e relatar temas dentro dos dados coletados, sendo comumente utilizado em pesquisas sociais para interpretar aspectos significativos dos dados, especialmente em estudos narrativos e entrevistas. Na análise das narrativas, seguiram-se as etapas de transcrição, textualização e transcrição das entrevistas (Meihy, 2005).

Durante a interpretação dos dados, as citações diretas das entrevistas dos resultados do estudo foram identificadas com a letra E (de entrevistado), juntamente ao número condizente, de acordo com a ordem em que as entrevistas ocorreram.

Resultados e discussão

As vivências de mulheres pretas, idosas e nordestinas no mercado de trabalho constituem um campo de resistência e afirmação identitária. A partir de suas falas sobre esse tema central, essas experiências foram organizadas em categorias, cada uma refletindo os tons vitais e nuances que permeiam suas percepções, desafios e formas de enfrentamento no mercado de trabalho. Abaixo, são apresentados os principais aspectos dessas vivências, revelando os significados de suas trajetórias e suas estratégias de resiliência, frente às barreiras estruturais.

Discriminação interseccional no envelhecimento e aspectos vivenciados em suas trajetórias e autonomia e resistência

No Brasil, questões relacionadas à discriminação racial, de gênero e xenofóbica têm sido cada vez mais discutidas, tanto no âmbito acadêmico, quanto na esfera pública (Almeida, 2019; Ribeiro, 2019). O país, conhecido por sua diversidade cultural e étnica, ainda enfrenta uma série de desigualdades estruturais que perpetuam a exclusão de grupos marginalizados; as barreiras enfrentadas por esses grupos se manifestam tanto em práticas sociais cotidianas, quanto em políticas institucionais que, historicamente, contribuíram para a manutenção dessas desigualdades (Carneiro, 2017; Bento, 2018).

Além disso, a discriminação de gênero, no Brasil, atinge principalmente mulheres negras e indígenas, que enfrentam uma dupla opressão: de gênero e de raça. A socióloga Heleith Saffioti destaca a sobreposição dessas duas formas de discriminação, de forma incisiva:

A violência de gênero no Brasil é, em muitos casos, também racial. As mulheres negras, além de enfrentarem o machismo, enfrentam também o racismo, sendo vistas como “inferiores” tanto por sua condição de mulheres quanto por sua cor. (2004, p. 33)

Essa interseccionalidade faz com que as mulheres negras estejam mais vulneráveis à violência doméstica, à precariedade no mercado de trabalho e à exclusão educacional, perpetuando um ciclo de pobreza e marginalização (Gonzalez; Collins, 2016; Pinho, 2021).

Outro fenômeno importante no contexto brasileiro é a xenofobia, que tem se tornado cada vez mais evidente com o aumento do fluxo migratório nos últimos anos, especialmente com a chegada de imigrantes haitianos e venezuelanos (Baeninger; Peres, 2017). A discriminação contra esses grupos revela uma face do preconceito muitas vezes ignorada no país, que se orgulha de sua tradição de acolhimento. Segundo Silva, “a chegada de imigrantes vulneráveis ao Brasil gerou uma série de reações preconceituosas, especialmente em regiões que não estão habituadas à convivência com estrangeiros” (2018, p. 127).

Guimarães também faz uma análise profunda sobre a discriminação contra imigrantes no Brasil:

Embora o Brasil tenha historicamente se beneficiado da chegada de imigrantes para o desenvolvimento de sua economia, é importante reconhecer que, nos dias atuais, os estrangeiros pobres, particularmente aqueles de países latino-americanos e africanos, têm sido vistos como um “problema”, reforçando estereótipos e xenofobia em diversas partes do país. (2019, p. 88)

Quando questionada sobre a forma que se sente sobre o fato de ser uma mulher idosa e se já vivenciou algum tipo de preconceito, a Entrevistada 1 relatou:

Não, de jeito nenhum. Não, não sinto. Eu me sinto bem. Eu me sinto bem. Por essa idade, que eu estou 61, vou fazer 61 agora em junho. E eu me sinto ótima, bem.

Sobre esse aspecto, a entrevistada 2 corroborou:

Não é fácil, não, ser mulher idosa. Estou em tratamento com um andador. Eu passava o dia andando, ia dormir meia noite, se você chegar lá na minha casa, à meia noite, estou no meu quintal ou aguardo planta. Mas aí, um dia, eu pisei em falso, numa pedrinha, aí deu nisso. Não me reconheço. Se eu pudesse fazer um pedido para mudar alguma coisa, mudaria tudo, da cabeça ao pé. Porque fica melhor.

Ao ser questionada sobre a identificação de mudanças em seu corpo e estilo de vida, com a idade, e se já sofreu algum tipo de discriminação quanto as suas características físicas, a Entrevistada 3 afirmou:

Percebo minha saúde até bem. Percebo meu corpo diferente de quando era mais nova e tenho vontade de

conhecer meu corpo, principalmente agora, com mais idade, que muda tudo. Tem hora que eu me esqueço das coisas, mudo as coisas de canto e esqueço de tudo. eu me sinto uma inútil, né? Meu Deus, eu penso como é que eu coloquei as coisas em um canto? Mas não sinto pressão da minha família quanto a isso.

Nesse contexto, a entrevistada 4 afirmou não ter sofrido discriminação social:

Não que eu lembre, não sofri, foi tranquilo.

Quando questionada se percebia alguma diferença, quando criança, do seu tom de pele em relação às outras crianças, seguiu afirmando:

Não, porque agora a gente mora tudo e as pessoas eram uma cor só não tinha essa diferença de nada e se sentia bem. Mas quando eu cheguei [na capital], quando eu fui fazer uma compra lá no shopping, eu achei que iam me atender melhor, só isso. Mas nunca senti preconceito com a atividade que fazia.

A respeito das mudanças atreladas à idade e a forma como lida com elas, a Entrevistada 2 corroborou:

Eu amo esses cabelos brancos. Agora, final de ano, eu pinte. Agora, pra dezembro eu pinte, porque a

minha gente insistiu muito, né? Mãe, pinta, mulher. Tira esses cabelos. Não, mulher, porque eu quero ficar grisalha. Eu acho lindo. Ai, eu amo a minha idade. Eu amo estar nessa idade, chegar até agora e quero chegar mais, até mais. quero ver meus netos casados, se Deus quiser. Eles [sua família] ficam preocupados comigo, assim, quando eu saio sozinha, sabe? À noite eu já não saio mais de casa só. Não saio mais de casa, eu me recolho mais. Eu já caí muito, no começo, né? No começo eu caía. Eu não estava acostumada de estar perdendo a visão de um olho. Aí eu caía muito, eu tropeçava. Eu ia cortar a verdura, cortava as unhas, a faca, cortava o dedo.

Nesse contexto, sobre sua história de vida e desafios enfrentados, a Entrevistada 1 elencou:

Comecei a namorar com 17 anos e engravidei aos 22, essa primeira filha morreu, ainda bebê. Não me casei com o pai da criança, e minha família não me obrigou. Depois, me envolvi com outra pessoa e engravidei novamente, nesse relacionamento sofri preconceito por parte da família dele, falatório. Falatório. A família dele começou a comentar que o filho não era dele, porque eu brincava demais, né? Eu saía para as festas, coisas que eu gostava de me divertir. E a família dele começou a dizer que o filho não era dele. Essas coisas. Não me casei com o pai da criança, ele nasceu e fiquei morando na casa dos meus pais, eles me ajudaram a criar e educar, o pai dele não registrou

ele, e até hoje o meu filho tem só o meu sobrenome. Ficou a mágoa. Nem meu filho e nem eu temos contato com a família do pai dele. Esse meu filho, ainda novo, se envolveu com drogas, eu sofri muito e pedi muito a Deus pra ele sair das drogas. Pra mim, foi a derrota da minha vida, ver meu filho misturado com quem não devia, né? Mas eu batalhei e batalhei, até que consegui tirar ele das drogas. eu tenho muita fé em Deus, pedi muito a Deus pra ver meu filho sair daquele ali, e graças a Deus eu vi.

No Brasil, pensar em saúde da população negra, nas últimas décadas, tem significado considerar a transversalidade da questão racial. Os impactos do racismo e da discriminação racial são observados, não apenas na saúde física, mas também na saúde mental (Gonçalves, 2017). Estudo dos efeitos psicossociais, ocasionados nesse contexto, ainda é uma linha de interpretação recente, na saúde mental no Brasil (Silva *et al.*, 2017).

Com relação a políticas públicas, houve avanços, nas últimas décadas, como a criação de cotas raciais e a ampliação dos direitos trabalhistas para mulheres. Entretanto, essas medidas ainda enfrentam resistência e não foram suficientes para eliminar as disparidades existentes (Araújo, 2017). A mudança estrutural que se faz necessária envolve tanto a implementação de políticas inclusivas quanto a mudança

cultural, que deve desconstruir preconceitos enraizados na sociedade (Freitas, 2019).

Portanto, a discriminação racial, de gênero e xenofóbica, no Brasil, continua sendo um problema urgente e complexo. A intersecção dessas formas de opressão mostra que não é possível tratá-las de forma isolada, uma vez que a marginalização de determinados grupos sociais é fruto de múltiplas camadas de desigualdade. Superar essas barreiras que perpetuam a exclusão exige uma reavaliação das práticas sociais, econômicas e políticas.

A análise dos relatos revelou vivências profundas e multifacetadas de resistência das mulheres pretas, idosas e nordestinas, no mercado de trabalho. Os discursos das participantes evidenciaram não apenas as dificuldades enfrentadas, mas também a adaptabilidade desenvolvida, revelando que o contexto de trabalho influencia profundamente a autoestima dessas mulheres, onde a busca pela valorização passa pela reafirmação da própria identidade cultural.

Desafios estruturais no mercado de trabalho e obstáculos vivenciados na busca por emprego e ascensão profissional

No desenvolvimento da industrialização marcado no período de 1930, a sociedade contemporânea brasileira expõe

um maior movimento no que concerne à variedade das atividades produtivas. Com o aumento da industrialização e a expansão do ramo do serviço, a estratificação social mostra uma maior versatilidade e progressão. No entanto, essa maior versatilidade perpetua muito profundamente as desigualdades de papéis atribuídos aos diversos grupos da sociedade. Vários motivos atuam como finalidade para que se continuem com as diferenças. Um deles é o fator racial. Como afirma Nascimento (2019, p. 259):

O critério racial constitui um desses mecanismos de seleção, fazendo com que as pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia, através da discriminação. O efeito continuado da discriminação praticada pelo branco tem, também, como consequência, a internalização, pelo grupo negro, dos lugares inferiores que lhes são atribuídos. Assim, os negros ocupam aqueles lugares na hierarquia social, desobrigando-se de penetrar os espaços que estão designados para os grupos de cor mais clara, dialeticamente perpetuando o processo de domínio social e privilégio racial.

Desse modo, para Nascimento (2019) a “herança escravocrata” passa por uma continuidade no que concerne à mulher preta, deixando marcas profundas e duradouras nas sociedades que se legitimaram através do sistema escravista que, por

sua vez, definia o povo negro como propriedade. O legado da escravidão criou uma condição de ser mulher² através da destituição do gênero, ou seja, a mulher negra, em condição escrava, não era considerada uma mulher, nem pela sua situação, nem por não cumprir um papel social que caracterizava *o que é ser mulher* que, segundo Davis (2016, p. 17), “Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos, elas poderiam ser desprovidas de gênero”.

Naquele contexto, *a mulher* era mãe, esposa, dona do lar e feminina, o que só era possível apenas para as mulheres brancas, pois, além de serem legitimadas por seus papéis sociais e suas ideologias de feminilidade, eram vistas como pessoas e tinham no seu prisma um ser humanizado e a autonomia de poder constituir uma família e, a partir desta, pertencer ao corpo social.

Quando questionada sobre sua história de vida e oportunidades empregatícias, a Entrevistada 1 discorreu:

Trabalhei como doméstica por dez anos, sem carteira assinada e depois, minha patroa assinou a carteira.

2 Em um capítulo do livro *Mulheres, raça e classe*, a autora Angela Davis expõe como o sistema escravista criou novas condições de ser mulher na sociedade colonial e consequentemente contemporânea.

Depois de dez anos avulso, aí ela assinou minha carteira. Aí saí de lá, depois que ela faleceu. Trabalhei durante 25 anos lá, saí do seu emprego sem nenhum direito pra receber. Hoje não recebo nada do governo, e não estou trabalhando no momento. Meus filhos me ajudam. Eu não recebo benefício do governo, não tenho nenhuma renda. Eu fiquei depressiva, sabe? Eu me trato de depressão e ansiedade. Quando a minha patroa morreu, eu saí do trabalho, fiquei muito mal, muito mal, mesmo. Quando eu fiquei desempregada, eu pensei como é que eu ia começar, que eu ia conseguir viver de novo. Eu fui adoecendo, fui adoecendo, passei um período com o psicólogo, eu tive aquela depressão que a gente tem vontade de se suicidar. Tinha um momento que eu pedia a meu filho pra não sair de perto de mim, pra eu não fazer uma besteira.

Nesse contexto, as Entrevistadas 3 e 5 corroboraram:

Eu trabalhava na roça ajudando meus pais, consegui manter os estudos muito pouco nesse tempo, minha infância muito boa, brincava muito, estudava, chegava do estudo e tomava banho, almoçava, ficava descansando um pouco, aí minha vida era muito boa. Eu morava com meus pais, minha relação com eles era boa, graças a Deus. Depois vim do interior pra capital com 18 anos de idade, trabalhar em casa de família. Agora estou aposentada. Depois que eu me casei, meu esposo não me deixou trabalhar, não. E

fiquei em casa, né? Foi um acordo que o meu marido fez comigo pra ficar em casa cuidando dos filhos, né? E aceitei, né. (E3)

Uma coisa que me marcou muito, na minha vida, quando eu tinha 11 anos de idade, na época, morava no interior, nós tudo criança já trabalhava, plantando roçado, apanhava café. Eu morava em Guaramiranga, então eu estava nas escolas municipais, e o meu sonho era chegar ao quarto ano para estudar no grupo lá, no Guaramiranga mesmo. Só que aí meu pai foi embora, deixou a gente, eu tinha 10 anos de idade. Aí eu tive que sair da escola para vir trabalhar aqui [na capital], para ajudar a criar os irmãos menores, isso aí foi uma coisa que me marcou na minha vida. Aí nós três mulheres [suas irmãs] tivemos que vir para cá trabalhar aqui. Eu tinha 11 anos de idade, então isso para mim eu sofri muito, na época eu sofri muito, porque eu chorava todo dia com saudade da minha mãe, com saudade dos meus irmãos, mas aí eu tinha que trabalhar, né? Isso aí é uma coisa que mexe comigo até hoje. E a segunda foi o tempo que a gente tinha que a minha mãe adoeceu, a gente teve que cuidar dela, acamada, o tempo todo, ela só vegetando, a gente cuidou dela. E sem contar com mais dificuldades, eu tive três filhos, eu fiquei sozinha, meu marido me deixou sozinha para criar quatro filhos. Eu me desdobrei, fiz o que podia, para criar meus filhos. Eu trabalhava em casa de família, passava o dia trabalhando, aí ficava preocupada, porque meus filhos tinham que ficar em casa sozinhos, tinham que ir

para a escola sozinhos. Dava vontade de voltar para casa, mas quando eu via que meus filhos estavam em casa e eu tinha que trabalhar para sustentar eles, aí eu tinha que enfrentar, entendeu? E aí foram muitos anos da minha vida, e hoje eu não posso mais trabalhar, então desde que eu parei de trabalhar. Eu sou uma pessoa que, graças a Deus, acho que eu tenho muita fé em Deus, por isso que eu estou aqui até hoje. Na época eu nunca me interessei de arranjar emprego de carteira assinada, porque eu sabia que com salário eu não daria para sustentar meus filhos. E eu, trabalhando com faxina, eu ganhava melhor, entendeu? (E5)

A memória escravocrata tem um impacto significativo e duradouro na vida das mulheres negras, particularmente em relação ao trabalho que, durante a escravidão, uma parte realizava um trabalho braçal, nas lavouras e nas construções e uma outra parte, as mulheres pretas foram frequentemente relegadas a trabalhos domésticos, como cozinhar, limpar e cuidar de crianças, tanto nas casas de seus senhores quanto em suas próprias comunidades.

Para Oliveira e Castro é importante entender a questão da desigualdade:

Sabemos que esta desigualdade ocorre marcando distintos lugares, mais ou menos importantes. As mu-

lheres foram destinadas aos trabalhos domésticos, de cuidado e que contemplem as qualidades ditas femininas, marcando, assim, o lugar das mulheres na sociedade. (Oliveira; Castro, 2014, p. 5).

Somente através da criação de políticas eficazes e do compromisso coletivo com a diversidade e a inclusão poderemos combater a violência e o assédio que afetam as mulheres negras no local de trabalho.

Para enfrentar esses desafios, são necessárias políticas de diversidade e inclusão mais robustas, políticas públicas afirmativas de cotas raciais na área da educação, programas de mentoria específicos para mulheres negras, melhorias na qualidade da educação em comunidades da favela e periferia e a implementação de práticas de contratação e promoções de trabalho e emprego mais justas e transparentes. Além disso, a conscientização e a educação sobre a interseccionalidade crítica e seus impactos no ambiente de trabalho são fundamentais para criar um mercado de trabalho mais amplo, equitativo e inclusivo.

No contexto das políticas públicas, é essencial fortalecer legislações que protejam os direitos dessas mulheres e que estimulem a equidade de oportunidades, além de programas de qualificação profissional que sejam acessíveis e valorizem as especificidades de cada grupo, promovendo uma transformação social que priorize a experiência e a diversidade regional.

Este estudo possui limitações metodológicas e contextuais que afetam a profundidade e a generalização dos resultados. Com foco em um grupo específico de mulheres de uma determinada região, a pesquisa baseou-se em entrevistas qualitativas e subjetivas, sem comparações com outros grupos que poderiam ampliar a análise. Essas limitações ressaltam a necessidade de pesquisas futuras, com amostras diversificadas e abordagens comparativas para enriquecer o entendimento sobre discriminação no mercado de trabalho.

Considerações finais

Este estudo oferece uma contribuição essencial para o entendimento das camadas de discriminação que permeiam as trajetórias de mulheres pretas, idosas e nordestinas, evidenciando a importância de uma abordagem interseccional nas políticas de inclusão e na luta por direitos igualitários. A construção de um mercado de trabalho verdadeiramente justo exige um esforço coletivo que transcenda ajustes superficiais, demandando mudanças profundas nos valores, comportamentos e nas políticas institucionais.

As histórias e vozes dessas participantes trazem lições de coragem e resiliência que servem não apenas como reflexões, mas como um apelo urgente para ação. Que suas vivências

inspirem a criação de um mercado onde cada mulher possa ocupar seu espaço de forma digna e plena, sem precisar enfrentar barreiras invisíveis, embora contundentes, que limitam seu potencial e seu lugar na sociedade.

Referências

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

ARAÚJO, Marta. *Cotas raciais e políticas públicas no Brasil*. Brasília: Instituto de Políticas Públicas, 2017.

BAENINGER, Rosana; PERES, Rubens. *Migração e xenofobia no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Alameda, 2017.

BENTO, Maria Aparecida Silva. *Branquitude: Estudos sobre a identidade racial branca no Brasil*. 2. ed. São Paulo: EDUCS, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional da Saúde. Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: CNS, [2012]. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2024.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2017.

FREITAS, Tatiana. *Desconstruindo o preconceito: um estudo sobre mudanças culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, 2016.

GOMES, Josiane. *Xenofobia e o mercado de trabalho no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2019.

GONZALEZ, Lélia; COLLINS, Patricia Hill. *Afro-Latin American Feminism and Anti-Racism*. New York: Routledge, 2016.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Preconceito racial e exclusão no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

MUNANGA, Kabengele. *O racismo no Brasil: reflexões e perspectivas*. São Paulo: Perspectiva, 2020.

PINHO, Patrícia. *A interseccionalidade de raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2021.

RAMOS, Maria; COSTA, Luciana. *Igualdade de oportunidades e inclusão no Brasil*. Brasília: IPEA, 2018.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Lia; BRAGA, Paula. *Imigração e preconceito no Brasil*. Curitiba: Appris, 2018.

SILVA, Tânia. *A discriminação contra imigrantes no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 201

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2020.

BENTO, Maria Aparecida Silva. *Branquitude: Estudos sobre a identidade racial branca no Brasil*. São Paulo: EDUCS, 2018.

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2019.

GONÇALVES, M. M. Raça e saúde: Concepções, antítese e antinomia na atenção básica (Dissertação de Mestrado) - Universidade de São Paulo. Biblioteca Digital USP, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.6.2018.tde-07022018-122142>. Acesso em: 03 nov. 2024.

GONZALEZ, Lélia; ALMEIDA, Silvio. *Afro-Latin American Feminism and Anti-Racism*. São Paulo: Pólen, 2017.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Júlia. *Nordeste, racismo e desigualdade: mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MEIHY, J. C. S. B. Manual de história oral. 5a. ed. São Paulo: Loyola; 2005.

MUNANGA, Kabengele. *O racismo no Brasil: reflexões e perspectivas*. São Paulo: Perspectiva, 2020

.NASCIMENTO, Suely. *Negritude e trabalho: a história das mulheres negras no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2018.

NOGUEIRA, Lia. *Preconceito regional e de gênero: a exclusão das mulheres nordestinas no trabalho*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 259-263, 2019.

OLIVEIRA, Kathlen Luana de; CASTRO, Amanda Motta. *Desigualdade de gênero e as trajetórias latino-americanas: reconhecimento, dignidade e esperança*. 2014.

OLIVEIRA, Vanessa. *Mulheres, raça e exclusão social no Brasil*. Curitiba: Appris, 2019.

PAIXÃO, Marcelo. *Desigualdades raciais e políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2019.

PEREIRA, Tatiana; ROCHA, Paula. *Mulheres negras e mercado de trabalho: barreiras e superações*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2018.

PINHO, Patrícia. *A velhice no mercado de trabalho: desafios e perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2021.

PIRES, Fabiana; SANTOS, Márcia. *O mercado de trabalho no Nordeste: perspectivas e desafios*. São Luís: EDUFMA, 2017.

RAMOS, Maria; COSTA, Luciana. *Igualdade de oportunidades e inclusão no Brasil*. Brasília: IPEA, 2018.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2017.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LIMA, Juliana. *Mulheres e trabalho no Brasil: desafios da inclusão*. São Paulo: Editora Sociológica, 2021.

SANTOS, Ana Paula. *Interseccionalidades e o mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Inclusão, 2020

Silva, N. G. *et al.* O quesito raça/cor nos estudos de caracterização de usuários de Centro de Atenção psicossocial. *Saúde e Sociedade*, v. 26, n. 1, p. 100-114. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902017164968>. Acesso em: 03 nov. 2024.

Larissa Oliveira Nascimento - Graduação em Educação Física, Centro de Ciências da Saúde (CCS), Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza, CE - Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8723-7048>

E-mail: larissa.nascimento@edu.unifor.br

Leticia de Araújo Moura - Graduação em Educação Física, Centro de Ciências da Saúde (CCS), Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza, CE - Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-2692-7662>

E-mail: leticiamouracontato@hotmail.com

Mirna Albuquerque Frota - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC), Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza, CE - Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3004-2554>

E-mail: mirnafrota@unifor.br

Maraysa Costa Vieira Cardoso - Mestranda em Saúde Coletiva (PPGSC), Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza, CE - Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/000-0002-6792-959X>

Email: maraysacosta@hotmail.com

Thiago Medeiros da Costa Daniele - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC), Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza, CE - Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1241-7068>

E-mail: danielethiago@icloud.com

Capítulo IX

Correlação entre a representatividade feminina 60+ e a qualidade de vida de idosas de baixa renda no Brejo Paraibano

Maria Creuza Borges de Araújo

Keren Karolyne Nóbrega Silva



Introdução

Dentre as características marcantes da população idosa brasileira, destaca-se o processo de feminização da velhice, resultado da maior expectativa de vida conquistada pelas mulheres, quando comparadas aos homens (Leite, Hellman e Raymundo, 2019). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a proporção entre gêneros na população idosa é de 55,70% de mulheres e 44,30% de homens. Assim, é essencial analisar como ocorre o processo de envelhecimento dessas mulheres, a fim de melhorar a qualidade de vida dessa parcela da população.

Apesar da busca pela equidade, homens possuem vantagens significativas com relação às mulheres, em diversas dimensões. O Índice de Normas Sociais de Gênero, divulgado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PDNU, 2023), mostra a paridade de gênero em diversas dimensões, com uma escala de 0 (disparidade) a 1 (paridade). Segundo o programa, no Brasil, o índice geral é de 84,45%, sendo de 39,91% na política, 9,75% na educação, 31,06% na economia e 75,69% na integridade física, o que demonstra disparidade em todas as áreas analisadas. Durante a velhice, as dificuldades aumentam, como expõe a Tabela 1, construída a partir de dados coletados pelo IBGE (2023).

Tabela 1 - Indicadores de mercado de trabalho e distribuição de rendimentos

Indicador	População total	População idosa	Homens 60+	Mulheres 60+
Nível de ocupação (%)	55,9	21,1	30,5	13,7
Participação no mercado de trabalho (%)	61,9	22,0	31,9	14,2
Taxa de formalização (%)	59,1	44,8	46,6	41,7
Pessoas sem rendimento próprio (%)	23,5	11,4	7,2	14,6
Recebimento de benefícios sociais (%)	25,8	13,6	13,5	13,8

Fonte: Autoria Própria (2024)

Em todos os indicadores levantados, a população idosa apresenta piores índices do que a população total. Isto é agravado quando se considera as mulheres 60+. Por exemplo, a taxa de participação no mercado de trabalho de idosas é de 14,2% em relação à geral, enquanto a de homens é de 31,9%. Ademais, quando se analisa a situação de mulheres de baixa renda na região Nordeste, o Instituto Nacional de Geografia e Estatística (2022) demonstra uma maior desigualdade.

Neste contexto, invisibilidade e representatividade são duas categorias fundamentais na discussão sobre o papel da

mulher na sociedade e sobre a construção do feminino (Figueiredo, 2023), sendo essencial conferir poder de decisão e de voz às mulheres, a fim de atingir o Objetivo 5 do Desenvolvimento Sustentável da ONU: igualdade de gênero. Devido a suas especificidades, esse recorte da população necessita de políticas públicas para melhoria da qualidade de vida.

O governo propôs algumas iniciativas no decorrer dos anos: Política Nacional do Idoso (Brasil, 1994), Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Brasil, 2006) e Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (Brasil, 2004). Dentre as ações previstas nesses documentos, estão o incentivo à qualidade de vida (Brasil, 1994) e a promoção da visibilidade da contribuição das mulheres na construção da história (Brasil, 2004). Entretanto, não há políticas que integrem gênero e idade, ou seja, mulheres com mais de 60 anos.

Assim, apesar da existência de políticas públicas relacionadas às pessoas idosas e mulheres, é necessário a criação de políticas especiais para melhoria da qualidade de vida das mulheres idosas. Quanto aos conceitos analisados, Martins, Casetto e Guerra (2019) determinam qualidade de vida 60+ como um conceito subjetivo, relacionado à capacidade de pessoas com mais de 60 anos se adaptarem às perdas físicas, sociais e emocionais, à situação socioeconômica, ao amparo familiar e à manutenção da atividade intelectual, nessa eta-

pa da vida. Silva et al. (2017) afirmam que se deve considerar a opinião de cada pessoa sobre sua qualidade de vida, de acordo com seus propósitos e expectativas. Segundo Ertl et al. (2017), a representatividade feminina é a representação das mulheres em todas as áreas de atuação, em equidade com os homens.

Considerando o objetivo IV do capítulo 2 do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (Brasil, 2004): “Promover a visibilidade da contribuição das mulheres na construção da história” e a necessidade de aumento da qualidade de vida das idosas, a pergunta de pesquisa do presente estudo é: há correlação entre a qualidade de vida de idosas de baixa renda e a representatividade feminina de mulheres 60+?

Metodologia

A metodologia da pesquisa¹ foi dividida em três fases. Na primeira etapa, realizou-se o levantamento bibliográfico acerca da representatividade feminina e qualidade de vida de idosas, a fim de entender melhor os conceitos e observar as lacunas de pesquisa. Para isso, foram utilizados artigos de periódicos, sites governamentais e livros da área.

¹ Aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Campina Grande em 2024.

Na segunda etapa, aplicou-se um questionário (Survey) com mulheres que participam de grupos 60+ em Centros de Referência de Assistência Social, no Brejo Paraibano. Segundo (Kitchenham e Pfleeger, 2008), o Survey é um método empírico utilizado para identificar as características de uma ampla população de indivíduos, por meio de questionários estruturados ou entrevistas.

O questionário utilizado para a realização do estudo foi aplicado entre os meses de junho e outubro do mesmo ano. O instrumento de coleta contém 28 questões. Na primeira parte, abordou-se o perfil dos entrevistados (idade, estado civil e escolaridade), a fim de realizar a análise descritiva da população. A segunda parte contém questões acerca da qualidade de vida, enquanto que na terceira, as idosas foram questionadas sobre representatividade feminina 60+. Como base para a produção das questões relacionadas à Qualidade de Vida, foi utilizado o instrumento *World Health Organization Quality of Life Scale*, proposto pela Organização Mundial das Nações Unidas.

Para determinar o tamanho da amostra, contabilizou-se a população (ou universo) da pesquisa, composta por todas as idosas dos CRAS da microrregião, e, posteriormente, utilizou-se a equação proposta por Montgomery e Runger (2021) para definição da amostra. Considerando o nível de confian-

ça de 90%, a margem de erro de 0,1 e o universo de 200 idosas, o número ideal da amostra foi de 48.

Os critérios de inclusão na pesquisa foram: (i) ser mulher; (2) participar dos grupos de idosos dos Centro de Assistência Social da microrregião do brejo paraibano; (3) ter 60 anos ou mais; (iv) aceitar participar da pesquisa e assinar o termo de consentimento livre e esclarecido.

Na terceira etapa, os dados foram armazenados no Microsoft Excel[®]. Inicialmente, foi realizada uma análise estatística descritiva, a fim de sumarizar informações importantes sobre a amostra estudada. Em seguida, utilizou-se o software SPSS Statistics[®] para aplicar o Teste de Correlação de Spearman, a fim de avaliar o grau de associação entre as variáveis.

Representatividade feminina

A Representatividade Feminina reflete um avanço complexo e multidimensional, integrando questões políticas, econômicas e culturais, enraizadas em uma fundamentação teórica e histórica sólida. A Representatividade Feminina representa, não apenas a presença das mulheres em diversas esferas, mas também seu direito à visibilidade e à participação ativa, promovendo a igualdade de gênero em múltiplos contextos (Mitchell, 2006 e Freitas, 2017).

A análise da Representatividade Feminina se apoia em várias teorias, incluindo as feministas (Siqueira e Bussinguer, 2020), que expõem como as estruturas sociais patriarcais dificultam a igualdade de gênero. Esse campo analítico também examina a trajetória histórica do movimento feminista que, desde o século XIX luta pelos direitos das mulheres (Wollstonecraft, 1992). A inclusão da mulher no mercado de trabalho e em posições de poder, fortalecida pelo movimento sufragista e autores como Friedan (1963), representa um avanço essencial, mas ainda insuficiente. Segundo MacKinnon e Dworkin (1997), a verdadeira igualdade requer uma transformação estrutural que elimine as raízes da desigualdade.

A interseccionalidade, conforme Crenshaw (2013), amplia esse debate, ao considerar como múltiplas discriminações – raça, classe, orientação sexual – se entrelaçam, formando barreiras complexas para muitas mulheres. Assim, a Representatividade Feminina precisa abordar essas diversas opressões, para alcançar uma inclusão plena e equitativa. Além disso, a Representatividade Feminina não se limita ao impacto imediato na sociedade atual; ela possui um efeito inspirador e educativo para as futuras gerações. Como um pilar para um desenvolvimento social e econômico sustentável, essa representatividade fortalece a inclusão de mulheres nas decisões que afetam o bem-estar e a qualidade de vida de

grupos específicos, como os idosos (Ermini et al., 2023). A liderança feminina, no desenvolvimento de políticas para a terceira idade, pode promover uma alocação de recursos mais justa e atenta às necessidades desse grupo, abrangendo desde o acesso à saúde até o bem-estar psicológico.

Em suma, a Representatividade Feminina transcende a luta por igualdade e revela-se essencial para o desenvolvimento equilibrado da sociedade, tanto no curto quanto no longo prazo, assegurando que as políticas e intervenções atendam de forma adequada a diversos grupos da população, incluindo as mulheres idosas, que ainda enfrentam desafios de inclusão social e saúde mental (Dickens et al., 2011).

Representatividade Feminina 60+ e qualidade de vida

Historicamente, as mulheres enfrentam processos de invisibilização, uma condição que se intensifica na terceira idade, onde a marginalização das idosas torna-se particularmente evidente (Paiva e Fernandes, 2020; Melo, 2021). Em muitas culturas, a velhice feminina é vista como sinônimo de dependência e perda de valor social, refletindo um estigma enraizado na associação do valor da mulher com sua capacidade reprodutiva, a qual se encerra com o envelhecimento (Freitas, 2017).

A literatura atual destaca a importância de investigar a situação das mulheres idosas, sob as perspectivas histórica, socio-cultural, econômica e política, considerando a marginalização que elas enfrentam na sociedade contemporânea (De Andrade, 2009; Santos, 2016; Muniz e Silva, 2018). A representatividade feminina 60+ encontra-se ameaçada pela ausência de políticas e práticas inclusivas, embora fatores como (i) o aumento da expectativa de vida, (ii) o envelhecimento populacional global, (iii) a necessidade de inclusão e (iv) a valorização da mulher idosa, tornem o estudo deste tema cada vez mais relevante.

O movimento feminista, ao longo das décadas, trouxe à tona discussões sobre os direitos dos idosos, desafiando estereótipos e promovendo uma visão mais inclusiva e positiva sobre o envelhecimento (Muniz e Silva, 2018; Fernandes, 2023). Contudo, problemas estruturais persistem, contribuindo para a vulnerabilidade na velhice, como a disparidade salarial que afeta a segurança econômica das mulheres idosas, a falta de acesso a aposentadorias adequadas e o baixo apoio social e representatividade nos espaços de decisão.

Esses problemas afetam a qualidade de vida dessas mulheres. Segundo Freitas e Scheicher (2010), a qualidade de vida é um conceito variável e subjetivo, que está relacionado à percepção individual do idoso acerca do seu bem-estar, felicidade e realização pessoal. Segundo Oliveira et al. (2010), o

termo abrange significados que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo uma construção social com a marca da relatividade cultural.

Ao analisar os artigos publicados na base de dados Web of Science nos últimos 5 anos, a partir do método proposto por Ali et al. (2023), observou-se que, dos 16 estudos analisados, 1 (6,25%) trata sobre qualidade de vida 60+ (Ormstad et al., 2020), 5 (31,25%) sobre qualidade de vida e gênero (Gartstein et al. 2020; Platero e Lopez-Saez, 2020; Awan et al., 2022; Russell et al., 2023; Ghanem, More e Nagy, 2023), 8 (50,00%) sobre representatividade feminina e gênero (Souza e Gama, 2020; Ardito et al., 2021; Ermini, Santolini e Ciommi, 2023; Moody, 2023; Fellnhofer et al., 2023; Dempere e Grassa, 2023; Ong et al., 2024; Thompson, Hudson-Flege e Hancock, 2024) e 2 (12,50%) sobre qualidade de vida de mulheres idosas (Shinoda, Veludo-de-Oliveira e Pereira, 2020; Tobe e Izumida, 2021). Assim, observa-se que nenhum dos estudos trata simultaneamente dos temas representatividade feminina, idosas e qualidade de vida, o que demonstra uma lacuna de pesquisa.

Nesse contexto, esta pesquisa busca analisar a correlação entre representatividade feminina e qualidade de vida das idosas, pois esses temas são de grande relevância, já que, além de promover a inclusão, possibilitam uma sociedade mais justa,

na qual as mulheres 60+ têm seu valor social reconhecido e seus direitos assegurados. Assim, faz-se necessário um enfoque multidisciplinar para mitigar os impactos da invisibilização e garantir que as políticas públicas abordem as necessidades específicas dessas mulheres, assegurando uma velhice digna e participativa.

Análise dos dados

Nesta seção, são apresentadas as análises estatísticas descritiva e inferencial. Na análise descritiva, são expostas informações que sumarizam a identidade da amostra estudada, tais como idade, estado civil e escolaridade. Na análise inferencial, demonstra-se a correlação entre variáveis de qualidade de vida e de representatividade feminina.

Análise Descritiva

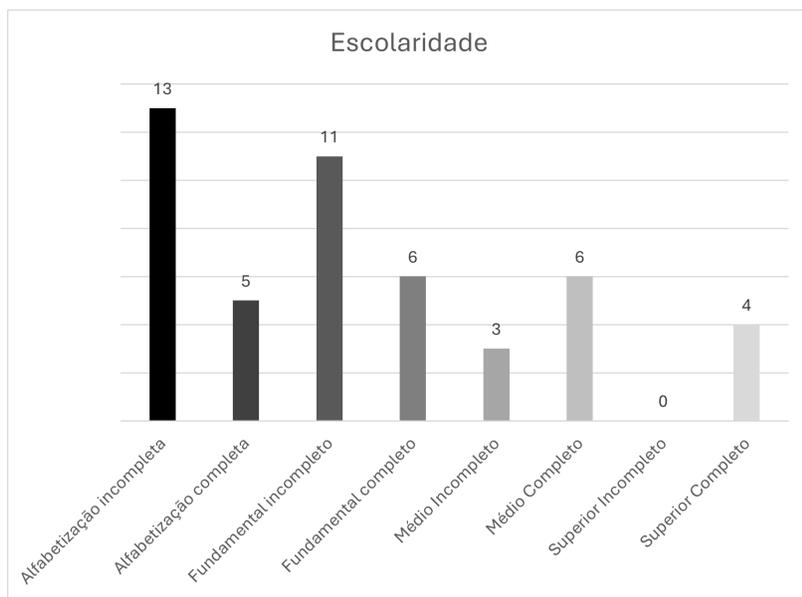
As entrevistas ocorreram com 48 idosas de Centros de Referência da Assistência Social das cidades da microrregião do Brejo Paraibano, composto pelos municípios de Alagoa Nova, Areia, Bananeiras, Guarabira, Matinhas, Pilões, Remígio, Serriaria, Solânea. A faixa etária das entrevistadas variou de 60 a 89 anos, com média de 69,3 anos.

Quanto ao estado civil, 39,6% (n=19) eram casadas, 33,3% (n=16), viúvas, 18,8% (n=9), solteiras e 8,3% (n=4) divorciadas.

Quanto à escolaridade, apenas 20,8% das entrevistadas concluíram o Ensino Médio, e, dentre essas, 8,3% possuem Ensino Superior Completo. Quanto à percepção de oportunidades educacionais ao longo da vida, apenas 29,1% acreditam que o grau de oportunidade foi muito alto ou alto, enquanto 70,9% consideram que as oportunidades são moderadas, baixas ou muito baixas.

Ainda com relação à escolaridade, 37,5% das idosas tinham no máximo Alfabetização Completa, enquanto apenas 8,3% possuem Ensino Superior Completo, como exposto na Figura 1.

Figura 1 – Nível de Escolaridade



Fonte: Autoria Própria (2024)

Uma questão interessante é que todas as idosas que iniciaram o Ensino Superior conseguiram concluir os cursos de graduação.

A Tabela 2 expõe as variáveis relacionadas às questões referentes à qualidade de vida das mulheres idosas.

Tabela 2 – Variáveis de qualidade de vida

Nível geral de satisfação com a vida	N (%)
Muito satisfeita	42 (87,5%)
Parcialmente satisfeita	6 (12,5%)
Nem satisfeita, nem insatisfeita	0 (0,0%)
Parcialmente insatisfeita	0 (0,0%)
Insatisfeita	0 (0,0%)
Saúde física	
Excelente	3 (6,3%)
Muito boa	25 (52,1%)
Boa	5 (10,4%)
Regular	7 (14,6%)
Ruim	8 (16,7%)
Saúde mental	
Excelente	14 (29,2%)
Muito boa	7 (14,6%)
Boa	15 (31,3%)
Regular	9 (18,8%)
Ruim	3 (6,3%)
Acesso a serviços de saúde adequados	
Sim	37 (77,1%)
Não	7 (14,6%)
Não sei opinar	4 (8,3%)

Frequência de atividades físicas	
Todos os dias	9 (18,8%)
Cinco ou seis vezes por semana	4 (8,3%)
Três ou quatro vezes por semana	11 (22,9%)
Uma ou duas vezes por semana	20 (41,7%)
Nunca	4 (8,3%)
Apoio da família e amigos	
Sim	45 (93,8%)
Não	3 (6,3%)
A sociedade valoriza as contribuições das idosas	
Sim	37 (77,1%)
Não	8 (16,7%)
Não sei opinar	3 (6,3%)
As mulheres mais velhas são tratadas com respeito	
Sim	37 (77,1%)
Não	9 (18,8%)
Não sei opinar	2 (4,2%)
As preocupações e necessidades das idosas são adequadamente abordadas pelas políticas públicas	
Sim	21 (43,8%)
Não	19 (39,6%)
Não sei opinar	8 (16,7%)

Frequência de participação em atividades ou grupos que promovem igualdade de gênero	
Todos os dias	5 (10,4%)
Cinco ou seis vezes por semana	3 (6,3%)
Três ou quatro vezes por semana	9 (18,8%)
Uma ou duas vezes por semana	31 (64,6%)
Nunca	0 (0,0%)
Acesso a oportunidades educacionais ao longo da vida	
Muito alto	8 (16,7%)
Alto	6 (12,5%)
Moderado	20 (41,7%)
Baixo	10 (12,5%)
Não há acesso	4 (16,7%)
Serviços de saúde são sensíveis às suas necessidades	
Muito sensíveis	13 (27,1%)
Sensíveis	12 (25,0%)
Relativamente sensíveis	5 (10,4%)
Pouco sensíveis	16 (33,3%)
Insensíveis	2 (4,2%)

Fonte: Autoria Própria (2024)

Embora cerca de nove em cada 10 (88%) das idosas afirmem que o seu nível de satisfação com a vida seja excelente, apenas 7% dessas informam que possuem excelente saúde física e aproximadamente 3 em cada 10 (29%), que a saúde mental é excelente, o que implica, possivelmente, que a satis-

fação geral considera outros fatores, que podem estar ligados a relações sociais, crença de que os serviços prestados são adequados, entre outros.

Quanto à realização de atividades físicas, quase todas as entrevistadas declaram que se exercitam pelo menos uma vez na semana (92%), o que coincide com o número de dias nos quais o CRAS realiza esse tipo de atividade. Porém, cerca de somente duas idosas em cada 10 (19%) afirmam realizar atividades físicas todos os dias, normalmente intercalando caminhada e academia da saúde.

Embora a maior parte das entrevistadas acredite ter acesso a serviços de saúde adequados (77%), quase metade (48%) tem a percepção de que estes são pouco sensíveis ou insensíveis às necessidades específicas das mulheres 60+.

A Tabela 3 expõe os resultados da análise descritiva das variáveis relacionadas à representatividade feminina.

Tabela 3 – Variáveis de representatividade feminina

A média retrata de maneira precisa a diversidade de experiências e perspectivas das idosas	Amostra - N (%)
Sim	27 (56,3%)
Não	7 (14,6%)
Não sei opinar	14 (29,2%)
Nível de representatividade de mulheres idosas	
Muito alto	9 (18,8%)
Alto	3 (6,3%)
Moderado	25 (52,1%)
Baixo	7 (14,6%)
Não há	4 (8,3%)
O quão importante é conhecer mulheres representativas 60+	
Muito importante	34 (70,8%)
Importante	10 (20,8%)
Relativamente importante	0 (0,0%)
Pouco importante	4 (8,3%)
Não é importante	0 (0,0%)
A representatividade das mulheres idosas afeta sua autoestima e confiança	
Sim	39 (81,3%)
Não	9 (18,8%)

A falta de representatividade das mulheres idosas na mídia afeta a percepção de valor e importância na sociedade	
Sim Não Não sei opinar	24 (50%) 18 (37,5%) 6 (12,5%)
Impacto da representatividade feminina 60+ no desenvolvimento de políticas que promovem o bem-estar e a inclusão das mulheres mais velhas	
Muito alto Alto Moderado Baixo Não impacta	11 (22,9%) 3 (6,3%) 23 (47,9%) 9 (18,8%) 2 (4,2%)
A representatividade das mulheres idosas contribui para uma sociedade mais justa e equitativa	
Sim Não Não sei opinar	37 (77,1%) 3 (6,3%) 8 (16,7%)
Frequência com que compartilha suas próprias experiências e conhecimentos como mulher idosa	
Muito frequentemente Frequentemente Às vezes Raramente Nunca	19 (39,6%) 9 (18,8%) 17 (35,4%) 3 (6,3%) 0 (0,0%)

A representatividade das mulheres idosas é importante para promover uma imagem positiva do envelhecimento e para aumentar a satisfação pessoal em todas as idades	
Muito importante	32 (66,7%)
Importante	14 (29,2%)
Relativamente importante	0 (0,0%)
Pouco importante	2 (4,2%)
Não é importante	0 (0,0%)

Fonte: Autoria Própria (2024)

Embora uma em cada quatro entrevistadas (25%) considerem que o nível de representatividade de idosas na sociedade é alto ou muito alto, aproximadamente oito em cada 10 (81%) delas afirmam que a representatividade 60+ afeta sua autoestima e confiança. Alguns dos motivos dessa influência são expostos nos relatos a seguir.

“Porque nós, idosas, nos sentimos capazes de representar algumas atividades e não somos descartáveis, perante a sociedade que estamos inseridas.” (Idosa 1)

“Porque elas passam confiança.” (Idosa 2)

“Porque é sempre bom se sentir viva.” (Idosa 3)

“Porque é uma maneira de nos levar a ser participativas nas atividades do dia a dia.” (Idosa 4)

“Porque eu acho que as mulheres na terceira idade são capazes de tudo, a idade não influencia.” (Idosa 5)

“Sinto-me realizada”. (Idosa 6)

Além disso, quase todas as entrevistadas (92%) acham importante ou muito importante conhecer mulheres representativas 60+, enquanto 96% afirmam que a representatividade 60+ é importante ou muito importante para promover uma imagem positiva do envelhecimento e aumentar a satisfação pessoal em todas as idades.

Estes dados implicam que se deve trazer, para o dia a dia dessas mulheres, atividades e informações sobre a representatividade feminina, pois elas percebem o tema como algo que influencia sua autoestima, auxilia no acesso a uma sociedade mais justa e equitativa e a uma melhor visão sobre os idosos.

Análise Inferencial

O Teste de Correlação de Spearman foi aplicado para analisar o grau de associação entre as variáveis. Dessa forma, foram realizadas análises por pares de todas as variáveis encontradas. A Tabela 4 expõe as correlações moderadas, fortes e perfeitas, que possuem significância estatística. As correlações fracas ou que não possuem significância estatística foram excluídas.

A força da correlação foi medida de acordo com as classes propostas por Rumsey (2023). De acordo com a Tabela, todas as correlações apresentadas são positivas, ou seja, maiores valores de uma variável estão associados ao aumento dos valores da outra. Por exemplo, quanto maior a avaliação do nível de saúde física, melhor será a avaliação do nível de saúde mental.

Observa-se que há correlação significativa entre a representatividade feminina 60+ e a qualidade de vida das idosas, destacando-se as relações que consideram uma variável do grupo de qualidade de vida e outra do grupo de representatividade feminina 60+:

1. O nível geral de satisfação com a vida possui forte correlação com o fato da mulher sentir que as idosas são tratadas com respeito e dignidade na comunidade, ou seja, quando a idosa acredita que é respeitada, sua satisfação com a vida melhora.
2. Quanto melhor a avaliação sobre o nível de representatividade feminina 60+ na sociedade, maior a crença dessas mulheres de que as idosas possuem oportunidades de educação e aprendizado ao longo da vida. A correlação entre estas variáveis é forte.
3. A correlação entre se sentir apoiada por família e amigos e avaliar o nível de representatividade de mulheres idosas na sociedade é moderada, o que implica que essas variáveis têm uma correlação importante.

4. Quanto mais as mulheres 60+ acreditam que a sociedade valoriza adequadamente suas contribuições, maior a percepção de ter acesso a serviços de saúde adequados.
5. Quanto maior a percepção de que a mídia retrata precisamente a diversidade de experiências e perspectivas de mulheres idosas, maior a crença de que suas preocupações e necessidades são adequadamente abordadas pelas políticas públicas.
6. Quanto maior a crença de que a representatividade feminina 60+ impacta no desenvolvimento de políticas públicas e programas que promovam o bem-estar e a inclusão, maior a confiança de que as preocupações e necessidades das idosas são adequadamente abordadas por tais políticas.
7. Quanto maior a crença de que a representatividade das mulheres idosas contribui para uma sociedade mais justa e equitativa, maior a crença de que suas preocupações e necessidades são adequadamente abordadas pelas políticas públicas.

As correlações retratadas nos pontos (1) e (2) são fortes, enquanto as demais são moderadas. Nesse sentido, conclui-se que há relação entre a qualidade de vida de idosas de baixa renda e a representatividade feminina de mulheres 60+.

Tabela 4 – Resultados do teste de correlação de Spearman

Questões	Coefficiente de correlação (ρ)	Nível de significância (α)	Correlação
<p>Q10 - Você considera ter acesso a serviços de saúde adequados?</p> <p>Q13 – Você sente que a sociedade valoriza adequadamente as contribuições das mulheres idosas?</p>	0,411	0,004	Moderada
<p>Q10 - Você considera ter acesso a serviços de saúde adequados?</p> <p>Q14 – Você sente que as mulheres idosas são tratadas com respeito e dignidade em sua comunidade?</p>	0,402	0,005	Moderada
<p>Q15 - Você acredita que as preocupações e necessidades das mulheres idosas são adequadamente abordadas pelas políticas públicas?</p> <p>Q17 - Como você avalia o acesso das mulheres idosas a oportunidades educacionais e de aprendizado ao longo da vida?</p>	0,403	0,005	Moderada
<p>Q15 - Você acredita que as preocupações e necessidades das mulheres idosas são adequadamente abordadas pelas políticas públicas?</p> <p>Q18 – Você acha que a mídia retrata de maneira precisa a diversidade de experiências e perspectivas das mulheres na terceira idade?</p>	0,464	<0,001	Moderada

<p>Q12 - Você se sente apoiado por sua família e amigos?</p> <p>Q20 - Como você avalia o nível de representatividade de mulheres idosas na sociedade?</p>	0,408	0,004	Moderada
<p>Q15 - Você acredita que as preocupações e necessidades das mulheres idosas são adequadamente abordadas pelas políticas públicas?</p> <p>Q25 - Como você avalia o impacto da representatividade feminina na terceira idade no desenvolvimento de políticas e programas que promovem o bem-estar e a inclusão das mulheres mais velhas?</p>	0,435	0,002	Moderada
<p>Q15 - Você acredita que as preocupações e necessidades das mulheres idosas são adequadamente abordadas pelas políticas públicas?</p> <p>Q26 - Você acredita que a representatividade das mulheres idosas contribui para uma sociedade mais justa e equitativa para todas as idades e gêneros?</p>	0,450	<0,001	Moderada
<p>Q21 - O quão importante é para você conhecer mulheres representativas na sua idade?</p> <p>Q26 - Você acredita que a representatividade das mulheres idosas contribui para uma sociedade mais justa e equitativa para todas as idades e gêneros?</p>	0,408	0,004	Moderada

<p>Q25 - Como você avalia o impacto da representatividade feminina na terceira idade no desenvolvimento de políticas e programas que promovem o bem-estar e a inclusão das mulheres mais velhas?</p> <p>Q26 - Você acredita que a representatividade das mulheres idosas contribui para uma sociedade mais justa e equitativa para todas as idades e gêneros?</p>	0,455	0,001	Modera- da
<p>Q21 - O quão importante é para você conhecer mulheres representativas na sua idade?</p> <p>Q27 - Com que frequência você compartilha suas próprias experiências e conhecimentos como mulher idosa para inspirar e apoiar outras mulheres?</p>	0,435	0,002	Modera- da
<p>Q25 - Como você avalia o impacto da representatividade feminina na terceira idade no desenvolvimento de políticas e programas que promovem o bem-estar e a inclusão das mulheres mais velhas?</p> <p>Q27 - Com que frequência você compartilha suas próprias experiências e conhecimentos como mulher idosa para inspirar e apoiar outras mulheres?</p>	0,458	0,001	Modera- da

<p>Q26 - Você acredita que a representatividade das mulheres idosas contribui para uma sociedade mais justa e equitativa para todas as idades e gêneros?</p> <p>Q27 - Com que frequência você compartilha suas próprias experiências e conhecimentos como mulher idosa para inspirar e apoiar outras mulheres?</p>	0,429	0,002	Modera- da
<p>Q18 - Você acha que a mídia retrata de maneira precisa a diversidade de experiências e perspectivas das mulheres na terceira idade?</p> <p>Q25 - Como você avalia o impacto da representatividade feminina na terceira idade no desenvolvimento de políticas e programas que promovem o bem-estar e a inclusão das mulheres mais velhas?</p>	0,513	<0,001	Forte
<p>Q18 - Você acha que a mídia retrata de maneira precisa a diversidade de experiências e perspectivas das mulheres na terceira idade?</p> <p>Q26 - Você acredita que a representatividade das mulheres idosas contribui para uma sociedade mais justa e equitativa para todas as idades e gêneros?</p>	0,503	<0,001	Forte

<p>Q17 - Como você avalia o acesso das mulheres idosas a oportunidades educacionais e de aprendizado ao longo da vida?</p> <p>Q20 - Como você avalia o nível de representatividade de mulheres idosas na sociedade?</p>	0,618	<0,001	Forte
<p>Q7 - Qual o seu nível geral de satisfação com a vida?</p> <p>Q14 - Você sente que as mulheres idosas são tratadas com respeito e dignidade em sua comunidade?</p>	0,544	<0,001	Forte
<p>Q8 - Como avalia sua saúde física?</p> <p>Q9 - Como avalia sua saúde mental?</p>	0,574	<0,001	Forte
<p>Q21 - O quão importante é para você conhecer mulheres representativas na sua idade?</p> <p>Q28 - Você sente que a representatividade das mulheres idosas é importante para promover uma imagem positiva do envelhecimento e para aumentar a satisfação pessoal em todas as idades?</p>	0,733	0,001	Perfeita

Fonte - Autoria Própria (2024)

Conclusões

O presente estudo analisou a correlação entre a representatividade feminina 60+ e a qualidade de vida de idosas que participam de grupos em Centros de Referência de Assistência Social no Brejo Paraibano. A partir dos questionários, observa-se que, apesar da percepção de que a representatividade feminina 60+ ainda é baixa, em nossa sociedade, as entrevistadas acreditam que é importante conhecer mulheres representativas, e que isso aumenta sua autoestima, auxilia na promoção de uma imagem positiva do envelhecimento e de uma sociedade mais justa e equitativa, em todas as idades e gêneros.

Além disso, percebeu-se correlações moderadas e fortes entre variáveis de representatividade e qualidade de vida, tais como (i) nível de satisfação com a vida e percepção de tratamento respeitoso pela sociedade; (ii) crença de que a representatividade 60+ contribui para uma sociedade mais justa e equitativa e acreditar que as preocupações e necessidades são adequadamente abordadas pelas políticas públicas e, (iii) percepção de que a mídia retrata precisamente a diversidade de experiências e perspectivas de mulheres idosas, e de que suas preocupações e necessidades são adequadamente abordadas pelas políticas públicas, entre outras.

Nesse contexto, conclui-se que é essencial criar políticas para a promoção da representatividade feminina 60+ entre as idosas, a fim de aumentar a qualidade de vida delas, já que este fator considera não apenas aspectos relacionados à saúde, mas também a conceitos subjetivos como sentimento de pertencimento, felicidade e realização pessoal.

O uso de materiais didáticos é uma das técnicas utilizadas para apresentar idosas importantes para a sociedade. A Cartilha Representatividade Feminina 60+, de autoria de Araújo e Silva (2024), proposta como produto do projeto “Representatividade Feminina 60+ e seu impacto na qualidade de vida de idosas de baixa renda”² do Edital Acadêmico Envelhecer com Futuro, com apoio do Itaú Viver Mais e Portal do Envelhecimento, apresenta conceitos sobre representatividade feminina 60+, sua importância e também mulheres representativas na velhice. O vídeo Celebrando a Representatividade Feminina 60+³, também fruto da pesquisa realizada, mostra a história de mulheres idosas do brejo paraibano e as atividades que elas continuam a realizar após os 60 anos.

2 A cartilha está disponível online e gratuitamente na Portal Edições: <https://edicoes.portaldoenvelhecimento.com.br/novo/categoria-produto/e-books-gratis-2/>

3 O vídeo pode ser visto no canal do Youtube do @portaldoenvelhecimento.

Estes materiais podem ser utilizados por tutores dos Centros de Referência Social, para apresentar mulheres 60+ representativas das idosas dos grupos de acolhimento, como forma de aumentar sua visão de representatividade na sociedade, o que pode auxiliar no aumento da percepção de qualidade de vida.

Referências

ARDITO, L.; DANGELICO, R. M.; PETRUZZELLI, A. M. The link between female representation in the boards of directors and corporate social responsibility: evidence from b corps. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 28, n. 2, p. 704-720, 2020.

AWAN, A. I.; NAVEED, S.; KHAN, S.; ULLAH, I.; SABOR, S.; KHOSA, F. Understanding Distribution of Gender and Race across Consultation Liaison Psychiatry in USA. **Psychiatric Quarterly**, [S.L.], v. 93, n. 2, p. 587-597, 23 fev. 2022.

BRASIL **Portaria Nº 2528/2006**. Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília: Brasil, 2006.

BRASIL. **Lei Nº 8.842/1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá ou-

tras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 77, 05 de janeiro de 1994.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. 104 p.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. In: **Feminist legal theories**. Routledge, 2013. p. 23-51.

DE ANDRADE, F. M. M. **O cuidado informal à pessoa idosa dependente em contexto domiciliário: necessidades educativas do cuidador principal**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Minho, Portugal, 2009.

DEMPERE, J.; GRASSA, R. The impact of COVID-19 on women's empowerment: a global perspective. **Journal Of Global Health**, v. 13, 2023.

DICKENS, G.; LANGÉ, A.; PICCHIONI, M. Labelling people who are resident in a secure forensic mental health service: user views. **Journal of Forensic Psychiatry & Psychology**, v. 22, n. 6, p. 885-894, 2011.

ERMINI, B.; SANTOLINI, R.; CIOMMI, M. Equitable and sustainable well-being in Italian municipalities: Do women in politics make the difference? **Socio-Economic Planning Sciences**, 101741, 2023.

ERMINI, B.; SANTOLINI, R.; CIOMMI, M. Equitable and sustainable well-being in Italian municipalities: do women in politics make the difference? **Socio-Economic Planning Sciences**, v. 90, 2023.

ERTL, B.; LUTTENBERGER, S.; PAECHTER, M. The Impact of Gender Stereotypes on the Self-Concept of Female Students in STEM Subjects with an Under Representation of Females. **Frontiers in Psychology**, v. 8, p. 1-10, 2017.

FELLNHOFER, K.; ANGELIDOU, M.; BAKRATSAS, T.; BUONGIOVANNI, C.; EISER, T.; HÖRNDLER, E.; PANORI, A.; WINTJES, R.; QUARANTA, G. Citizens' Perceptions of Research and Innovation Dilemmas: insights from a large-scale survey in four european regions. **Scientific Data**, v. 10, n. 1, 2023.

FERNANDES, M. A. **Com a palavra, as mulheres: a representação da emancipação feminina nas obras de Sylvia Orthof**. 2023. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

FIGUEIREDO, F.F. **Muitos heróis e poucas heroínas? A presença da mulher no acervo de pinturas da exposição de longa duração do Museu Histórico Nacional**, 2023, 137 p. Dissertação (Mestrado em Memórias e Acervos) – Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2023.

FREITAS, M. A. V.; SCHEICHER, M. E. Qualidade de vida

de idosos institucionalizados. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 12, n.3, p. 395-401, 2010.

FREITAS, M.; DANTAS, M. (Org.). **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 379 p., 2017.

FRIEDAN, B. **The problem that has no name**. In: **Making sense of women's lives: An introduction to women's studies**, Rowman & Littlefield Publishers, p. 151-162, 1963.

GARTSTEIN, M. A.; ERICKSON, N. L.; COOIJMANS, K. H.M.; HANCOCK, G. R.; ZIJLMANS, M. A.C.; WEERTH, C. Is prenatal maternal distress context-dependent? Comparing United States and the Netherlands. **Journal of Affective Disorders**, v. 260, p. 710-715, 2020.

GHANEM, A. S.; MÓRÉ, M.; NAGY, A. C. Assessing the impact of sociodemographic and lifestyle factors on oral health: a cross-sectional study in the hungarian population. **Frontiers In Public Health**, v. 11, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Brasília: 2022.

KITCHENHAM, B., PFLEEGER, S. **Personal Opinion Surveys**. In: **Guide to Advanced Empirical Software Engineering**. Springer, p. 63-92, 2008.

LEITE, T.G.; HELLMAN, V.; RAYMUNDO, T.M. Sexualidade e envelhecimento da mulher: uma intervenção da Tera-

pia Ocupacional. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 22, n. 2, p. 131-157, 2019.

MACKINNON, C. A.; DWORKIN, A. (Ed.). **In harm's way: The pornography civil rights hearings**. Harvard University Press, 1997.

MARTINS, R. C. C. C.; CASETTO, S.J.; GUERRA, R. L. F. Mudanças na qualidade de vida: a experiência de idosas em uma universidade aberta à terceira idade. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 22, n. 1, 2019.

MELO, C. E. B. de. **Tornar-se diarista: a percepção das empregadas domésticas sobre seu trabalho em regime de diárias**. 2021. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

MITCHELL, J. **Mulheres: a revolução mais longa**. Revista Gênero, Niterói, v. 6, n. 2 -v. 7, n. 1, p. 203-232, 2006.

MONTGOMERY, D. C.; RUNGER, G.C. **Estatística Aplicada e Probabilidade para Engenheiros**, 7. ed. São Paulo: LTC: 2021. 416 p.

MOODY, L. Exploring the relationship between uniform and perceived employee happiness and productivity. **Journal of Fashion Marketing and Management: An International Journal**, v. 27, n. 2, p. 311-334, 2022.

MUNIZ, V. C.; DA SILVA, J. P. **Desenvolvimento sustentável e empoderamento econômico das mulheres: re-**

flexões sobre a divisão sexual do trabalho e sua repercussão na efetividade do direito ao desenvolvimento. Revista Eletrônica Direito e Sociedade-REDES, v. 6, n. 2, p. 235-248, 2018.

OLIVEIRA, A. C.; OLIVEIRA, N.M.D.; ARANTES, M.M.; ALENCAR, M.A. Qualidade de vida em idosos que praticam atividade física – uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 13, n.2, 301-312, 2010.

ONG, T.S.; ZHOU, J., THE, B.H.; VAIO, A.D. Equity ownership concentration’s impact on corporate internal control: the moderating effects of female directors and board compensation. **Environment, Development and Sustainability**. v. 26, p. 12309-12337, 2024.

ORMSTAD, H; EILERTSEN, G.; HEIR, T; SANDVIK, L. Personality traits and the risk of becoming lonely in old age: a 5-year follow-up study. **Health And Quality of Life Outcomes**, v. 18, n. 1, 2020.

PLATERO, R. L.; LÓPEZ-SÁEZ, M. A. Support, cohabitation and burden perception correlations among LGBTQA+ youth in Spain in times of COVID-19. **Journal of Children’s Services**, v. 15, n. 4, p. 221-228, 2020.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS. Índice de Normas Sociais de Gênero, Nova Iorque, 2023.

RUMSEY, D. J. **What is r value correlation?** Editora Dummies, 416p. 2023.

RUSSELL, K.; ROSENBAUM, S.; VARELA, S.M.; STANTON, R.; BARNETT, F. Fostering community engagement, participation, and empowerment for mental health of adults living in rural communities: a systematic review. **Rural And Remote Health**, 2023.

SANTOS, N. M. C. **Negras velhas: um estudo sobre seus saberes nas perspectivas de envelhecimento, trabalho, sexualidade e religiosidade.** 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2026.

SHINODA, L. M.; VELUDO-DE-OLIVEIRA, T.; PEREIRA, I. Beyond gender stereotypes: the missing women in print advertising. **International Journal of Advertising**, v. 40, n. 4, p. 629-656, 2020.

SILVA, E.S.; SOUZA, C.L.; SANTOS, N.R.; ALVES, J.P.; REIS, V.N.; FERREIRA, S.A.; GOMES, V.S.; SILVA, R.L. Avaliação da Função Cognitiva e sua Relação com a Qualidade de Vida da Mulher Idosa. **Revista Brasileira de Pesquisa em Ciências da Saúde**, v. 4, n. 2, p. 50-57, 2017.

SIQUEIRA, C.; BUSSINGUER, E. **As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher.** Revista Thesis Juris, v. 9, p. 145-166, 2020.

SOUZA, N. P. R.; GAMA, K. Diversity and Inclusion: culture and perception in information technology companies. **IEEE Revista Iberoamericana de Tecnologias del Aprendizaje**, v. 15, n. 4, p. 352-361, 2020.

THOMPSON, M. P.; HUDSON-FLEGE, M.; HANCOCK, K. Long-term Impacts of Civic Engagement during Emerging Adulthood: a nationally representative study. **American Journal of Health Promotion**, 2024.

TOBE, R. G.; IZUMIDA, N. Gender disparity in the individual attitude toward longevity among Japanese population: Findings from a national survey. **Plos One**. v. 16, 2021.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **A Vindication of the Rights of Woman**. The Works of Mary Wollstonecraft, v. 5, p. 217, 1992.

Maria Creuza Borges de Araújo - Graduação, mestrado e doutorado em Engenharia de Produção. Atualmente é Professora Adjunta do Curso de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Campina Grande. Suas pesquisas têm ênfase nas áreas de Apoio à Decisão Multi-critério, Sustentabilidade e Gestão de Projetos. É coordenadora do projeto de extensão CARIRITEC - Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação no Semiárido Nordeste e Diretora de Marketing

do IEEE Women in Engineering Seção Nordeste Brasil e IEEE Women in Engineering Region 9. Em 2024, recebeu a premiação de Runner Up no Nature Inspiring Women in Science, Categoria Outreach.

E-mail: maria.creuza@professor.ufcg.edu.br.

Keren Karolyne Nóbrega Silva - Graduada e mestranda em Engenharia de Produção e Sistemas. Durante a graduação participou de diversos projetos de iniciação científica e extensão envolvendo as temáticas: Marketing, gestão de eventos e processos, além de se aprofundar na temática de modelos multicritérios de tomada de decisão. Atualmente faz parte do grupo de pesquisa Gestão Estratégica de Sistemas de Produção (GESP). Suas áreas de interesse são: engenharia organizacional, sustentabilidade corporativa, economia circular e gerenciamento de projetos.

E-mail: kerenobrega@gmail.com

PARTE 4

MEIO AMBIENTE

Capítulo X

As tragédias climáticas do Rio Grande do Sul e seus impactos na população idosa

Anna Fonseca



O cuidado com as pessoas em face das mudanças climáticas não é apenas uma questão de responsabilidade moral, mas uma necessidade urgente para garantir a resiliência das comunidades vulneráveis.
(Bill McKibben)

Introdução

Nos últimos anos, o estado do Rio Grande do Sul tem sido palco de uma série de eventos climáticos extremos, que têm deixado profundas cicatrizes na sociedade e na infraestrutura local. Entre setembro de 2023 e maio de 2024, o estado foi assolado por chuvas intensas e enchentes catastróficas, que afetaram mais de 85% dos municípios gaúchos, deixando um rastro de destruição e impactando severamente a vida de milhões de pessoas.

Esses eventos não apenas testaram a resiliência das comunidades locais, mas também revelaram disparidades significativas nas capacidades de resposta e na proteção oferecida aos grupos mais vulneráveis, em particular os idosos. Cidades como Muçum, na região central do Estado conhecida como Vale do Taquari que, antes das tragédias, abrigava uma po-

pulação de 4.601 habitantes, viu-se profundamente afetada, perdendo parte de sua população para regiões mais seguras e deixando os idosos, especialmente, desamparados, diante da falta de sistemas de proteção adequados, durante as enchentes e no período pós-tragédias.

Ao longo deste capítulo, investigaremos detalhadamente os impactos desses eventos climáticos extremos na população idosa do Rio Grande do Sul, examinando, não apenas os desafios enfrentados durante as crises, mas, também, as respostas governamentais, as iniciativas comunitárias e as medidas necessárias para garantir, no futuro, a segurança e o bem-estar desses indivíduos em situação de vulnerabilidade. Esta análise não apenas destaca a urgência de políticas públicas inclusivas e adaptativas, mas também sublinha a necessidade de uma abordagem holística, para enfrentar os desafios crescentes das mudanças climáticas e proteger os mais afetados pela sua intensificação.

Situação no Rio Grande do Sul, até maio 2024:

- *Eventos principais:* enchentes devastadoras, especialmente em setembro de 2023 e em maio de 2024.
- *Número de municípios afetados:* 435, de um total de 497 municípios, impactados pelas enchentes no Estado.
- *População total atingida:* cerca de um milhão de pessoas

afetadas diretamente pelas enchentes.

- *Estimativa de danos:* destruição de residências, escolas, hospitais e infraestrutura pública, com prejuízos econômicos significativos.

Aspectos operacionais e ações necessárias:

- *Resposta Governamental:* autoridades locais e federais mobilizaram recursos de emergência, incluindo equipes de resgate, centros de acolhimento e assistência humanitária.
- *Impacto nas Comunidades:* comunidades locais enfrentaram grandes desafios, incluindo a necessidade urgente de abastecimento de água potável, alimentos, medicamentos e apoio psicossocial.
- *Medidas de Reconstrução:* planos incluem a restauração de infraestruturas danificadas, medidas de prevenção contra futuras enchentes e apoio econômico às comunidades afetadas.

Esses eventos destacam a urgência de investimentos públicos em medidas de adaptação climática e resiliência comunitária, para mitigar os impactos crescentes das mudanças climáticas no Brasil e no Rio Grande do Sul.

O Estado e as tragédias climáticas

Em menos de um ano, o Rio Grande do Sul tenta sobreviver a quatro eventos climáticos que atingiram mais de 85% dos municípios gaúchos.

Em setembro de 2023 e maio de 2024, o estado gaúcho sofreu duas tragédias ambientais devastadoras, que deixaram um rastro de destruição e sofrimento. As enchentes, causadas por chuvas intensas, influenciadas pelo corredor amazônico de água que passa por cima do Estado e pela massa de ar quente que estava estacionada na região central do Brasil, afetaram mais de um milhão de pessoas, principalmente nas áreas da Região Metropolitana e no Vale do Taquari, região mais central do Estado.

Este capítulo aborda os eventos climáticos, as cidades mais atingidas, o número de desabrigados, as ações dos governos municipais, estaduais e federal, frente a um segmento especial desses atingidos, o das mulheres idosas, e como e se são oferecidos serviços públicos voltados a essa parcela, uma das mais atingidas nesses momentos de tragédia e dor.

O corredor amazônico de água e a massa de ar quente

A ocorrência climática conhecida como “corredor amazônico de água” refere-se ao transporte de umidade da Amazô-

nia para outras regiões do Brasil. Essa umidade, combinada com uma massa de ar quente que apareceu e estacionou na região central do país, resultou em precipitações excessivas no Rio Grande do Sul. As chuvas intensas e contínuas causaram o transbordamento de rios e córregos e milhares de deslizamentos em todas as regiões então encharcadas, resultando em enchentes catastróficas.

Regiões mais atingidas

Na Região Metropolitana, cidades como Alvorada, Eldorado, Canoas, Gravataí, Cachoeirinha e a capital, Porto Alegre, foram duramente atingidas. As águas submergiram residências, escolas, hospitais e infraestruturas públicas e privadas, forçando a evacuação de meio milhão de pessoas e resultando em mais de 140 mortes. Em Caxias do Sul, na Serra Gaúcha, além dos deslizamentos de terra, pequenos tremores aumentaram o pânico entre os moradores, evidenciando a amplitude dos danos e a vulnerabilidade das áreas montanhosas a eventos climáticos extremos.

No Vale do Taquari, municípios como Lajeado, Estrela, Muçum, Roca Sales e Encantado enfrentam inundações históricas. Em Muçum, objeto deste trabalho, o Rio Taquari atingiu níveis recordes, ultrapassando 26 metros, em setem-

bro de 2023, e mais de 20 metros, em maio de 2024. Essas enchentes afetaram mais de 90% da cidade, deixando centenas de famílias desabrigadas e exacerbando a situação de vulnerabilidade, especialmente para as pessoas idosas, que não dispõem de sistemas adequados e específicos de proteção e evacuação.

Este capítulo não apenas destaca a escala dos danos materiais e humanos causados por esses eventos climáticos extremos, mas, também, sublinha a necessidade urgente de investimentos em infraestrutura resiliente, planejamento urbano adaptativo e políticas de proteção social para garantir a segurança e o bem-estar das comunidades afetadas, em particular os segmentos mais vulneráveis como os idosos.

Município de Muçum e os impactos climáticos

Nesse município, a população que, antes das tragédias, alcançava o número de 4.601 habitantes, de acordo com o Censo/2022, agora ultrapassa timidamente 3 mil habitantes, já que boa parte não tem mais intenção de voltar a morar lá. Os que foram embora, na maioria jovens, alegam a total incapacidade de impedir novos episódios como esses que aconteceram. Enquanto isso, mais de 15% da população

restante, formada pelos idosos lá residentes, não dispõem de nenhum tipo de sistema único de proteção, ou mesmo, de resgate, durante as chuvas, ou, ainda, de abrigos, após deixarem suas residências.

Aqueles que não tinham parentes ou casas de amigos para ficar, foram encaminhados aos poucos locais de acolhimento na cidade, junto a todos os demais. Tal situação é descrita em entrevista à pesquisadora, pela assistente social Carmem Santos:

Depois da tragédia ocorrida em nossa cidade, em setembro de 2023, onde 16 pessoas morreram, nossa população reagiu de forma mais rápida aos avisos de evacuação da Prefeitura, no mês de maio de 2024. Não tivemos óbitos mas, mesmo assim, a imensa maioria que mora nas linhas da cidade – bairros mais afastados – não tiveram como se deslocar, ficando ilhados e buscando abrigos próximos de suas residências. O que conseguimos fazer, durante os meses de maio e parte de junho, foi levar, de helicóptero, comida, medicamentos e água para esses locais, mas tudo era jogado das aeronaves ao chão, pois não havia como pousar e quase todo tipo de comunicação ficou interrompida (...), somente após reconstruirmos esses acessos terrestres é que poderemos saber a realidade das pessoas e dos nossos idosos que, justamente por serem idosos e terem menor mobilidade, não tiveram como ser retirados dos locais inundados.

Desabrigados e ações do poder público

Em todo o Estado do Rio Grande do Sul, as enchentes resultaram na evacuação de milhares de pessoas. Em setembro de 2023, aproximadamente 30.000 pessoas tiveram que deixar suas casas, na Região do Vale do Taquari. Em maio de 2024, o número de desabrigados aumentou para mais de um milhão, evidenciando a gravidade das chuvas e enchentes nesse período.

Os governos municipais das cidades afetadas mobilizaram equipes de emergência, para resgatar pessoas ilhadas e fornecer abrigos temporários. Em todas as cidades atingidas, igrejas, escolas, ginásios, clubes, sedes de associações e qualquer área que pudesse abrigar, foi utilizada para este fim, mas apenas na capital Porto Alegre é que dois abrigos específicos para pessoas idosas foram abertos. Um número muito aquém da necessidade.

Em maio de 2024, um total de 320 municípios do Rio Grande do Sul decretou situação de emergência, dos 435 impactados pelas enchentes que ocorreram no Estado. Além disso, 46 municípios foram colocados em estado de calamidade pública, refletindo a gravidade das inundações e seus impactos nas comunidades locais. O Governo do Rio Grande do Sul e o Federal liberaram fundos para auxiliar as cidades afetadas.

Até agosto de 2024, foram assegurados mais de R\$1,3 bilhão em emendas parlamentares, com R\$650 milhões já depositados em contas de diversos municípios gaúchos e uma expectativa de que os depósitos se aproximem de R\$800 milhões.

Além disso, foram anunciados pelo Governo Federal R\$741 milhões para diversas áreas afetadas, incluindo a construção de unidades habitacionais e operações emergenciais do Ministério da Defesa. Desses, R\$185 milhões foram destinados especificamente à reconstrução das cidades e ações de defesa civil, R\$125 milhões para a compra e distribuição de alimentos, e R\$80 milhões para a reforma de unidades básicas de saúde e envio de medicamentos, segundo os Jornais do Comércio e O Globo.

Também foi encaminhado ao Congresso Nacional um pacote de 12 medidas de auxílio, totalizando R\$50,9 bilhões, que incluíam antecipação de benefícios sociais e apoio a trabalhadores e empresários locais.

Sob a tutela do Estado, equipes da Defesa Civil foram enviadas para as áreas mais críticas, e campanhas de doação de alimentos, roupas e itens de higiene foram organizadas. Centenas de toneladas desses produtos foram levados aos desabrigados, muito também pelo esforço de milhares de voluntários, vindos de outros estados e, até mesmo, de fora do Brasil. O papel dos voluntários foi fundamental na resposta às tragédias.

Organizações não governamentais, grupos comunitários e cidadãos comuns, num número aproximado de mais de 7 mil pessoas, se uniram para fornecer ajuda imediata às vítimas. A solidariedade da população brasileira foi um fator crucial para aliviar o sofrimento das comunidades afetadas.

O auxílio chegou, mas em nenhum momento, as pessoas idosas tiveram prioridade nas ações públicas.

A tragédia em Muçum

Muçum, localizada no Vale do Taquari, tem uma história rica e diversa. A cidade foi colonizada por imigrantes italianos, no final do século XIX, que trouxeram tradições culturais e agrícolas que, ainda hoje, influenciam a região. A cidade é conhecida por sua paisagem montanhosa e rios abundantes, que, paradoxalmente, se tornam uma fonte de perigo, durante as enchentes.

Também devido a essa geografia, o município teve quase todas as casas atingidas e destruídas, ou semi destruídas, nas enchentes de 2023 e 2024, num total de 900 famílias e mais de 3.520 pessoas, em todos os bairros ou Linhas – nome das regiões no município - Centro, São José, Nossa Senhora de Fátima, Linha Santa Lúcia, São Faustino Juvita, Linha Alegre, Dom Felipe de Nadal, Linha Santo Isidoro e Loteamento

José Marcolim. Assim como todas as regiões, também todas as classes sociais foram atingidas.

O auxílio federal e estadual recebido pelo município foi utilizado para compra de cestas básicas, material de limpeza e móveis para doações, itens mais necessários naquele momento, assim como para uso nos abrigos, também, dentro do Programa Aproxima RS. A secretária municipal de Saúde, Graziela Fontana, em entrevista à pesquisadora relatou que:

Após setembro de 2023, tivemos reforma no CRAS – Centro de Referência e Assistência Social, mas foi atingido em maio, novamente, e tivemos de ficar, temporariamente, no Salão Paroquial da cidade, onde centralizamos as doações e atendimento ao público em geral. Os locais de atendimento de saúde, ESF e hospital não foram atingidos, estavam em área bem alta, com atendimento normal, mas sobrecarregados.

Nas cheias de maio de 2024, 36 pessoas idosas foram abrigadas em locais municipais, mas inúmeras outras ficaram acolhidas nas casas de amigos ou familiares. Os sistemas da Prefeitura não têm como precisar o número total real, mas é claro o aumento dos sintomas de ansiedade e depressão entre as mulheres idosas, após as tragédias. A procura por grupos terapêuticos municipais cresceu mais de 15%. Nas ações

desses, há serviços de corte e costura, pintura em tecidos e quadros, artesanato, coral e culinária.

Os chamados “grupos de saúde” encontram-se, desde agosto de 2024, cada semana em um bairro ou comunidade diferentes, tanto na ‘cidade’ quanto no interior. Bailes da 3ª idade semanais também buscam integrar e socializar os jovens idosos.

Uma das ações, específicas para mulheres de todas as idades, é o que a Prefeitura chama de “Fortalecendo Mulheres”, em que as diferentes secretarias - Saúde, Assistência Social - e também a Emater – instituição que presta serviços de extensão rural e assistência técnica – fazem atendimentos individuais.

Também foi realizada, pela Prefeitura, a contratação de duas profissionais psicólogas que, com um trabalho de 20h semanais, associam-se no atendimento à única médica especializada em saúde mental, em 8h semanais.

Recursos públicos obtidos pela administração municipal também foram utilizados na reconstrução da ponte Brochado da Rocha, um dos principais acessos à cidade.

Muçum, historicamente, sofre com eventos climáticos, como as enchentes, mas as de setembro e maio foram catastróficas, com o município ainda se adequando às necessidades mais urgentes no atendimento aos idosos, mas não possuem um conselho de idosos atuante, com todo atendimento

baseado em busca ativa e em atendimentos presenciais e praticamente quinzenais nas Linhas mais afastadas. Isso, antes de setembro de 2023.

Ações necessárias para a reconstrução

Já passados os piores momentos da enchente de maio de 2024¹, o Estado permanece em estado de alerta, já que as chuvas continuam a cair, mesmo que mais espaçadas e em menor volume. Na capital, houve prorrogação do estado de calamidade pública, em decorrência da enchente histórica de maio de 2024. O prefeito Sebastião Melo determinou a extensão da vigência do Decreto 22.647, de 2 de maio de 2024, até 30 de junho de 2025.

Só no mês de maio de 2024, o Rio Grande do Sul foi novamente atingido por chuvas extremamente intensas, registrando volumes recordes em várias regiões. A cidade de Santa Maria, por exemplo, acumulou 533,3 milímetros de chuva, em apenas 10 dias, enquanto o lago Guaíba, em Porto Alegre, atingiu 5,33 metros, superando todos os recordes anteriores de cheia.

Em junho de 2024, as chuvas continuaram a afetar o Estado, com algumas regiões registrando até 200 milíme-

¹ data da elaboração deste capítulo.

tros, em apenas 72 horas. Essas precipitações intensas e contínuas agravaram a situação das enchentes, afetando, ainda mais, os municípios, e aumentando os danos, também, em função dos deslizamentos, já que a terra permanecia encharcada.

Para que as populações atingidas possam imaginar um futuro, é preciso que o poder público execute ações coordenadas e de longo prazo. Segundo Al Gore, “a mudança climática é uma realidade que devemos enfrentar com urgência”. A frase do autor americano ressalta a necessidade de ações imediatas e eficazes para mitigar os impactos das mudanças climáticas. Mas continuariam a não ser eficazes, se não contarem com as populações moradoras e utilizadoras desses centros urbanos, como afirma Bill McKibben. “A questão das mudanças climáticas não é apenas ambiental, mas também moral”, destacando a responsabilidade coletiva em enfrentar e resolver a crise climática.

Algumas das medidas relatadas por cientistas e estudiosos ambientais têm como prioridade o reforço das infraestruturas de drenagem, com a construção e fortalecimento de diques para prevenir futuras inundações. Um plano de urbanização sustentável a longo prazo, com especial atenção ao desenvolvimento que considere áreas de risco e sustentabilidade ambiental.

Para enfrentar os efeitos devastadores dos eventos climáticos extremos, como as enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul, é crucial implementar uma série de medidas estratégicas e coordenadas. Abaixo, algumas das principais iniciativas que podem ser adotadas.

Medidas estruturais e de planejamento das cidades

1. Infraestrutura de Drenagem:

- Reforço e expansão do sistema de drenagem urbana, incluindo a construção de novos diques e barragens, para mitigar o impacto das enchentes.

2. Zoneamento Urbano Sustentável:

- Implementação de um plano de urbanização sustentável que considere áreas de risco e promova o desenvolvimento urbano com critérios de sustentabilidade ambiental.

3. Mapeamento de Áreas de Risco:

- Realização de um mapeamento atualizado das áreas de risco, utilizando tecnologias de sensoriamento remoto e modelagem hidrológica, para identificar locais vulneráveis a enchentes e deslizamentos.

4. Normas de Construção Resilientes:

- Fortalecimento das regulamentações de construção, para garantir que novas edificações sejam projetadas com me-

didas de resistência aos impactos climáticos, como elevação de nível de piso e materiais resistentes à água.

Aspectos informativos e educacionais

1. Educação para a População:

- Promoção de campanhas educativas sobre medidas preventivas, em caso de desastres naturais, incluindo a criação de planos familiares e para grupos mais frágeis de emergência e a divulgação de rotas de evacuação seguras.

2. Alertas e Comunicação Eficiente:

- Investimento em sistemas eficazes de alerta precoce, que possam alcançar toda a população, através de múltiplos canais de comunicação (SMS, redes sociais, rádio, etc.), garantindo que informações vitais sejam acessíveis a todos.

Estruturas para atendimento de eventos climáticos extremos

1. Centros de Acolhimento Emergencial:

- Manutenção de centros de acolhimento emergencial, bem equipados e preparados para receber, rapidamente, a população desabrigada, com especial atenção às necessidades das pessoas idosas e outras populações vulneráveis.

2. Abastecimento de Necessidades Básicas:

- Estabelecimento de protocolos claros para a distribuição de alimentos, água potável, medicamentos e itens de higiene nos centros de acolhimento e áreas afetadas, assegurando um suprimento contínuo, durante e após os eventos climáticos.

Formas de atendimento da população durante e após eventos climáticos

1. Assistência Médica e Psicológica:

- Garantia do acesso a serviços de saúde física e mental para os afetados, incluindo cuidados específicos para idosos e pessoas com deficiências.

2. Reabilitação e Reconstrução:

- Apoio a programas de reabilitação das áreas afetadas e de reconstrução de infraestruturas danificadas, com foco na recuperação rápida e resiliente das comunidades atingidas.

3. Inclusão Social e Proteção Social:

- Reforço de políticas de inclusão e proteção social, assegurando que grupos em situação de vulnerabilidade, como os idosos, tenham acesso prioritário aos serviços públicos e programas de apoio.

Essas medidas não apenas ajudam a reduzir os danos causados por eventos climáticos extremos, mas também for-

talecem a resiliência das comunidades e promovem um desenvolvimento urbano sustentável e seguro a longo prazo. A cooperação entre governos, sociedade civil e setor privado são essenciais para implementar essas estratégias de forma eficaz e abrangente.

Conclusão

Os eventos climáticos extremos que assolaram o Rio Grande do Sul não apenas expuseram as fragilidades de nossa infraestrutura e planejamento urbano, mas também evidenciaram a vulnerabilidade extrema da população, especialmente das pessoas idosas. A necessidade urgente de implementar medidas preventivas e de apoio torna-se, ainda, mais evidente, diante dessas tragédias que deixaram um rastro de destruição e sofrimento em várias comunidades.

Investimentos em infraestrutura resiliente, sistemas de alerta eficazes e planos de evacuação adequados são fundamentais para mitigar os impactos futuros das mudanças climáticas. Além disso, é crucial garantir que os idosos e outros grupos em situação de vulnerabilidade sejam priorizados em políticas públicas de adaptação e resposta a desastres naturais, oferecendo-lhes apoio social, assistência médica e abrigos seguros durante e após os eventos climáticos.

A solidariedade demonstrada pela sociedade civil e o esforço coordenado entre governos, organizações não governamentais e voluntários foram fundamentais para amenizar o sofrimento das comunidades afetadas. No entanto, é imperativo que esses esforços sejam acompanhados por políticas estruturais, que fortaleçam a resiliência das comunidades e protejam aqueles que são mais vulneráveis aos impactos adversos das mudanças climáticas.

Portanto, garantir um futuro mais seguro e resiliente para o Rio Grande do Sul exige um compromisso contínuo com a proteção das pessoas, especialmente dos idosos, através de medidas proativas que promovam a sustentabilidade ambiental e a justiça social em face dos desafios climáticos globais.

Referências

DEFESA CIVIL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Relatórios de Situação, 2023-2024.

GORE, Al. Uma verdade inconveniente: a emergência planetária do aquecimento global e o que podemos fazer a respeito. Livros Rodale, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. His-

tória da Colonização de Muçum. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2023.

MCKIBBEN, Bill. Eearth: Construindo uma vida em um novo planeta difícil. Grifo de São Martinho, 2011.

Anna Fonseca - Jornalista e Técnica Ambiental com mais de 20 anos de atuação nas áreas de Comunicação, Marketing e Preservação Ambiental. Possui uma trajetória extensa em projetos e programas, tanto para empresas públicas quanto privadas, no Brasil e no exterior. Ao longo de sua carreira, tem se destacado pela criação e implementação de ações que promovem a sustentabilidade e a conscientização ambiental. Com a crescente demanda por soluções direcionadas ao envelhecimento da população, especialmente no Estado do Rio Grande do Sul, utiliza sua vasta experiência para desenvolver e gerenciar projetos que visam melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas. Seu trabalho é pautado na disseminação de informação, no compartilhamento de conhecimento e no respeito ao ser humano e à natureza, contribuindo para um futuro mais equilibrado e saudável para todos.

E-mail: annasilviafonseca@gmail.com

ORGANIZADORAS



Anna Fontes

Filha da Fatima Carlota e mãe do Bento Meireles, pós-graduanda em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global pela PUCRS. Atua em Responsabilidade Social e Investimento Social Privado com foco em Longevidade através da liderança de projetos alinhados às práticas ESG. Atualmente gerindo o Itaú Viver Mais, associação sem fins lucrativos do Banco Itaú, focada no envelhecimento populacional. Graduada em História da Arte pela UFRJ, atuando em diferentes frentes sempre como gestora de projetos em OSCs, governo ou empresas da iniciativa privada.



Beltrina Côrte

Estudiosa do envelhecimento há 30 anos, jornalista, com Especialização e Mestrado em Planejamento e Administração do Desenvolvimento Regional na Universidade de Los Andes (Bogotá/Colômbia), Doutorado e pos.doc em Ciências da Comunicação (USP). É pesquisadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento (NEPE/PUC-SP) e docente aposentada da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atua na área da Gerontologia Social, Educação Continuada e Comunicação com o Web site Portal do Envelhecimento e Longevidade, Revistas Longevidade e Kairós-Gerontologia.

O Edital foi a chance de dar visibilidade a questões que ainda marcam a história do povo brasileiro.

Thiago Medeiros da Costa Daniele

Ressalto a importância deste edital por ir além da construção de conhecimentos, funcionando também como porta de entrada para viabilizar ações necessárias para as comunidades indígenas.

Tatiane Bahia do Vale Silva

Participar do Edital possibilitou uma profunda compreensão sobre a pluralidade do processo de envelhecimento, reafirmando a velhice como uma expressão da vida em suas múltiplas expressões.

Carlos Eduardo da Silva Santos

Um projeto de pesquisa que permitiu quantificar a dura e difícil realidade das pessoas idosas frente às tragédias que aconteceram e acontecerão no RS.

Anna Silvia Lopes Fonseca

Esses editais mostram como a pesquisa pode contribuir para as saúdes física, mental e financeira das pessoas idosas. Gratidão, Itaú Viver Mais e Portal do Envelhecimento e Longevidade. Não clique aqui!

Flávio Morgado

Foi uma experiência enriquecedora, não apenas por ampliar o meu repertório sobre diversidade e inclusão em todas as suas formas, mas também por colaborar, em alguma medida, para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Jaqueline Galdino

O edital me permitiu olhar as complexidades das velhices amazônicas, compreendendo o lazer como um caminho para inclusão social, empoderamento, valorização e respeito às diversidades do envelhecer.

Flavio Henrique Souza Lobato

Foi uma experiência desafiadora com resultados excelentes!

kelmara Mendes Vieira

O envelhecer com futuro me permitiu enxergar a beleza da velhice feminina. Mulheres que, apesar dos estereótipos, se reinventam e criam um futuro cheio de possibilidades!

Maria Creuza Borges de Araújo

Participar do Edital foi mergulhar no tempo vivido nas ruas, marcado pelos saberes e resistências de quem envelhece entre papéis e esperas. A pesquisa caminhou por memórias que reafirmam a dignidade de existir, mesmo nos caminhos mais difíceis.

Matheus de Oliveira Barros